



Revista Científica das Áreas de Humanidades
do Centro Universitário de Belo Horizonte

e-hum

ISSN 1984-7671

Belo Horizonte, vol. 12, n.º 2, Agosto/Dezembro de 2019 - [www.http://revistas.unibl.br/index.php/dchla/index](http://revistas.unibl.br/index.php/dchla/index)

Dossiê: As Dinâmicas do Patrimônio Cultural da Materialidade a Imaterialidade!

Créditos:

Foto Fafi-bh. Acervo da Fundação de Educação, Artes e Cultura

Foto Conjunto IAPI. Fabrício Lourenço Santos

Editor Responsável

Prof. Dr. Rangel Cerceau Netto

Conselho Editorial

Prof. Dr. Loque Arcanjo Júnior

Revista Científica das Áreas de Humanidades
do Centro Universitário de Belo Horizonte

ehum

Belo Horizonte, vol. 10, nº 2, agosto/dezembro de 2010 - [www/http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index](http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index)

Conselho Consultivo

Alexandra do Nascimento Passos

Centro Universitário UNA

Alexandre Bonafim Felizardo

Universidade Estadual de Goiás - UEG

Aline Magalhães Pinto

Pontifícia Universidade Católica - PUC-RJ

Daniel Barbo

Universidade Federal de Alagoas - UFAL

Eliane Garcindo de Sá

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Jairo Venício Carvalhais Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG/FALE

Jonis Freire

Universidade Federal Fluminense - UFF

Jorge Luiz Prata de Sousa

Universidade Salgado de Oliveira - UNIVERSO

Júlio César Meira

Universidade Estadual de Goiás - UEG

Lana Mara de Castro Siman

Universidade Estadual de Minas Gerais - UEMG
e Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG/FAE

Lucília Regina de Souza Machado

Centro Universitário UNA

Margareth Vetis Zaganelli

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Maria Antonieta Albuquerque de Oliveira

Universidade Federal de Alagoas - UFA

Maria de Deus Manso

Universidade de Évora, Portugal

Rafael Sumozas Garcia-Pardo

Universidad de Castilla-La Mancha - UCLM, Espanha

Renato Silva Dias

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

Sérgio Henriques Zandoná Freitas

Universidade FUMEC

Vanicléia Silva Santos

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

Wânia Maria de Araújo

Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

Wellington de Oliveira

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha
e Mucuri - UFVJM

Centro Universitário de Belo Horizonte

Vice-Presidência Acadêmica:

Carolina Marra Simões Coelho

Reitor:

Rafael Luiz Ciccarini Nunes

Diretoria de Campus e Acadêmica

Diretores: *Eduardo de Oliveira França*

Pesquisa e Extensão

Coordenador:

Pós Graduação em Gestão do Patrimônio Cultural

Coordenador: *Raul Amaro de Oliveira Lanari*

Cursos de Licenciaturas

Coordenador: *Janaina Soares Tizzoni*

Diagramação

Rangel Cerceau Netto

Contato:

ehum

Revista da Pós-Graduação UNIBH

Av. Prof. Mário Werneck, 1685 – Campus Estoril

e-mail: ehum.revista@gmail.com / ehum@unibh.br

home page: <http://revistas.unibh.br/index.php/dchla/index>

Sumário

Editorial

Apresentação05

Artigos

O Guarani de Jose de Alencar e Il Guarany de Carlos Gomes: Literatura e Música e Diálogo
O Guarani by Jose de Alencar and Il Guarany by Carlos Gomes: Literatura and Music in Dialogue08

“Sons, palavras, são navalhas”

Antônio Carlos Belchior e as canções de Alucinação (1976)

“Sounds, words, are razors”

Antônio Carlos Belchior and the songs of Alucinação (1976).....18

A filosofia da Existência: Conceito de angústia
existencial em Kierkegaard e Heidegger

The Philosophy of Existence: Concept of anguish

existential in Kierkegaard and Heidegger.....35

Mudanças e Continuidades na Política Externa Brasileira no Governo Dilma: Uma Análise
da Relação Bilateral Brasil-Argentina.

*Changes and Continues in Brazilin Foreign Policy in the Dilma Government: And An analysis
of the Brazil-Argentina Relationship Bilateral*.....40

Dossiês:

Concepções e potencialidades do Memorial Minas Gerais Vale para o ensino de História
Conceptions and potentialities of the Memorial Minas Gerais Vale Company for History Teaching.....76

Pampulha: Patrimônio Cultural da Humanidade em uma Cidade Educadora

Pampulha Cultural Heritage of Humanity and an education city90

“Metodologias para abordagens sobre Inventários Culturais em bairros.”

Methodology for an approach to Cultural Inventory in neighborhoods.....104

Novos cenários, antigas reivindicações: associações de moradores da Pedreira Prado Lopes no
contexto dos programas de urbanização em Belo Horizonte

*New scenarios, old demands: requests from residents of Pedreira Prado Lopes without context of
urbanization programs in Belo Horizonte*.....112

Proposições para a salvaguarda do patrimônio funerário em Juiz de Fora: O Cemitério de Nossa Senhora
da Glória e o Cemitério da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana.

*Propositions for safeguarding the funerary heritage in Juiz de Fora: The Cemetery of Nossa Senhora da
Glória and the Cemetery of the Evangelical Community of Lutheran Confession*.....124

Agradecimento aos pareceristas:

Revisita Científica das Áreas de Humanidades

ehum agradece aos pareceristas que colocaram seus conhecimentos a serviço da avaliação dos artigos acadêmicos submetidos ao nosso Conselho Editorial. A participação voluntária de autores, conselho consultivo e avaliadores foi essencial para a reavaliação de nossos procedimentos de editoração. Agradecemos a todos os colaboradores que foram determinantes para a qualidade dos artigos veiculados em nossa Revista.

Ana Maria Castel (PBH)

Ana Eugenia Andrade (PUC/SP)

Fabício Vinhas Manini Angelo (UFMG)

Francesco Napoli (UNIVERSO)

Helaine Nolasco Queiroz (UFMG)

Igor Bruno Cavalcante dos Santos (UFOP)

James Goodwin Jr. (CEFET/MG)

Josimar Mendonça (UFMG)

Loque Arcanjo Júnior (UEMG)

Luisa Teixeira Andrade (UEMG)

Marcelo Augusto Nery Medes (UNIBH)

Marianela Costa Figueiredo (UNIBH)

Pedro Henrique Carvalho (UNA)

Rafael Garcia-Pardo (UCL/ES)

Rangel Cerceau Netto (UEMG)

Raul Amaro de Oliviera Lanari (UNESCO/UFMG)

Verônica Cristina de Almeida (UNIBH)

Solange Maria Moreira Campos (UNIBH)

AS Dinâmicas do Patrimônio
Cultural da Materialidade
a Imaterialidade!

Editorial

Revista Científica das Áreas de Humanidades

É com satisfação que apresentamos a 23ª (vigésima terceira) edição do periódico E-Hum do Centro Universitário de Belo Horizonte – UNIBH. Embora com atraso, em razão de atualização de plataforma, nesse número comemoramos mais uma importante conquista, a qualificação da Revista e-hum que se enquadra na categoria “interdisciplinar” na área de humanidades com avaliação B-2, no Novo Qualis Capes que passou a ter os seguintes estratos (A1, A2 A3, A4, B1, B2, B3, B4, C e NP). Não poderíamos deixar de citar o importante papel institucional do UNIBH, que nesse cenário desafiador, tem nos apoiado com a manutenção do periódico, assim como nas ferramentas técnicas que permitem a utilização da plataforma de código aberto Open Journal Systems – OJS. Para fecharmos a segunda edição referente ao ano de 2019 apresentamos uma revista envolvente com contribuições importantes para a área da cultura e do patrimônio cultural. Na seção de artigos livres, Maria Cláudia Bachion Ceribeli nos brinda com uma análise comparativa empolgante entre o livro clássico “O Guarani de José de Alencar” e o opera “Il Guarany de Carlos Gomes”. A contribuição propõe uma reinterpretação dos sistemas de significados da obra literária de Alencar para uma releitura intersemiótica do texto romance, utilizando-se de outras linguagens como os sons, as dramatizações e os cenários próprios de uma ópera. O texto analisa temporalidades históricas distintas, mas que se moldam pelas permanências culturais dos sentidos, ou melhor, que mesmo na interação das diferentes linguagens em contextos históricos diferentes, os sentidos da originalidade do romance podem transmitir a ideia do artista. A análise avançada e a interpretação de Ceribeli, defende a presença de uma tradição viva da cultura na qual a obra artística valoriza-se a longa duração e os sentidos impermeáveis que perpassam por gerações e atingem variados públicos. A segunda contribuição de autoria de André Luiz Rocha Mattos Caviola tem como objeto de análise o disco “Alucinação” do compositor cearense Antônio Carlos Belchior. O texto promove uma articulação entre o material musical e outras tipologias documentais em meio a uma problemática historiográfica associada a contracultura dos anos 1960 e ao contexto da repressão da ditadura civil-militar. O artigo destaca o lugar de Belchior no momento da emergência de uma nova geração de artistas “pós-tropicalistas”, grupo que se caracterizava pela valorização do diálogo entre o regional e o nacional presente nas canções do disco analisado.

A terceira contribuição nos ajuda a pensar as angústias do nosso contemporâneo através de uma análise filosófica e comparativa do conceito de existência nas filosofias de Kierkegaard e Heidegger. Francisco José Fogaça aprofunda a discussão acerca dos idealismos e das consciências transcendentais da existência e, sobretudo, na condição humana por excelência. A sua abordagem propõe pensar o “ser” no presente relacionando a ideia de tensão e desespero e/ou complemento da experiência única e incomunicável do vivido. Para finalizar esta seção Michelle Ferreira de Andrade analisa o estudo das relações internacionais na perspectiva das mudanças e continuidades da política externa brasileira nos governos progressistas de Lula e Dilma. Aliás, a autora aborda a relação bilateral Brasil-Argentina buscando problematizar e dar sentido a condução da política externa no processo de tomada de decisão, assim valorizando os contextos internacionais e domésticos que refletiram adaptações, rupturas e continuidades face às ações política no contexto do Estado. As referidas contribuições criam sentidos simbólicos e articulados às alteridades culturais, em sintonia com a interdisciplinaridade das temáticas que justificam a linha editorial do periódico e da proposta do dossiê, cujo tema: “As dinâmicas do Patrimônio Cultural da Materialidade a Imaterialidade” foi pensado pelos professores Loque Arcanjo Júnior e Rangel Cerceau Netto. Nesse sentido, os leitores podem se

satisfazer na leitura de pesquisas de um eixo temático que recorta como objeto central o patrimônio cultural. Assim, os trabalhos aqui apresentados estão entrelaçados sob a perspectiva contemporânea de que os valores atribuídos a cultura adquirem sentidos por meio da interpretação de seus significados históricos em contextos nos quais são produzidos e ressignificados pelos atores sociais e suas percepções. O caráter plural destes artigos advindos das mais diversas áreas do conhecimento demonstra que os estudos acerca do patrimônio cultural encontram na diversidade disciplinar, baliza epistemológica essencial para o trato com este tema notadamente complexo. Em seu conjunto, nota-se neste dossiê os diálogos entre ensino de história, educação patrimonial, museologia, história das cidades, gestão social, arquitetura e urbanismo resultados de pesquisas recentemente realizadas nas mais diversas instituições de ensino e pesquisa. Esta complexidade está em uníssono com a crença de que os sentidos culturais dos bens estão ancorados na necessidade de pensá-los em sua imaterialidade, mesmo aqueles tangíveis de “pedra e cal” como os representados nas fotografias que ilustram a capa deste periódico do Conjunto IAPI e do Edifício que deu origem a nossa própria instituição UNIBH em Belo Horizonte, Minas Gerais.

O artigo intitulado, “Concepções e potencialidades do Memorial Minas Gerais Vale para o ensino de História” apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida na Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais em parceria com o Memorial Minas Gerais Vale, no período de 2016 a 2018. Luiza Teixeira Andrade, Smally Gonçalves Rodrigues e Natália Maíra Fernandes Andrade analisaram os registros em áudio e em notas de campo referente às visitas escolares realizadas no referido memorial como fontes para investigar os museus enquanto espaços privilegiados para o ensino-aprendizagem, relativo ao conhecimento histórico e a interpretação patrimonial. A análise dos documentos nos permite perceber o processo de mediação, bem como os diálogos entre educadores e alunos em relação aos itens presentes no acervo do Memorial. A pesquisa demonstra como os processos de mediação estão relacionados à construção de sensibilidades que atribuem significados à memória representada pelas exposições realizadas na instituição. A pesquisa revelou, também, o potencial educativo do Memorial que não está conectado apenas a materialidade de seu acervo, mas ao caráter simbólico deste espaço significativo para o Ensino de História.

A contribuição de Marco Antônio Silva e Alessandra Valadares Alves Silva intitulada “Pampulha: Patrimônio Cultural da Humanidade em uma Cidade Educadora” propõe um estudo sobre a percepção dos moradores de Belo Horizonte em relação ao espaço urbano da região da Pampulha. Para tanto, o texto destaca a história do conjunto moderno que justificou o título de Patrimônio Cultural da Humanidade conferido pela UNESCO, apontando o papel das políticas públicas voltadas para apropriação deste espaço pela população. Os sentidos que emergem das diversas narrativas dos diferentes grupos sociais destacam o potencial do complexo da Pampulha como espaço de educação patrimonial para as gerações futuras. O texto destaca a análise dos dados coletados junto aos moradores como parâmetro de referência para estabelecimento de políticas relacionadas a educação patrimonial por parte do poder público.

O artigo de Rangel Cerceau Netto e Raul Amaro de Oliveria Lanari intitulado “Metodologias para abordagens sobre Inventários Culturais em bairros.” tem como objeto central a reflexão metodológica referente à proposta de aplicação de Inventários Culturais no estudo e pesquisa dos bairros. Por meio de um olhar renovado acerca do conceito de “inventário” mais recentemente articulado com as propostas interdisciplinares, os autores buscam relativizar a centralidade das “edificações, monumentos, acervos artísticos ou documentais”, e propõem a valorização das práticas culturais relativas ao patrimônio imaterial, inclusive nas dimensões da materialidade dos espaços carregados de simbolismos e referenciais culturais.

O texto da historiadora e arquiteta Alexandra Nascimento intitulado *Novos cenários, antigas reivindicações: associações de moradores da Pedreira Prado Lopes no contexto dos programas de urbanização em Belo Horizonte* possui como objeto de pesquisa o estudo das intervenções realizadas na Pedreira Prado Lopes, favela localizada na região central de Belo Horizonte. A contribuição articula de modo interdisciplinar diversas temáticas, tais como, política habitacional, gestão participativa, história da cidade e projetos de urbanização. Para o estudo destes temas relativos a referida favela, a autora utiliza um corpus documental diversificado que privilegia os diálogos entre documentos oficiais, relatos orais de agentes do poder público e de moradores, além das atas de reuniões das associações da comunidade. Esta diversidade documental associada a crítica historiográfica permite ao leitor uma percepção complexa do impacto social das intervenções urbanas promovidas pelo poder público ao longo da história da favela. A análise faz emergir dos documentos memórias, imaginários, diversas tensões e vozes dissonantes que se encontravam ocultas face às implementações dos programas de urbanização de assentamentos precários e em meio às tensões relativas aos processos. O trabalho revela os mecanismos da gestão participativa e as diversas contradições relativas aos processos de intervenção na cidade.

Proposições para a salvaguarda do patrimônio funerário em Juiz de Fora: O Cemitério de Nossa Senhora da Glória e o Cemitério da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana é o título do artigo que encerra o Dossiê. O texto propõe, juntamente com o estudo da história da cidade de Juiz de Fora, a temática do patrimônio funerário. O objeto central consiste na reflexão acerca das políticas de salvaguarda e a apropriação destas ações de modo mais efetivo como proposta de difusão destes espaços enquanto lugares de conhecimento e preservação. Além do importante debate acerca dos processos de tombamento, o autor destaca a necessidade de se pensar o acesso a estes lugares de memória. Nota-se, ao longo do tempo, diversas perspectivas históricas acerca dos cemitérios. Dentre as perspectivas associadas aos significados culturais destes espaços, inseridas no contexto da história da cidade de Juiz de Fora, o texto destaca a religiosidade como elemento central do processo de monumentalização. Como parte deste processo, retrata também o caráter artístico destes bens culturais associado a específica arquitetura tumular e seu caráter singular em diálogo com a história local.

Boa leitura!

Rangel Cerceau Netto

Loque Arcanjo Junior

Organizadores do Dossiê:

“As dinâmicas do Patrimônio Cultural da Materialidade a Imaterialidade” da Revista E-Hum.

O Guarani de Jose de Alencar e *Il Guarany* de Carlos Gomes: Literatura e Música e Diálogo *O Guarani by Jose de Alencar and Il Guarany by Carlos Gomes: Literatura and Music in Dialogue*

Maria Cláudia Bachion Ceribeli

Mestre em Letras na área de concentração dos estudos literários

Professora EBT de Arte, Coordenadora do Núcleo de Arte e Cultura do IFES campus Piúma

Email: claudiabachion@gmail.com

Recebido em: 20/12/2019 – Aceito em 31/12/2019

Resumo: *O Guarani* de José de Alencar e *Il Guarany* de Carlos Gomes estão relacionados por fatores como o contexto histórico em que foram produzidos, pela temática e pelo diálogo entre os sistemas de signos, observando-se que *Il Guarany* é uma tradução intersemiótica de *O Guarani*. A partir da aproximação entre Literatura e Música, e das relações semióticas entre os sistemas de representação utilizados, este artigo analisa os elementos do romance e da ópera citadas e uma comparação sobre como cada sistema de signos utiliza esses elementos para dar origem ao texto, considerando como texto não apenas aquele composto de palavras (o romance), mas também o texto com sons, dramatização, cenário (a ópera). Através da análise realizada, tendo como objetos o livro de José de Alencar e a ópera de Carlos Gomes (considerando-se o libreto e a gravação em vídeo de uma das montagens), observou-se que é possível transmitir a ideia do artista em diferentes sistemas de signos e que o trânsito interartes, ou tradução intersemiótica, permite o acesso às obras literárias em diferentes tempos históricos e espaços, contribuindo para sua permanência e o acesso de diferentes públicos.

Palavras-chave: O Guarani; Romantismo; Literatura e Música.

Abstract: José de Alencar's *Guarani* and Carlos Gomes's *Il Guarany* are related by factors such as the historical context in which they were produced, the theme and the dialogue between sign systems, noting that *Il Guarany* is an intersemiotic translation of *O Guarani*. From the approximation between Literature and Music, and the semiotic relations between the representation systems used, this article analyzes the elements of the novel and opera cited and a comparison of how each sign system uses these elements to give rise to the text, considering as text not only that composed of words (the novel), but also the text with sounds, dramatization, setting (the opera). Through the analysis performed, having as objects the book by José de Alencar and the opera by Carlos Gomes (considering the libretto and the video recording of one of the montages), it was observed that it is possible to convey the artist's idea in different sign systems and that interart transit, or intersemiotic translation, allows access to literary works in different historical times and spaces, contributing to their permanence and access by different audiences.

Keywords: The Guarani; Romanticism;; Literature and music.

Introdução

Obra literária *O Guarani* (1857) de José de Alencar e a ópera criada a partir dela, *Il Guarany* (1870) de Carlos Gomes foram produzidas em meados do século XIX, um período marcado por modificações de caráter social, econômico, cultural e político. Na Europa, a Revolução Francesa (1789-1799) e a Revolução Industrial¹ promoveram intensas transformações, alterando significativamente as relações sociais, o modelo político e econômico e, em decorrência, as manifestações culturais e artísticas. Ambas as obras fazem parte do contexto do Romantismo, movimento em que os artistas produziam suas criações carregadas de

¹Atualmente, a humanidade passa pela quarta Revolução Industrial, mas neste artigo, trata-se da primeira Revolução Industrial, que ocorreu nos meados do século XVIII ao século XIX (SCHWAB, A quarta revolução industrial, 2016).

emoção, exacerbadas pelos ideais defendidos pela Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade (FIGUEIREDO, 2017). O período era caracterizado pela valorização e a construção de uma identidade da nação. Isso também ocorreu no Brasil. A obra literária e a ópera falam do herói nacional brasileiro, eleito o índio, tendo em vista que a história do Brasil não tinha um passado longínquo como a Europa. (BOSI, 1992; COLI, 1998).

Em ambas as obras, a Natureza brasileira também é exaltada em toda a beleza e grandiosidade, como a nação também deveria ser percebida, “era necessário atribuir à natureza as melhores qualidades, pois delas dependeria o valor do país e dos seus habitantes” (MARTINS, 2014, p. 19). “A *mimesis* no Romantismo integra o *Eu* à Natureza” (SILVA, 2007, p. 40), como Alencar (2014, p. 217) demonstra na relação na comparação entre a natureza e Peri, quanto às potencialidades de ambos: “A sua inteligência sem cultura, mas brilhante como o sol de nossa terra, vigorosa como a vegetação deste solo, guiava-o nesse raciocínio com uma lógica e uma prudência, dignas do homem civilizado [...]”. Essa associação se repete quando um dos personagens europeus, Álvaro, se admira da cultura, das palavras cheias de poesia e da sensibilidade que percebe em Peri e se pergunta como isso é possível em se tratando de um “selvagem”, encontrando a resposta na “natureza brasileira, tão rica e brilhante”, capaz de refletir essas qualidades no índio, “como o espelho das águas reflete o azul do céu” (ALENCAR, 2014, p. 220). Essa associação da natureza com a figura do índio faz parte do processo de construção de um personagem no imaginário brasileiro que representasse o valor do povo da nação, visto que, caso o “selvagem” fosse percebido como atrasado, ignorante e não civilizado, seria difícil incutir nos brasileiros a esperança de uma pátria progressista, ou o orgulho pela nação. Basta observar que os aimorés, no romance alencarino [1857] (2014), são descritos desta forma, embora também sejam índios, como Peri. Além disso, a natureza representava, para os românticos, um refúgio, um escape diante das transformações sociais que provocavam um saudosismo por parte do indivíduo, em busca do equilíbrio rompido.

Os artistas, cada um na sua linguagem artística, procuravam construir uma valorização do nacional, como José de Alencar e Carlos Gomes, com a literatura e a ópera, considerando-se que o contexto em que o criador da obra vive produz reflexos nele próprio e na sua criação, ou seja, “a obra de arte é formada, num processo que envolve a formação do próprio artista” (VERMES, 2007, p. 29). A Arte, como meio de expressão e comunicação das sociedades, em todos os tempos, desde o surgimento do homem, através de suas diferentes linguagens e técnicas, sempre forneceu ao indivíduo a possibilidade de questionar, modificar, divulgar, informar, transformar a realidade e, analisando essas produções, o homem pôde estudar, compreender e conhecer o pensamento das sociedades nas diversas épocas da história da humanidade, considerando-se que

O *totum* das forças investidas na obra de arte, aparentemente algo de subjetivo apenas, é a presença potencial do coletivo na obra, em proporção com as forças produtivas disponíveis: contém a mônada sem janelas. É o que se manifesta da maneira mais drástica nas correções críticas do artista. Em cada melhoramento, a que se vê obrigado, frequentemente em conflito com o que ele considera o primeiro impulso, trabalha ele como agente da sociedade, indiferente quanto à consciência desta. Encarna as forças produtivas sociais sem, ao mesmo tempo, estar necessariamente ligado às censuras ditadas pelas relações de produção, que ele também critica sempre mediante o rigor *dométier* (ADORNO, 1982, p. 58).

Como agente da sociedade e atuando em acordo com as forças produtivas disponíveis nela, sem deixar de manifestar sua presença na obra, o artista se utiliza de uma linguagem artística, seu *métier*, que oferece signos diferentes, para transmitir suas ideias, que, de certa forma, também são as da sociedade de seu tempo, como se deduz das palavras de Adorno (idem) que também dialogam com a ideia defendida por Mónica Vermes (2007).

Em cada caso, é necessário considerar o significado que os signos adquirem como expressão do pensamento. De acordo com a concepção de signo de Pierce (2017, p. 46), “o signo, ou *representamen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente [...]”. José de Alencar utilizou os elementos da linguagem literária para traduzir suas ideias românticas nacionalistas em determinados signos e Carlos Gomes as comunicou através dos elementos presentes na ópera, por signos que traduziam seu pensamento, inspirado no livro de Alencar. Cabe acrescentar que, de acordo com Pierce (2017, p. 254), “todo pensamento deve ser interpretado em outro [...] todo pensamento está em signos”. Os signos utilizados por Carlos Gomes passaram a representar² aqueles criados a partir da leitura da obra de José de Alencar, duas obras de arte que resultam dos pensamentos de dois indivíduos que se manifestaram por sistemas de signos diferentes, ou seja,

Toda obra de arte, nas suas mais variadas formas, é composta de elementos próprios e característicos [...]. A literatura, a ópera, o balé e as artes plásticas se apresentam, muitas vezes, como formas de expressão artística influenciadas por elementos de outras formas de expressão, embora cada uma delas possua uma linguagem própria, com seus próprios elementos (SILVA, 2007, p. 41).

Silva (idem) recorda que as obras de arte são criadas dentro de sistemas de comunicação característicos do meio em que são produzidas, mas pode ocorrer que uma seja criada a partir de outra, ou que haja uma relação dialógica entre elas. Diante do exposto, percebe-se que uma ideia pode ser expressa em diferentes sistemas de signos, como aconteceu com *O Guarani*. José de Alencar, através da literatura, escreve um texto de caráter romântico nacionalista e indianista, atendendo aos anseios da sociedade daquele contexto, “uma forma épica genuinamente nacional, que nos representasse e exaltasse o país” (MARTINS, 2014, p. 16). Inspirado por este texto, Carlos Gomes o traduz para a linguagem da ópera e, mesmo num país distante, seu nacionalismo transparece, ainda que este sentimento se divida entre a nação brasileira e a italiana (COLI, 1998). Signos diferentes para criar um texto, que, em cada sistema de signos terá características próprias. Há ainda a considerar a orientação de Oliveira (2002, p. 81-82), de que a estética da recepção de Hans Robert Jauss contribui para a análise das obras, visto que “parte da obra resulta, não de suas características intrínsecas, mas da ação criadora do intérprete – que pode englobar, além do leitor individual, toda a consciência social”, sendo esta última um reflexo no indivíduo de um pensamento da coletividade. Esta autora reforça o pensamento de Jauss (1994), sobre a importância do leitor/ouvinte para dar “vida” à obra, sua recepção, que contribui para sua construção. Ressalta-se que a obra literária *O Guarani*, de José de Alencar, já foi traduzida para história em quadros, duas versões para cinema, minissérie, teatro, além das montagens para ópera, até o momento em que se desenvolve esta pesquisa, traduções que também são reflexos de uma recepção que, seguindo o exemplo de Oliveira (idem) em relação a *Hamlet* e à *Eroica*, resultariam em um número de *Guaranis* igual ao número de leitores do texto literário ou espectadores da ópera. Solange Oliveira (2002, p. 81-83), discorrendo sobre a Estética

² Nas palavras de Pierce (PIERCE, Semiótica, p. 61) representar é “estar em lugar de, isto é, estar numa tal relação com um outro que, para certos propósitos, é considerado por alguma mente como se fosse outro”.

da Recepção e a análise da obra musical, afirma que cada texto supõe um intérprete e um leitor implícito, atribuindo “tal importância ao papel da recepção que admite a existência de tantos *Hamlets* quanto forem os leitores do texto ou os espectadores da peça, ou de sinfonias *Eroica* em número igual ao de seus ouvintes”. *O Guarani* a que tiveram acesso os libretistas italianos contratados pelo maestro Carlos Gomes, era uma das duas traduções em italiano do romance de José de Alencar, o que atendia aos propósitos do compositor, tendo em vista que, caso a obra estivesse na língua original, o português, os libretistas não poderiam atendê-lo (GÓES, 1996).

A Literatura oferece diversos formatos para a elaboração do texto, “é linguagem carregada de significado” (POUND, 1973, p. 32). O gênero romance é um deles. Como forma de expressão artística, linguagem, a Literatura é um poderoso meio de comunicação e transformação, como ensina Barthes (1989), “é novidade que permanece novidade” (POUND, 1973, p. 33) e se “definida metaforicamente como alma, a literatura é o elemento por excelência de identificação e de união de um povo”, sendo esta uma razão para a necessidade de se construir uma literatura brasileira, importante para uma nação em construção (MARTINS, 2005, p. 179). No contexto do Romantismo, diante da nova configuração das cidades e da sociedade, e, no caso d’*O Guarani* de José de Alencar, circulando, inicialmente, em folhetim, o romance era um texto que apresentava aspectos relativos às características do Romantismo e refletia a vida da nova classe social que surgiu, a burguesia, em decorrência das transformações que a Revolução Francesa provocou, como a passagem do regime monárquico para a democracia, o que, no Brasil, só ocorrerá após a Proclamação da República, ou aquelas provocadas pela Revolução Industrial, como o início do modelo econômico do capitalismo, o que, no Brasil, ocorrerá de forma diversa devido ao contexto vigente, escravista e agrário (FIGUEIREDO, 2017; MOISÉS, 2013).

Segundo Azevedo (2013), até o século XIX, esse gênero era voltado, especialmente, ao público feminino³, devido ao preconceito de que, para apreciar o romance, não era necessário grande preparo intelectual. Essa autora ainda afirma que o gênero era considerado inferior, deturpando os valores da sociedade, além de induzir às paixões exacerbadas. Fanini (2013) corrobora a afirmação de Azevedo (2013), esclarecendo que os primeiros romances não eram considerados cultura séria e orienta que sua origem remonta à era renascentista, com Miguel de Cervantes (1547-1616) e François Rabelais (1494-1553). Moretti (2009) atribui à grande produção de romances, numa época em que o consumo das obras estava aumentando porque o mercado estava propício, o fato de que os romances produzidos não exigiam muita atenção, gerando uma leitura de distração, que não exigia consistência. Como um romance de folhetim, que começa a circular “no dia 1º de janeiro de 1857, no rodapé” do *Diário do Rio de Janeiro* (MARTINS, 2014, p. 12), *O Guarani* de José de Alencar se encaixa na perspectiva descrita por Azevedo (2013), Fanini (2013) e Moretti (2009).

Fanini (2013, p. 29) aponta as características do romance de folhetim, presentes n’*O Guarani*, produzido desta forma no início, que influenciaram o romance como gênero:

a multiplicidade das peripécias; das tragédias; dos crimes; dos acasos; das situações inusitadas e extraordinárias; dos diálogos exaltados e no limiar de situações trágicas como a morte; a amplificação do enredo; o sentimentalismo exaltado; o universo dos fracos e injustiçados e a flexibilidade do herói que assume diversas posições sociais, afasta a narrativa de uma possível homologia com o universo burguês ordenado, bem comportado, lógico e racional.

Segundo Fanini (2013, p. 21),

A cultura popular milenar do riso, os gêneros familiares, a fala cotidiana e o plurilinguismo social são elementos estruturantes do discurso romanescos. O

³Veja-se o prólogo na edição de *O Guarani* de 2014, em que Alencar inicia o texto com uma orientação de que foi sua prima que gostou da história e pediu que o autor escrevesse um romance.

romance é internamente dialógico, pois ele é sempre um discurso indireto em conflito com os gêneros oficiais e com a cultura oficial. Além disso, é sempre um discurso indireto à medida que o contexto do narrador ou narradores enquadra a fala do(s) outro(s), construindo uma imagem para essa fala.

Fanini (idem) vem ao encontro do pensamento em relação à prosa romanesca de Bakhtin (TEZZA, 2008), que destaca o caráter dialógico da linguagem, construída numa relação de ação e reação do autor com o contexto. Neste tipo de texto, o autor é colocado como externo à obra, mas, por meio dela demonstra, inclusive, empatia ou antipatia diante das ações e atitudes do personagem e do contexto na narrativa, apresentando-o de forma positiva ou negativa.

Figueiredo (2017), ao discorrer sobre as concepções de Hegel, Shlegel, Luckács e Bakhtin em relação ao romance, reforça que o gênero, por seu caráter fluido, dialógico, plurilinguístico e pluriestilístico, além de possibilitar alteridade e a expressão de várias vozes sociais, torna-se o estilo mais adequado ao escritor do período Romântico, diante do novo cenário que a realidade apresentava. Como explica Machado (2008, p. 153), no romance “Bakhtin encontrou a representação da voz na figura dos homens que falam, discutem ideias, procuram posicionar-se no mundo”, que “surge como um gênero de possibilidades combinatórias não apenas de discursos como também de gêneros”.

Segundo Moisés (2012; 2013), o Romantismo surge na Inglaterra, assim como o romance, manifestando-se também na Alemanha e na França, ganhando, neste último, características de um movimento cultural, artístico, filosófico e social, que se espalhou pelo restante da Europa e do mundo. Tem três fases e percorre o século XIX, momento em que o romance se firma como gênero literário, conquistando a preferência dos escritores pela liberdade e diversidade de estilos que oferece. Este autor explica que a poesia continua a ser produzida, mas outras tipologias textuais começam a ser desenvolvidas, como “o teatro, a prosa de ficção, o jornalismo, a crítica e a historiografia literárias” (Idem, p. 395). Bosi (2012, p. 102) afirma que “a sua relevância (do romance) no século XIX se compararia, hoje, à do cinema e da televisão”.

Destes novos formatos, o jornalismo ganha destaque, pelo papel que assumiu, dando voz à opinião pública, onde questões políticas eram debatidas, mas “com o tempo, a atividade literária encontrou abrigo nas páginas de jornal e nelas permaneceu durante o século XIX, dividindo a praça com o livro e a revista” (MOISÉS, 2012, p. 395). A literatura vai se firmando e alcançando um público cada vez maior, inclusive pelo próprio desenvolvimento alcançado pela imprensa neste período. No entanto, percebe-se que o romance é avaliado sob diferentes perspectivas em relação à influência que exerce no público, até contraditório, em alguns casos. Azevedo (2013), Moretti (2009) e Fanini (2013) o apontam como gênero voltado ao público feminino, pela ausência de cultura séria ou complexidade que contribua para o intelecto, apenas uma leitura de distração, inferior, mas também “capaz de corromper valores da sociedade” e provocar paixões exacerbadas, o que ocasionava sua restrição ao público feminino, como se verifica em Meyer (1996) e Bosi (2012) que afirma que o romance interessava a um público culto e semiculto, ou seja, atendia às expectativas do leitor mais exigente.

De acordo com Moisés (2013), o romance romântico tem relação com a novela, já que esta também é escrita na forma de episódios que se sucedem de forma linear, que se conectam de forma lógica e com a finalidade de distração do leitor, que fica entretido com o desenrolar dos acontecimentos do enredo. Meyer (1996) também associa a produção em pedaços do romance às novelas que atraem o público que aguarda, ansiosamente, o desenrolar das histórias nos próximos capítulos.

Azevedo (2013) explica que este gênero vem se mesclando com outros como a poesia, o teatro, a crítica literária, a filosofia, a linguística, a música, a pintura, a fotografia. O resultado dessa incorporação é que o romance representa os outros gêneros, sendo também representado por eles, numa relação dialógica. Moretti (2009) destaca que, mesmo que haja outros tipos de escrita, como o verso, a prosa é a forma mais utilizada no romance. Já no século XIX o romance dialoga com outras formas de arte, como a música, o teatro, a poesia e a ópera, de onde surgem obras traduzidas de uma linguagem para outra, como ocorreu com *O Guarani* de José de Alencar. As aproximações entre as artes originam-se na Antiguidade, resultando em “textos gerados por diferentes sistemas sígnicos” que “mutuamente se enriquecem e iluminam” (OLIVEIRA, 2002, p. 10).

Como já foi citado anteriormente, os anseios dos indivíduos pela conquista da liberdade, desperçados pela Revolução Francesa foram intensificados durante o Romantismo, de forma que o “eu” do sujeito se manifestasse de forma plena, e a música proporcionava a expressão desses anseios, inicialmente com as composições de Haydn, Mozart e Beethoven (VILAR, 2008), e depois com óperas como as de Carlos Gomes. Oliveira (2002) afirma que a obra de arte é produto da cultura e do contexto histórico em que é produzida e a pesquisa sobre essa criação artística, e das relações entre as intersecções da literatura e da música contribuem para a compreensão dessa cultura e da própria história da sociedade. Em um período de acentuado sentimento nacionalista, percebe-se que o bom selvagem, personagem exótico, representante da cor local de Carlos Gomes não encontrará oposição à sua conduta exemplar, já que as principais personagens presentes no romance de Alencar (2014) que fazem assertivas para marcar sua imagem foram suprimidas na história da ópera: D. Lauriana e Isabel. Na ópera de Carlos Gomes a figura do índio Peri será sempre exaltada como se espera para um herói que carrega a responsabilidade de representar o povo da nação brasileira, mesmo que o primeiro intérprete de Peri estivesse usando barba e bigode e um traje com listras azuis e brancas e sandálias de couro, além das tradicionais penas como adereços, porquanto, em ópera, a forma física nem sempre se encaixa no papel que o cantor representa, “na ópera, imagina-se e sonha-se, e não se sai em busca da realidade, inimiga maior do teatro, mundo de ilusão e onde tudo é possível, [...]” (GÓES, 1996, p. 108). As intérpretes de Cecília, por exemplo, não se encaixam na descrição da jovem de beleza ideal, no padrão europeu, loura, de olhos azuis, tampouco os intérpretes de Peri correspondem ao índio de porte atlético e beleza digna do selvagem descrito no romance de José de Alencar, o importante era cantar bem. Góes (1996) destaca que o cacique aimoré, por exemplo, numa das montagens da ópera na Europa, foi representado por um cantor cuja voz era mais suave do que o esperado para um índio feroz como o que fazia parte daquela tribo.

A música sempre fez parte das manifestações do homem, como uma forma de expressão da cultura nos diferentes contextos sociais onde foi executada. “[...] é carregada de sentidos e marcada pela cultura” (COLI, 2003, p. 10). Mário de Andrade (apud COLI, 1998, p. 131) diria que “essas expressões rítmicas, destituídas de palavras, não são mero acaso, mas realidades expressivas profundas que a música consegue dizer, mesmo sem o auxílio intelectual da palavra”, abordando a música como expressão possível das “necessidades humanas” e, quanto ao canto falado, a ópera, após reconhecer sua importância, se rende aos seus encantos. Considere-se também, “no discurso musical, os efeitos onomatopaicos, as diversas formas imitativas. E também o gesto pressuposto pela ação, ou a coreografia articulando-se com os sons nos bailados” (COLI, 2003, p. 20-21), como pode ser percebido nos balés executados na ópera *Il Guarany* de Carlos Gomes, durante o terceiro ato, numa cena em que Peri e Cecília foram fei-

tos prisioneiros dos aimorés e a tensão do que ocorrerá após essa prisão, a posterior execução do herói e a realização de um casamento entre Cecília e o cacique aimoré é mantida pela dança durante quase vinte minutos (SCALVINI; d'ORMEVILLE, 2018). O ritmo da música, acentuado pelos movimentos e passos dos bailarinos e a presença da variação do tema da abertura da ópera promovem o discurso de forma a refletir a expressão das ideias relacionadas no texto formado pelo libreto e pela partitura da ópera.

A palavra já traz em si uma possibilidade poética e musical, mas “[...] a música e a palavra unidas não se justapõem: elas transformam-se numa outra língua” (COLI, 2003, p.18). A origem da palavra música, do grego *mousiké*, apresenta sua conotação do envolvimento e do trânsito entre as artes, relacionando música, poesia e dança, ou seja, a relação da música com a literatura está implícita em sua etimologia (SILVA, 2007). Assim como *O Guarani*, outras obras literárias estão relacionadas nessas duas linguagens, como *L'africaine* (1865) de Meyerbeer “de modo longínquo, nos Lusíadas” de Camões (COLI, 2003, p. 114), e a obra instrumental, a *Kreiseriana* Op. 16 de Robert Schumann e E.T.A. Hoffmann (VERMES, 2007) entre outras.

Por ser a mais abstrata entre todas as artes, a música pode, em comprometedor aliança inter-artística com a literatura ou até mesmo a música pura, representar a natureza. Certos instrumentos ou grupamentos de instrumentos podem sugerir ou favorecer a representação do mundo real. Existem, na história da música, vários exemplos clássicos de obras que representam coisas, eventos e fenômenos através da música [...] O quarteto de cordas *Burraco de pau* (1894), de Carlos Gomes é um exemplo bem humorado desta categoria, por apresentar no último movimento tema musical cujos recursos técnicos nas cordas lembram um burro zurrando, aos pulos (SILVA, 2007, p. 31-32).

Tarasti (2008) aponta as possibilidades de representação mimética da música, não apenas dos sons do mundo real, mas também dos sentimentos, estados de ânimo e dos personagens, de mensagens extramusical numa espécie de intertexto⁴ que o indivíduo vai acessando durante a execução da obra. A mimese da representação do mundo real através dos sons, como explica Silva (2007), promove uma interação maior entre o espectador e a obra musical, ampliada pela percepção multissensorial do indivíduo que, de acordo com Plaza (2003) e Oliveira (2002), percebe a obra por mais de um sentido, o que contribuiu para uma relação de semiose entre as artes. A ópera surge dessa relação, da possibilidade de, através das várias linguagens da arte que a compõem, expressar de modo mais completo a ideia do compositor. Figueiredo (2017, p. 90) afirma que este é o “gênero musical característico do período romântico”.

Como afirmam Abbate e Parker (2015), a ópera é uma obra de arte completa, em que são apreciados vários tipos de obras de arte (música, artes visuais, dança, teatro, canto). “[...] exige, para sua compreensão, uma musicologia que dependa da história da cultura, que perceba os sons musicais como apenas compreensíveis dentro dos parâmetros de uma dada cultura” (COLI, 2003, p. 20).

Essa semiose entre as artes que compõem a ópera permite estudos que analisem as obras sob aspectos que ultrapassam a superficialidade da forma, justamente pela complexidade de se avaliar uma obra cuja “leitura” deve ser de caráter intersemiótico. Assim, Oliveira (2002) discute teorias literárias como possibilidades para a análise musical, considerando que os diferentes tipos de linguagens artísticas que compõem a ópera apresentam estruturas equivalentes e, “quando uma criação artística produz efeitos semelhantes aos que caracterizam outra arte”, alcança a transcendência (idem, p. 11).

⁴Tarasti (TARASTI, Los signos em La historia de la música, historia de la semiótica musical”. Semiótica musical, Tópicos Del Seminario, v.19, p. 15-71, entende intertexto como uma seção ou frase de um texto que promove uma conexão com outro texto, que pode ser formado por outra linguagem: musical, visual, literatura etc.

Os libretos, o texto que vai ser cantado na ópera com a descrição da ação, cenários etc. eram adaptações de obras literárias ou teatrais, sendo escritos pelos próprios compositores, em alguns casos, como com Wagner e, a partir do século XIX, o libretista é contratado por eles, para escrever o texto que, depois, era musicado (FIGUEIREDO, 2017). A relação entre as artes principia com a parte escrita da ópera, o libreto, que contém a história que vai ser encenada, e pode ser inspirada em um texto literário ou original. No caso da obra *Il Guarany*, composta por Carlos Gomes, a inspiração é a obra literária de José de Alencar, *O Guarani*. O texto que é cantado, as didascálias, a descrição dos cenários, constam do libreto. As cenas são cantadas, não apenas ditas, a palavra é musical, “se a música é sua espinha dorsal, ela não é feita apenas de som, [...] um libreto de ópera não se sustenta sozinho, mas a música da ópera também não” (COLI, 2003, p. 20). A ópera é o resultado de uma composição musical, um texto (libreto), cenário, iluminação, dramatização, canto, figurino, acessórios, uma quantidade de informações que, juntas, carregam a expressão dos sentimentos e ideias dos autores e compositores. Assim, o texto literário de José de Alencar, que, no livro, é transmitido por palavras, se transforma numa obra que usa vários tipos de signos para contar a história de Peri, a ópera.

O romance de Alencar (2014) foi transformado num texto poético para o canto lírico, em que o compositor demonstra uma constante preocupação “com as palavras, a métrica, a sonoridade das combinações vocabulares” (GÓES, 1996, p. 94).

A abertura de *Il Guarany* antecipa a grandiosidade da ópera que tornaria Carlos Gomes reconhecido na Itália, na Europa e também no Brasil, onde chegou a ser conhecida como um segundo Hino Nacional do Brasil (GÓES, 1996) e identificada diariamente na atualidade, quando é executada no início de um programa de rádio exibido diariamente em rede nacional, *A voz do Brasil*. Em *Il Guarany*, a abertura apresenta melodias que retornam durante a ópera, contribuindo para a identificação dos personagens principais, Peri e Ceci. É possível identificar nesta introdução da ópera as características da música romântica: intensa, emocional, com variações de dinâmica, intensidade e altura que correspondem aos sentimentos exagerados e à inconstância que acompanhavam os artistas românticos, antecipados por Beethoven (VERMES, 2007; FIGUEIREDO, 2017).

Essas variações constantes de dinâmica e andamento (e densidade na partitura para orquestra) são constantes na obra *Il Guarany*. Na execução da partitura original pela orquestra, o trecho inicial conta com grande número de instrumentos, sobretudo de metal, percussão, seguidos pelos instrumentos de cordas e, no trecho seguinte, os instrumentos de madeira e os violinos, que também são cordas, contribuem para uma execução suave que cria o ambiente da natureza brasileira apresentada no início do livro, onde vive o herói da história, Peri. Sobre essas possibilidades de representação dos sons dos instrumentos, Tarasti (2008) afirma que os timbres dos instrumentos contribuem para criar a mimese entre o indivíduo, a natureza e a música, produzindo signos que representam os cenários, os sentimentos, o ambiente adequado à recepção da ópera como gênero.

Os signos de que se servem o músico e o escritor são diversos, mas, através deles, cada um transmite sua ideia. Se no livro José de Alencar utiliza a palavra para descrever personagens, cenários, falas, figurinos, sentimentos, ações, divisão dos capítulos para organizar o texto e a história, na ópera todos esses itens estão presentes, mas com uma linguagem mais complexa em relação à organização das formas de arte que, juntas, pretendem transmitir a ideia percebida na literatura. Como foi descrito, esse trânsito interartes vem sendo feito com muita habilidade e contribuindo para a permanência e o consumo da obra. No caso de *O Guarani*, o acesso pode ser feito por filme, teatro, minissérie, quadrinhos, ópera e a obra literária, o público pode escolher a que mais o agrade e esteja presente no contexto em que esteja vivendo.

O sujeito-receptor confabula com a arte e a representação, através da *mimesis*, liga-se às multifaces do mundo real através do objeto artístico. O que o ser humano busca através da arte é, ao menos, também se aproximar desse mundo real e dele ser parte através do conhecimento. [...] Pelamimesis, o sujeito-receptor percebe a natureza através da atividade representativa que, reflexionada, torna-se parte do conhecimento. [...] Desse modo, a reflexão vem a ser o processo cognitivo no qual, ao perceber o mundo real, o sujeito-receptor elabora e reelabora deste mundo conceitos embasados no conhecimento adquirido (SILVA, 2007, p. 24-25).

As obras de arte, como depreende-se das palavras de Silva (idem) oferecem ao indivíduo uma relação dialógica e mimética com a realidade. Como são obras criadas por indivíduos que estão no contexto de sua produção, são espaços para manifestação do “eu” diante dessa realidade, mas, ao mesmo tempo, oportunizam ao sujeito receptor identificar-se com esses personagens e as situações que vivencia, estando ele no mesmo espaço temporal ou em outro tempo histórico. Se as obras de arte contêm em seu bojo aspectos do autor e do tempo em que são produzidas, ao mesmo tempo em que agregam conteúdo cultural e histórico ao receptor, a cada interpretação ou leitura será reelaborada pelo conhecimento construído, num processo de significação e inter-relação com a realidade circundante. Como explica Oliveira (2002, p. 85), “o sentido não é uma propriedade permanente da obra de arte, mas algo repetidamente constituído e reconstituído pela leitura, pela contemplação ou pela audição criativa” e essa construção ocorre dentro de convenções institucionais que movem a ação criadora do leitor/intérprete/ouvinte da obra. Esta autora afirma que não é possível saber exatamente como foi a produção e a recepção da obra na época de sua criação, mas pode-se perceber que as normas e expectativas do público naquele contexto interferem na “leitura” da obra. “O ato de ouvir cria, em parte, a obra ouvida, tal como acontece com a leitura em relação ao texto literário” (OLIVEIRA, 2002, p. 90).

As traduções intersemióticas, de livros para filmes, de música para dança, do texto literário para encenação teatral, entre outras, contribuem para que o sujeito receptor tenha acesso às obras, ao texto/ideia que elas comunicam e contribuem para que tais obras sobrevivam em diversos tempos/espaços e em sistemas de signos que atendam às necessidades do indivíduo, permitindo a ampliação de suas percepções sensoriais, já que envolvem sentidos diversos na recepção da obra. Seja através das palavras, na Literatura, dos vários signos de se compõe a ópera (música, cenário, iluminação, dramatização, canto, figurino, libreto), ou de sistemas de signos mais recentes, como o cinema e o vídeo, observa-se a possibilidade de comunicar a ideia do autor. Esse tipo de tradução, entre sistemas de signos diversos, permite, inclusive, que obras literárias como *O Guarani*, de José de Alencar, alcancem públicos de tempos históricos, faixas etárias e formações as mais diversas, que podem “ler” o texto em diferentes formatos, ampliando as possibilidades de acesso do sujeito ao objeto artístico e, através dele, ao conhecimento, à cultura, à Arte, aos contextos dos diferentes tempos históricos que o compõem.

Referências Bibliográficas

- ABBATE, Carolyn; PARKER, Roger. *Uma história da ópera: os últimos quatrocentos anos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, 688p.
- ADORNO, Theodor W. *Teoria estética*. São Paulo: Martins Fontes, 1982, 201p.
- ALENCAR, José de. *O Guarani*. 3ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014, 528p.

- AZEVEDO, Cláudia Chalita de. “A formação e o desenvolvimento do romance”. *Revista Cadernos do IL*, Porto Alegre, nº 47, pp.104 – 122, 2013.
- BARTHES, Roland. *Aula*. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Editora Cultrix, 1989, 96p.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 1992, 424p.
- _____. *História concisa da literatura brasileira*. 48ª ed. São Paulo: Cultrix, 2012, 568p.
- COLI, Jorge. *Música final: Mário de Andrade e sua coluna jornalística Mundo musical*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1998, 407p.
- _____. *A paixão segundo a ópera*. São Paulo: Perspectiva, 2003, 138p.
- FANINI, Angela Maria Rubel. “O romance: uma forma ético-política na perspectiva bakhtiniana”. *Revista Bakhtiniana*, Ver. Estud. Discurso, São Paulo, vol.8, n.1, pp. 21-39, 2013.
- FIGUEIREDO, Denise de Lima Santiago. *O Guarani: o romance de José de Alencar na ópera de Carlos Gomes*. 2017. 138f f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, 2017.
- GÓES, Marcus. *Carlos Gomes: a força indômita*. Belém: SECULT, 1996, 432p.
- JAUSS, Hans Robert. *A história da literatura como provocação à teoria literária*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994. 78p.
- MACHADO, Irene. “Gêneros discursivos”. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, pp151-166.
- MARTINS, Eduardo Vieira. “Apresentação”. In: ALENCAR, José de. *O Guarani*. 3ª ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014, pp11-42.
- _____. *A fonte subterrânea: José de Alencar e a retórica oitocentista*. Londrina: Eduel, 2005, 270p.
- MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, 478p.
- MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira: das origens ao romantismo*. V.I. São Paulo: Cultrix, 2012,728p.
- _____. *A literatura portuguesa*. 37ª ed. São Paulo: Cultrix, 2013, 576p.
- MORETTI, Franco. “O romance: história e teoria”. Trad. Joaquim Toledo Jr. *Revista Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 85, pp.200-213, 2009.
- OLIVEIRA, Solange Ribeiro de. *Literatura e música: modulações pós-coloniais*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002, 221p.
- PIERCE, Charles S. *Semiótica*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2017, 337 p.
- PLAZA, Julio. *Tradução intersemiótica*. 1ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003, 232p.
- POUND, Ezra. *Abc da literatura*. Tradução de Augusto de Campos e José Paulo Paes. 2ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1973, 218p.
- SCALVINI, Antonio; d'ORMEVILLE, Carlo. *Il Guarany: melodrama em quatro atti*. Disponível em :<<http://www.librettidopera.it/zpdf/guarany.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2018.
- SCHWAB, Klaus. *A quarta revolução industrial*. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016, 160p.
- SILVA, José Eduardo Rolim de Moura Xavier. *D'O Guarani a Il Guarany: a trajetória da mimesis da representação*. Maceió: EDUFAL, 2007. 180 p.
- TARASTI, Eero. “Los signos en la historia de la música, historia de la semiótica musical”. *Semiótica musical, Tópicos del Seminario*, v.19, p. 15-71, 2008.
- TEZZA, Cristovão. “Poesia”. In: BRAIT, Beth (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2008, pp195-218.
- VERMES, Mónica. *Crítica e criação: um estudo da Kreisleriana Op. 16 de Robert Schumann*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007, 182p.
- VILAR, Gerard. “Introducción”. In: ADORNO, Theodor. *Sobre la música*. México: Ediciones Paidós/I.C.E. de la Universidad Autónoma de Barcelona, 2008, pp9-23.

**“Sons, palavras, são navalhas”
Antônio Carlos Belchior e as canções de Alucinação (1976)
“Sounds, words, are razors”
Antônio Carlos Belchior and the songs of Alucinação (1976)**

André Luiz Rocha Mattos Caviola

Assistente de arte e educação no Museu Inimá de Paula (BH/MG);

Professor de História da Rede Pública de Ensino de MG

Email: andrecaviola@live.com

Recebido em: 03/07/2019 – Aceito em 29/12/2019

Resumo: O objeto de análise desse artigo é o disco “Alucinação” do músico e compositor cearense Antônio Carlos Belchior, lançado em 1976 pela gravadora Polygram/Philips, com dez composições de sua autoria. Dentro do estudo da canção, o historiador Marcos Napolitano lança as bases para uma análise que compreende tanto os mecanismos verbo-poéticos e os parâmetros musicais que na experiência estética da canção formam uma unidade. Além dessa dupla articulação proposta por Napolitano, pretende-se relacionar neste trabalho o disco alucinação a outras tipologias documentais, associando-os a temas da historiografia e a problemática de seu próprio tempo, como a contracultura nos anos 1960, os anos da repressão durante a ditadura civil-militar, a emergência de uma nova geração de artistas, a tentativa de uma proposta musical pós-tropicalista e a articulação entre o regional e o nacional presente nas canções do disco.

Palavras-chave: História e música, Belchior, Alucinação.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the album “Hallucination” by musician and composer Antônio Carlos Belchior, released in 1976 by the Polygram / Philips label, with ten compositions of his own. With in the study of the song, historian Marcos Napolitano lays the groundwork for an analysis that comprehends both the verb-poetic mechanism and the musical parameters that form a unity in the aesthetic experience of the song. In addition to this double articulation proposed by Napolitano, the aim is to relate in this work the hallucination disc to other documentary typologies, associating them with themes of historiography and the problematic of his own time, such as counter culture in the 1960s, the years of repression during civil-military dictatorship, the emergence of a new generation of artists, the attempt of a post-tropicalist musical proposal and the articulation between the regional and the national present in the songs of the disc.

Keywords: History and music, Belchior, Hallucination.

Introdução

O que pesa no Norte cai no Sul

Antônio Carlos Belchior (1946-2017) foi um músico e compositor cearense natural da cidade de Sobral. Quando adolescente, saiu de sua cidade para fazer parte do mosteiro dos capuchinhos. Antes de ordenar-se monge, mudou-se para Fortaleza, ingressando no curso de Medicina. Foi na capital cearense, onde sua carreira musical teve início, que conheceu Fagner, Ednardo, Fausto Nilo, Rodger Rogério, Cirino e Teti, compartilhando afinidades musicais. Ainda no quarto ano de curso, mudou-se para o Rio de Janeiro, abandonando a graduação. Durante os anos de 1970 e 1980, Belchior gravou 11 discos, ganhou festivais, alcançou reconhecimento nacional, participou de programas de televisão e realizou vários shows e apresentações. Concomitantemente, dedicou-se a outras atividades, como a pintura, o retrato e autorretrato, e o projeto de ilustração do livro *A Divina Comédia*, de Dante Alighieri. No ano de 2007, deu início ao seu afastamento dos amigos e da mídia, junto de sua companheira. O afastamento se estendeu por dez anos, até sua morte. Durante esse período, Belchior percorreu o interior

¹ KELMER, Ricardo. (Org.) Para Belchior com amor. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016; MEDEIROS, Jotabê. Belchior: Apenas um rapaz latino-americano. São Paulo: Todavia, 2017.

² SEVERIANO, Jairo. Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade - São Paulo: Editora 34, 2013 (3ª edição), p. 420.

do Rio Grande do Sul e o Uruguai, vindo a falecer na cidade de Santa Cruz do Sul, município do estado rio-grandense¹.

Segundo Severiano, após a efervescência cultural dos anos 1960 no eixo Rio e São Paulo e com a consolidação de artistas como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, dentre outros, a música brasileira adquire uma nova característica, a dos regionalismos musicais². Miriam Hermeto, por sua vez, aponta que a passagem dessa década é caracterizada pela diversidade da produção musical, identificada na formação de alguns coletivos de artistas. Esses grupos desenvolveram formas específicas de produzir a canção popular, sendo incorporados paulatinamente pelo mercado que se encontrava em transformação³.

Dentre esses músicos, destaca-se a figura de Antônio Carlos Belchior (1946-2017). O disco *Alucinação*, de 1976, é o seu segundo trabalho de estúdio. Antes já havia gravado o LP *Mote Glosa*, de 1974, pela gravadora Chantecler, com pouca repercussão no cenário musical.

Segundo Medeiros, *Mote e Glosa* é um disco com “composições estruturais visuais, teor concretista, repetição minimalista de ideias”⁴, chegando a ser chamado de “a obra-prima que o fez passar fome”, por seu biógrafo.

Nesse intermédio, entre 1974 e 1976, após a cantora Elis Regina gravar três canções suas, *Alucinação*, *Como Nossos Pais* e *Velha Roupas Coloridas*, Belchior foi convidado por Marco Mazzola para apresentar o repertório de *Alucinação*. Nesse encontro, ele

mostrou ao violão a música “Apenas um rapaz latino americano”, e Mazzola decidiu gravar uma fita demo. O produtor conta que, na primeira conversa que teve com executivos, Belchior foi rejeitado. “Levei a fita para a reunião de produção, todos os produtores da companhia estavam e todo mundo vetou minha contratação, dizendo que o cara cantava anasalado, que o cara era muito feio, não sei o quê”, lembra o produtor musical. Mazzola então foi ao topo: procurou André Midiani, presidente da Polygram na época. [...] O produtor recrutou então os pianistas José Roberto Bertrami, o baixista Paulo César Bastos, os guitarristas Antenor Gandra e Rick Ferreira e o percussionista Ariovaldo Cortesi para participar do álbum⁵.

Gravado no Estúdio Phonogram de 16 canais, no Rio de Janeiro, foi lançado em junho de 1976, com dez canções de autoria de Belchior.

Ainda segundo Medeiros,

poucas coisas poderiam ter dado tão certo. Gravado em três dias, *Alucinação* vendeu meio milhão de cópias (era o tempo em que só Roberto Carlos beirava essa cifra). Transformou Belchior num ídolo universitário intermediário – não tão cheio de grife quanto Chico Buarque, oriundo de família “distinta” nem tão ousado do ponto de vista comportamental quanto Caetano, liderança coletiva, mas completamente acessível, e quase um paradoxo: popular e refinado, compreensível o tempo todo e subcutâneo em suas motivações filosóficas e existências⁶.

O disco foi abordado por diversos meios de comunicação, principalmente, pelas temáticas elencadas pelas canções, a maneira direta de Belchior em comunicar-se com o ouvinte, além da popularidade na voz de Elis das canções executadas em seu espetá-

³ HERMETO, Miriam. Canção popular brasileira e ensino de história: palavras, sons e tantos sentidos. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 125.

⁴ MEDEIROS, Jotabê. Belchior: apenas um rapaz latino americano – São Paulo: Todavia, 1º ed., 2017, p. 59.

⁵ MEDEIROS, Jotabê. Belchior: apenas um rapaz latino americano – São Paulo: Todavia, 1º ed., 2017, p. 91-92.

⁶ Id. *Ibidem*, p. 92.

culo *Falso Brilhante*, estreado em 1975 e encerrado em 1977.

A recepção positiva do disco, em grande parte, pode ser explicado pelo período de mudança no qual o mercado fonográfico brasileiro encontrava-se. Após o recrudescimento da repressão com a instituição do AI-5, o exílio de Gilberto Gil, Caetano Veloso, Geraldo Vandré e Chico Buarque mercado vivia uma reestruturação. Segundo Napolitano, em grande parte, motivada pela perseguição aos artistas mais criativos e valorizados, como também relacionado à segmentação do mercado, que hierarquizava os artistas de acordo com o tipo de produto musical oferecido ao grande público⁷.

Dentro da dinâmica de transformação do mercado fonográfico, podemos destacar o cenário pós-tropicalista existente, no qual a influência do pop-rock, da contracultura e das vanguardas estavam presentes nos trabalhos de alguns compositores, como Novos Baianos, Rita Lee, Raul Seixas e Secos & Molhados. Todos esses artistas⁸ lançaram discos nesse período pós 1972, de recrudescimento da ditadura e do fim dos festivais. Juntamente de Belchior, esses artistas são oriundos de outros centros de produção musical, tecendo diálogos com manifestações musicais diferentes daquelas ligadas aos festivais e às canções de protesto.

Belchior, nesse contexto, era um *outsider*, apresentando-se como “apenas um rapaz latino americano, sem dinheiro no banco e vindo do interior”, como uma de suas músicas afirma. Tecia duras críticas⁹ à geração tropicalista, principalmente Caetano Veloso, devido à adesão dos mesmos a indústria financeira. Defendia a rejeição da lógica do dinheiro em nome da arte e da vida, acenando para o experimentalismo e as propostas existencialistas como alternativas para a indústria cultural¹⁰.

Portanto, nesse artigo, pretende-se relacionar o disco *Alucinação* à outras tipologias documentais, associando-os a temas da historiografia e a problemática de seu próprio tempo, como a contracultura dos anos 1960, os anos de repressão durante a ditadura civil-militar, a emergência de uma nova geração de artistas, a tentativa de uma proposta musical no cenário pós-tropicalista e a articulação entre o regional e o nacional presente nas canções do disco.

Para auxiliar nessa tarefa, dentro do estudo da canção, Napolitano propõe uma dupla articulação musical e verbal¹¹ para análise das canções. Além dessa proposta, faz-se necessário realizar o entrecruzamento entre as diversas fontes, sejam elas as canções, entrevistas, capas dos discos ou a crítica presente nos jornais ou periódicos específicos. Segundo Arcanjo, através da variação da tipologia documental é possível perceber uma relação mais complexa entre música e sociedade¹².

Você diz que depois deles não apareceu mais ninguém

A repercussão do disco *Alucinação*, lançado em 1976, foi imediata, diferentemente de seu primeiro trabalho intitulado *Mote e Glosa*, de 1974. *A Revista Pop*, importante periódico sobre música da época, lançou duas notas sobre o lançamento do disco, em julho de 1976 e junho de 1977:

O som de Belchior é uma das coisas mais fortes e importantes que têm acontecido na música brasileira, nos últimos anos. Compositor da chamada “nova geração de briga da MPB”, Belchior começa a despontar como o nome mais popular desse movimento. Suas letras, diretas e lancinantes, não deixam tempo para o ouvinte sequer tomar fôlego, tal a riqueza de imagens e emoções. *Alucinação* é o seu segundo LP¹³.

⁷ NAPOLITANO, Marcos. História & Música, pp. 69-70.

⁸ Novos Baianos: Novos Baianos Futebol Clube, 1973; Novos Baianos, 1974; Vamos Para o Mundo, 1974; Caia Na Estrada e Perigas Ver, 1976; Praga Do Baiano, 1977. Rita Lee: Hoje é o Primeiro Dia do Resto da Sua Vida, 1972; Atrás do Porto Tem Uma Cidade, 1974; Fruto Proibido, 1975; Entradas e Bandeiras, 1976. Raul Seixas: Os 24 Maiores Sucessos da Era do Rock, 1973; Krig-ha, Bandolo!, 1973; Gita, 1974; Novo Aeon, 1975; Há 10 Mil Anos Atrás, 1976. Secos e Molhados: Secos & Molhados, 1973; Secos & Molhados II, 1974; Secos & Molhados III, 1978. ⁹ Sobre a relação ambivalente entre Belchior e outros compositores, com destaque para Caetano Veloso, Gilberto Gil e Chico Buarque, ver: CARLOS, Josely Teixeira. Fosse um Chico, Um Gil, Um Caetano. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, USP, 2014.

¹⁰ RIDENTI, Marcelo. Brasilidade Revolucionária: um século de cultura e política. – São Paulo: Editora Unesp, 2010, pp. 266-267.

¹¹ NAPOLITANO, Marcos. História & Música - história cultural da música popular - 3 ed. rev.; 1. reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2016, pp. 78-79.

¹² ARCANJO, Loque. História da música: reflexões teórico-metodológicas - Revista Modus - Ano VII / Nº 10 - Belo Horizonte - Maio 2012, p. 13.

¹³ Alucinação, Revista Pop, julho, 1976.

¹⁴ Belchior (WEA), Revista Pop, junho, 1977.

No ano passado, o segundo LP deste cearense (*Alucinação – Phonogram*) foi direto da fábrica para as paradas de sucesso. E ele foi recebido pelo público e parte da crítica como uma espécie de redentor poético de sua geração musical pós-tropicalista. Seus poemas longos, urbanos e relativamente críticos serviam de tema para acaloradas discussões, de bandeira para rebeldia juvenil. Mas poucos perdoavam a voz arranhada, gutural, desse menestrel moderno¹⁴.

Além de uma reportagem de duas páginas realizadas por Eduardo Athayde, também em junho de 1976:

A cara larga de vaqueiro. A fome insaciável pelo novo. A rebeldia. A provocação. O indiscutível talento. Tudo isso somado, resulta em Belchior, nascimento Antônio Carlos Gomes Belchior Fontinelle Fernandes, cearense de 29 anos. Ele afirma apenas que é “um rapaz latino americano”. E eu digo que isso quer significar três coisas: não cede, não concede, se impõe. O seu novo LP, intitulado “Alucinação”, vai fazer a cabeça de todos os que estiverem atentos a música e principalmente à letra. É o LP do ano, não tenho a menor dúvida. Quem não se tocar, dançou. [...]. Vou pecar pela repetição, mas acho que o trabalho de Belchior se resume no verso: quero que o meu canto torto feito faca, corte a carne de vocês. O torto, no caso, talvez se reflita na simplicidade do fraseado musical. Mas o afiado da faca pinta em cada um dos versos que faz, ele que é um letrista da pesada¹⁵.

Os aspectos destacados pelos jornalistas, “letras diretas e lancinantes”, “poemas longos, urbanos e relativamente críticos”, “a fome insaciável pelo novo” vão ao encontro do que Ridenti chama de “culto pelo novo”, nos fins dos anos 1970. Caracterizava-se numa ideologia dos novos movimentos sociais, ligados à modernização da sociedade brasileira, em oposição à repressão da ditadura. Enquanto nos anos 1960, o novo (Cinema Novo, Bossa Nova, Tropicália etc) estava relacionado à recuperação e superação de aspectos do passado para afirmação de novas ideias de povo e nação, nos anos 1970 relaciona-se a construção e consolidação de uma cultura urbana, de esperança no futuro e ruptura com o passado. No campo político, o surgimento do PT, em 1979, é um exemplo desse sentimento que vigorava nos meios musicais, intelectuais e políticos, pois procurava romper com a tradição nacional popular e consolidar-se como uma organização que se convergia ao novo sindicalismo, as comunidades eclesiais de base e aos remanescentes de partidos e movimentos de esquerda, todos estes, extremamente atuantes nos bairros pobres das grandes cidades. A classe média, insatisfeita com o atual momento vivido, também tinha sua parcela de adeptos às propostas do PT¹⁶.

No que diz respeito às sonoridades, não há menção nas entrevistas. O ponto de convergência de ambas está na maneira de Belchior comunicar-se com o público, da forma direta que suas canções são construídas e as temáticas nelas contidas, representando o que estava em alta no seu contexto. Belchior apresentava-se como um revolucionário, imigrante nordestino que propunha a superação da tradição em nome da construção de novas perspectivas. Dialogava mais com os movimentos da contracultura nos Estados Unidos, como o movimento hippie, do que com a revolução das massas e a esquerda revolucionária. Em tempos de repressão, esse discurso acenou de maneira otimista, como uma nova possibilidade que se anunciava.

Aloysio Reis utiliza esses fatores em janeiro de 1977 para justificar a expectativa de um segundo trabalho¹⁷ ao publicar no *Jornal de Música* que *Alucinação*

¹⁵ ATHAYDE, Eduardo. Belchior: o que me interessa é amar e mudar. *Revista Pop*, junho, 1976.

¹⁶ RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade Revolucionária: um século de cultura e política*. – São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 356.

¹⁷ É interessante ressaltar que *Alucinação* é o segundo trabalho de Belchior. O autor da reportagem parece ignorar o disco *Mote e Glosa*, de 1974, ao apresentar o *Alucinação* como trabalho de estreia do autor.

¹⁸ REIS, Aloysio. Belchior “Alucinação”. *Jornal de Música*, janeiro, 1977.

foi o disco brasileiro mais badalado de 1976 e tinha que ser. Afinal, já estávamos des acostumados a ver alguém chegar falando abertamente, discursivamente, sem rodeios retóricos e sem muitas imagens simbólicas. Belchior atraiu para si o sucesso e a fúria de muitos críticos. Ficou no ar a expectativa do segundo trabalho de um compositor que não pode mais dizer que é apenas um rapaz latino-americano¹⁸.

A repercussão do disco foi uma novidade também para o próprio compositor e a certeza de que suas escolhas haviam dado certo. Em reportagem, também ao *Jornal de Música*, em agosto de 1977, Belchior afirma que

o show do Rio foi surpreendente para mim, primeiro porque eu nunca tinha cantado em temporada. Em seis anos de carreira foi a primeira vez que eu pude cantar para um público maior e durante uma semana. Eu tinha cantado esporadicamente na televisão ou em show de algum amigo. Foi surpreendente para mim por várias coisas, primeiro pela quantidade de público e também pela diversidade, veio gente de Bangu, de Marechal Hermes, do Méier e havia gente de todas as idades interessadas em ouvir a minha música. Meu show foi visto também por Odair José, Jerry Adriani, Wanderleia, Caetano e muitas outras pessoas. Mas o que eu achei fundamental foi o fato de que as idéias todas ainda têm muito charme, tem muito carisma para atrair pessoas. Porque fundamentalmente a minha música trata com coisas de pensamento, não só coisas de sentimento, e eu sabia que essas coisas tinham possibilidades de atrair pessoas. Eu vi o interesse do público pelo conteúdo nesse tipo de canção que eu estou fazendo. Eu acho muito importante que as ideias façam sucesso¹⁹

O interesse do público com as ideias contidas nas canções, ou seja, a receptividade positiva com as músicas que articulam em sua construção uma operação intelectual ligada ao pensamento e a reflexão, é o ponto de maior satisfação de Belchior, como observado em sua fala. A própria crítica, nas reportagens citadas anteriormente, já reforçava essa característica em seu trabalho como uma das mais determinantes em sua produção. As escolhas de Belchior vão ao encontro de valorização da canção enquanto discurso e na maneira direta de falar com o público. Sem negar suas origens, Belchior havia escolhido romper com o estigma de músico nordestino e folclórico ao fazer escolhas por instrumentos elétricos e uma sonoridade com influências do rock e do blues e, também, ao lançar-se como cantor popular que está ao lado do povo, como presente em sua fala na mesma entrevista:

esse problema entre regionalismo e universalismo foi um problema que o tropicalismo resolveu suficientemente, voltar a esse problema seria voltar a história, voltar nostalgicamente aos idos do tropicalismo. Eu acho que essa etapa já foi vencida e eu também tenho uma indiferença muito saudável em relação com essas ditas raízes, porque eu me preocupo com as minhas raízes humanas. Essas são as que me interessam e essas são infinitamente mais importantes do que as folclóricas, regionais, tipicamente culturais. Eu não preciso afetar nenhuma nordestinidade, nenhuma brasilidade, nenhuma cearencidade porque isso já é natural em mim. A minha preocupação é justamente ver e pegar os elementos todos que estão aí à disposição dos criadores, dos artistas e trabalhar com isso. O meu interesse é aproveitar o material presente, o material imediato é uma coisa muito tranquila para mim. Os críticos é que têm esse tipo de problema. Se você ob-

¹⁹WOLFENSON, Silva. Ao sucesso, com Belchior. *Jornal de Música*, agosto. 1977.

servar atentamente você vai ver que a minha música tem todas as minhas raízes humanas e superficialmente as minhas raízes culturais, folclóricas, regionais, nordestinas. Eu não quero envernizar o folclore, eu não quero fazer o que o povo faz muito melhor do que eu e principalmente porque eu defino em outro nível música popular como aquela que está do lado do povo. Não somente aquela que vem das camadas mais baixas da população ou das camadas marginais. Eu defino música popular de uma forma ideológica é aquela que está ao lado do povo. É aquela que fala das esperanças, das utopias, das vicissitudes, dos ideais, dos trabalhos, dos sonhos, das conquistas do povo, então essa é uma música popular. Então eu trabalho encima disso. Povo é uma coisa muito grande²⁰.

Nesse trecho, cabe atenção redobrada em dois aspectos. O primeiro em relação à sua definição de música popular, como a que fala das utopias, das vicissitudes, dos ideais, dos trabalhos e dos sonhos. Belchior, ao afirmar e assumir essa posição, coloca-se como um dos porta-vozes de sua geração, fato que pode ser certificado através da repercussão do disco. Colocar-se ao lado do povo também é uma forma de reafirmar a sua própria identidade construída em torno do “rapaz latino americano, sem dinheiro no banco e vindo do interior”.

O segundo aspecto está ligado às influências nordestinas presentes nesta obra, que a partir da análise das canções - que compreende letra, música e interpretação, além da capa do disco - ocorrem não em vias de oposição entre o regional, o nacional e o cosmopolita, mas em via de integração.



Alucinação, 1976. Phonogram.

Medeiros, ao escrever sobre o disco, afirma que

a foto do êxtase glauberiano da capa de Alucinação, o artista num flash ensanguentado, olhos fechados, foi um insight do fotógrafo Januário Garcia. Convidado pela Phonogram para acompanhar a gravação do disco para “sentir o clima”, Januário conta que “pirou” quando começou a ouvir as canções. Via nas músicas uma colagem de imagens e tentou acompanhar essa intuição. De toda a sessão de fotos com Belchior, ele considerou aquela a imagem mais delirante, e não teve dúvidas. O diretor de arte, Aldo Luiz, assim como Belchior, também não hesitou em escolher a

²⁰ WOLFENSON, Silva. Ao sucesso, com Belchior. *Jornal da Música*, agosto, 1977

²¹ MEDEIROS, Jotabê. *Belchior: Apenas um rapaz latino-americano*. São Paulo: Todavia, 2017, pg. 83.

foto de Januário. Nilo de Paula, que fez o layout e a arte-final, montou a foto com o título em vermelho, sangrando. Na contracapa, Januário fotografou um desenho de Belchior em Papel e hidrocor que tinha visto numa mesa de estúdio (linhas e círculos que sugerem uma placa transistorizada). Conversando com Belchior, descobriram, fotógrafo e cantor, que eram do mesmo signo, escorpião, e assim surgiu o símbolo que fica no alto, à esquerda, aplicado sobre o título²¹

A partir de uma análise dos signos dentro de um contexto histórico e cultural presentes da iconografia do LP, a argumentação de Medeiros em torno de um insight e da intuição do fotógrafo, do compositor, do diretor de arte e do responsável pelo layout e a arte final pode ser relativizada. Em sua capa, o disco traz o semblante do compositor em aparente estado de transe, com o nome do álbum e o seu grafados em vermelho sobre fundo azul. A forma como o compositor é representado, “desnortado”, “desapontado”, “apaixonado” e “violento”, segundo a letra de Fotografia 3x4, reflete a própria condição do período vivido no Brasil sob o governo ditatorial e, também, alinha-se com as propostas de liberalização e psicodelia presente nos movimentos contraculturais. O transe em que o compositor se encontra realiza uma dupla interpretação, a experiência da realidade e, ao mesmo tempo, a tentativa de fuga dessa mesma condição.

As cores são muito presentes no trabalho de Cícero Dias²², por exemplo, ligado à construção de uma estética do Nordeste através de suas pinturas, relacionando essas matizes ao folclore e ao gosto popular da região²³. A fotografia em alto contraste e as cores vivas demonstram as aproximações com a pop arte realizada por Andy Warhol, símbolo maior dessa manifestação artística com suas críticas irônicas a sociedade de consumo. Ao mesmo tempo em que se criticava a sociedade de então, inseria-se dentro da lógica da mesma. Através da reprodução massificada transformava ícones, sejam eles reais ou fictícios ligados à música, a arte e/ou ao cinema, dentre outros, em celebridades. A forma mais comum de realizar a pop arte é a serigrafia, a mesma técnica utilizada para estampar camisetas. Por ser um processo de amplo acesso, aproximava a vida da arte.

Essas características presentes na pop arte, o questionamento da sociedade, a proposta de transformação de ícones em celebridades e a aproximação da vida com arte, encontram paralelo com as próprias propostas do autor em seu trabalho. A crítica realizada aos músicos tropicalistas, a maneira direta e lancinante em dialogar com o público e o próprio conceito expresso pelo o compositor de música popular, como aquele que está ao lado do povo, são indícios que corroboram para essa argumentação.

Rock, Hot Dog, Play it Cool, Baby. Doze Jovens Coloridos

Belchior, em *Apenas Um Rapaz Latino Americano*, *Fotografia 3x4* e *À Palo Seco* ressalta, logo nos primeiros versos das canções, a origem humilde, a narrativa do deslocamento, seja o da periferia/centro ou norte/sul, e a diferença entre expectativa e realidade existentes no país:

Eu sou apenas um rapaz / Latino-americano / Sem dinheiro no banco / Sem
Parentes importantes / E vindo do interior / Mas trago na cabeça uma can-
ção do rádio / Em que um antigo / Compositor baiano / Me dizia / Tudo é
divino / Tudo é maravilhoso²⁴.

Eu me lembro muito bem do dia que cheguei / Jovem que desce do Norte pra
cidade grande / Os pés cansados e feridos de andar légua tirana / De lágrimas
nos olhos de ler o Pessoa / E de ver o verde da cana / Em cada esquina que

²² Cícero dos Santos Dias (1907-2003) foi um pintor, gravador, desenhista, ilustrador, cenógrafo e professor pernambucano.

²³ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes; prefácio de Margareth Rago. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011, pg. 168.

²⁴ BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *Apenas um rapaz latino-americano*.

²⁵ BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *Fotografia 3x4*.

²⁶ BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *À palo seco*.

passava / Um guarda me parava / Pedia os meus documentos e depois sorria / Analisando o 3x4 da fotografia / E estranhando o nome do lugar de onde eu vinha²⁵.

Se você vier me perguntar por onde andei / No tempo em que você sonhava / De olhos abertos, lhe direi / Amigo, eu me desesperava / Sei que assim falando pensas / Que esse desespero é moda em 76 / Mas ano mesmo descontente / Desesperadamente, eu grito em português / Mas ando mesmo descontente / Desesperadamente, eu grito em português²⁶.

Durante o ano de 1976 o Brasil havia acabado de sair de um dos períodos de maior prosperidade econômica durante a ditadura civil-militar instalada no país, o de 1969 a 1973, que atingiu seu auge durante o governo do general Médici. Popularmente conhecido como o “milagre econômico brasileiro”, esse intermédio foi caracterizado por um crescimento significativo do PIB, melhorias na infraestrutura do país, aumento do nível de emprego e desenvolvimento industrial. Porém, além desse crescimento econômico não ter ampliado a distribuição de renda, pelo contrário, ele acentuou ainda mais a desigualdade social do país, houve um considerável aumento da inflação e da dívida externa, alavancados pelos empréstimos realizados no exterior. Em 1974, a crise mundial do petróleo foi responsável por sacramentar o fim do “milagre econômico brasileiro”, com o aumento do preço dos produtos derivados do petróleo, o aumento da inflação e o enfraquecimento do consumo interno e da produção industrial.

Outra característica do período foi a transformação do Brasil em uma sociedade predominantemente urbana. Houve um grande crescimento das cidades e a redução da população rural. O processo de migração interna, sobre fronteiras estaduais e regionais, foi intensificado pelas oportunidades que surgiam nos centros urbanos e pela mecanização da agricultura²⁷.

A dinâmica social no Brasil apontava para a possibilidade de melhores condições de vida na cidade – a expectativa – com o duro cotidiano encontrado por esses migrantes nos variados centros urbanos – a realidade. Por isso a constatação, através dos versos que falam “eu sou apenas um rapaz latino americano, sem dinheiro no banco, sem parentes importantes e vindo do interior” com o deslocamento motivado na fala de “um antigo compositor baiano, me dizia, tudo é divino, tudo é maravilhoso”. Ou então, na situação de recém-chegado a algum grande centro urbano e ser deparado com a seguinte situação: “em cada esquina que passava um guarda me parava, pedia os meus documentos e depois sorria examinando o três por quatro da fotografia e estranhando o nome do local de onde eu vinha”. Em ambas as situações apontava para o “desespero como moda em 76”.

A expectativa gerada pelo “milagre” não se consolidou de maneira sustentável e efetiva frente à realidade instável que voltava à tona no país. Além de trazer o relato dessa dura realidade, Belchior estabelecia um diálogo de maneira direta com o ouvinte de suas canções através do cotidiano que afligia a maioria dos brasileiros, procurando ser um porta voz dessa geração. Anunciava o canto torto, feito faca, carregado de denúncias que há muito haviam sido silenciadas ou eram realizadas através de diversas figuras de linguagens:

Não me peça que eu lhe faça / Uma canção como se deve / Correta, branca, suave / Muito limpa, muito leve / Sons, palavras, são navalhas / E eu não posso cantar como convém / Sem querer ferir ninguém / Mas não se preocupe meu amigo / Com os horrores que eu lhe digo / Isso é somente uma canção / A vida realmente é diferente / Quer dizer / Ao vivo é muito pior²⁸.

A minha história é talvez / É talvez igual a tua, jovem que desceu do Norte /

²⁷REIS, Daniel Aarão (Coord.). *modernização, ditadura e democracia: 1964-2010*, volume 5. – 1º ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 5), pp 70-71.

²⁸BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *Apenas um rapaz latino-americano*

²⁹ BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *Fotografia 3x4*

³⁰BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *À palo seco*

Que no Sul viveu na rua / E ficou desnordeado, como é comum no seu tempo / E que ficou desapontado, como é comum no seu tempo / E que ficou apaixonado e violento como eu como você²⁹.

Sei que assim falando pensa / Que esse desespero é moda em 76 / E eu quero é que esse canto torto / Feito faca, corte a carne de vocês / E eu quero é que esse canto torto / Feito faca, corte a carne de vocês³⁰

Na tentativa de articular ao longo da análise os elementos técnico-estéticos e verbais e realizar o entrecruzamento entre as diversas tipografias documentais, é necessária uma análise mais aprofundada da linguagem musical, para um melhor entendimento das propostas do compositor. Apesar de Belchior defender em entrevistas e posicionamentos na mídia a sua vocação como letrista em detrimento das suas escolhas musicais, voltadas para as sonoridades, não devemos cair na armadilha de achar que as preferências sonoras estavam em um segundo plano de preocupação, pois a experiência da canção se concretiza a partir da interação entre verso, música e interpretação. É esse produto formatado que chega ao mercado e apresenta uma recepção positiva ou negativa.

Devemos nos atentar também à relação entre história, música e sociedade nas palavras de Hermeto - indispensáveis para análise que se desenvolve nesse trabalho. Segundo a autora,

analisar historicamente a canção popular brasileira é pensar nela como uma produção cultural, conformada e limitada pelas suas condições de produção, circulação, recepção pelos mais diferentes públicos e pelos muitos usos sociais que dela se pode fazer³¹.

Em *Apenas Um Rapaz Latino-Americano*, vê-se a influência do repente através da sensação dos versos cantados não respeitarem uma certa estrutura musical, gerando a impressão de que existem mais sílabas do que as permitidas por cada verso. O coral lírico, influência da música religiosa em sua formação³², se faz presente do início ao fim a canção. A bateria e o contrabaixo, ganha destaque por todo o andamento, e a guitarra em alguns arranjos. Esses instrumentos citados são, normalmente, identificados com o blues, o jazz, o rock e o pop, se apresentando como contrapontos às outras influências já citadas.

Já em *Fotografia 3x4*, através de uma levada lenta e compassada, sustentada pela bateria, contrabaixo e instrumentos de metais, a canção parece reconstruir a própria trajetória expressa no canto do artista, através da alternância entre dois acordes que se estendem de início ao fim da música, mostrando variações apenas no final de algumas estrofes e no refrão. É uma canção de quatro notas que ganha ares de sofisticação através dos arranjos da guitarra que acompanham a entonação da voz do cantor. A alternância dos acordes, de maneira cíclica do início ao fim da canção, aponta para o próprio cotidiano e o passar dos dias, um após o outro, e as distintas situações enfrentadas pelo compositor em sua narrativa musical. A canção, como observado na letra, trata da partida, chegada e estabilização do narrador vindo do interior para a cidade grande.

À *Palo Seco*, por sua vez, apresenta uma introdução executada com o órgão ocupando o lugar de destaque. Após a introdução, o violão conquista seu espaço durante todo o restante da composição como principal instrumento. Também é caracterizada por uma levada lenta e compassada que se integra aos próprios versos cantados. Ao fundo, escuta-se por todo o decorrer da canção, os arranjos realizados ao piano, assim

³¹HERMETO, Miriam. Canção popular brasileira e ensino de história: palavras, sons e tantos sentidos. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. – (Coleção Práticas Docentes, 2), p. 41.

³²Como apresentado na introdução do artigo. Belchior fez parte dos mosteiros dos capuchinhos, localizado na cidade de Guarimiranga (CE).

³³MEDEIROS, Jotabê. Belchior: apenas um rapaz latino americano, p. 92.

como o acompanhamento da bateria e contrabaixo, mas em um segundo plano sonoro, ganhando espaço em alguns momentos de transição entre estrofe, ponte e refrão. Segundo Medeiros, principalmente através dos versos “eu grito em português”, vê-se a necessidade, inclusive, da utilização de elementos e instrumentos nativos como recursos de expressão³³.

Para seguirmos adiante, é necessário conceituar o fenômeno da contracultura ocorrido nos anos 1960. Inicialmente, nos Estados Unidos e, paralelamente, adotado em outros lugares do mundo, até mesmo em países do bloco socialista.

Segundo Feijó, a

contracultura foi o nome que recebeu a rebelião de jovens na segunda metade da década de 60 do século XX, principalmente jovens universitários norte-americanos de classe média que se recusavam a cumprir serviço militar em função da Guerra do Vietnã. Buscando uma vida alternativa, também criavam uma nova música e negavam uma sociedade de alta tecnologia e sociedade de consumo correspondente³⁴.

Esses jovens, que na década de 1960 foram caracterizados pela juventude e rebeldia, fazem parte da geração *baby-boomer*, que, ainda segundo Feijó, foi a

geração dos que nasceram e se formaram no contexto da Guerra Fria, da aventura espacial, da revolução científico e tecnológica, da emergência do rock, da revolução sexual, da luta pelos direitos civis, e que puderam testemunhar, ou até participar ativamente, de transformações importantíssimas, que até hoje assustam conservadores de vários tons e ideologia³⁵.

A emergência dos jovens está relacionada com as transformações decorrentes do pós-guerra. Os EUA assumiam o lugar de grande potência frente às demais nações, devido ao seu desenvolvimento econômico sem precedentes, a Europa estava em vias de reconstrução e o subdesenvolvimento era motivo de enfrentamento na América Latina. No Brasil, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), havia o Plano de Metas, que permitiu a instalação e desenvolvimento da indústria automobilística e a construção de Brasília³⁶

Apesar de toda crítica presente no movimento de contracultura aos valores vigentes, Feijó afirma que

não significava um movimento anti-intelectual, a favor da ignorância, mas contra a cultura dominante, a favor de uma nova cultura, em todos os níveis, uma cultura alternativa. No plano estético, o importante papel desempenhado pela música, através da enorme inventividade e talento de várias bandas, cantores e guitarristas que se revelavam através do rock³⁷.

Guimarães aponta que no Brasil a influência da contracultura alinhou-se ao posicionamento crítico, subversivo e de questionamento ao regime, adotado por certos artistas diante da ditadura civil-militar em vigor no país. Identificada com movimentos estudantis da década de 1960, com um cunho político de luta e rebeldia, alguns destes, ligado à estética do novo ritmo em voga, o *rock androll*, reivindicavam a liberdade

³⁴ FEIJÓ, Martin Cezar. Cultura e contracultura: relações entre conformismo e utopia. - Revista Facom - Nº 21 - 1º Semestre de 2009. Disponibilizado através do link: <<https://goo.gl/h7ybW4>> . Acesso realizado em 14/06/2018, p. 4.

³⁵ FEIJÓ, Martin Cezar. Cultura e contracultura: relações entre conformismo e utopia. - Revista Facom - Nº 21 - 1º Semestre de 2009. Disponibilizado através do link: <<https://goo.gl/h7ybW4>> . Acesso realizado em 14/06/2018, pp. 1-2.

³⁶ Id. Ibidem, p. 4.

³⁷ Id. Ibidem, p. 5.

³⁸ GUIMARÃES, Felipe Flávio Fonseca. Traços da contra cultura na cultura brasileira da década de 1960: um estudo comparado entre movimentos contraculturais nos Estados Unidos e no Brasil. - XVIII Encontro Regional (ANPHU-MG) - Disponibilizado através do link: <<https://goo.gl/j3HQPL>> . Acesso realizado em 14/06/2018, pp. 8-9.

³⁹ FEIJÓ, Martin Cezar. Cultura e contracultura: relações entre conformismo e utopia. - Revista Facom - Nº 21 - 1º Semestre de 2009. Disponibilizado através do link: <<https://goo.gl/h7ybW4>> . Acesso realizado em 14/06/2018, p. 8

frente as “rédeas” do mundo adulto. Outros, porém, voltavam-se para a cultura popular do Brasil, para pensá-la de maneira crítica, interligando-a ao que era produzido fora do país³⁸.

Como símbolos desses dois posicionamentos, podemos citar a Jovem Guarda, “que expressou física e simbolicamente a geração rock androll no Brasil da década de 1960”³⁹ e a Tropicália, com a proposta estética e revolucionária à música brasileira. Outras manifestações, como o Cinema Novo de Glauber Rocha, as pinturas de Hélio Oiticica e a imprensa alternativa veiculada pelo Pasquim, podem ser entendidos como representantes da contracultura no país⁴⁰.

Em *Velha Roupa Colorida*, Belchior fala sobre a dialética do tempo e da mudança social, onde, ao mesmo tempo que recicla o “velho” em “novo”, também transforma o “velho” em “velho”. Apesar da ressalva, alinha-se com o pensamento revolucionário que, diferentemente do conservador que olha para o passado com ares nostálgicos e apresenta o futuro como decadência, acredita no tempo presente, no sujeito como agente da própria história e capaz de construir um futuro diferente e melhor.

Você nem sente nem vê / Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo / Que uma nova mudança em breve vai acontecer / E o que há algum tempo era novo jovem / Hoje é antigo, e precisamos todos rejuvenescer⁴¹.

Belchior segue adiante por meio dos investimentos interdiscursivos com outras produções, símbolos da contracultura, como a canção *She's Leaving Home*, dos Beatles, e *Like a Rolling Stone*, de Bob Dylan, e com a citação de símbolos e imagens que caracterizaram essa geração: liberdade juvenil, caracterizada pela velocidade do automóvel, dedo em V, cabelo ao vento, amor e flor, que são representações do movimento hippie. *She's Leaving Home* narra a história de uma moça que deixou um bilhete de despedida aos pais, após sair de maneira sorrateira de casa às cinco da manhã em busca de liberdade. *Like a Rolling Stone* discorre sobre uma geração que passava por mudanças que acabariam direcionando para uma confusão de movimentos populares, sintetizada na narrativa da protagonista que se vê perdida diante de tantas transformações. Ao citar as canções acompanhadas da expressão “nunca mais”, Belchior aponta para descrença dos modelos utópicos de pensamento desencadeados pela contracultura, mas ao mesmo tempo constrói uma outra utopia - a do rompimento com o passado, até certo ponto insustentável, pois o mesmo é ressignificado a partir das questões do tempo presente. O próprio autor, ao citar as canções, realiza essa operação.

Belchior também aponta para a necessidade de seguir adiante, já que o “passado é uma roupa que não nos serve mais”. Tal postura, pode ser interpretada também, pela necessidade de novas referências, principalmente no cenário da música de então, para seguir adiante.

Nunca mais meu pai falou: She's leaving home / Ou meteu o pé na estrada, like a rollingstone / Nunca mais eu convidei minha menina / Para correr em meu carro (loucura, chiclete e som) / Nunca mais você saiu a rua em grupo reunido / O dedo em V, cabelo ao vento, amor e flor, quê de um cartaz / No presente a mente, o corpo é diferente / E o passado é uma roupa que não nos serve mais / No presente a mente, o corpo é diferente / E o passado é uma roupa que não nos serve mais⁴².

Nos próximos versos, Belchior cita Edgar Allan Poe, representante do romantismo literário norte-americano, no século XIX. Poe, através do poema *O Corvo*, representação máxima da poesia do autor, utiliza a figura do animal como mensageira da perda

⁴⁰ FEIJÓ, Martin Cezar. Cultura e contracultura: relações entre conformismo e utopia. - Revista Facom - Nº 21 - 1º Semestre de 2009. Disponibilizado através do link: <<https://goo.gl/h7ybW4>>. Acesso realizado em 14/06/2018, p. 11.

⁴¹ BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *Velha Roupa Colorida*.

irreparável e da inevitabilidade da morte. Belchior, o relaciona com *Blackbird*, canção dos Beatles e o *Assum Preto*, de Luiz Gonzaga.

Nesses versos citados, percebe-se, então, uma proposta de superação a tudo que é passado, tanto às suas raízes nordestinas, sintetizadas na figura de Luiz Gonzaga, como, também, num dos maiores símbolos culturais do mundo, os Beatles. No final, Belchior ainda afirma a necessidade de rejuvenescer, ou seja, restituir à juventude, mas não com o passado, aos movimentos que já aconteceram e tiveram a sua contribuição, mas sim, em direção ao futuro, a partir de novos paradigmas.

Como Poe, poeta louco americano / Eu pergunto ao passarinho: Black bird, assum-preto, o que se faz? / Haven neverhavenneverhavenneverhaven / Assum-preto, pássaro preto, blackbird, me responde, tudo já ficou atrás / Haven neverhavenneverhavenneverhavenneverhaven / Black bird, pássaro preto, pássaro preto, me responde / O passado nunca mais / Você não sente nem vê / Mas eu não posso deixar de dizer, meu amigo / Que uma nova mudança em breve vai acontecer / O que há algum tempo era jovem novo / Hoje é antigo / E precisamos todos rejuvenescer / E precisamos todos rejuvenescer / E precisamos todos rejuvenescer⁴³.

Ao relacionar o posicionamento do artista nessa canção, torna-se latente que o seu sentido encontra capilaridade a partir do contexto da contracultura. Faz-se necessário, neste momento, resgatar a seguinte fala do compositor:

[...] Marcos Vinícius, Walter Franco, Carlinhos Vergueiro, o Pessoal do Ceará, muita gente, muita gente, Fagner, o Luiz Melodia, o Raul Seixas, o.... todos. Todos os novos são muito bons. Eu tô muito interessado no trabalho desse pessoal, não tô interessado no trabalho do passado. O resto pra mim é passado e eu não tô interessado no passado. O resto é material de discussão, o resto é tradição. Então eu tô interessado numa linguagem nova, dentro da música popular brasileira, novas palavras, novos signos, novos símbolos, quer dizer, a música popular brasileira precisa se desprovincializar. E precisa perder o medo dos ídolos. Nós não tamo interessado em idolatrias, em mitologias. Todos os mitos são iguais aos sabonetes, iguais aos pacotes de açúcar, iguais aos pacotes de macarrão e as frutas dos supermercados. Pra quê esconder esse papo? Pra quê ficar cultuando esse pessoal? É muito mais interessante uma perspectiva de trabalho, uma perspectiva de uma abertura mais nova. O Brasil é grande e o trem tá dividindo o Brasil como meridiano. Tudo é norte, tudo é sul, tudo é leste, tudo é oeste. Tudo é sol e tudo é lua. Todo tempo é tempo, todo tempo é contratempo⁴⁴.

Belchior apropria-se do sentido questionador de uma cultura hegemônica para argumentar sobre o próprio cenário musical nacional e internacional em busca da construção de uma nova cultura musical. Dessa vez, descentralizada, com uma nova maneira de falar com o ouvinte e articular as tensões do contexto e críticas a ordem vigente.

Em *Alucinação e Como Nossos Pais*, Belchior também trata desse mesmo panorama apresentado: a superação de referenciais passados e a construção de novos paradigmas. Essa postura faz parte do cenário pós-tropicalista de sua produção, no qual via

⁴²BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *Velha Roupas Coloridas*.

⁴³BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, *Velha Roupas Coloridas*.

⁴⁴BELCHIOR, Antônio Carlos. *MPB Especial*, TV Cultura, 02 de outubro, 1976, 46'34"-51'56"

a contracultura e o movimento tropicalista como encerrados, mas ainda assim repercutindo em forma de sonhos, expectativas e influenciando toda uma produção posterior. Porém, sempre com incredulidade quanto a repercussão e influência desses movimentos, alertando para os problemas reais e cotidianos.

Eu não estou interessado / Em nenhuma teoria / Em nenhuma fantasia / Nem no algo mais / Nem em tinta pro meu rosto / Ou oba oba, ou melodia / Para acompanhar bocejos / Sonhos matinais / Eu não estou interessado / Em nenhuma teoria / Nem nessas coisas do oriente / Romances astrais / A minha alucinação / É suportar o dia-a-dia / E meu delírio / É a experiência / Com coisas reais⁴⁵.

Não quero lhe falar / Meu grande amor / Das coisas que aprendi / Nos discos / Quero lhe contar como eu vivi / E tudo que aconteceu comigo / Viver é melhor que sonhar / Eu sei que o amor é uma coisa boa / Mas também sei / Que qualquer canto / É menor do que a vida / De qualquer pessoa⁴⁶.

A contracultura, apensar de questionar uma cultura hegemônica vigente, foi incorporada também pela dinâmica do mercado. Artistas, símbolos e a moda foram exploradas comercialmente pela indústria cultural. As lutas sociais avançaram no campo da liberdade e dos direitos civis, mas, muita coisa ainda estava indiferente frente às essas transformações, ou melhor, à expectativa gerada por essas transformações. Nessas duas canções, a crítica à incorporação do mercado e a amplitude das conquistas são ressaltadas nos seguintes versos:

Um preto, um pobre / Uma estudante / Uma mulher sozinha / Blues jeans e motocicletas / Pessoas cinzas normais / Garotas dentro da noite / Revolver: cheira cachorro / Os humilhados do parque / Com os seus jornais / Carneiros, mesa, trabalho / Meu corpo que cai do oitavo andar / E a solidão das pessoas / Nessas capitais / A violência da noite / O movimento do tráfego / Um rapaz delicado e alegre / Que canta e requebra / É demais! / Cravos, espinhas no rosto / Rock, hot dog / Play it cool, baby / Doze jovens coloridos / Dois policiais / Cumprindo o seu duro dever / E defendendo o seu amor / E nossa vida / Cumprindo o seu duro dever / E defendendo o seu amor / E nossa vida⁴⁷.

Já faz tempo / Eu vi você na rua / Cabelo ao vento / Gente jovem reunida / Na parede da memória / Esta lembrança / É o quadro que dó mais / Minha dor é perceber / Que apesar de termos / Feito tudo, tudo, tudo / O que fizemos / Ainda somos os mesmos / E vivemos / Ainda somos os mesmos / E vivemos / Como os nossos pais / Nossos ídolos / Ainda são os mesmos / E as aparências, as aparências / Não enganam, não / Você diz que depois deles / Não apareceu mais ninguém / Você pode até dizer / Que eu estou por fora / Ou então / Que eu estou enganado / Mas é você / Que ama o passado / E que não vê / É você / Que ama o passado / E que não vê / Que o novo sempre vem / E hoje eu sei, eu sei / Que quem me deu a ideia / De uma nova consciência / E juventude / Está em casa / Guardada por Deus / Contando seus metais⁴⁸.

No ano de 1976, num Brasil ainda fortemente marcado pela repressão da ditadura

⁴⁵ BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, Alucinação.

⁴⁶ BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, Como Nossos Pais.

⁴⁷ BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, Alucinação.

⁴⁸ BELCHIOR, Antônio Carlos, 1976, Como Nossos Pais.

e pela expectativa de redemocratização, que não tão cedo se concretizaria, Belchior traça esse panorama que alterna entre o sonho de transformação motivado pelos movimentos da contracultura e seus derivados, com a realidade pouco alterada no plano social. Segundo o compositor, somente a ação direta e ordinária nas questões sociais, conseguiria alterar tal vazio entre sonho/expectativa e realidade vivida.

A análise das questões musicais, assim como nas três canções já apresentadas, faz-se necessário para entender a operacionalização entre letra e melodia. Belchior, utiliza-se da linguagem musical de vários gêneros para construir suas canções.

Em *Velha Roupa Colorida*, logo em seu início, percebe-se a presença de sintetizadores inspirados no rock psicodélico dos Beatles e Pink Floyd, com o objetivo de construir um clímax para o que estava por vim, que é encerrado com a entrada da voz do cantor ao executar os primeiros versos. A partir daí, nota-se apenas a voz, o violão, alguns instrumentos de percussão e arranjos de teclado ao fundo. Ao fim de cada estrofe realiza-se uma pausa, interrompida com a volta dos sintetizadores e uma virada de bateria, que logo cessa quando o compositor torna a cantar. A música segue essa estrutura até o seu fim.

Alucinação, por sua vez é executada a partir do acompanhamento do violão à voz, com presença discreta do contrabaixo, teclado e bateria em seu início. Após a execução da primeira estrofe, o protagonismo do violão divide-se com os outros instrumentos. É uma canção, cujo compromisso, evidentemente está no que é cantado e não no que é executado musicalmente, diferentemente dos experimentalismos musicais tropicalistas e do rock dos anos 1960. Assim como em *A Palo Seco*, que demanda pela utilização da língua portuguesa e instrumentos nativos como forma de expressão, a opção de destaque ao violão – instrumento ligado à uma cultura nacional musical – aponta para essa mesmatentativa. Uma outra interpretação ainda é possível, a construção por parte do artista da imagem de um bardo cearense e solitário a falar de maneira distinta dos demais.

À exemplo das duas outras canções, em *Como Nossos Pais* a voz ganha destaque, com alguns arranjos de teclado e instrumentos de corda ao fundo. É uma música direta, com algumas pausas e contrapontos presente entre a mudança de estrofes. As viradas de bateria, longas e espaçadas, claramente, tanto nessa, como nas outras, fazem referência às bandas de rock dos anos 1960 e 1970 do cenário internacional, mas, aproxima-se do Folk no sentido de dar destaque à voz.

Consideração Finais

Como pôde-se observar, desde a escolha da composição gráfica da capa do disco, perpassando pelas sonoridades e as temáticas elencadas pelas canções analisadas, diferentes temporalidades são articuladas em seu trabalho. Na capa, percebe-se a presença do folclore contrastada com a arte pop, em voga nos anos de 1960 e 1970. Nas canções, destaca-se a perseverança do artista em conquistar o seu espaço questionando toda uma tradição já presente na canção brasileira e lançando novos paradigmas: a música popular como aquela que está ao lado do povo; simplificação da linguagem (tanto musical como textual); a integração entre o regional e o nacional em superação à sua dicotomia; e a ressignificação das referências passadas frente às expectativas futuras.

Belchior procurava conquistar o seu espaço através da empatia com o ouvinte. Utilizava a crítica ácida, como meio de consolidar-se num mercado musical em período de transformações. Não se limitava a cantar apenas sobre “as coisas do Norte” ou destacar-se como um músico regional, cantava às coisas do Norte, as coisas do Sul e, principalmente, as coisas que integravam essas duas regiões, caracterizadas, nesse momento, pela grande migração de nordestinos em busca de sonhos e esperanças de vidas melhores e o complexo quadro de desigualdade vivido no país.

A ambiguidade entre discursos utópicos e atitudes foi a grande temática presente neste disco, e coerentemente, no restante de sua obra. Como diria Miguel Prado, em artigo publicado em seu blog, após o falecimento de Belchior em 2017: “foi um artista genial e coerente do início ao fim, que só queria ser um homem normal, que jamais acreditou no endeusamento de artistas” (PRADO, 2017). Ou então Caetano Veloso, sobre o alcance de suas composições: “suas canções não são das que morrem” (VELOSO, 2017).

Referências Bibliográficas

Discográficas

BELCHIOR, Antônio Carlos Gomes. *Alucinação*. Phonogram, 1976

Jornais e Periódicos

12 anos de música, estrada e rebeldia. Revista Pop, dezembro. 1985.

Alucinação. Revista Pop, julho. 1976.

ATHAYDE, Eduardo. *O que me interessa é amar e mudar*. Revista Pop, junho. 1976.

MORAIS, Renato. *E os cearenses tornam-se moda em 76*. Folha de São Paulo, julho. 1976.

NEVES, Ezequiel. *Belchior (WEA)*. Revista Pop, junho. 1977.

PRADO, Miguel Arcanjo. *Análise: Genial, Belchior foi artista coerente do início ao fim*. Blog do Arcanjo, 30 de abril, 2017.

REIS, Aloísio. *Alucinação*. Jornal de Música, janeiro. 1977.

VELOSO, Caetano. *Canções de Belchior não são das que morrem*. O Estado de São Paulo, 01 de maio. 2017.

WOLFENSON, Silva. *Ao sucesso, com Belchior*. Jornal de Música, agosto. 1977.

Programas de TV

MPB Especial, TV Cultura. 02 de outubro de 1974. Disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=94-rOEVnyDg> em 27 de setembro de 2017.

Bibliográficas

AIRES, Mary Pimentel. *Terral dos sonhos: o cearense na música popular brasileira*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará/Multigraf, 1994. (Coleção Teses Cearenses). 162 p.

_____. *Música e política no Brasil: o movimento musical no Ceará dos anos sessenta*. Rev. de C. Sociais, Fortaleza, V. XXIII/XXIV, N°s (1/2): 93-125, 1992/1993.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*; prefácio de Margareth Rago. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARCANJO, Loque – *História da música: reflexões teórico-metodológicas* – Revista Modus – Ano VII / N° 10 – Belo Horizonte – Maio 2012 – p. 9-20.

BENJAMIM, Walter, 1985 – *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura* - tradução Sérgio Paulo Rouanet – 3ª edição – Editora Brasiliense, 1987.

BLOCH, Marc, 1886-1944 – *Apologia da História, ou, O ofício de historiador*; prefácio, Jacques Le Goff; apresentação à edição brasileira, Lilia Moritz Schwarcz; tradução, André Telles. – Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURDASZ, Rogério (org) 2009 – *Pesquisa em música no Brasil: métodos, domínios, perspectivas* – Goiânia, GO - ANPPOM, 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo, 1997 – *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia* – Rio de Janeiro, RJ - Campus, 1997.

CARLOS, Josely Teixeira de. *Análise das canções de Belchior numa abordagem da semiótica greimasiana*. In: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE LETRAS, XXIV, 2003a, São Carlos. *Livro de resumos...*São Carlos: UFSCar, 2003.

_____. *Fosse um Chico, um Gil, um Caetano: uma análise retórico-discursiva das relações polêmicas na construção da identidade do cancionista Belchior*. 2014. Doutorado (Doutorado em Linguística - área de concentração Análise do Discurso) -

Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de São Paulo, 2014.

_____. *Muito além de apenas um rapaz latino-americano vindo do interior: investimentos interdiscursivos das canções de Belchior*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística - área de concentração Análise do Discurso) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, 2007.

_____. *O movimento musical Pessoal do Ceará*. In.: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE LETRAS, XXIV, 2003b, São Carlos. Livro de Resumos... São Carlos: UFSCar, 2003.

_____. *Um nordestino na cidade grande: a cenografia das canções de Belchior*. João Pessoa / Paraíba, 2006. In.: XXI Jornada Nacional de Estudos Linguísticos do GELNE, 2006, João Pessoa. Artigo completo em Anais do GELNE (Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste) - CD. João Pessoa: UFPB, 2006. ISBN: 85-7539-286-7.

CASTRO, Wagner José Silva de. *No tom da canção cearense: do rádio e tv, dos lares e bares na era dos festivais (1963-1979)*. 2007. Mestrado (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

CÉLIO, Albuquerque. *1973 - O ano que reinventou a MPB - A História por trás dos discos que transformaram a nossa cultura*. São Paulo: Editora Sonora, 2014.

CERTEAU, Michel de. - *A escrita da história*; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GEERTZ, Cliford, 1926 - *A Interpretação das Culturas* - 1º ed., 13º reimpressão - Rio de Janeiro, RJ - LTC, 2008.

HALL, Stuart. (2014) - *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro. Lamparina.

HERMETO, Miriam. *Canção popular brasileira e ensino de história: palavras, sons e tantos sentidos*. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. - (Coleção Práticas Docentes, 2).

HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JENKINS, Keith - *A História repensada*; tradução de Mário Vilela - 4. Ed. - São Paulo: Contexto, 2013.

KELMER, Ricardo. (Org.) *Para Belchior com amor*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

LE GOFF, Jacques (2013) - *História e Memória*. Campinas. Editora Unicamp.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto, 1999.

_____. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*; Tradução do original alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução Cesar Benjamim. - Rio de Janeiro: Contraponto: Ed.: PUC-Rio, 2006

MARTINS, Franklin. *Quem foi que inventou o Brasil? VI. I - de 1902 a 1964*. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

_____. *Quem foi que inventou o Brasil? VI. II - de 1964 a 1985*. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

MEDEIROS, Jotabê. *Belchior: Apenas um rapaz latino-americano*. São Paulo: Todavia, 2017.

MENDES, Maria das Dores Nogueira. *"O Duro Aço da Voz": Investimento Vocal, Cenografia e ETHOS em Canções do Pessoal do Ceará*. 2013. Tese (Doutorado em Linguística - área de concentração Análise do Discurso) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, 2013.

_____. *A construção identitária do Nordeste pelas topografias das canções do Pessoal do Ceará*. 2007. Dissertação (Mestrado em Linguística - área de concentração Análise do Discurso) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, 2007.

MORAES, José Geraldo Vinci de, 2000 - *História e música: canção popular e conhecimento histórico* - Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 20, no 39, p. 203-221. 2000 - São Paulo, SP. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/28422/S0102-01882000000100009.pdf?sequence=1>

MOTTA, Nelson. *101 canções que tocaram o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. *História & música - história cultural da música popular* - Belo Horizonte. Autêntica, 2002.

_____. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950 / 1980)*. - 4 ed. - São Paulo: Contexto, 2018. - (Repensando a História).

PANOFISKY, Erwin. *Iconografia e Iconologia: uma introdução ao estudo da arte da Renascença* In.: Significado das Artes Visuais. Tradução: Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2º ed., 1986, p. 47-65.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. 3. Ed., 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

REIS, Daniel Aarão (Coord.). *modernização, ditadura e democracia: 1964-2010, volume 5*. - 1º ed. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 5).

REIS, José Carlos. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. - 4. Ed., ver. Ampl. - Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

- _____. *O conceito de tempo histórico em Ricouer, Koselleck e “Annales”: uma articulação possível*. Síntese Nova Fase. V. 23. N. 73 (1996): 229-252.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 1. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- RICOEUR, Paul – *História e Verdade*; Tradução de F. A. Ribeiro. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1968.
- RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade Revolucionária: um século de cultura e política*. – São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- _____. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. – Rio de Janeiro: Record, 2000.
- ROGÉRIO, Pedro. *A viagem como um princípio na formação do habitus dos músicos que na década de 1970 ficaram conhecidos como “Pessoal do Ceará”*. 2011. Doutorado (Doutorado em Educação Brasileira) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- _____. *Pessoal do Ceará: Formação de um campo e de um habitus musical na década de 1970*. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) - Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.
- SARAIVA, José Américo Bezerra. *Pessoal do Ceará: A identidade de um percurso e o percurso de uma identidade*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística - área de concentração Análise do Discurso) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- SEREVIANO, Jairo. *Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2013 (3ª Edição).
- SILVA, Eder David da. *Alguns (pré) textos nas canções de Belchior num Brasil ufanista*. São Paulo: GIOSTRI, 2017.
- SQUEFF, Enio. WINISK, José Miguel. *Música: O Nacional e o Popular na cultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- TATIT, Luiz. *O cancionista: composição das canções no Brasil*. São Paulo: USP, 1995.
- _____. *Semiótica da canção: melodia e letra*. São Paulo, Escuta, 1994.
- VENTURA, Rui Luís Correia. *As letras crítico-sociais das músicas de Belchior: análise semiótica*. 2003. 239 p. Dissertação (Mestrado em Linguística - área concentração Sócio-semiótica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.
- VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

A filosofia da Existência: Conceito de angústia existencial em Kierkegaard e Heidegger

The Philosophy of Existence: Concept of anguish existential in Kierkegaard and Heidegger

Francisco José Fogaça

Doutorando em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE)

Presidente da Fundação Cultural de Minas Gerais (FUNDAC)

Email: francisco.fogaca@fundac.org.br

Recebido em: 10/11/2019 – Aceito em 31/12/2019

Resumo: Por meio da análise filosófica o artigo retrata o conceito de existencialismo e as suas influências no mundo moderno e contemporâneo. A abordagem retrata a filosofia dos conceitos em perspectiva comparativa sobre o existencialismo na filosofia de Kierkegaard e Heidegger. Nessa perspectiva discute-se os idealismos, as angústias e as consciências transcendentais no pensamento dos sujeitos

Palavra-Chaves: Existencialismo, Kierkegaard, Heidegger

Abstract: Through philosophical analysis the article portrays the concept of existentialism and its influences in the modern and contemporary world. The approach portrays the philosophy of concepts in a comparative perspective on existentialism in the philosophy of Kierkegaard and Heidegger. From this perspective, idealisms, anxieties and transcendental consciences are discussed in the subjects' thinking

Keywords: Existentialism, Kierkegaard, Heidegger

Introdução

É sabido que as bases do existencialismo encontram-se em Kierkegaard e Heidegger, principalmente. Vejamos, portanto, o conceito de angústia nesses dois pensadores, por ser este conceito muito importante no existencialismo em geral.

Diz Kierkegaard:

“**E**m tal estado (de inocência) existe calma e descanso, porém existe, ao mesmo tempo, outra coisa que entretanto, não é perturbação nem luta, porque não existe nada contra que lutar. O que existe então? Nada. Que efeito produz, porém, este nada? Este nada dá nascimento à angústia. Aí está o mistério profundo da vida: sua própria realidade, que é um átimo, e a inocência vê sempre e sempre, diante de si, este nada.

A angústia é determinação do espírito sonhador, e a tal respeito, ocupa lugar na psicologia. A vigília estabelece diferença entre mim mesmo e o outro em mim, o sono deixa-a suspensa, o sonho traz a suspensão dela como um vago nada... Poucas vezes encontra-se analisado, em psicologia, o conceito de angústia, e, desse modo, não posso deixar de assinalar bem a completa divergência entre estes e outros conceitos idênticos, como o de ter-

ror, que sempre remontam a alguma coisa de exata enquanto que a angústia é a realidade da liberdade como puro possível...A angústia é *antipatia simpatizante* e *simpatia antipatizante*. A realidade completa do saber projeta-se na angústia como o infindo nada da ignorância.

Frequentemente, não se dá muita atenção quando se fala de expressões como desejo, melancolia, esperança etc..., que têm implicação com um estado anterior e, por isso mesmo, atual, a fazer-se sentir, do mesmo passo, que o desejo aumenta-o... A expressão desse desejo é a angústia, pois efetivamente, é na angústia que se pressagia o estado do qual se quer sair e é a angústia que proclama não ser bastante somente o desejo para que daí se saia... A angústia pode ser comparada à vertigem. Quando o olhar imerge num abismo, existe uma vertigem, que nos chega tanto do olhar como do abismo, visto que nos seria impossível deixar de o encarar. Esta é a angústia, vertigem da liberdade, que surge quando, ao desejar o espírito estabelecer a síntese, a liberdade imerge o olhar no abismo das suas possibilidades e agarra-se à finitude para não soçobrar.

A angústia constitui o possível da liberdade e apenas essa angústia forma, pela fé, o homem, no sentido completo da palavra, absorvendo todas as finitudes, descobrindo todas as ilusões". (KIERKEGAARD, 1968:45)

Kierkegaard abandona a concepção idealista que despersionalizava o homem porque vinculava o pensamento ao sujeito puro do conhecimento, vinculava o homem a uma consciência vazia, abstrata, que não era de ninguém. Isso vale tanto para a consciência transcendental de Kant, quanto para o espírito universal de Hegel. Sendo assim:

"A preocupação constante do existencialismo é reencontrar um sujeito existencial, o de nossa experiência pessoal vivida, e de restaurar o contato íntimo na existência humana, entre a subjetividade e a transcendência, dois termos antitéticos mas indissolúvelmente ligados. A tensão entre esses dois termos define o sujeito existencial". (GARAUDY, 1968:47)

Vemos aqui que a expressão sujeito existencial se contrapõe à expressão sujeito puro do conhecimento, ou seja, o sujeito do existencialismo é o sujeito encarnado no aqui e no agora da existência humana, o sujeito da experiência vivida. E toda experiência vivida é única e incomunicável. Tal se expressa, por exemplo, na experiência de angústia e fé de Abraão. Para o filósofo cristão Kierkegaard, Deus é uma exigência do desespero, um postulado do existente. Apesar disso, diz ele que o crente não pode escapar à angústia porque nada pode garantir-lhe que a sua fé em Deus corresponda a uma realidade, permanece a incerteza: "Dentro da incerteza objetiva, estando por cima de uma profundidade de setenta mil pés de água, contudo eu creio."

Uma consequência inevitável desse subjetivismo absoluto é que não deixa fora da subjetividade senão o nada. "O ateísmo desesperado da paixão inútil de Sartre acha-se no coração mesmo da fé de Kierkegaard, antepassado de todos os místicos sem Deus", segundo as palavras de Garaudy. Podemos observar que temas como subjetividade, solidão, ambiguidade, derrelição, desespero, nada, existência como tensão, são todos temas fundamentais das formas posteriores do existencialismo e são todos temas cristãos, temas místicos.

Martin Heidegger pode ser considerado a expressão mais aguda da confusão que atingiu o mundo no período compreendido entre as duas grandes guerras mundiais, especialmente na Alemanha. Diz-se que a derrota da Alemanha deixara mais ruínas morais que materiais. Esse estado de depressão moral se transformou num forte motivo para a embriaguez hitlerista, com seu irracionalismo profundo diante desse quadro de desolação moral, a vida do homem aparece sem perspectiva, fica desprovida de significado. A situação dos homens de uma certa nação e de uma certa classe num momento de crise torna-se, para Heidegger, a característica trágica de toda a existência, a condição humana por excelência.

Segundo HEIDEGGER (1968), o ser humano “só pode definir-se, a partir de seu existir, isto é, de sua possibilidade de ser ou não ser o que ele é”. A inquietude de ser constitui a autêntica existência do homem. Segundo HEIDEGGER (1968) esta existência se dá em três momentos:

- 1- A derrelição - O homem surge do nada, é jogado no meio de suas possibilidades. Esse surgimento é contingente, sem razão, absurdo.
- 2 - O projeto - O homem lança-se em direção ao possível, em direção ao que ainda não é, porque ele está cercado pelo nada. Nosso futuro inscreve-se no nada. Através de nossos projetos, o mundo adquire um sentido.
- 3- A queda - É o abandono da existência autêntica, a queda no cotidiano, no habitual, no estabelecido, o homem transforma-se numa coisa entre as coisas.

A angústia é a descoberta desta situação do homem, é a descoberta deste nada do mundo. A angústia é um sentimento que tem uma significação ontológica, revela-nos a estrutura fundamental do ser, porque o ser se declara pelo homem.

A propósito, Heidegger, sobre a angústia, em *O Ser e o Tempo*, diz:

“Aquilo com que a angústia se angustia é o ser - no - mundo como tal. Como se distingue fenomenalmente o com quê da angústia não é, de modo algum, um ente intramundano. Por isso, com ele não se pode estabelecer nenhuma conjuntura essencial (...) O com quê da angústia é inteiramente indeterminado (...) Nada do que é simplesmente dado ou que se acha à mão no interior do mundo serve para a angústia com ele angustiar-se (...) O mundo possui o caráter de total insignificância. Na angústia, não se dá o encontro disso ou daquilo com o qual se pudesse estabelecer uma conjuntura ameaçadora (...) O que caracteriza o referente da angústia é o fato do ameaçador não se encontrar em **algum lugar**. Ela não sabe o que é aquilo com que se angustia (...) Aquilo com que a angústia se angustia é o “nada” que não se revela “em parte alguma” (...). Se portanto, o nada, ou seja, o mundo como tal, se apresenta como aquilo com que **a angústia se angustia, isso significa que a angústia, se angustia com o próprio ser - no - mundo** (...) O angustiar-se abre, de maneira originária e direta, o mundo como mundo (...) Naquilo pelo que se angustia, a angústia abre a presença como ser possível e, na verdade como aquilo que somente a partir de si mesmo pode singularizar-se numa singularidade.” (HEIDEGGER, 1988:250-5)

E prossegue:

“É na angústia que a liberdade de ser **para** o poder-ser mais próprio e, com isso, para a possibili-

dade de propriedade e impropriedade se mostra numa concreção originária e elementar.” (HEIDEGGER, 1988:256)

Para Heidegger, todo sentimento é revelação da situação original e da derrelição, que só nos é revelada diretamente na angústia. É por isso, que, para ele, a angústia constitui o sentimento fundamental. A angústia é um tipo de sentimento que declara ao homem o que ele é realmente. A angústia denuncia ao homem a insignificância de todas as possibilidades intramundanas. Aquele ente no qual o homem se amparava resvala no nada e o faz sentir-se suspenso sobre o vazio, com um sentimento profundo de desabrigo, colocado diante de sua possibilidade essencial de ser ou não ser. Essa possibilidade essencial de ser ou não ser é que constitui o pro - jeto, algo lançado para o futuro. Daí a angústia abrir a pre - sença (Dasein) como ser possível e que pode “singularizar-se numa singularidade”.

A vida do homem é privada de um sentido pessoal. Ele é o que é preciso que seja em função de sua profissão, de seu papel social. Afasta-se de sua existência autêntica. Isso é uma degradação. Para fugir dessa degradação, o homem deve procurar todos os possíveis. Essa existência, que vai dar no nada e que só tem sentido por causa dele, é fundamentalmente uma existência para a morte - a possibilidade da impossibilidade da existência. Em seu livro *O ser e o Tempo*, HEIDEGGER (1988) diz: “O ser para a morte, enquanto significa lançar-se antecipadamente na possibilidade, é o que, antes de tudo, torna possível a possibilidade e o que a isola como tal”.

Pela morte o homem arranca-se à realidade acabada e abre o horizonte infinito dos possíveis. No dizer de Lévinas, “a existência é uma aventura de sua própria impossibilidade”.

Emmanuel Mounier, em sua *Introducción a los existencialismos*, Ediciones Guadarrama, Madrid, faz uma comparação que expressa a essência do existencialismo como um novo marco na história da filosofia: “O desespero ocupa na perspectiva existencial, o lugar que a dúvida metódica ocupa no início da reflexão cartesiana”. (MOUNIER, 1963)

Ao otimismo desmesurado da burguesia, à confiança no progresso, na razão, sucede, na hora da decadência, com suas convulsões, seus antagonismos, suas crises e suas guerras, uma consciência infeliz que fará do existencialismo sua justificação ontológica. Essa crise coloca em questão a estrutura do ser e a condição do homem, o valor do conhecimento e a significação da história. Para Heidegger, a liberdade do homem é ao mesmo tempo sustentada e ameaçada pelo mundo e pela transcendência. O homem para ele nasceu sem justificação; ele está aí, sem razão, sem finalidade. Nisso consiste a facticidade do homem. É o absurdo.

No livro de GARAUDY (1968), encontramos, a propósito do conceito heideggeriano de angústia o seguinte:

“A angústia é a experiência vivida fundamental em que se resumem todos os aspectos da condição humana: a solidão, a absurdez, a ameaça constante de perder-se nas coisas, de não ser mais que o prolongamento de nosso passado conjugado, ou de ser tragado por esse mundo objetivo acabado que nos cerca e de converter-se numa engrenagem passiva do mesmo, a vertigem de uma linguagem pode ensinar-nos o que temos de fazer, a presença da morte ao final de tudo o que me envolve e de tudo o que sou”. (GARAUDY, 1968:56)

Para terminar essa reflexão sobre o conceito de angústia inserido no existencialismo heideggeriano, podemos dizer que, posteriormente a Heidegger, com a crise da burguesia, a Revolução Russa e ainda a ascensão do movimento operário na França, depois dos temas negativos como desespero, angústia, de-

samparo decorrentes da derrocada de mundo, surge a possibilidade de uma revolução. Essa visão está presente em Berdiaev e é uma constante do existencialismo francês. Derrocada... perdição... revolução... redenção... salvação. Há uma transposição metafísica: a redenção do homem. A redenção do homem se materializa através da revolução. Há como que uma teologização dos termos revolucionários. As duas temáticas características do existencialismo são dialeticamente dependentes: uma rejeita o mundo para tomar distância dele, outra para experimentar em decorrência dessa separação, nosso poder de escolha, nossa total responsabilidade. Essas temáticas são os dois pólos no interior do tema fenomenológico que lhes constitui a unidade.

Diz KIERKEGAARD (1968:237): “Enquanto o pensamento abstrato tem por tarefa compreender abstratamente o concreto, o pensador subjetivo (ou existencialista), ao contrário, tem por tarefa compreender concretamente o abstrato”. Talvez seja por isso que o pensamento existencialista se exprime, com maior facilidade, em obras literárias como romance e teatro do que nos trabalhos estritamente filosóficos. Simone de Beauvoir confirma essa posição quando escreve: “Se a descrição da essência surge da filosofia propriamente dita, só o romance permitirá evocar na sua realidade completa, singular e temporal o jorro original da existência”. (BEAUVOIR, 1965:119) Talvez esse seja o motivo que levou Sartre a ser considerado pelo menos pela maioria dos estudiosos de filosofia, o mais importante pensador do existencialismo. Ele, como ninguém, associou a filosofia existencialista como teoria à literatura como expressão, no nível estético, dessa teoria. Aliás, sua versatilidade lhe permitiu exprimir-se em linguagem filosófica em forma de crítica literária, de novela e de romance. A propósito, Maurice Blanchot, citado por Annie Cohen-Solal, na obra SARTRE, (1986:335) afirma: “Essa fusão de filósofo e literato, com o mesmo grau de excelência, decorre também da possibilidade que a filosofia e a literatura lhe propiciaram ao se fundir nele”. (Texto adaptado para revista do livro **Angústia e Existência**, Fogaça, Francisco José. Maringá: Viseu, 2019).

Referência Bibliográficas

- Beauvoir, Simone de. O existencialismo e a soberania das ações. S.L: Minotauro, 1965. 127p
- Fouquié, Paul. O existencialismo. São Paulo: Difel. 1975
- Heidegger, Martin. 1889-1976 Conferências e escritos filosóficos. São Paulo: Abril Cultural, 1993.
- Heidegger, Martin. Introdução à metafísica. Trad. Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1966.
- Heidegger, Martin. O ser e o tempo. 2ed. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.
- Kierkegaard, Soren. O conceito de angústia. São Paulo: Hemus Livraria Editora Ltda., 1968.
- Kierkegaard, Soren. Temor e tremor. Lisboa: Guimarães Editores, 1990.
- Mac Dowell, João A. A gênese da ontologia fundamental de M. Heidegger. São Paulo: Loyola, 1993. (Coleção Filosofia).
- Waelhens, Afonso de. Heidegger. Traducción de Carlos A. Fayard. Buenos Aires: Ediciones Losange, 1995. (Colección Filósofos y Sistemas).
- Troignon, Pierre. Heidegger. Lisboa: Edições 70 (Biblioteca Básica de Filosofia).

Mudanças e Continuidades na Pólitca Externa Brasileira no Governo Dilma: Uma Análise da Relação Bilateral Brasil-Argentina.

Changes and Contnues in Brazilin Foreign Policy in the Dilma Government: And An analysis of the Brazil-Argentina Relationship Bilateral.

Michelle Ferreira de Andrade

Graduada em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)

Email: michelle95andrade@hotmail.com

Recebido em: 05/12/2019 – Aceito em 31/12/2019

Resumo: Este estudo busca analisar a condução da política externa para a relação bilateral com a Argentina durante o governo Dilma (2011-2016), tendo como ponto de partida o governo Lula (2003-2010), com a finalidade de identificar fatores que causaram mudanças nessa ação política. Para isso foi usado o modelo de análise de política externa desenvolvido por Charles F. Hermann como base para identificar as fontes e os graus das mudanças. Utiliza-se também um levantamento bibliográfico e documental para fundamentar a discussão acerca do tema. A análise evidencia uma menor intensidade na política externa do governo Dilma, as mudanças foram causadas por uma soma de choques internos e externos que impactaram e influenciaram diretamente as decisões de políticas externas.

Palavras-chave: Política externa, Brasil, Argentina, Lula, Dilma, Relação Bilateral.

Abstract: This study aims to analyze the conduct of foreign policy for the bilateral relationship with Argentina during the Dilma government (2011-2016), based on Lula government (2003-2010), with the purpose of identifying factors that caused changes in this political action. For this, the model of foreign policy analysis developed by Charles F. Hermann was used as the basis for identifying the sources and degrees of change. A bibliographical and documentary survey is also used to support the discussion about the topic. The analysis shows a lower intensity in the Dilma government's foreign policy, the changes were caused by a set of internal and external shocks that directly impacted and influenced the decisions of foreign policy.

Keywords: Foreign Policy, Brazil, Argentina, Lula, Dilma, Bilateral Relationship.

Introdução

Este trabalho está enquadrado na temática de Política Externa (PE), que é definida como “um conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente, mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos, formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional” (PINHEIRO, 2004, p. 7).

A pesquisa irá realizar uma análise comparativa entre a condução da Política Externa Brasileira (PEB) dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff no âmbito de inserção internacional, em sua relação bilateral com a Argentina, ressaltando as mudanças na condução da política externa, contexto internacional e doméstico no processo de tomada de decisão. Segundo Hermann (1990) a política externa começa com um problema, seja uma ameaça ou oportunidade, que motiva a preocupação, uma decisão é considerada como PE quando busca a satisfazer interesses domésticos no espaço internacional, dito isso, toda PE é sempre uma decisão que o Estado, partindo do princípio que ele seja racional, sempre

buscará satisfazer um interesse próprio. Segundo Morgenthau (2003) nem todas as políticas externas seguiram sempre um caminho tão racional, há elementos eventuais de personalidade, preconceitos e preferências subjetivas que tendem a desviar a execução das políticas externas de seu curso racional, isso particularmente nos casos em que a PE é conduzida sob as condições de controle democrático, a necessidade de conquistar emoções populares.

Mariano (2015) afirma que a Política Externa Brasileira tem apresentado dois objetivos gerais em sua evolução, sendo eles, a busca de autonomia e desenvolvimento. Podendo ser considerada mais como uma política de Estado do que de governo, não existindo grandes rupturas de governo para governo. Segundo Dantas

[...] a continuidade é requisito indispensável a toda política exterior, pois se em relação aos problemas administrativos do país são menores os inconvenientes resultantes da rápida liquidação de uma experiência ou da mudança de um rumo adotado, em relação à política exterior é essencial que a projeção da conduta do Estado no seio da sociedade internacional revele um alto grau de estabilidade e assegure crédito aos compromissos assumidos (DANTAS, 2011, p.11).

Com isso em mente, este trabalho estabelece a seguinte problematização: Quais as mudanças que ocorrem na condução política externa de Dilma Rousseff em comparação ao governo Lula da Silva na relação bilateral com a Argentina? A questão origina-se do objetivo principal deste estudo, que consiste em analisar a conduta da PEB com relação à Argentina dos governos Lula e Dilma, embora a pesquisa não se limita a apenas a relação bilateral, devido à necessidade de contextualização do tema. O trabalho terá como objetivos específicos: (i) apresentar os principais pontos da PEB no Governo Lula (2003-2010); (ii) apresentar e comparar os pontos trabalhados no governo Lula na PEB do governo Dilma (2011-2016), buscando identificar alguma característica na condução da política externa e por fim (iii) analisar o esforço de ambos os governos na Relação Bilateral com a Argentina, com finalidade de solucionar a problematização dessa pesquisa.

Para isso, o trabalho será dividido em quatro seções. A partir dessa introdução, a segunda seção apresentará duas subseções, a primeira terá uma abordagem histórica para apresentar a PEB durante o Governo Lula com enfoque em linhas gerais e mais pontuais, na segunda subseção será apresentado a PEB do governo Dilma, o qual já apresentará uma breve análise comparativa tendo em base o governo Lula. Na terceira seção será feito uma análise comparativa da PEB frente a relação Brasil-Argentina, em ambos governos, abordando as continuidades, com o propósito de identificar as fontes e os graus que colaboraram para as mudanças na condução política externa no governo Dilma no âmbito bilateral, terá como base a obra de Charles F. Hermann “*Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy*”. E por fim, na última seção será exposto as considerações finais da pesquisa.

Hermann estabelece níveis graduais de mudança (agentes primários): (1) pequenos ajustes que são as mudanças ocorrem no nível de esforço em que os objetivos permanecem inalterados, o que muda é a intensificação ou a diminuição do empenho; (2) alterações de programa; em que os objetivos são mantidos, mas perseguidos através de outros métodos e estratégias; (3) redefinição de objetivos/problemas consiste na alteração ou abandono do problema ou objetivo inicial ao qual a política externa se destina; (4) reorientação internacional que envolve o redirecionamento total da orientação, sendo este a mudança mais extrema. (HERMANN, 1990, p.5).

As mudanças em política externa possuem quatro fontes (causas): (a) líder, resulta dos esforços determinados de um formulador de políticas, que passaria a impor sua própria visão à política externa; (b) burocracia, que diria respeito às pressões realizadas por grupos dentro do governo, interessados em uma determinada mudança na política externa; (c) reestruturação doméstica que ocorreria quando os grupos que sustentam o governo mudassem as suas opiniões em relação a determinado assunto ou mesmo sua composição e (d) choques externos que se resultam de eventos internacionais que afetam a PE do Estado. (HERMANN, 1990, p.11-12).

Contudo, para que se desenvolvam esses objetivos, a metodologia escolhida para a pesquisa possui caráter exploratória, com levantamento bibliográfico, documental e um estudo de caso como fundamentação da análise da PEB de ambos governos e a relação bilateral Brasil-Argentina. Constará também com o uso de argumentos da Análise da Política Externa (APE) subcampo de estudos da disciplina das Relações Internacionais (RI).

A Política Externa Brasileira (PEB)

Governo Lula

O governo Lula correspondeu ao período entre 2003 e 2010, durante essa fase a política externa brasileira foi marcada pela busca pela ampliação de parceiros comerciais, integração regional, consolidação de alianças estratégicas voltadas para a América do Sul, foi intensamente presidencial, com ativa agenda de compromissos com ênfase na integração da América do Sul e do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Amorim (2003) considerou essencial aprofundar a integração entre os países da América do Sul nos mais diversos planos, uma vez que se demonstrou eficaz para o crescimento da credibilidade internacional. Em discurso de posse, Lula (2003) afirma que a grande prioridade da política externa durante seu governo seria a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social. Nesse período, acontece uma maior aproximação e fortalecimento da relação bilateral com a Argentina, que já vinha se consolidando desde a criação do MERCOSUL, sendo atualmente os principais parceiros políticos e econômicos da América Latina.

Além disso, a PEB do governo Lula retoma muitos dos fundamentos da PEI introduzida durante o Governo Jânio Quadros. Ocorreram grandes esforços diplomáticos na projeção brasileira, o que segundo Vizentini (2009) desencadeia a busca pela autonomia do país e por uma inserção internacional múltipla, em que o governo tenta garantir uma ação que fosse mais consistente e menos retórica que a do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Para isso, o Ministério das Relações Exteriores dispôs do quadro: Celso Amorim para o cargo de Ministro das Relações Exteriores e Samuel Pinheiro Guimarães para o cargo de secretário-geral das Relações Exteriores.

Destacam-se ainda a busca pelo reconhecimento do Brasil como potência, a projeção internacional, alianças estratégicas, desenvolvimento nacional e da autonomia no sistema internacional. Segundo Vigevani e Cepaluni (2007), a PEB do governo Lula segue a ideia da perspectiva da *autonomia pela diversificação*, buscando a diversificação de parceiros e inserção do país no cenário mundial com a aproximação com a Ásia, África e o Oriente Médio, portanto, sem negligenciar as relações com os Estados Unidos (EUA) e a União Europeia (UE), de modo a se fortalecer internacionalmente. Vigevani e Cepaluni (2007) explicam que a diversificação não significa apenas a busca de alternativas nas relações com outros Estados, mas também implica capacidade de intervenção em questões que não dizem respeito a interesses imediatos, significa intervir em questões que se referem a bens públicos internacionalmente

reconhecidos. Contudo,

no plano da diplomacia econômica multilateral, as orientações foram: a revitalização e ampliação do Mercosul; a intensificação da cooperação com a América do Sul e com os países africanos; “relações maduras” com os Estados Unidos; importância das relações bilaterais com potências regionais como China, Índia, Rússia e África do Sul; ampliação do número de membros permanentes no Conselho das Nações Unidas; participação nos principais exercícios multilaterais, assim como na conformação das novas regras que regeram as relações econômicas com vistas à defesa dos interesses dos países em desenvolvimento (LIMA, 2005).

A ação diplomática do Governo Lula conforme Amorim (2004) é concebida como instrumento de apoio ao projeto de desenvolvimento social e econômico do país, mas possui também uma dimensão humanista, que se projeta na promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento. Vidigal (2010) afirma que a cordialidade da diplomacia brasileira, além da maior abrangência, é reconhecida como importante fonte de poder e aplicado de forma sistemática em suas negociações internacionais. Almeida (2004) aponta como característica do diálogo da diplomacia a busca para exercer uma liderança regional e internacional para mudar substantivamente e trazer justiça ao mundo, bem como implantar uma “nova geografia comercial”¹.

O Brasil, segundo Amorim (2010), financiou um plano de reciclagem de resíduos sólidos em Porto Príncipe, que criou empregos e foi considerado um modelo de cooperação Sul-Sul pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do qual obteve dois prêmios especiais, incluindo um no contexto dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Já no plano regional, o presidente Lula desempenhou um papel de liderança na criação do Grupo de países amigos da Venezuela em 2003, com o intuito de ajudar a Organização dos Estados Americanos (OEA) a encontrar uma solução para a situação crítica da Venezuela, que estava em greve geral (AMORIM, 2010).

A estratégia de inserção internacional adotada por Lula, conforme Vigevani e Cepaluni (2007), apresenta uma postura assertiva em torno da defesa da soberania e dos interesses nacionais, buscando alianças privilegiadas no Sul. Almeida (2004) afirma que o governo foi marcado pela busca de alianças privilegiadas no Sul, com ênfase especial nos processos de integração da América do Sul e do MERCOSUL. Fazer parte e promover blocos como o MERCOSUL e BRIC demonstra o interesse pelo multilateralismo da política externa, com que tem o intuito de projetar o país internacionalmente. Segundo Oliveira (2005), a diplomacia do governo Lula passou a considerar o multilateralismo como um movimento amplo de desconcentração e de novas regulamentações do poder no sistema internacional, de modo que fossem mais favoráveis aos países em desenvolvimento.

[...] países em desenvolvimento e desenvolvidos passaram a ser vistos como parceiros comerciais importantes. Em segundo lugar, preocupações com o desempenho das exportações começam a surgir, em vista da necessidade de envolver a política externa como um instrumento da política econômica e da superação das dificuldades relacionadas ao emprego e ao crescimento econômico nacional (PAULA, LUCHT e DAGOSTINI, 2006, p.109).

¹Expressão empregada pelo presidente Lula por ocasião da criação do G-20, o governo brasileiro não apenas destacou positivamente o movimento da política externa, em coordenação com outros países do Sul, na direção do exercício de um metapoder nas questões multilaterais de comércio, como sinalizou a novidade da cooperação Sul-Sul no contexto da globalização dos mercados e do pós-Guerra Fria. (LIMA, 2005)

Durante os dois mandatos, o governo empenhou-se para alcançar uma maior percepção no exterior na busca pelo assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), e também na participação em fóruns regionais e reuniões multilaterais como a União de Nações Sul-americanas (UNASUL), Organização Mundial do Comércio (OMC), Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), Cúpula América do Sul-África (ASA), Cúpula Brasil-União Europeia, Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), cúpula Brasil-Caricom, o grupo Brasil-África do Sul-Índia e China (BASIC), Acordo de Teerã e o Comando da MINUSTAH. Conforme Saraiva (2013) a diplomacia brasileira acirrou os esforços de projeção do país como *player global* buscando um multilateralismo universalista e sempre os orientando para uma revisão das instituições internacionais.

Goulart (2014) afirma que a atuação do governo foi marcada pelo pragmatismo ao almejar a ampliação de parceiros comerciais e consolidação de alianças estratégicas, priorizando os países periféricos. Segundo Vigevani e Cepaluni (2007), muitas das iniciativas do governo Lula se situam na vertente das negociações comerciais internacionais e na busca de coordenação política com países em desenvolvimento e emergentes. Em 2003, o Brasil liderou a formação do G-20 e diversos acordos internacionais foram assinados nesse período. Em 2006 foi realizada a Cúpula Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), na qual foram assinados acordos e memorandos com objetivo de apoiar atividades que contribuam para o desenvolvimento científico e tecnológico dos três Estados membros, mediante a geração e a apropriação de conhecimento e a elevação da capacidade tecnológica (CNPQ, 2017). Desde a crise econômica internacional de 2008, o Brasil e a China mantiveram consultas frequentes com o objetivo de mitigar os efeitos negativos, em 2010, os dois países assinaram o Plano de Ação Conjunta entre o Brasil e a China 2010-2014, com objetivo de fortalecer a orientação estratégica para o desenvolvimento da Parceria Estratégica bilateral em áreas relevantes, e em 2012, as relações foram elevadas ao nível de “Parceria Estratégica Global”, se tornando, então, o principal parceiro comercial do Brasil (BARBOSA, 2012).

Entretanto, segundo Mapa (2011), as críticas direcionadas à PEB de Lula surgidas se deram no sentido de demonstrar que a proposta diplomática envolta por uma ideologia partidária cometia um erro de cálculo estratégico ao valorizar mais as relações com países periféricos do que com os pertencentes ao centro da “estrutura hegemônica”. Portanto cabe ressaltar que, apesar de priorizar os países periféricos, não houve desinteresse nas relações já existentes com Estados Unidos e a União Europeia. Como apresenta Almeida (2004), o governo Lula reconheceu que a relação com os EUA era importante, mas não a considerou essencial para o atingir os objetivos diplomáticos brasileiros; já com a UE ocorre reconhecimento de um parceiro importante como “alianças estratégicas”, podendo ainda beneficiar o MERCOSUL a partir de um Acordo de Associação MERCOSUL-UE. Em 2007 foi assinado um acordo entre a UE e o Brasil, com intuito de reforçar o multilateralismo e a busca de ações conjuntas sobre direitos humanos, pobreza, questões ambientais, energia, estabilidade latino-americana (SARAIVA, 2017, p.30)

A relação brasileira com os Estados Unidos a partir de 2003 segundo Vigevani e Cepaluni (2007) foi de não-exclusividade, os EUA continuaram sendo o mais poderoso do mundo contemporâneo, mas o governo buscou fortalecer essa relação na perspectiva de enfraquecer o unilateralismo. Silva (2011) afirma que o Brasil tinha um projeto próprio de inserção internacional, e esse projeto requeria um espaço de atuação mais amplo do que ser representante dos interesses dos Estados Unidos na América Latina. Por fim, as críticas se deram pela mudança de rumo da PEB que assumiu uma posição mais

agressiva de afirmação sul-americana e internacional dos interesses e da liderança brasileira, afim de projetar a imagem do Brasil no sistema internacional e na prioridade que foi dada à integração sul-americana e às relações mais próximas com alguns países da África e da Ásia, em particular, China, Índia e África do Sul (FIORI, 2009, p. 40). Entretanto, Lima (2005) afirma que na perspectiva do governo, essa cooperação Sul-Sul não substitui o relacionamento com os EUA e a União Europeia. Conforme Saraiva (2010) os esforços da PEB com os países emergentes de outras regiões do mundo se concentrou na troca de tecnologia e ações conjuntas em fóruns multilaterais, já na América Latina a prioridade foi a cooperação técnica e financeira, bilateralismo e não-indiferença. Portanto, a administração de Lula propôs colocar o Brasil entre os novos poderes mundiais, aumentando as condições para erradicação da pobreza (MEZA, 2010).

No âmbito regional o governo Lula, por sua vez, demonstrou arrojo para a integração regional com uma série de acordos para o desenvolvimento. Saraiva (2010) afirma que para o Brasil a integração com seus vizinhos foi vista como a rota mais segura para ganhar posição internacional ao mesmo tempo em que ajuda o Brasil a perceber seu potencial. Em 2004, ocorre a III Cúpula de Presidentes da América do Sul, que culmina na Declaração de Cusco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), com objetivo de desenvolver um espaço sul-americano integrado no político, social, econômico, ambiental e de infraestrutura que fortaleça a identidade própria. Segundo Saraiva (2010) a agenda da CASA incluiu o diálogo político, a integração física, o meio ambiente, a integração energética, os mecanismos financeiros sul-americanos, a promoção da coesão social, a inclusão social e a justiça social. Em 2004 foi assinado o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica entre o Brasil e o Suriname, que consiste na concessão brasileira de quota anual de 10 mil toneladas de arroz provenientes do Suriname, livre de gravames aplicados à importação (MDIC, 2017).

A promoção da integração com os países vizinhos e aproximação dos interesses regionais comuns fizeram parte ativa da agenda do governo para uma liderança regional. Amorim (2011) ressaltou que o governo deu um passo da maior importância para fazer da América do Sul uma área de livre comércio. Em 2008 a CASA foi substituída pela UNASUL, passando a ter uma abordagem mais a favor da cooperação do que da integração tradicional, tornou-se cada vez mais consistente e respondendo as situações de crises no continente. O governo Lula preocupou-se constantemente com o futuro da UNASUL, uma vez que a organização se tornou seu principal meio de ação multilateral, sendo estritamente intergovernamental com um quadro institucional limitado, o que garante ao Brasil um nível maior de autonomia dos demais membros da UNASUL e suas relações com países fora da região (SARAIVA, 2010).

Os Estados Unidos segundo Silva (2011) passaram, diante da ascensão do Brasil no cenário internacional, a considerar o país como um importante interlocutor na política externa para a América do Sul e o contexto pós crise econômica mundial de 2008 colaborou para a consolidação do Sul na agenda prioritária brasileira (RAMANZINI; MARIANO; ALMEIDA, 2015, p.39). Uma vez que o governo conseguiu fornecer uma resposta doméstica para reduzir os efeitos negativos da referida crise por meio de incentivo governamental que ampliou os gastos e os investimentos públicos, facilitou o acesso ao crédito, além de conceder isenção de alguns impostos (RAMANZINI; MARIANO; ALMEIDA, 2017, p.47). Em 2009 o Brasil fez parte do Banco do Sul (BDS), composto por Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela, cujo objetivo segundo Barros (2016) foi cobrir a lacuna dos instrumentos existentes e utilizar a poupança local no fomento do desenvolvimento e integração regional. Participou também de acordos comerciais com a Argentina, Equador, Peru, Venezuela e Colômbia.

Almeida (2004) afirma que Lula diversas vezes ressaltou a relevância estratégica do MERCOSUL

como fator de união política da América do Sul e fortaleza defensiva contra a hegemonia americana, além de ser moeda de barganha na negociação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Destaca ainda a importância do MERCOSUL e a necessidade de “revigorar o MERCOSUL, transformando-o em uma zona de convergência de políticas industriais, agrícolas, comerciais, científicas e tecnológicas, educacionais e culturais” (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p. 6).

Nossa política externa não pode estar confinada a uma única região, nem pode ficar restrita a uma única dimensão. O Brasil pode e deve contribuir para a construção de uma ordem mundial pacífica e solidária, fundada no Direito e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso demográfico, territorial, econômico e cultural, e de ser uma grande democracia em processo de transformação social. O Brasil atuará, sem inibições, nos vários foros internacionais, regionais e globais. Incentivaremos a promoção universal dos direitos humanos e o combate a todas as formas de discriminação. Lutaremos para viabilizar o desenvolvimento sustentável e para eliminar a pobreza (AMORIM, 2003, p. 57-58).

Com isso, é enfatizada a necessidade de reestruturação, fortalecimento e a ampliação do MERCOSUL. O presidente Lula juntamente com o presidente da Argentina Néstor Kirchner propôs em 2003 o relançamento do bloco sob novas bases, buscando incrementar seus objetivos econômicos e conferir maior componente político e social (RUIZ, 2007 *apud* NETO, 2015, p.216). A ampliação do MERCOSUL ocorre com o Peru (2003), Colômbia e Equador (2004) como Estados associados. Conforme Mapa (2011) a busca da integração sul americana a partir do fortalecimento do MERCOSUL apresenta uma percepção de que a política externa é um elemento integrante do projeto de desenvolvimento nacional. Em 2004 entrou em vigor o Tribunal Permanente de Revisão (TPR), em 2005 foi criado o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM) com o objetivo de “financiar programas para promover a convergência estrutural; desenvolver a competitividade; promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas e apoiar o funcionamento da estrutura” (FOCEM, 2017). Em 2006 foi constituído o órgão Parlamento do bloco (PARLASUL), com objetivo de fortalecer os processos de integração atuando em diferentes temáticas (PARLAMENTO DO MERCOSUL, 2017).

Segundo Pecequillo (2008), o eixo horizontal é representado pelas parcerias com as nações emergentes, por suas semelhanças como grandes Estados periféricos e países em desenvolvimento, representando uma dimensão terceiro-mundista da PE, que também é definida como relações Sul-Sul, em que os benefícios potenciais deste eixo são econômicos, estratégicos e políticos. De fato, durante o governo Lula a cooperação Sul-Sul e MERCOSUL expandiram para além da agenda econômica com acordos e trocas comerciais, para temas políticos, sociais, ambientais e de infraestrutura, dado que as mudanças de rumo pela PEB recuperou sua agenda temas como o diálogo para a adoção de posições comuns na política internacional e incluindo a criação de mecanismos para a redução das assimetrias e o aumento da cooperação para o desenvolvimento entre os integrantes do bloco (NETO, 2015, p.216-217). “O grau de cooperação do MERCOSUL entre os diferentes ministérios que trabalham nos domínios da educação, da cultura, da energia e do trabalho em ambos os lados da fronteira cresceu durante os anos Lula” (SARAIVA, 2010).

Governo Dilma

A sucessão do governo Lula para o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) não trouxe grandes mu-

danças para as estratégias da PEB, a América do Sul permaneceu sendo o foco da ação externa durante o primeiro mandato. Vigevani e Cepaluni (2007) afirmam que tradicionalmente, o discurso do Partido dos Trabalhadores (PT) sobre temas de política internacional enfatiza alianças preferenciais com parceiros do Sul. Dilma em discurso de posse afirmou que a América do Sul seguiria sendo prioridade da política externa, sinalizando essa prioridade ao fazer à Argentina a sua primeira viagem ao exterior, afirmando ainda que “Os países do nosso continente se tornaram valiosos parceiros políticos e econômicos do Brasil” (ROUSSEFF, 2011). Discorrer sobre a política externa do governo Lula e do governo Dilma é falar de alguns princípios expressos pela PEI, devido a busca de diversificação de parceiros com vistas a conseguir um posicionamento internacional mais autônomo (GONÇALVES *apud* CARDOSO; THOMAZ; MACHADO, 2012).

Portanto, cabe ressaltar que o governo de Dilma enfrentou cenários internacionais mais severos do que o governo Lula, isso desde o início de seu primeiro mandato cujo efeitos da crise econômica sofrida pelos poderes estabelecidos em 2008 deram lugar à reestruturação da governança internacional, a recuperação econômica nos EUA e a retenção gradual da crise da Zona Euro, colocando o G7 no centro do palco. Consequentemente reduzindo o foco das hegemonias nas potências emergentes- e crescimento desses últimos- que anteriormente foram base por não terem sido afetados *a priori* pelos impactos da crise (SARAIVA, 2017, p.26). Portando com a perda de legitimidade do G-7 segundo Ramos *et al.* (2012) ocorreu a ampliação das discussões para constituição e evolução do G-20, como um fórum deliberativo que trabalhasse com base no consenso de seus membros, com objetivo de restaurar o crescimento global. Já no cenário nacional, o governo Dilma enfrentou a desaceleração econômica, problemas fiscais e aumento da taxa de desemprego.

Segundo Saraiva (2014), a busca pelo assento permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas não foi deixada de lado, mas perdeu impulso. O Brasil continuou liderando as forças de atuação da ONU com o MINUSTAH, seus representantes se encontraram com membros do G4 (Japão, Brasil, Alemanha e Índia) e do IBAS para discutir os temas de reformas nas Nações Unidas (JESUS, 2014, p. 63). Em 2011, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas Dilma propõe o conceito de “Responsabilidade ao proteger” (RwP) ao invés da intervenção, “ênfatisando a necessidade de maior responsabilidade e transparência internacionais durante intervenções humanitárias” (SOARES, 2013, p.12), ainda na 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas Dilma afirma que não há solução militar para a crise da Síria, sendo que a diplomacia e o diálogo não são apenas a melhor, mas a única opção. Reforçando ainda que o Brasil vem vivendo em paz com os vizinhos há mais de 140 anos e tem promovido com eles processos de integração e de cooperação bem-sucedidos, demonstrando, então, o interesse para assumir suas responsabilidades como membro permanente do Conselho (PLANALTO, 2017).

No início do primeiro mandato de Dilma, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) passou por algumas mudanças, Antônio de Aguiar Patriota passou a ser o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim passou a ser o Ministro da Defesa e Samuel Pinheiro Guimarães passou a ser o Alto representante geral do MERCOSUL. Ocorreu uma redução no orçamento e no número de novos diplomatas, gerando uma sensação de “separação” entre a administração de Dilma e o Ministério das Relações Exteriores (GÓMEZ; PEREZ, 2016). Ainda o governo passou por uma instabilidade ministerial que contou com três chanceleres, Antônio Patriota que foi demitido em 2013 devido a uma crise diplomática entre o Brasil e Bolívia, foi então substituído por Luiz Alberto Figueiredo, que era o representante do Brasil nas Nações Unidas, e posteriormente foi substituído por Mauro Luiz Iecker Vieira, na reforma

ministeral em 2014.

Cervo e Lessa (2014) afirmam que ocorreu um enfraquecimento das estratégias do diálogo entre os Estados e a inexistência de novas ideias para motivar agentes externos, foram fatores que enfraqueceram o protagonismo brasileiro. Portanto, foram mantidos contatos com a Ásia, África e o Oriente Médio, além disso manteve esforços para continuar desenvolvendo a parceria com BRICS, IBAS e ASA. Assim como novas parcerias para a projeção no cenário internacional com a adesão ao Tratado de Amizade e Cooperação (TAC) da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Segundo Patriota (2013), os esforços resultaram em acordos de livre comércio com Israel, Egito e Palestina e acordos de preferências tarifárias com a Índia e a União Aduaneira da África Austral (SACU). Embora segundo Saraiva e Gomes (2016) durante seu governo, Dilma não teve como uma perspectiva ou visão de longo prazo para o país na área da política externa, em vez disso, Dilma valorizou resultados a curto prazo, viáveis e visivelmente concretos, e Casarões (2016) afirma que as parcerias durante a administração de Dilma estiveram relacionadas a dois grupos: no primeiro mandato ciência e tecnologia e no segundo mandato comércio e investimentos.

No plano de governo Dilma, a cooperação Sul-Sul com o BRICS se tornaria o foco principal e renovado da PE, embora durante sua administração a participação do Brasil tenha se ofuscado, deixando espaço para a crescente influência das potências China e da Rússia (GÓMEZ; PEREZ, 2016). Como afirma Saraiva (2017) devido as iniciativas do governo chinês, foram implementados um Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e o Fundo Contingente de Reservas (CRA) no BRICS, instituições que, segundo Bastos e Hiratuka (2017), entraram no campo de atuação típico do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Conforme Saraiva e Gomes (2016) mesmo que com uma continuidade lerda, considerados os avanços dos BRICS, a inserção internacional do Brasil preserva a relevância das parcerias bilaterais. Contudo a cooperação brasileira com os membros do BRICS se tornou fundamental para o enfrentamento da crise econômico e financeira. Em 2015 Dilma afirma que no então momento de crise internacional, deveria se reforçar cada vez mais o papel do BRICS, que é tão importante para o desenvolvimento global, já que tem sido responsável por cerca de 40% do crescimento mundial.

As cúpulas ocorreram e foram assinados diversos acordos, mesmo que sempre mantendo uma baixa institucionalidade, sendo: III Cúpula: Sanya, China, em abril de 2011 que contou com o ingresso da África do Sul; IV Cúpula: Nova Délhi, Índia, em março de 2012 a qual foi lançado as bases a cooperação financeira com terceiros países, mediante a criação do “Banco BRICS”; V Cúpula: Durban, África do Sul, em março de 2013 do qual dentre vários resultados cabe descartar o estabelecimento do Conselho Empresarial do BRICS; e estabelecimento do Conselho de *Think Tanks* do BRICS; VI Cúpula: Fortaleza, Brasil, em julho de 2014 o qual foram assinados os acordos constitutivos do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas; e VII Cúpula: Ufá, Rússia, em julho de 2015 que marcada pela ratificação dos acordos constitutivos do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas. Foram realizadas as primeiras reuniões do Conselho de Governadores e da Diretoria do Banco (ITAMARATY, 2017).

Patriota usou a expressão “multipolaridade benigna” e/ou “multipolaridade da cooperação e inclusiva” para designar a orientação da condução PEB, que se caracterizou por reconhecer a existência de uma estrutura multipolar de poder no mundo e buscar uma multipolaridade cooperativa, afirmando ainda que algumas revisões na condução seriam feitas, embora que seria difícil mudar radicalmente as bases de atuação (BRICS POLICY CENTER, 2011, p.3). A integração regional e as ideias do multi-

lateralismo continuaram no plano de governo, com o aprofundamento da integração regional com MERCOSUL, UNASUL e CELAC. Quanto a participação em debates como G20 e RIO+20 o que mudou, segundo Gómez e Perez (2016), foram os recursos financeiros disponíveis para essas atividades, mesmo que no marco do multilateralismo as posições brasileiras mantiveram continuidade. Conforme Casarões (2016) somente a recomposição da presença internacional do Brasil nesses campos multilaterais colocaria o país de volta no radar global, Bastos e Hiratuka (2017) reforçam que uma maior presença física (ou carisma) de Dilma no cenário internacional por si só compensaria a tendência de perda de projeção e visibilidade do Brasil.

Segundo Casarões (2016), uma das mais expressivas mudanças relacionadas a parcerias se deu com o Japão em 2014, em que o governo japonês resolveu elevar as relações bilaterais com o Brasil ao nível de Parceria Estratégica Global, reconhecendo o importante papel que desempenha sobre assuntos políticos, estratégicos e econômicos (ITAMARATY, 2017). Casarões (2016) afirma que o chanceler Mauro Vieira buscou empreender uma diplomacia de resultados destinada a alavancar o potencial econômico do país e juntou forças com Armando Monteiro, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Como resultado em 2015, o Brasil ofertou três Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) que é baseado em 3 pilares: (i) mitigação de riscos; (ii) governança institucional e (iii) agendas temáticas para cooperação e facilitação dos investimentos (MIDC, 2017), com México, Colômbia e Chile, países historicamente distantes, com o propósito de dinamizar a entrada de inversões diretas no país e permitir maior presença de empresas brasileiras nesses mercados (CASARÕES, 2016, p.40).

Conforme foi apresentado em críticas feitas ao governo Lula, Patriota afirma que o foco na cooperação sul-sul foi uma característica marcante do governo Lula e que não seria descartada, ainda assim, o desenvolvimento da cooperação sul-sul não deverá ocorrer em detrimento da relação com as grandes potências (BRICS POLICY CENTER, 2011, p.3). Desde 2007, a UE reconheceu o Brasil como um dos seus principais parceiros mundiais, formando a Parceria Estratégica UE-Brasil. Portanto Saraiva (2017) aponta que a parceria não teve frutos significativos na arena multilateral internacional durante o governo de Dilma, apesar do Brasil considerar sua parceria estratégica com a UE como o melhor mecanismo de interação com a Europa e a melhor ferramenta de política externa para impulsionar a projeção global do Brasil e obter ganhos bilaterais. Da mesma forma, desde 2010 as negociações comerciais para o acordo entre a UE e o MERCOSUL não obtiveram resultados.

Já com os EUA, em 2011 Dilma celebrou a parceria com o presidente Barack Obama e a cooperação em diferentes áreas, como educação, inclusão social, investimento e comércio exterior, questões energéticas e ambientais, ciência e tecnologia democracia e direitos humanos (SARAIVA, 2017, p.31). De fato, aconteceu uma maior tendência à aproximação com os EUA, embora a relação não tenha se tornado uma dependência, porém ambos os Estados enfretaram momentos delicados. Segundo Bastos e Hiratuka (2017) Dilma manteve a independência e altivez sob os EUA, o Brasil foi contra o posicionamento dos EUA ao apoiar a Palestina na Assembleia Geral das Nações Unidas, que elevou o status da Palestina como Estado Observador não membro e em 2013 foi gerado uma crise diplomática entre Brasil e Estados Unidos, devido as atividades de espionagem da Agência Nacional de Segurança (NSA) dos EUA (SARAIVA, 2017, p.31).

Com o ocorrido, Dilma cancela sua viagem presidencial para Washington, onde se encontraria com o presidente Barack Obama, e o constrangimento só foi solucionado em um encontro de Dilma com Obama durante a reunião do G20, em São Petersburgo, Rússia, em 2013 (SENADO, 2017).

Logo, na abertura da 68ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, realizada em Nova York em 2013, Dilma ressaltou o direito à privacidade e soberania dos Estados e enfatiza que sem o direito à privacidade não há verdadeira liberdade de expressão e opinião e, portanto, não há efetiva democracia; já sem respeito à soberania, não há base para o relacionamento entre as Nações (PLANALTO, 2017). Embora isso, em 2015, foi anunciada uma série de acordos de cooperação e compromissos entre Brasil e EUA, sobre temas das agendas bilateral, regional e multilateral nas áreas de comércio, agricultura, meio ambiente, educação, ciência e tecnologia, turismo, defesa, política espacial e previdência social. (Lista completa no anexo 2)

Na esfera regional, Dilma procurou manter as estratégias de PEB, segundo Cervo e Lessa (2014) isso se deve à ideia de uma construção regional de um polo de poder e um papel sistêmico pressuposto ao país em que os benefícios auferidos pelo Brasil da integração regional são palpáveis. Embora que, as tentativas brasileiras de definir a agenda regional perderam cada vez mais influência política sob a administração de Dilma, a UNASUL continuou sendo o primeiro porto de escala quando enfrentava situações de crise (SARAIVA, 2017, p.32). Bastos e Hiratuka (2017) ressaltam o apoio de Dilma à consolidação da UNASUL em seu papel como mediador nos conflitos políticos regionais e em 2011 Dilma afirmou que a organização constitui um espaço privilegiado e, talvez, sendo o melhor fórum para a promoção de modelos de democracia (ROUSSEFF, 2011).

No âmbito do Mercosul, a posição adotada durante o governo de Lula foi mantida: não é prioridade, mas sua defesa é necessária para administrar as relações do Brasil com países vizinhos (SARAIVA, 2014). Conforme Bastos e Hiratuka (2017) o governo Dilma continuou procurando a expansão do MERCOSUL em direção à Venezuela, mesmo que isto custasse a suspensão temporária do Paraguai depois do golpe de Estado com o impeachment do presidente Fernando Lugo. Por conseguinte, em 2012, embaixados pela cláusula democrática do Protocolo de Ushuaia os Estados-membros acordaram pela suspensão do Paraguai no MERCOSUL. Em relação ao Paraguai Dilma afirmou:

O governo brasileiro, assim como os demais países que integram o Mercosul, apresentamos com toda a clareza nossa visão no que se refere à situação no Paraguai. O que moveu a totalidade da América do Sul foi compromisso inequívoco com a democracia. Os países do Mercosul, assim como os da Unasul, têm agido de forma coordenada nessa questão com o sentido único de preservar e fortalecer a democracia em nossa região. (...) Nossa perspectiva é que o Paraguai normalize sua situação institucional interna para que possa reaver seus direitos plenos no Mercosul (ROUSSEFF, 2012).

Ainda em 2012, como presidente Pro Tempore do MERCOSUL, Dilma oficializou a inclusão da Venezuela no bloco, o que provocou desconforto paraguaio segundo Oliveira (2012), o Paraguai expressou claramente sua insatisfação com o suposto “oportunismo” dos outros Estados-membros do bloco, em aproveitarem o afastamento do único Estado contrário à adesão da Venezuela ao MERCOSUL. Embora isso, a Venezuela possui grandes reservas de petróleo e é considerada a maior produtora de petróleo da América Latina, proporcionando então benefícios para o bloco em si.

No Anexo 1 e 3 pode ser observado o cronograma do MERCOSUL durante o período do governo Lula e Dilma. Embora o segundo mandato de Dilma ter sido incompleto, é possível observar no primeiro mandato de ambos os governos há uma significativa diferença quantitativa de eventos no MERCOSUL, seja eles assinaturas ou criações de acordos e implementa-

²Expressão definida e usada por Celso Amorim para descrever a PEB do governo Lula.

ções no bloco, enquanto Lula esteve presente em 14 eventos, Dilma esteve em 8. No segundo mandato de Dilma não ocorre eventos, já no segundo mandato de Lula ocorreram 17. Contudo, o Brasil foi perdendo protagonismo da política global, Saraiva e Gomes (2016) afirmam que seus movimentos assumiram um caráter reativo enquanto no governo Lula era “ativo e altivo”², ocorrendo, portanto, um recuo do ativismo regional brasileiro.

Segundo Saraiva (2014), algumas divergências com as potências ocidentais se sucederam, como por exemplo, a redução do foco de ação no IBAS enquanto o governo Lula buscou o fortalecimento e a diversificação de parcerias por meio de cooperações como o IBAS. No governo Dilma, o IBAS perdeu relevância devido ao BRICS ter expandido e obter recursos de poder para diminuir a importância do controle dos países desenvolvidos sobre as instituições multilaterais que propagaram o Consenso de Washington, o FMI e o Banco Mundial, a partir da ação coletiva dos países do Sul mais importantes. (BASTOS, HIRATUKA, 2017, p.13)

A administração de Dilma se mostrou menos empenhada e com menor intensidade na efetivação da PEB do que seu antecessor, ocorrendo também a redução na diplomacia presidencial, que afetou a participação proativa do Brasil na política global, em comparação dos primeiros mandatos, Lula fez 111 viagens presidências enquanto Dilma fez 63 viagens (SARAIVA, 2014, p. 28). Bastos e Hiratuka (2017) ressaltam que a conferência Rio+20 em 2012, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 trouxeram chefes de Estados, ministros e empresários ao Brasil, embora não seja justificativa para tal redução da diplomacia presidencial.

Segundo Gómez e Perez (2016), isso se deve principalmente ao fato de Dilma ter se preocupado mais com o desenvolvimento econômico e social nacional, mantendo um foco doméstico e não global, não acordando com o papel da política externa como uma ferramenta capaz de impulsionar o desenvolvimento social e econômico doméstico. Por fim, há uma literatura compartilhada quando se fala que o governo Dilma não teve grandes rupturas tendo como base o governo Lula e sim continuidades, embora Dilma tenha se mostrado impessoal e menos envolvida com a PE. Ainda que seja importante frisar o contexto internacional em que a crise financeira global originalmente contribuiu para um cenário comercial favorável para as potências emergentes se reverteu com a recuperação das hegemonias.

Uma vez exposto um breve histórico das características da PEB entre os governos Lula e Dilma, pretende-se na seção seguinte analisar o esforço de ambos os governos na Relação Bilateral com a Argentina, como estratégia de inserção internacional, bem como abordar as continuidades e possíveis mudanças nessa relação.

Análise da Relação Bilateral Brasil-Argentina

Até aqui foi verificado que não ocorre grandes rupturas no governo Dilma, observa-se que as mudanças ocorridas foram causadas por elementos internacionais e domésticos, portanto é nesse contexto que essa seção busca identificar mudanças na condução da política externa para a relação bilateral Brasil e Argentina correspondente ao período 2003-2016, dando início à análise. Para isso será usado a obra *Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy* que define os graus e fontes que podem influenciar nas mudanças da política externa. A análise terá como a base o argumento de Hermann (1990) que afirma que a política externa se dá pela interação entre o âmbito internacional e o âmbito doméstico.

Os graus de mudanças estabelecidos por Hermann são examinados com relação a quatro agentes

primários, sendo eles: líder, burocracia, reestruturação doméstica e choques externos. No que diz a respeito ao líder, Grove (2007) afirma que algumas abordagens tradicionais das RI minimizam o papel do indivíduo, embora os indivíduos sejam particularmente importantes em tempos de crises e incertezas, devido as vantagens analíticas proporcionadas pelas perspectivas psicológicas que pode ser explicada por várias características individuais, como personalidade e motivação de um líder. Assim, o autor busca combinar três fatores: líder, contextos políticos nacionais e internacionais para definir quatro tipos de estratégias³ que gera suporte ao líder tanto no âmbito externo quanto no interno.

Seguindo essa ideia, é possível constatar que o governo Lula apresenta características da estratégia *amarrando as mãos* na relação bilateral com a Argentina. De fato, o Brasil durante a administração Lula buscou uma posição como potência emergente e teve capacidade de influenciar a América Latina, nessa perspectiva, especificamente no Mercosul, a Argentina se tornou o elemento central da agenda regionalista e foi considerada uma parceira comercial e política de grande relevância para a inserção internacional e promoção dos interesses do Brasil, característica apresentada em ambos os governos. Foi, então, usado como estratégia elementos do Direito Internacional, como tratados aos quais a Argentina faz parte e ajuda externa, por exemplo, o acordo complementar para Cooperação Interinstitucional, realizado em 2003, em que o Brasil acorda implementar em Buenos Aires o Sistema de Voto Eletrônico (GROVE, 2007, p. 6-7).

Logo, se a mudança de liderança introduz possibilidades para uma reorientação das políticas externas do Estado, ao apresentar interesses, ambições e uma nova agenda para política externa em que pode apresentar mudanças na orientação e metas, contudo, essa ideia não é seguida pelo governo Dilma, ao preservar em grande parte suas características e alinhamento político. Saraiva (2013) afirma que as características da integração e consolidação de alianças estratégicas com a Argentina teve como objetivo promover as práticas sociais e políticas governamentais brasileiras no bloco, além do desenvolvimento mútuo das áreas, com o objetivo de manter estreitos laços de cooperação com a Argentina para evitar o renascimento qualquer tipo de rivalidade.

Durante governo Dilma ocorre um declínio da relação da presidente com o Itamaraty e uma retração do corpo diplomático, marcado por restrições orçamentárias, essa situação concedeu que demais atores passassem a influenciar e pressionar a presidente na tomada de determinadas decisões de PE. Saraiva (2017) afirma que a tomada de decisões se tornou menos centralizada e diferentes agências governamentais gradualmente assumiram a responsabilidade pelos aspectos técnicos da política externa, assim, a maior parte das decisões de PE foram tomadas num contexto organizacional. Essa descentralização do poder é, portanto, a diferença no processo de tomada de decisão da política externa entre o governo Lula e Dilma.

Com base na tomada de decisão no modelo organizacional, em síntese, a política externa se resulta de um processo de decisão governamental, conforme Allison (1990) se dá pelos constrangimentos e pressões feitos pelas diferentes organizações dentro de um Estado, com ferramentas teóricas e conceituais sobre áreas de conhecimento específicos, assim estabelece as suas preferências em PE e possibilitam diferentes visões ao líder decisor, às vezes podendo ser conflitantes entre si (ALLISON, 1990 *apud* BERRINGER, 2015, p.7). Em acréscimo, Hermann (1990) afirma que a premissa da decisão burocrática que a política externa tende a ser conduzida por indivíduos nas organizações, as quais as informações são coletadas e analisadas, esse processo cria rotin-

³(1) ampliando audiência refere-se à maneira pela qual um líder pode expandir uma coalizão para criar legitimidade para seus objetivos políticos domésticos ou no exterior, ou receber apoio em uma mensagem de identidade compartilhada; (2) comprando que é definida como o uso de recursos materiais ou promessas deles para cooptar oposição ou alterar condições no exterior ou em âmbito doméstico, podendo usar a ajuda econômica, assistência militar, oportunidades de investimento de outros estados ou atores não estatais; (3) amarrando as mãos é limitar a gama de opções em uma arena para convencer um ator em outra arena que um determinado curso é necessário, pode ser usado o Direito internacional e por fim (4) a ameaça de enquadramento ao representar atores específicos como perigosos para o eleitorado para reunir apoio e promover a unidade, usa a repressão, comportamento militar. (GROVE, 2007, p. 5-7)
⁴Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) é uma companhia de petróleo com sede na Argentina que tinha maior parte controlada pela espanhola Repsol YPF. (ESTADÃO, 2018)

nas de funcionamento que geram *outputs* que pressionam os formuladores de política.

A partir das premissas expostas acima, cabe ressaltar o caso da reestatização da YPF⁴ em 2012, quando o Julio De Vido, Ministro de Planejamento Argentino, propôs ao Brasil que a Petrobrás aumentasse a produção e os investimentos de 8% para 15% na participação da produção petrolífera na Argentina (ESTADÃO, 2018). Esse evento causou divergentes opiniões em diferentes grupos do Estado brasileiro, o diretor da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) José Augusto de Castro, afirmou que o Brasil se encontrou em situação delicada, não podendo apoiar abertamente a Argentina, já que a estatização foi uma medida preocupante que gerou insegurança jurídica e nem se opor, uma vez que a Argentina é o principal parceiro do país na região. Para Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), caso o Brasil aceitasse em assumir esses investimentos, entraria em eventuais desentendimentos diplomáticos que não seriam interessantes e ainda afirma que há pouco interesse para a Petrobrás na Argentina, pois não é um mercado que incentive os investimentos porque mantém preços congelados (PRESSE, 2012).

Nesse caso, os atores tinham interesses em comum, negando a proposta do investimento, decisão defendida pelo Ministro do Ministério de Minas e Energia, Edison Lobão, afirmando que a Petrobrás investiu cerca de US\$ 500 milhões na Argentina em 2011 e que a empresa manterá o valor em 2012. Esse processo de tomada de decisão governamental contou, também, com a participação da Presidente da Petrobras, Graça Foster, que não tinha interesse em novos investimentos devido a decisão, por parte do governo Argentino em retirar a concessão de uma jazida petrolífera da Petrobrás, na província de Neuquén, realizada dias antes de o governo da presidente Cristina Kirchner expropriar a petrolífera YPF (OLIVEIRA, OSWALD, FIGUEIREDO, 2012).

Contudo, para entender as preferências de PE de um Estado, segundo Alons (2007), é preciso levar em consideração os interesses em nível domésticos e externos, uma vez que os interesses domésticos também podem ser fatores de influência nas negociações e escolhas da condução da PE. Para isso será apresentado o cenário doméstico durante o governo Dilma. Embora muito se fala das manifestações populares de 2013 para exemplificar o cenário conturbado enfrentado pelo governo Dilma, este evento não interfere diretamente na PEB, os estímulos internos enfrentados pelo governo que forçaram a reavaliação da política externa se deram principalmente pela crise democrática, desaceleração da econômica interna, taxa de crescimento do PIB média negativa em 3,7% e com indícios de esgotamento do modelo de crescimento adotado pelo seu antecessor,

[...] desde 2006, a economia brasileira entrou em um novo regime de crescimento, puxado pela demanda, no qual as políticas de distribuição de renda e o crescimento do mercado interno, com a incorporação de ampla parcela da população antes excluída do consumo de massas, tiveram papel fundamental. Especialmente em 2010/2011, entretanto, os limites ao modelo de crescimento baseado no mercado interno e na redistribuição da renda, combinado com a manutenção de juros elevados e apreciação cambial, mostraram-se claros (TEIXEIRA; PINTO, 2012, p. 935).

Segundo Paula e Pires (2017), a economia sofreu uma série de choques em 2015 e 2016, e com a deterioração dos termos de troca, ajuste fiscal, crise hídrica, desvalorização da moeda, aumento da taxa de juros Selic, todos esses fatores contribuíram para reduzir o crescimento econômico durante o governo Dilma. Sendo assim, o governo Dilma deu preferência às questões políticas internas, o que implicaram

sutis mudanças em *alterações de programa*, o que segundo Hermann (1990) é um nível de mudança que entra em contraste com as mudanças de ajuste, que tendem a ser mudanças quantitativas, a mudança de programa são qualitativas e envolvem novos instrumentos de governo, porém mantendo os propósitos inalterados. Conforme discutido na seção anterior, durante o governo Dilma, ocorre uma redução no protagonismo da política global e da diplomacia presidencial, o que segundo Lessa (2015), é uma medida de intensidade com que o presidente se coloca à disposição da diplomacia, isso quer dizer no valor ou importância dado a PE por um governo. Contudo, com base no cronograma de visitas presidências dos governos Lula e Dilma, o que se apura é a exceção dessa declaração no âmbito bilateral com a Argentina. O governo Dilma fez no total 13 visitas frequentes ao país, enquanto o governo Lula fez 12 visitas, observando ainda que entre 2005 e 2006 não ocorreram visitas do Brasil para a Argentina (cronograma completo nos anexos 4 e 5), sendo importante ressaltar que Lula teve seus dois mandados completos e Dilma apresentou seu segundo mandato incompleto devido ao *impeachment*. No mesmo período, o governo argentino fez 8 visitas ao Brasil durante Governo Lula e 10 durante o governo Dilma (cronograma completo nos anexos 6 e 7), podendo constatar que o cronograma de viagens durante o Governo Dilma na relação Brasil e Argentina foi mais ativa.

Ainda que seja apresentado uma diferença quantitativa nessa dinâmica de visitas, há uma diferença qualitativa dos eventos, durante o governo Lula ocorre uma maior concretização de projetos bilaterais. Como se pode observar no anexo 4, em março de 2004 Lula e Néstor Kirchner se encontraram no Rio de Janeiro e assinaram a Ata de Copacabana, com o objetivo de aprofundar a associação estratégica e em dezembro de 2007 foi adotado o Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina (MICBA), com intuito de fortalecer a relação bilateral com os projetos estratégicos de integração bilateral. Enquanto no governo Dilma, foi criado o Diálogo de Integração Estratégica, decorrente das reuniões realizadas em visitas em 2012.

Segundo Jakobsen (2016), isso se deve, pelo fato do governo Lula ter usado como instrumento para avançar as integrações os contatos diplomáticos para organizar as visitas presidenciais, que em sua maioria era seguida pela promoção comercial, investimentos e cooperação técnica. Como é apresentado, também, no Acordo de Complementação Econômica N° 14 (ACE-14), em que o Governo Lula consolidou 6 protocolos adicionais durante seu primeiro mandato e outros 2 protocolos no seu segundo mandato (Anexo 8), enquanto Dilma consolidou apenas 1 protocolo adicional, em seu segundo mandato (Anexo 9). Em contrapartida, no Acordo de Cooperação Técnica⁵, é apresentado uma situação inversa, em que Lula concluiu 1 projeto durante todo o seu governo (Anexo 10) e o governo Dilma concluiu 2 projetos (Anexo 11).

Como mencionado, a PE do governo Dilma foi pautada pelos mesmos interesses de seu antecessor, com a busca de cooperações técnicas, projetos estratégicos de integração bilateral em diversas áreas, como ciência, tecnologia, promoção das práticas sociais e políticas, aumento do comércio e dos investimentos. Portanto, é possível constatar o que Hermann (1990) chama de *pequenos ajustes*, com a redução de esforços do governo Dilma em busca de um objetivo previamente estabelecido durante o governo Lula. Como se pode observar na tabela 1, Lula I apresentou uma postura mais ativa, celebrando durante seu primeiro mandato 28 atos internacionais, como projetos conjuntos e acordos bilaterais em diversas áreas com a Argentina, enquanto Dilma I efetuou 18 atos internacionais em seu primeiro mandato. (Dados completos nos anexos 12 e 13)

De acordo a tabela 1, é possível constatar que os acordos para Cooperação Técnica Internacional (CTI) foram mais frequentes. Para o governo brasileiro, esses acor-

⁵Acordo de Cooperação Técnica, criado em 09/04/1996 com objetivo promover cooperação nas áreas consideradas prioritárias pelas partes. (DECRETO No 3.209, 1999)

dos são como instrumentos e mecanismos de política externa, usados para auxiliar na promoção do desenvolvimento socioeconômico, uma vez que possibilita a transferência de conhecimentos e técnicas para outros Estados, sem caráter comercial (PCT, 2005). No governo Lula foi contabilizado ao total 17 projetos para implementar o Acordo Básico de Cooperação Técnica em prol do progresso econômico e social, sendo 5 projetos celebrados no governo Lula I e 12 projetos em Lula II. Por outro lado, o governo Dilma I criou 8 projetos envolvendo temas como agricultura, meio ambiente e recursos naturais.

ÁREA	LULA I	LULA II	DILMA I	DILMA II
Vistos, Imigração e Migração	3	1	1	-
Obras públicas	1	-	2	-
Fronteiras e Soberania territorial	2	-	1	-
Energia	1	2	2	-
Direito Humanos, Penal e Civil	2	-	1	-
Declaração Conjunta	1	6	1	-
Cooperação em Saúde	1	-	-	-
Cooperação em Energia Nuclear	3	1	-	-
Cooperação em Defesa e Assuntos Militares	1	-	-	-
Cooperação Técnica	5	12	8	-
Cooperação Educacional e Esportiva	1	-	-	1
Cooperação Econômica	1	-	-	-
Cooperação Científica e Tecnológica	3	-	1	-
Consultas Diplomáticas	-	-	-	1
Comissão Mista	-	1	-	-
Comércio	2	1	1	-
Bancos	-	1	-	-
Agricultura	1	-	-	-
TOTAL	28	25	18	2

Tabela 1: Atos Internacionais celebrados por governo (2003-2016). Fonte: Portal Concórdia Atos Internacionais.

No campo comercial, foram efetuados 2 atos internacionais com a Argentina durante o governo Lula I, sendo: a assinatura do memorando de entendimento para Criação da Comissão de Monitoramento do Comércio entre Brasil e Argentina, em 16 de outubro de 2003; o acordo para o estabelecimento do Mecanismo de Cooperação Comercial, em 30 de novembro de 2005. Já no governo Dilma foi assinado o Memorando de Entendimento para a Promoção Comercial Conjunta, em 31 de janeiro de 2011. Esses mecanismos, tem como objetivo, trabalhar mediante ações conjuntas para promoção comercial, facilitar os processos de negociações e acompanhar os fluxos comerciais. (Anexos 12 e 13)

De acordo com os dados do gráfico 1, o fluxo comercial entre 2003 e 2010 se manteve crescendo, a exportação cresceu de US\$ 4.68 bilhões para US\$ 14.4 bilhões no período. Esse crescimento advém de alguns cenários externos, entre eles, ocorre o superciclo chamado *boom das commodities*, ocasionado pela industrialização da China e da Índia, fornecendo um impulso aos termos de troca da região - relação entre o preço das exportações e importações – esse fenômeno possibilitou o crescimento econômico e comercial de alguns países da América Latina exportadores de *commodities*, isso se da basicamente

pelo fato do crescimento do consumo acarretar a escassez do produto, estimulando o aumento dos preços internacionais de *commodities*, portanto, resultando no aumento das exportações e crescimento do PIB desses países (THE ECONOMIST, 2018).

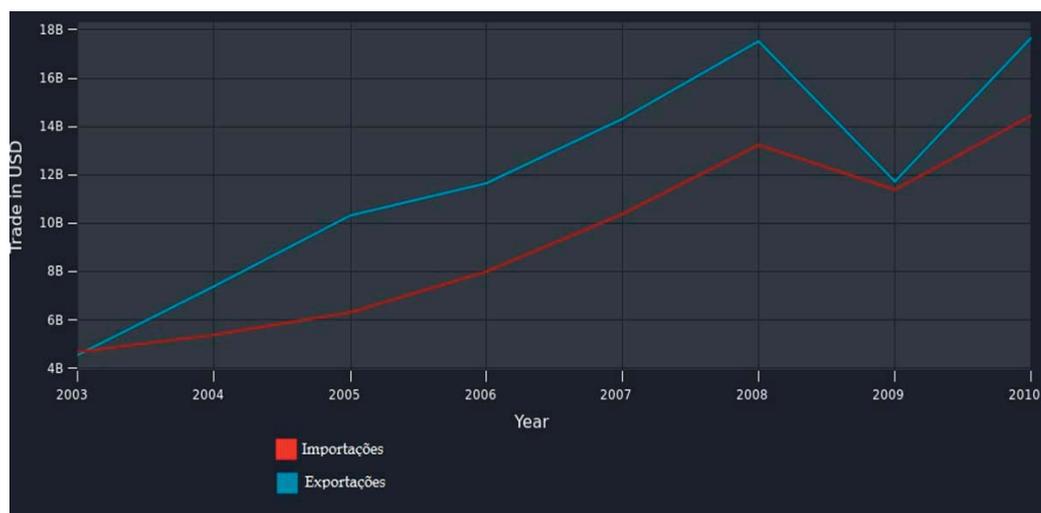


Gráfico 1: Exportações e importações do Brasil com a Argentina (2003-2010). Fonte: OEC *The Economic Complexity Observatory*.

Além disso, a desvalorização do dólar nos mercados internacionais em 2007, propiciou que o preço das *commodities* permanecesse alto. Segundo Gama (2014) antes mesmo do baque da crise de 2008, o Brasil da administração Lula reposicionou sua estratégia comercial como fornecedor de *commodities* para três grandes parceiros: UE, EUA e China. Esse superciclo não afeta diretamente o comércio bilateral entre Brasil e Argentina, visto que a exportação entre Brasil e Argentina se dá principalmente por manufaturados, mas o enriquecimento interno propiciou o aumento da produtividade estimulados pelo capital estrangeiro e da credibilidade externa, nesse período ocorre o aumento da confiança dos investidores na economia brasileira.

Esse cenário pode ser observado no gráfico 1, de 2003 a 2010 o valor das exportações cresceu de US\$ 4.56 bilhões para US\$ 17.5 bilhões, essa intensificação se deu principalmente pelo setor automobilístico, que representou US\$ 40.4 bilhões das exportações do período. O crescimento no fluxo comercial foi interrompido apenas pelo declínio entre 2008 e 2009, de US\$ 17.5 bilhões para US\$ 11.7 bilhões, indicando os impactos da Crise Econômica Internacional de 2008, sendo esse um fator que abala a viabilidade de uma mudança relevante nas relações bilaterais, uma vez que ocorre desaceleração econômica em escala global (OEC, 2018a).

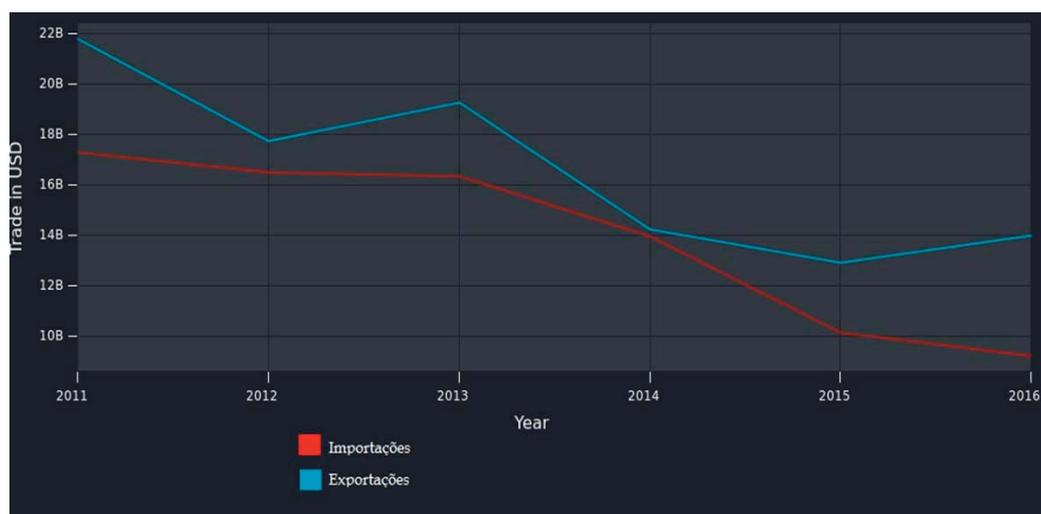


Gráfico 2: Exportações e importações do Brasil com a Argentina (2011-2016). Fonte: OEC *The Economic Complexity Observatory*.

Diante os dados do gráfico 2, pode se afirmar que em relação ao governo Lula, no governo Dilma ocorre uma intensidade menor no volume das importações e exportações entre Brasil e Argentina, a exportação variou de US\$ 21.8 bilhões para US\$ 14 bilhões e a importação de US\$ 17.3 bilhões para US\$ 9.22 bilhões de 2011 a 2016. Logo no primeiro ano pode ser observado uma tendência decrescente nos fluxos comerciais, representado por um cenário de recessão econômica com queda nos preços internacionais das *commodities*, por volta de 2011, o baixo crescimento das exportações de manufaturas e com os reflexos ainda sentidos pela crise financeira, ocorre a desaceleração no ritmo do crescimento econômico da América Latina, afetando o comércio bilateral que apresentou um crescimento desde 2002 (JUSTO, 2013).

Além disso, conforme Carmo (2013) o governo da Argentina criou em 2011 uma medida protecionista aumentando as barreiras comerciais para dificultar a entrada de produtos brasileiros, resultando na queda na demanda, em que o comércio bilateral (volume importado e exportado entre Brasil e Argentina) caiu de US\$ 39.6 bilhões em 2011 para US\$ 34.4 bilhões em 2012, afetando principalmente os setores de autopeças, máquinas agrícolas e eletrônicos. Esse período pode ser identificado no gráfico 2, com queda dos valores das exportações totais do Brasil para a Argentina, entre 2011 e 2012, que variou de US\$ 21.8 bilhões para US\$ 17.7 bilhões. A desaceleração da economia em 2013 e a crise da dívida da Argentina em 2014, impactou fortemente na retração do volume exportado, representando a maior queda entre 2013 com US\$ 19.3 bilhões para US\$ 14.2 bilhões em 2014 e em 2015 para US\$ 12.9 bilhões. (OEC, 2018b)

Embora seja apresentado uma desaceleração no comércio bilateral entre 2011 e 2016, pode-se afirmar, porém, que o setor automobilístico continuou sendo o principal volume das exportações para a Argentina, representou US\$ 55.8 bilhões das exportações entre 2011 a 2016, ultrapassando o valor de US\$ 40.4 bilhões das exportações do setor no governo Lula, que manteve-se crescendo até 2010. (OEC, 2018c)

Considerações Finais

Esse trabalho evidencia uma menor intensidade na política externa do governo Dilma em comparação ao governo Lula. Essa última caracterizou-se por um processo de *autonomia pela diversificação*, com a intensa busca - e concretização - da ampliação de parceiros comerciais, inserção internacional, integração regional, promoção do multilateralismo, cooperação com as demais potências emergentes e con-

solidação de alianças estratégicas voltadas para a América do Sul. Conforme Saraiva (2013) durante o segundo mandato Lula a diplomacia brasileira acirrou os esforços de projeção do país como *player global* e segundo Gama (2014) os resultados das políticas implantadas por Lula limitaram as opções disponíveis para Dilma no plano externo, apresentando uma inegável continuidade.

Essa ação política do governo Lula, cresceu frente a um cenário favorável para países em desenvolvimento, enquanto a política externa de Dilma manteve essas características com certa contenção, uma vez que as mudanças causadas por uma soma de choques internos e externos, impactaram as decisões de políticas públicas e políticas externas e influenciaram a redução da intensidade nessas relações já estabelecidas pelo antecessor. O Brasil durante o governo Lula expandiu e contornou o cenário de recessão pós crise de 2008, enquanto o governo Dilma sofreu os impactos de fatores combinados, envolvendo questões internas, dentre outros, o ajuste fiscal e a desvalorização da moeda; e mudanças acontecidas no cenário internacional com a recuperação econômica nos EUA pós crise e a retenção gradual da crise da Zona Euro, colocando o G7 no centro do palco, reduzindo o foco das hegemonias nas potências emergentes.

Contudo, a conjuntura vivida pelos dois governos seria bastante diferente e influenciou diretamente as mudanças de ênfases apresentada na política externa do governo Dilma, visto que a crise apresentou sinais de permanência nos anos subsequentes. Observou-se assim os *choques externos* como fonte das mudanças apresentadas na condução da política externa de Dilma, uma vez que passa a defender interesses nacionais para recuperação econômica. No que tange a relação bilateral entre Brasil e Argentina, apresenta, também, como *choques externos*, a desaceleração no crescimento das economias emergentes com a queda no preço das *commodities* e conseqüentemente a redução de investimento estrangeiro, outro fator foi a relação comercial do Brasil com as principais potências econômicas: China e EUA, deixando a Argentina como terceira principal parceira. Cabe ressaltar ainda que, o BRICS teve um papel de destaque na política externa de Dilma, principalmente a China, já que mantiveram consultas frequentes com o objetivo de mitigar os efeitos negativos da crise de 2008.

Para tanto, a primeira seção abordou as características bases da política externa nos dois períodos estudados. Tal abordagem proporcionou analisar diretamente as questões que poderiam causar ajustes de política externa na relação bilateral com a Argentina. Verificou-se que, embora o decorrer de seus dois mandatos Dilma continuar com os projetos iniciados no governo Lula, constata-se uma característica na condução da política externa nessa administração, ocorre também o enfraquecimento do protagonismo brasileiro, expondo uma ação com menor empenho, envolvimento e por fim ocorre a redução na diplomacia presidencial, embora tenha apresentado continuidade. Outra notória característica do governo Dilma foi o recuo na expansão do corpo diplomático e o processo decisório descentralizado, características essas que afetam a condução da política externa.

Nas parcerias com a UE e os EUA identifica-se uma maior tendência à aproximação do que o governo Lula que priorizou os países periféricos, apesar dessa aproximação o governo Dilma defendeu uma postura autônoma. No âmbito do MERCOSUL, Dilma declara importância do bloco econômico, mas prosseguiu com uma ação mínima, foram assinados 8 atos internacionais, enquanto durante o governo Lula foram assinados 31. A política externa manteve essa tendência discreta de continuidade nas iniciativas do governo antecessor. Na relação bilateral com a Argentina a administração de Dilma, em primeiro momento, se apresentou ativa, foram firmados diversos memorandos de entendimento, acordos e mecanismos para intensificação da relação bilateral. Foi mantido ainda uma dinâmica de viagens presidenciais enfática, sendo a Argentina o primeiro destino para a inauguração da agenda de via-

gens internacionais, estes foram os pontos analisados na segunda seção.

Dado início a análise, verifica-se que o governo Dilma fez mais viagens para a Argentina que seu antecessor, no Acordo de Cooperação Técnica foram concluídos mais projetos e tratou de intensificar suas relações diplomáticas e comerciais. Apesar disso, logo constata-se o padrão apresentado nos outros eixos expostos na pesquisa, em que ocorrem a continuidade, porém com menor empenho. No entanto, há de se considerar que as variáveis fora do âmbito bilateral contribuíram para essa menor intensidade, visto que para analisar o comportamento dos Estados nas relações internacionais, é preciso levar em conta tanto o âmbito doméstico quanto o internacional (ALONS, 2007, p.211). Além disso, conforme constatado Dilma priorizou o desenvolvimento demandas do plano doméstico.

Ainda que o governo tenha preservado a relevância das parcerias bilaterais, é importante ressaltar, contudo, que durante o governo Lula foram apresentados 28 Acordos de Cooperação no período de 2003 a 2010, enquanto o governo Dilma 10 entre 2011 e 2016. No campo comercial, pode se afirmar que no governo Dilma ocorre uma intensidade menor no volume das importações e exportações entre Brasil e Argentina, com base no fluxo comercial apresentado no governo Lula. Comprovando, então, que ocorre também na relação bilateral Brasil e Argentina uma continuidade com menor intensidade.

Diante dos fatos, pode-se afirmar que a análise indica que a condução da política externa no governo Dilma para a relação Bilateral, com base nas ações da presidência de Lula, não teve rupturas, embora tenha passado por dois níveis de mudanças apresentados na teoria de Hermann (1990) sendo os *pequenos ajustes* que são as mudanças quantitativas em que os objetivos permanecem inalterados o que muda é a intensificação ou a diminuição do empenho; podendo constatar no número de atos internacionais entre o primeiro mandato de ambos os governos, apresentando 28 atos assinados no governo Lula e 18 no governo Dilma. E as *alterações de programa* que são as mudanças qualitativas em que ocorrem alterações nos métodos e estratégias, para perseguir um objetivo que se manteve, as diretrizes de política externa não se alteram, nessa perspectiva, cabe, preferencialmente citar que a administração de Lula envolveu diversos temas na agenda bilateral como energia nuclear, convênios entre bancos e assuntos militares que não foram implementados durante o governo Dilma.

Perante as fontes e níveis de mudanças expostos, se confirma que a continuidade lenta foi uma característica do governo Dilma, como verificado, causada pelas preferências nacionais com base no contexto internacional e nacional. Embora seja apurado essa contenção na relação bilateral com a Argentina e outros eixos como o MERCOSUL e IBAS, não se pode afirmar que o mesmo se repete em outros os âmbitos, de fato, isso depende.

Por fim, essa pesquisa pode gerar debates posteriores prolongando a análise para comparação com outros países, uma vez que não se pode afirmar que os casos se repetem sem analisar os dados. Ainda pode se estender para um estudo sobre a política externa pós-Dilma, ampliando a compreensão da relação entre o cenário doméstico e o internacional sobre a tomada de decisão de política externa, aprofundando nos interesses dos atores envolvidos no processo decisório, uma vez que os processos internos levam à formação das preferências sendo um elemento capaz de influenciar a condução da política. Além disso, pode envolver uma discussão acerca da participação da sociedade civil no âmbito da política externa. Outro tema relevante refere-se à verificação da imagem do Brasil no sistema internacional, uma vez que ocorre a redução do protagonismo durante a administração de Dilma.

Referências Bibliográficas

- ABC, Agência Brasileira de Cooperação. **Argentina**. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Argentina>>. Acesso em 18 jan. 2018
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula**. Rev. bras. polít. int. vol.47 no.1 Brasília Jan./June 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008>. Acesso em 14 out. 2017
- ALONS, Gerry C. **Predicting a State's Foreign Policy: State Preferences between Domestic and International Constraints**. Foreign Policy Analysis (2007) 3, 211–232
- AMORIM, Celso. **Discurso do ministro do embaixador Celso Amorim, por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores, em Brasília**. In: AMORIM, C.; Guimarães, S. P.; LULA DA SILVA, L. I. A política externa do Brasil. Brasília: IPRI/Funag, 2003, p. 47-59
- AMORIM, Celso. **Política externa brasileira sob o presidente Lula (2003-2010): uma visão geral**. Rev. bras. polít. int. vol.53 no.sp Brasília Dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300013&lng=en&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em 14 out. 2017
- APEX BRASIL. **Análise Apex Brasil Conjuntura e Estratégia**. Julho 2011. **As exportações brasileiras e os ciclos de commodities: tendências recentes e perspectivas**. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/Content/imagens/5a438c3e-ddd0-4807-8820-a0f6650bd379.pdf>>. Acesso em 06 mai. 2018. BARBOSA, Rubens. **Parceria Estratégica Global com a China**. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral.parceria-estrategica-global-com-a-china-imp-,949512>>. Acesso em 12 nov. 2017
- BARROS, Pedro Silva. **Banco do Sul: novos desafios para a integração financeira regional**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grri/banco-do-sul-novos-desafios-para-a-integracao-financeira-regional>>. Acesso em 14 out. 2017
- BERRINGER, Tatiana. **Bloco no poder e as análises de política externa**. Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 6 (1), 2015. Disponível em: <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/viewFile/171/pdf>>. Acesso em 08 abr. 2018
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita de trabalho do Presidente da Argentina, Eduardo Duhalde, em Brasília, em 14 de janeiro de 2003**. Resenhas de Pol. Ext. Brasil, a. 30, n. 92 jan-jun 2003, p. 33-34. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N92_1Sem_2003.pdf>. Acesso em 24 set. 2017
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de encontro com o Presidente Néstor Kirchner, em Buenos Aires, em 16 de outubro de 2003**. Resenhas de Pol. Ext. Brasil, a. 30, n. 93, 2º semestre 2003, p. 153-155. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N92_1Sem_2003.pdf>. Acesso em 24 set. 2017
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relações bilaterais República Argentina**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4785&Itemid=478&cod_pais=ARG&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR> Acesso em 24 set. 2017
- BRICS POLICY CENTER. **BRICS Monitor As Mudanças na Política Externa do Governo Dilma e a “Multipolaridade Benigna”**. 2011. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/132/doc/556584881.pdf>>. Acesso em 17 out. 2017
- BÜLOW, Marisa Von; LASSANCE, Antonio. **Brasil después de lula: ¿más de lo mismo**. Rev. cienc. política (Santiago) vol.32 no.1 Santiago 2012. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718090X2012000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 out. 2017
- CARDOSO, Amanda Rodrigues Lima; THOMAZ, Diana Zacca; MACHADO, Rafael Piccinini. **O discurso de Dilma Rousseff e suas repercussões na pauta da mídia e da agenda internacionais**. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/recursos/anais/15/1338497277_ARQUIVO_OdiscursodeDilmaRousseffsuasrepercussoesnapautadamidiaedaagendainternacionaisAN-PUH.pdf>. Acesso em 16 out. 2017
- CARMO, Marcia. **Desaceleração na Argentina reduz exportações brasileiras em 20%**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/01/130103_comercio_argentina_mc.shtml>. Acesso em 29 mar. 2018
- CASARÕES, Guilherme. **O Brasil no mundo em tempos de crise**. Gvexecutivo, V 15, N 1, jan/jun 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/viewFile/61492/59677>>. Acesso em 05 nov. 2017
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2002.
- CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. **O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014)**. Rev. bras. polít. int. vol.57 no.2 Brasília July/Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000200133&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em 15 out. 2017

- COUTO, Leandro Freitas. **Política externa brasileira para a América do Sul As diferenças entre Cardoso e Lula**. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/6591/6794>>. Acesso em 24 set. 2017
- CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **IBAS**. Disponível em: <<http://cnpq.br/ibas>>. Acesso em 14 out. 2017
- DANTAS, San Tiago. **Política Externa Independente**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/839-Politica_Externa_Independente.pdf>. Acesso em 14 out. 2017
- DECLARAÇÃO de Cusco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações. Disponível em: <<http://www.isags-unasur.org/uploads/biblioteca/1/bb%5B610%5Dling%5B1%5Dax%5B1824%5D.pdf>>. Acesso em 14 out. 2017
- DECRETO Nº 3.209, 1999. **Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina**. Brasília, 13 de outubro de 1999; 178ª da Independência e 111ª da República
- ESTADÃO. **Repsol receberá US\$ 5 bi por estatização da YPF**. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,repso-recebera-us-5-bi-por-estatizacao-da-ypf,178327e>>. Acesso em 08 abr. 2018
- FINEP. **Acordos de cooperação**. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/cooperacao-internacional-externo/acordos-de-cooperacao>>. Acesso em 13 mai. 2018
- FIORI, José Luís. **Estados Unidos, América do Sul e Brasil: seis tópicos para uma discussão**. In: DEP: Diplomacia, Estratégia e Política/Projeto Raúl Prebisch no. 9 (janeiro/março 2009). Brasília 2009, p. 35-44. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/al000331.pdf>>. Acesso em 15 out. 2017
- FOCEM, MERCOSU. **O que é FOCEM**. Disponível em: <<http://focem.mercosur.int/pt/o-que-e-focem/>>. Acesso em 14 out. 2017
- PCT, Formulação de Projetos de Cooperação Técnica Internacional. **Manual de Orientação**. Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação. - 2ª ed. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2004. 48p. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/content/abc/docs/prcti_new.pdf>. Acesso em 15 mai. 2018
- GAMA, Carlos Frederico Pereira da Silva. **Conquistas e Desafios da Política Externa de Dilma Rousseff**. Carta Maior, São Paulo. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Conquistas-e-Desafios-da-Politica-Externa-de-Dilma-Rousseff/4/32244>>. Acesso em: 29 mai. 2018
- GÓMEZ, Eduardo; PEREZ, Fernanda Aguilar. **Brazilian foreign policy in health during Dilma Rousseff's administration (2011-2014)**. Lua Nova no.98 São Paulo May./Aug. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452016000200171>. Acesso em 15 out. 2017
- GOULART, Mayra. **De volta á África: Solidariedade e Estratégia na Política Externa Brasileira**. Estudos internacionais, v. 2 n. 2 jul-dez 2014 p. 271-290
- GROVE, Andrea K. **Political leadership in foreign policy. Manipulating support across borders**. 2007. Palgrave Macmillan. Chapter 1 Leadership in Foreign Policy.
- HERMANN, C. F. **When Governments Choose to Redirect Foreign Policy**. International Studies Quarterly, vol. 34, nº 1, 1990, p. 3-21.
- ITAMARATY. Ministério das Relações Exteriores. **BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>>. Acesso em 17 out. 2017
- ITAMARATY. Ministério das Relações Exteriores. **Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro do Japão, Shinzo Abe - Comunicado Conjunto da Visita Oficial de Trabalho**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/content/article?id=5777:visita-ao-brasil-do-primeiro-ministro-do-japao>>. Acesso em 05 nov. 2017
- JAKOBSEN, Kjeld Aagaard. **Análise de Política Externa Brasileira: continuidade, mudanças e rupturas no Governo Lula**. Disponível em: <http://143.107.26.205/documentos/Kjeld_Aagaard_Jakobsen.pdf>. Acesso em 05 mai. 2018
- JESUS, Diego Santos Vieira. **O Brasil no BRICS, segundo a Folha de S. Paulo e O Globo (2011-2013)**. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/download/20053/15411>>. Acesso em 17 out. 2017
- JESUS, Diego Santos Vieira. **The Benign Multipolarity: Brazilian Foreign Policy Under Dilma Rousseff**. Journal of International Relations and Foreign Policy March 2014, Vol. 2, No. 1, pp. 19-42. Disponível em: <http://jirfp.com/journals/jirfp/Vol_2_No_1_March_2014/2.pdf>. Acesso em 15 out. 2017
- JUSTO, Marcelo. **Queda das commodities sugere fim de ciclo de crescimento na América Latina**. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130520_commodities_queda_crescimento_america_latina_lgb>. Acesso em 05 mai. 2018
- LAFER, Celso. **A identidade internacional do Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2001
- LAFER, Celso. **Descaminhos do Mercosul - a suspensão da participação do Paraguai e a incorporação da Venezuela: uma avaliação crítica da posição brasileira**. VOL 21 Nº 3 JAN /FEV /MAR 2013. Disponível em: <<http://www.ieci-unesp.com.br/portal/wp-content/uploads/2013/03/Politica-Externa-21-03-Celso-Lafer.pdf>>. Acesso em 15 out. 2017

- LIMA, Maria Regina Soares de. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul**. Rev. bras. polít. int. vol.48 no.1 Brasília Jan./June 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100002> Acesso em 14 out. 2017
- LOPES, Dawisson Belen. **A política externa brasileira e a “circunstância democrática”: do silêncio respeitoso à politização ruidosa**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v.1, n.54, p.67-86, 2011.
- LULA DA SILVA, L. I. **Discurso do Senhor Presidente da República, Luíz Inácio Lula da Silva, na Sessão de Posse, no Congresso Nacional, em Brasília**. In: LULA DA SILVA, L. I.; AMORIM, C.; GUIMARÃES, S. P. A Política Externa do Brasil. Brasília: IPRI/FUNAG, 2003, p. 25-45.
- MAPA, Dhiego de Moura. **Política Externa e instituições democráticas no governo Lula: politização, interpretações divergentes e ensaios de opinião pública**. Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES, Capa, v. 1, n. 1 (2011)
- MARIANO, Marcelo Passini. **Autonomia e desenvolvimento na política externa brasileira**. In: A política externa brasileira e a integração regional: uma análise a partir do Mercosul [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 37-65. ISBN 978-85-68334-63-8. Available from SciELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/2f3jk/pdf/mariano-9788568334638-03.pdf>>. Acesso em 19 nov. 2017
- MENEZES, R. G. **A liderança brasileira no marco da integração sul-americana**. São Paulo. 2010. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-16112010-092847/publico/2010_RobertoGoulartMenezes.pdf>. Acesso em 24 set. 2017
- MEZA, Raúl Bernal. **Pensamento internacional na era Lula**. Rev. bras. polít. int. vol.53 no.spe Brasília Dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300012&lng=en&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em 14 out. 2017
- MIDC, Ministério da indústria, comércio exterior e serviços. **Acordos dos quais o Brasil é Parte**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/796-negociacoes-internacionais-2>>. Acesso em 15 out. 2017
- MIDC, Ministério da indústria, comércio exterior e serviços. **Acordos de cooperação e facilitação de investimentos – ACF**. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/218-negociacoes-internacionais-de-investimentos/1949-nii-acfi>>. Acesso em 05 nov. 2017
- MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações – a luta pelo poder e pela paz**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo Editora Universidade de Brasília Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais São Paulo, 2003. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/0179_politica_entre_as_nacoes.pdf>. Acesso em 13 nov. 2017
- NETO, Walter Antonio Desiderá. **O Brasil, a América do sul e a cooperação sul-sul**. In: RAMANZINI, Haroldo; AYERBE, Luis Fernando. Política externa brasileira, cooperação sul-sul e negociações internacionais / organização. - 1. ed. - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 211-249. Disponível em: <http://brasilnomundo.org.br/wp-content/uploads/2015/08/057_Livro.Politica.Externa.Brasileira.Cooperacao.Sul-Sul.e.Negociacoes.Internacionais_Ramanzini.Ayerbe.pdf>. Acesso em 14 out. 2017
- OECD the Economic Complexity Observatory: An Analytical Tool for Understanding the Dynamics of Economic Development. Workshops at the Twenty-Fifth AAAI Conference on Artificial Intelligence, 2018a. **What is the trade balance for Brazil to Argentina? (2003-2010)**. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/line/hs92/show/bra/arg/all/2003.2010/>>. Acesso em 05 fev. 2018
- OECD the Economic Complexity Observatory: An Analytical Tool for Understanding the Dynamics of Economic Development. Workshops at the Twenty-Fifth AAAI Conference on Artificial Intelligence. 2018b. **What is the trade balance for Brazil to Argentina? (2011-2016)**. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/line/hs92/show/bra/arg/all/2011.2016/>>. Acesso em 05 fev. 2018
- OECD the Economic Complexity Observatory: An Analytical Tool for Understanding the Dynamics of Economic Development. Workshops at the Twenty-Fifth AAAI Conference on Artificial Intelligence. 2018c. **What does Brazil export to Argentina? (2003-2016)**. Disponível em: <<https://atlas.media.mit.edu/en/visualize/line/hs92/export/bra/arg/show/2003.2016/>>. Acesso em 12 fev. 2018
- OLIVEIRA, Eliane; OSWALD, Vivian; FIGUEIREDO, Janaína. **Após expropriação, Argentina pede investimentos a Petrobras**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/apos-expropriacao-argentina-pede-investimentos-petrobras-4702812>>. Acesso em 07 mai. 2018
- OLIVEIRA, Jamerson S. Albuquerque. **A adesão venezuelana e o futuro do Mercosul**. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/?p=10466>>. Acesso em 13 nov. 2017
- PARLAMENTO DO MERCOSUL. **O Parlamento**. Disponível em: <<https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/13225/2/parlasur/parlamento.html>>. Acesso em 15 out. 2017

- PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Política externa brasileira: discursos, artigos e entrevistas (janeiro a agosto de 2013)** / Antonio de Aguiar Patriota. – Brasília : FUNAG, 2013-2016. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1167-POLITICA-EXTERNA-BRASILEIRA-II_Discursos_Artigos_Entrevistas.pdf>. Acesso em 30 set. 2017
- PAULA, Luiz Fernando; PIRES, Manoel. **Crise e perspectivas para a economia brasileira**. Estudos avançados 31 (89), 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v31n89/0103-4014-ea-31-89-0125.pdf>> Acesso em 01 abr. 2018
- PAULA, Nilson de; LUCHT, Evelin; DAGOSTINI, Tácio. **Setor externo e economia internacional A política externa brasileira no governo Lula**. Economia & Tecnologia - Ano 02, Vol. 07 – Out./Dez. de 2006. Disponível em: <<http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/revista/7%20Capa/Nilson%20de%20Paula%20-%20Evelin%20Lucht%20-%20Tacio%20Dagostini.pdf>>. Acesso em 24 set. 2017
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical**. Rev.bras.polít.int. vol.51 no.2 Brasília July/Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292008000200009>. Acesso em 13 nov. 2017
- PINHEIRO, Letícia Abreu. **Política Externa Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- PLANALTO, Presidência da República. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas- Nova Iorque/EUA**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-68a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>>. Acesso em 17 out. 2017
- PLANALTO, Presidência da República. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate Geral da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-abertura-do-debate-geral-da-66a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-iorque-eua>>. Acesso em 17 out. 2017
- PRESSE, France. G1. **Estatização da YPF na Argentina deixa Brasil em encruzilhada**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/estatizacao-da-ypf-na-argentina-deixa-brasil-em-encruzilhada.html>>. Acesso em 08 abr. 2018
- RAMANZINI, Haroldo; MARIANO, Marcelo Passini; ALMEIDA, Rafael Augusto Ribeiro. **As diferentes dimensões da cooperação sul-sul na política externa brasileira** In: RAMANZINI, Haroldo; AYERBE, Luis Fernando. Política externa brasileira, cooperação sul-sul e negociações internacionais / organização. - 1. ed. - São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 13-49. Disponível em: <http://brasil-nomundo.org.br/wp-content/uploads/2015/08/057_Livro.Politica.Externa.Brasileira.Cooperacao.Sul-Sul.e.Negociacoes.Internacionais_Ramanzini.Ayerbe.pdf>. Acesso em 14 out. 2017
- RAMOS, Leonardo; et al. **A Governança econômica global e os desafios do G-20 pós-crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil**. Rev. bras. polít. int. vol.55 no.2 Brasília July/Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292012000200002>. Acesso em 19 nov. 2017
- RESENHA de Política Exterior do Brasil. a. 31, n. 94 – jan.-jul. 2004, p. 292 – 293. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_biblioteca/resenhas_peb/Resenha_N94_1Sem_2004.pdf> Acesso em 29 mar. 2018
- ROSA, Marcela Tarter. **A Política Externa Brasileira e a Multilateralidade: A Inserção Internacional do Brasil Como Membro Do Brics**. Revista UniCuritiba, v. 1, n. 19 (2014)
- ROUSSEFF, Dilma. **Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após reunião da Cúpula Extraordinária do Mercosul**. Palácio do Planalto, 31 de julho de 2012. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/declaracao-a-imprensa-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-apos-reuniao-da-cupula-extraordinaria-do-mercosul>>. Acesso em 13 nov. 2017
- ROUSSEFF, Dilma. **Dilma destaca ajuste no Brasil e reforça parceria com Brics**. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/4127752/dilma-destaca-ajuste-no-brasil-e-reforca-parceria-com-brics>>. Acesso em 12 nov. 2017
- ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião de reunião extraordinária da Unasul**. Lima, Peru, 29 de julho de 2011. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/component/tags/tag/unasul>>. Acesso em 17 out. 2017
- SARAIVA, Miriam Gomes. **Balço da política externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras?** Relações internacionais. Dezembro: 2014, 44, p. 025-035. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n44/n44a03.pdf>>. Acesso em 15 out. 2017
- SARAIVA, Miriam Gomes. **Brazilian foreign policy towards South america during the lula administration: caught between South america and mercosur**. Rev. bras. polít. int. vol.53 no.spe Brasília Dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000300009&lng=en&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em 14 out. 2017
- SARAIVA, Miriam Gomes. **Continuidade e mudança na política externa brasileira: As especificidades do comportamento externo brasileiro de 2003 a 2010**. Relações Internacionais, Lisboa, n. 37, mar. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n37/n37a06.pdf>>. Acesso em 30 set. 2017

- SARAIVA, Miriam Gomes; GOMES, Zimmer S. Bom. **Os limites da Política Externa de Dilma Rousseff para a América do Sul.** *Relaciones Internacionales* n° 50/2016, p.81-97. Disponível em: <<https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/download/2677/2494/>>. Acesso em 15 out. 2017
- SARAIVA, Miriam Gomes. **The Brazil-European Union strategic partnership, from Lula to Dilma Rousseff: a shift of focus.** *Rev. bras. polít. int.* vol. 60 no.1 Brasília 2017 Epub Feb 06, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292017000100208&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 out. 2017
- SENADO. **Os avanços e as crises do primeiro mandato de Dilma Rousseff.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/30/os-avancos-e-as-criSES-do-primeiro-mandato-de-dilma-rousseff>>. Acesso em 12 nov. 2017
- SILVA, André Luiz Reis. **Acomodação estratégica? As relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante o governo Lula (2003-2010).** 3º Encontro Nacional ABRI 2011. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100020&script=sci_arttext>. Acesso em 15 out. 2017
- SOARES, Thiago Elert. **DA RESPONSABILIDADE DE PROTEGER À RESPONSABILIDADE AO PROTEGER: O Brasil como Propositor Normativo no Cenário de Segurança Internacional.** Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://cnm.ufsc.br/files/2014/01/Monografia-Thiago-Elert.pdf>>. Acesso em 19 nov. 2017
- TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. **A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico.** *Econ. soc.* [online]. 2012, vol.21, n.spe, pp.909-941. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea09.pdf>> Acesso em 01 abr. 2018
- THE ECONOMIST. **Latin America's economies. Life after the commodity boom.** Disponível em: <<https://www.economist.com/news/americas/21599782-instead-crises-past-mediocre-growth-big-risk-unless-productivity-rises-life>> Acesso em 06 mai. 2018
- VIDIGAL, Carlos. **Brasil: potência cordial? A diplomacia brasileira no início do século XXI.** *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde.* Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.36-45, mar. 2010
- VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI, Haroldo. **A ideia de multilateralismo.** ed CEMACRO/FGV, 8th Economic Forum: 2011. 13p. Disponível em: <<http://cnd.fgv.br/sites/cnd.fgv.br/files/Tullo%20Vigevani%20e%20Haroldo%20Ramanzini%20J%20C3%BA%20n%20-%20A%20ideia%20de%20multilateralismo.pdf>>. Acesso em 24 set. 2017
- VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI, Haroldo. **Autonomia e integração regional no contexto do Mercosul. Uma análise considerando a posição do Brasil.** OSAL (Buenos Aires: CLACSO) 2010, N° 27, abril.
- VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: a busca pela autonomia de Sarney a Lula.** São Paulo. Editora UNESP, 2011.
- VIGEVANI, Tullo e CEPALUNI, Gabriel. **“A política externa de Lula da Silva: a autonomia pela diversificação”.** *Contexto Internacional*, 29 (2), 2007.
- VIZENTINI, Paulo. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula.** São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2003.

Lista de Ilustrações

- Tabela 1: Atos Internacionais celebrados por governo (2003-2016)
Gráfico 1: Exportações e importações do Brasil com a Argentina (2003-2010)
Gráfico 2: Exportações e importações do Brasil com a Argentina (2011-2016)

Lista de Siglas

- ALCA: Área de Livre Comércio das Américas
ASA: Cúpula América do Sul-África
ASEAN: Associação de Nações do Sudeste Asiático
ASPA: Cúpula América do Sul-Países Árabes
APE: Análise de Política Externa
BASIC: grupo formado por Brasil, África do Sul, Índia e China
BRIC: grupo formado por Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS: grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CALC: Cúpula dos Países da América Latina e Caribe
CAN: Comunidade Andina de Nações
CARICOM: Comunidade do Caribe
CASA: Comunidade Sul-Americana de Nações
CELAC: Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CTI: Cooperação Técnica Internacional
CRA: Fundo Contingente de Reservas
CSNU: Conselho de Segurança das Nações Unidas
EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA: Estados Unidos da América
FMI: Fundo Monetário Internacional
FOCEM: Fundo para a Convergência Estrutural e para o Fortalecimento Institucional do MERCOSUL
G-7: grupo formado pelas sete maiores economias mundiais
G-20: grupo formado pelas 19 maiores economias mundiais e a UE
IBAS: Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
IIRSA: Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
MDIC: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL: Mercado Comum do Sul
MINUSTAH: Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MRE: Ministério das Relações Exteriores
NBD: Novo Banco de Desenvolvimento
NSA: Agência Nacional de Segurança
OEA: Organização dos Estados Americanos
OMC: Organização Mundial do Comércio
ONU: Organização das Nações Unidas
PARLASUL: órgão Parlamento do bloco
PE: Política Externa
PEB: Política Externa Brasileira
PEI: Política Externa Independente
PT: Partido dos Trabalhadores
RwP: Responsabilidade ao Proteger (sigla em inglês)
RI: Relações Internacionais
SACU: União Aduaneira da África Austral
TAC: Tratado de Amizade e Cooperação
UE: União Europeia
UNASUL: União das Nações Sul-Americanas

Anexo

Anexo 1 – Cronologia adaptada do MERCOSUL durante o governo Lula (2003-2010)

DATA	DESCRIÇÃO
06/10/2003	Criação da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM), localizada em Montevidéu, como órgão do Conselho do Mercado Comum (CMC).
01/01/2004	Entrada em vigor do Protocolo de Olivos para Solução de Controvérsias no MERCOSUL.
13/08/2004	Instalação do Tribunal Permanente de Revisão, em Assunção (Paraguai)
16/12/2004	Criação do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).
07/12/2005	Entrada em vigor do Protocolo de Montevidéu sobre Comércio de Serviços do MERCOSUL.
09/12/2005	Assinatura do Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL
24/05/2006	Assinado o Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL
15/11/2006	Aprovação do primeiro orçamento do FOCEM.
14/12/2006	Sessão Inaugural do Parlamento do MERCOSUL.
18/01/2007	Aprovados os primeiros projetos pilotos do FOCEM.
18/01/2007	Criação do Instituto Social do MERCOSUL.
24/02/2007	Entrada em vigor do Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL
07/05/2007	Sessão de instalação do Parlamento, em Montevidéu.
28/06/2007	Criação do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) para as transações comerciais realizadas entre os Estados Partes do MERCOSUL
15/12/2008	Criação do Fundo de Agricultura Familiar do MERCOSUL (FAF).
15/12/2008	Aprovação do Estatuto do "Fundo MERCOSUL de Garantias a Micro, Pequenas e Médias Empresas" (Fundo Pymes).
15/12/2008	Aprovação do Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-SACU
01/06/2009	Entrada em vigor do Acordo de Comércio Preferencial MERCOSUL-Índia
24/07/2009	Assinatura do Memorando de Entendimento para a Promoção de Comércio e Investimentos entre o MERCOSUL e a República da Coreia.
24/07/2009	Criação do Instituto de Políticas Públicas de Direitos Humanos (IPPDH) do MERCOSUL.
07/12/2009	Criação do Fundo de Promoção de Turismo do MERCOSUL (FPTur)
23/12/2009	Entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio subscrito entre o MERCOSUL e o Estado de Israel.
02/08/2010	Aprovação de cronograma para a eliminação da dupla cobrança da TEC
02/08/2010	Aprovação do Código Aduaneiro do MERCOSUL (Decisão CMC nº 27/10).
16/12/2010	Aprovação do Acordo sobre Defesa da Concorrência do MERCOSUL
16/12/2010	Criação da placa veicular do MERCOSUL ("Patente MERCOSUR").
16/12/2010	Aprovação do Plano Estratégico de Ação Social – PEAS.
16/12/2010	Instituição da Unidade de Apoio à Participação Social – UPS.
16/12/2010	Aprovação do Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL.
16/12/2010	Adoção do Programa de Consolidação da União Aduaneira do MERCOSUL (Decisão CMC Nº 56/10).
17/12/2010	Criação do cargo de Alto Representante-Geral.

Fonte: Portal MERCOSUL (<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercopol>)

Anexo 2 – Acordos Assinados em 2015 entre Brasil e EUA.

ÁREA	QTD	DESCRIÇÃO
Comercio	4	<ul style="list-style-type: none"> . Padronização de normas técnicas . Dar agilidade ao registro de Patentes . Acordo para promoção do crescimento da Micro, pequena e média empresa . Plano de ação para o reconhecimento mútuo do operador econômico autorizado.
Agricultura	1	<ul style="list-style-type: none"> . Liberação da importação de carne bovina <i>in natura</i>
Meio Ambiente	3	<ul style="list-style-type: none"> . Aumento em 20% das fontes renováveis na matriz energética . Desmatamento ilegal zero até 2030 no Brasil . Memorando para cooperação técnica em gestão ambiental
Educação	1	<ul style="list-style-type: none"> . Cooperação em ensino técnico profissionalizante.
Ciência e Tecnologia	7	<ul style="list-style-type: none"> . Plano de ação 201-2017 da comissão Brasil-EUA de cooperação científica e tecnológica . Ampliação de acordo para o desenvolvimento de tecnologias de luz <i>sincrotron</i> . Memorando para estímulo à inovação e à competitividade . Memorando para instalação, no Brasil, de estação terrestre ligada ao programa <i>Cosmic 2</i> . Acordo para ampliar os estudos sobre o clima espacial com participação do Brasil no programa <i>Globe</i> . Acordo para que o Brasil integre missões de estudo do Sol e dos arredores da Terra . Declaração de intenções para pesquisa conjunta em física de neutrinos
Turismo	1	<ul style="list-style-type: none"> . Facilitação da entrada de viajantes freqüentes do Brasil ao EUA (<i>Global entry</i>)
Defesa	2	<ul style="list-style-type: none"> . Acordo para a realização de treinamentos, cursos e estágios conjuntos . Acordo para a troca de informações militares sigilosas
Política Espacial	2	<ul style="list-style-type: none"> . Participação brasileira em pesquisas sobre helioterma e clima espacial . Participação de brasileiros em estágios em centros de pesquisa da Nasa
Previdência Social	1	<ul style="list-style-type: none"> . Cidadãos que trabalham no outro país terão reconhecidas duas contribuições à previdência.

Fonte: Portal Planalto

(<http://www2.planalto.gov.br/noticias/2015/06/conheca-os-acordos-firmados-por-dilma-rousseff-e-barack-obama-nos-estados-unidos>)

Anexo 3 – Cronologia adaptada do MERCOSUL durante o governo Dilma (2011-2016)

DATA	DESCRIÇÃO
20/12/2011	Assinatura de Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Palestina.
20/12/2011	Assinatura do Protocolo de Montevideu sobre Compromisso com a Democracia no MERCOSUL (Ushuaia II).
12/08/2012	Entrada em vigor do Protocolo de Adesão da Venezuela.
06/12/2012	Implementação do Plano Estratégico de Ação Social.
07/12/2012	Assinatura do Protocolo de Adesão da Bolívia ao MERCOSUL.
07/12/2012	Criação do Fórum Empresarial do MERCOSUL.
17/12/2014	Assinatura do Memorando de Entendimento de Comércio e Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e o Líbano.
17/12/2014	Assinatura do Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e a Tunísia.

Fonte: Portal MERCOSUL (<http://www.mercosul.gov.br/saiba-mais-sobre-o-mercosul>)

Anexo 4 – Cronologia adaptada de Visitas à Argentina durante o Governo Lula (2003-2010)

ANO	MÊS	DESCRIÇÃO
2003	Fevereiro	Visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, à Argentina
2003	Maio	Visita do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina, para a cerimônia de posse do presidente da Argentina, Néstor Kirchner
2003	Outubro	Visita de Estado do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina
2004	Março	Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner assinam a Ata de Copacabana, No Rio de Janeiro
2007	Abril	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina
2007	Dezembro	O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, participa da posse da presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner
2007	Dezembro	Adoção do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina (MICBA)
2008	Fevereiro	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva à Argentina
2008	Agosto	Visita do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina com comitiva empresarial
2009	Abril	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina
2010	Maio	Visita do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina, por ocasião das comemorações do Bicentenário da Independência daquele país
2010	Agosto	Visita de trabalho do presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, à Argentina

Fonte: Portal Itamaraty Ministério das Relações Exteriores (<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4785-republica-argentina>)

Anexo 5 – Cronologia adaptada de Visitas à Argentina durante o Governo Dilma (2011-2016)

ANO	MÊS	DESCRIÇÃO
2011	Janeiro	Visita de trabalho do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio de Aguiar Patriota, à Argentina.
2011	Janeiro	Visita da Presidenta Dilma Rousseff à Argentina – Buenos Aires.
2011	Dezembro	Visita da Presidenta Dilma Rousseff à Argentina para a cerimônia de posse da Presidenta Cristina Fernández de Kirchner – Buenos Aires
2012	Outubro	Visita do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio de Aguiar Patriota, à Argentina. Criação do "Diálogo de Integração Estratégica"
2012	Novembro	Visita da Presidenta Dilma Rousseff à Argentina – Los Cardales
2013	Abril	Visita da Presidenta Dilma Rousseff à República Argentina – Buenos Aires
2013	Setembro	Visita de trabalho do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Luiz Alberto Figueiredo Machado, à Argentina.
2014	Dezembro	Viagem da presidenta Dilma Rousseff à cidade de Paraná (Argentina), por ocasião da XLVII Cúpula do Mercosul
2015	Fevereiro	Viagem do ministro Mauro Vieira a Buenos Aires
2015	Maio	Viagem do ministro Mauro Vieira e do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, a Buenos Aires
2015	Julho	Reunião de trabalho entre a presidenta Dilma Rousseff e a presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner
2015	Dezembro	Viagem da presidenta Dilma Rousseff a Buenos Aires por ocasião da posse do presidente da Argentina, Mauricio Macri
2016	Janeiro	Viagem do ministro Mauro Vieira a Buenos Aires

Fonte: Portal Itamaraty Ministério das Relações Exteriores (<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4785-republica-argentina>)

Anexo 6 – Cronologia adaptada de Visitas do Governo Argentino ao Brasil durante o Governo Lula (2003-2010)

ANO	MÊS	DESCRIÇÃO
2003	Janeiro	Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Eduardo Duhalde
2003	Maio	Visita ao Brasil do ministro de Relações Exteriores e Culto da Argentina, Rafael Bielsa
2003	Junho	Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Néstor Kirchner. É sua primeira viagem oficial ao exterior
2006	Janeiro	Visita de Estado do presidente da Argentina, Néstor Kirchner, ao Brasil
2006	Abril	Visita ao Brasil do presidente da Argentina, Néstor Kirchner. Realizadas reuniões bilaterais e trilaterais com o presidente Hugo Chávez
2007	Novembro	Visita ao Brasil da presidenta eleita da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner
2008	Setembro	Visita de Estado da presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, ao Brasil
2009	Novembro	Visita de trabalho da presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, ao Brasil

Fonte: Portal Itamaraty Ministério das Relações Exteriores (<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4785-republica-argentina>)

Anexo 7 – Cronologia adaptada de Visitas do Governo Argentino ao Brasil durante o Governo Dilma (2011-2016)

ANO	MÊS	DESCRIÇÃO
2011	Junho	Visita de trabalho da presidenta da Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, ao Brasil
2012	Março	Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Héctor Timerman
2012	Maio	Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores e Culto da República Argentina, Héctor Timerman
2013	Fevereiro	Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores e Culto da Argentina, Héctor Timerman
2015	Julho	Visita da presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner, a Brasília, por ocasião da XLVIII Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados
2015	Agosto	Visita do ministro de Relações Exteriores e Culto da Argentina, Héctor Timerman, a Brasília
2015	Dezembro	Visita do presidente eleito da República Argentina, Mauricio Macri, a Brasília
2016	Fevereiro	Reunião entre o ministro Mauro Vieira e o ministro da Fazenda e Finanças Públicas da Argentina, Alfonso Prat-Gay, em Brasília
2016	Fevereiro	Visita oficial da vice-presidente da República Argentina, Gabriela Michetti
2016	Abril	Visita do Ministro da Produção da Argentina, Francisco Cabrera

Fonte: Portal Itamaraty Ministério das Relações Exteriores (<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4785-republica-argentina>)

Anexo 8 - Governo Lula no Acordo de Complementação Econômica Nº 14 (ACE-14)

PROTOCOLOS ADICIONAIS	DESCRIÇÃO	INTERNALIZAÇÃO
Trigésimo Segundo Protocolo Adicional	Prorroga o 31º Protocolo Adicional	
Trigésimo Terceiro Protocolo Adicional	Manutenção das regras do 31º Protocolo Adicional	Decreto nº 5.716 de 09/03/2006
Trigésimo Quarto Protocolo Adicional	Estabelecimento de medidas para adaptação competitiva, integração produtiva e expansão equilibrada e dinâmica do comércio	
Trigésimo Quinto Protocolo Adicional	Substituição do “Acordo sobre a Política Automotiva Comum entre Argentina e o Brasil”	Decreto nº 5.835 de 06/07/2006
Trigésimo Sexto Protocolo Adicional	Certificação de origem para ônibus	Decreto nº 5.876 de 17/08/2006
Trigésimo Sétimo Protocolo Adicional	Prorroga vigência do 36º Protocolo Adicional	Nota Conjunta Nº 85/07 e Nº 115 de 04/07/2007
Trigésimo Oitavo Protocolo Adicional	Substituição do “Acordo sobre a Política Automotiva Comum entre Argentina e o Brasil”	Decreto nº 6.500, de 02/07/2008
Trigésimo Nono Protocolo Adicional	Prorroga o prazo de vigência para a certificação de origem de ônibus.	Decreto n.º 7.131, de 17/03/2010

Fonte: Portal Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/132-acordos-dos-quais-o-brasil-e-parte/1818-acordos-brasil-argentina-ace-14>)

Anexo 9 – Governo Dilma no Acordo de Complementação Econômica Nº 14 (ACE-14)

PROTOCOLOS ADICIONAIS	DESCRIÇÃO	INTERNALIZAÇÃO
Quadragésimo Primeiro Protocolo Adicional	Prorrogar a vigência do Trigésimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 14, com as modificações constantes no Quadragésimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 14, para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016.	Decreto nº 8.477, de 30/06/2015

Fonte: Portal Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/132-acordos-dos-quais-o-brasil-e-parte/1818-acordos-brasil-argentina-ace-14>)

Anexo 10 – Governo Lula no Acordo Básico de Cooperação Técnica

ANO	MÊS	PROJETO	DESCRIÇÃO
2010	Dezembro	Desenvolvimento de Capacidades em Gestão de Áreas Protegidas	Fortalecer a capacidade do ICMBio e da APN para a gestão de áreas protegidas por meio da elaboração conjunta de documentos referenciais, tais como estudos comparativos das políticas e estratégias de ambos os países e suas realidades de trabalho.

Fonte: Portal Agência Brasileira de Cooperação (<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Argentina>)

Anexo 11 – Governo Dilma no Acordo Básico de Cooperação Técnica

ANO	MÊS	PROJETO	DESCRIÇÃO
2011	Fevereiro	Mapeamento Geológico e de Recursos Minerais em Áreas de Fronteira	Gerar cartas geológicas e temáticas e recursos minerais, insumos minerais para agricultura, linha de base ambiental e ordenamento territorial, capacitando pessoal das instituições envolvidas e intensificando o intercâmbio de informação entre as instituições parceiras.
2012	Abril	Apoio Técnico à Implementação de um Banco de Leite Humano na Argentina	Implementar um banco de referência nacional de leite humano na República Argentina, com um processo de transferência de tecnologia e de capacitação de profissionais com o fim de fortalecer as ações de programas de atenção à saúde materno-infantil.

Fonte: Portal Agência Brasileira de Cooperação (<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Argentina>)

Anexo 12 – Atos internacionais celebrados entre Brasil e Argentina durante o governo Lula (2003-2010)

DATA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO
11/04/2003	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Criação do Instituto Social Brasileiro-Argentino
30/07/2003	Cooperação Técnica	Acordo Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Argentina e o Governo da República Federativa do Brasil para Implementar na Província de Buenos Aires o Sistema de Voto Eletrônico
16/10/2003	Declaração Conjunta	Declaração Conjunta dos Senhores Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina
16/10/2003	Cooperação Econômica	Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina Relativo à Cooperação entre suas Autoridades de Defesa da Concorrência na Aplicação de suas Leis de Concorrência
16/10/2003	Direito Penal	Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Estabelecimento de um Mecanismo Permanente de Intercâmbio de Informações sobre a Circulação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos
16/10/2003	Comercio	Memorando entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Criação da Comissão de Monitoramento do Comércio entre Brasil e Argentina

16/10/2003	Vistos, Imigração e Migrações	Emenda, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina ao Acordo sobre Facilitação de Atividades Empresariais, de 15 de fevereiro de 1996.
16/10/2003	Direito Civil	Acordo, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para Simplificação de Legalizações em Documentos Públicos
18/02/2005	Cooperação Técnica	Acordo Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, para Implementação do Sistema de Voto Eletrônico na Província de Buenos Aires
22/08/2005	Cooperação: Saúde	Protocolo de Intenções entre o Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil e o Ministério da Saúde e Ambiente da República Argentina sobre Cooperação da Área da Saúde sobre Medicamentos.
30/11/2005	Cooperação: Energia Nuclear	Declaração Conjunta sobre Cooperação Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Argentina.
30/11/2005	Cooperação: Energia Nuclear	Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento de Energia Nuclear para Fins Pacíficos nas Áreas Normativa e de Regulação Nuclear
30/11/2005	Cooperação: Energia Nuclear	Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento de Energia Nuclear para Fins Pacíficos em Matéria de Reatores, Combustíveis Nucleares, Abastecimento de Radioisótopos e Radiofármacos, e de Gestão de Resíduos Radiativos
30/11/2005	Cooperação Científica e Tecnológica	Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para o Desenvolvimento Conjunto do Satélite Argentino-Brasileiro de Informação sobre Recursos Hídricos, Agricultura e Meio Ambiente
30/11/2005	Comercio	Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil
30/11/2005	Fronteiras e Soberania territorial	Acordo, por troca de notas, entre o Brasil e a Argentina para bilateralização do Acordo sobre Residência para Nacionais do Mercosul e o seu Anexo
30/11/2005	Vistos, Imigração e Migrações	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para Concessão de Permanência a Detentores de Vistos Temporários ou a Turistas
30/11/2005	Vistos, Imigração e Migrações	Protocolo para o Estabelecimento de um Grupo de Alto Nível para a Implementação da Livre Circulação de Pessoas entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.
30/11/2005	Fronteiras e Soberania territorial	Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas
30/11/2005	Defesa e Assuntos Militares	Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.
30/11/2005	Obras publicas	Regulamento da Comissão Binacional Brasil-Argentina para a viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.
30/11/2005	Cooperação Científica e Tecnológica	Protocolo de Estabelecimento do Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia (CBAN) entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina.
30/11/2005	Cooperação Científica e Tecnológica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina para a Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Produção de Insumos, de Medicamentos e de Recursos para Diagnóstico.
30/11/2005	Agricultura	Programa de Trabalho entre a Secretaria de Agricultura, Ganadería, Pesca e Alimentos da República Argentina e o Ministério da Agricultura, Pecuária

		e Abastecimento da República Federativa do Brasil para a Determinação da Equivalência dos Sistemas de Controle Sanitário e Fitossanitários
09/12/2005	Energia	Memorando de Entendimento sobre Interconexão Gasífera entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil, o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela e o Ministério de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da República Argentina
23/05/2006	Cooperação Técnica	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para o Desenvolvimento de Ações Conjuntas de Cooperação Técnica em prol do Haiti
19/07/2006	Cooperação Educacional e Esportiva	Protocolo entre o Ministério da Educação da República Federativa do Brasil e o Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da República Argentina para a Criação do Mecanismo Permanente Conjunto em Temas Educacionais
30/11/2006	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para Implementação do Projeto "Construção de Cisternas Familiares e Validação Social de Cultivares de Hortaliças no Haiti"
16/05/2007	Comércio	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina em Matéria de Isenção Recíproca do Pagamento de certas Contribuições Sociais para Empresas de Transporte
07/12/2007	Comissão Mista	Protocolo Adicional ao Tratado para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos Compartilhados dos Trechos Limitrofes do Rio Uruguai e de seu Afluente o Rio Pepiri-Guaçu entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Constituição de uma Comissão Técnica Mista
21/02/2008	Cooperação técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Apoio Técnico à Implementação de um Banco de Leite Humano na Argentina
21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Mapeamento Geológico e de Recursos Minerais em Áreas de Fronteira
21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Desenvolvimento de Capacidades na Área de Gestão de Recursos Hídricos
21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Intercâmbio de Metodologias para Sistemas de Informação de Água Subterrânea
21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Apoio Técnico à Implementação de um Banco de Leite Humano na Argentina
21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Transferência de Cultivos e Técnicas para o Melhoramento de Batatas
21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Interoperabilidade do Governo Eletrônico
21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Negociação Coletiva: Gestão e Sistematização de Informações
21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Educação a Distância – Programa Livre
21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Desenvolvimento de Capacidades em Gestão de Áreas Protegidas.

21/02/2008	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Fortalecimento a Inspeção do Trabalho Portuário e em Vias Aquáticas
08/09/2008	Bancos	Convênio do Sistema de Pagamentos em Moeda Local entre o Brasil e a Argentina
08/09/2008	Declaração Conjunta	Declaração do Ministro de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e do Ministro de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços da República Argentina.
08/09/2008	Declaração Conjunta	Declaração conjunta visita de Estado ao Brasil da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernandez de Kirchner
08/09/2008	Energia	Acordo por troca de notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para implementação do Convênio de Cooperação entre Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e Empreendimentos Energéticos S.A (EBISA)
23/04/2009	Declaração Conjunta	Declaração Conjunta - Visita de Trabalho à República Argentina do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva
18/11/2009	Vistos, Imigração e Migrações	Acordo de Facilitação Turística entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina
18/11/2009	Cooperação Técnica	Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Programa de Controle da Dengue"
18/11/2009	Declaração Conjunta	Declaração Conjunta - Visita de Trabalho à República Federativa do Brasil da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner
18/11/2009	Energia	Acordo por troca de notas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Argentina para implementação do Convênio de Cooperação entre Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e Empreendimentos
03/08/2010	Declaração Conjunta	Declaração de San Juan. Reunião de Trabalho entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, a Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner
03/08/2010	Declaração Conjunta	Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina sobre Malvinas
03/08/2010	Cooperação: Energia Nuclear	Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Argentina sobre Cooperação Nuclear

Fonte: Portal Concórdia Atos Internacionais

(<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?TituloAcordo=argentina&DtCelebracaoInicial=01-2F01-2F2003&Pagina=1>)

Anexo 13 – Atos internacionais celebrados entre Brasil e Argentina durante o governo Dilma (2011-2016)

DATA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO
31/01/2011	Obras públicas	Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as Cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina.
31/01/2011	Declaração Conjunta	Declaração Conjunta - Visita oficial da Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Rousseff, à Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner
31/01/2011	Cooperação Científica e Tecnológica	Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para Fazer Avançar a Cooperação Bilateral na Área de Massificação do Acesso à Internet em Banda Larga (2011 - 2015)
31/01/2011	Obras públicas	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para Cooperação em Planejamento Urbano e Habitação
31/01/2011	Energia	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis
31/01/2011	Cooperação técnica	Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto "Fortalecimento das Farmacopeias do Brasil e da Argentina e de seus Laboratórios Nacionais de Controle para a Criação de uma Farmacopeia Regional."
31/01/2011	Comércio	Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Promoção Comercial Conjunta
31/01/2011	Fronteiras e Soberania territorial	Protocolo Adicional ao Acordo para a Criação da Comissão de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço (CODEFRO) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina
22/11/2012	Cooperação técnica	Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto "Desenvolvimento de Capacidades em Gestão de Áreas Protegidas - Fase II."
22/11/2012	Cooperação técnica	Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional de Serviços Públicos do Trabalho"
22/11/2012	Cooperação técnica	Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional na Área de Inspeção do Trabalho"
22/11/2012	Cooperação técnica	Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto "Implementação de uma Metodologia em SIG para a Cartografia Geológica e Temática ao Milionésimo e sua Aplicação no Projeto SIG América do Sul 1:1 M"
22/11/2012	Cooperação técnica	Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Implementação do Projeto "Desenvolvimento de Capacidades na Área de Gestão de Recursos Hídricos – Fase II"

Concepções e potencialidades do Memorial Minas Gerais Vale para o ensino de História

Conceptions and potentialities of the Memorial Minas Gerais Vale Company for History Teaching

Luisa Teixeira Andrade

Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (Fae/UFMG);
Doutorado-sanduiche na University of California, Santa Barbara/USA

Profa. da Faculdade de Educação, Escola de Design da UEMG

Email: lteixeiraa@hotmail.com

Smally Gonçalves Rodrigues

Assistente Pedagógico do Memorial Minas Gerais Vale

Email: smallyroll@yahoo.com.br

Natália Máira Fernandes Andrade

Professora de História da Rede Pública de Ensino de MG

Email: nataliafernandeandrade@gmail.com

Recebido em: 10/11/2019 – Aceito em 31/12/2019

Resumo: Partindo da Hipótese de que os museus e demais espaços de educação não-formal são espaços propícios para ensinar e aprender História e que o patrimônio cultural contribui potencialmente na formação histórica, elegemos como locus para trabalhar o ensino e aprendizagem de História em espaços de Cultura, o Memorial Minas Gerais Vale, integrante do Circuito Liberdade na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Foi explorado o potencial do ensino de História nos museus através de um trabalho prévio em sala de aula com o intuito de sensibilizar os alunos quanto a utilização de novos espaços para a aprendizagem seguido de uma visita mediada ao eixo Africanidades do Memorial Minas Gerais Vale. Os diálogos em sala de aula bem como no interior das salas de exposição do Memorial revelaram o potencial educativo dos objetos da cultura material e simbólica da sociedade para o Ensino de História.

Palavras-chaves: Memorial Minas Gerais Vale; Ensino de História; Aprendizagem em Museus.

Abstract: Based on the hypothesis that museums and other non-formal education spaces are propitious for teaching and learning history and that cultural heritage potentially contributes to historical formation, we chose to investigate History teaching and learning in the Minas Gerais Vale Memorial, a cultural space which belongs to the Liberdade Circuit in the city of Belo Horizonte, Minas Gerais. The potential of history teaching in museums was explored through previous work in the classroom, in order to raise students' awareness of the possibility of new spaces for learning, as well as a mediated visit to the Africanities axis of the Minas Gerais Vale Memorial. The dialogues in the classroom as well as inside the Memorial exhibition rooms revealed the educational potential of objects of society material and symbolic culture for the Teaching of History.

Keywords: Memorial Minas Gerais Vale; History Teaching; Learning in Museums.

Introdução

Museus e ensino de História

A educação realiza-se em vários ambientes sociais e culturais. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional considera que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem não somente nas instituições de ensino e pesquisa, mas também na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Isso indica a necessidade de explorar de forma consciente espaços educativos situados além dos muros da escola ou, nos museus, nas praças, nas ruas, nos espaços culturais. Como espaço cultural e educativo, o museu tem se dado o desafio de educar por meio da sensibilização e a partir de seus objetos, exposições e propostas educativas que cultivam a comunicação e produção de significados.

O papel do museu não é revelar o implícito, nem o explícito, não é resgatar o submerso, não é dar voz aos excluídos (nem aos incluídos...), não é oferecer dados ou informações. Em suma, o museu não é um doador de cultura. Sua responsabilidade social é excitar a reflexão sobre as múltiplas relações entre o presente e o passado, através de objetos no espaço expositivo. (RAMOS, 2004, p.131)

A hipótese aventada neste artigo é a de que os museus e demais espaços de educação não-formal são espaços propícios para ensinar e aprender História. Advogamos que o patrimônio cultural contribui potencialmente na formação histórica, visto que permite dar consistência às informações e abstrações dos textos históricos e porque constrói a percepção e a visão histórica do território e do mundo. Ademais, os objetos da cultura material e imaterial são portadores de informações sobre costumes, técnicas, condições econômicas, ritos e crenças de outros tempos que podem trazer para o presente dos visitantes realidades ausentes ou presentes em outras temporalidades através dos vestígios que persistiram à revelia do tempo.

Para trabalhar o ensino e aprendizagem de História em espaços de Cultura elegemos como locus o Memorial Minas Gerais Vale, integrante do Circuito Liberdade na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Os dados aqui apresentados são oriundos da pesquisa “Mediações pedagógicas acerca da cultura afro-brasileira em espaços não escolares: análise de experiências educativas realizadas no Memorial Minas Gerais Vale”, desenvolvida na Faculdade de Educação da UEMG em parceria com o Memorial Minas Gerais Vale, durante os anos de 2016, 2017 e 2018. O objetivo desta pesquisa foi investigar a aprendizagem de História em museus a partir de visitas escolares, com foco na construção discursiva sobre a cultura afro-brasileira ao longo da História do Brasil. Para tanto, estabelecemos como foco as visitas educativas realizadas no Memorial Minas Gerais Vale, que integra o Circuito Cultural Praça da Liberdade. Em 2016 acompanhamos visitas escolares da rede pública de ensino de Minas Gerais (dez visitas no total) com registros em áudio e notas de campo. Esse trabalho, portanto, é resultante do tratamento e análise de parte desse corpus documental.

O Memorial

O Memorial Minas Gerais Vale (MMGV) consiste em um espaço cultural integrante do Circuito Liberdade na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Sua proposta é apresentar a história, a cultura e as tradições do referido estado. Esta intencionalidade pode ser relativizada, pois acaba por tornar-se uma tendência metonímica ao tentar expressar a identidade cultural do todo pela parte. É difícil falar de identidade sem considerá-la como construção social e imaginária. Não é possível contemplar a especificidade de

¹STARLING, H. M. M.; CARDIA, G.; ALMEIDA, S. R. G.; MARTINS, B.V. (Org.). Minas Gerais. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2011. 305 p.

²TASSIS, Christiane. Memorial Minas Gerais Vale: o espaço vivo da cultura mineira ano 2013. 1ª Edição. Belo Horizonte: Rona, 2014. 112p.

uma cultura utilizando-se de simplificações e reducionismos conforme explica Meneses:

“(...) imaginar-se que é possível, por intermédio de exposições museológicas, expressar a “significação” de determinado grupo ou cultura, “povo”, nação ou segmento social é ingenuidade em que os museólogos profissionais não poderiam cair” (MENESES, 2013, p.137)

O Memorial está situado na Praça da Liberdade em uma edificação datada de 1897, onde era situada a antiga sede da Secretaria da Fazenda. O prédio foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG) e passou por processo de restauração para abrigar as salas e o espaço de convivência. O projeto museográfico é assinado por Gringo Cardia e a pesquisa foi realizada em parceria com a historiadora Heloisa Maria Murgel Starling e com a Universidade Federal de Minas Gerais, agregando profissionais de diversas áreas: professores, jornalistas, artistas e técnicos¹.

Como nos aponta o Historiador Francisco Régis Lopes Ramos (2004), há uma relação considerável entre o Estado, os museus e as “classes privilegiadas”. Os museus acabam por localizar-se fisicamente em edifícios que um dia estiveram ligados a estruturas da burocracia estatal, como no caso aqui estudado. Porém, esta característica pode ser problematizada no ensino de História, pois “(...)é fundamental não eliminar o deslumbramento diante daquilo que foi construído para fascinar. A partir do próprio impacto emotivo criado pelo monumento, pode-se induzir à experiência de conhecimento crítico” (p. 45). Ou seja, “(...) o acasalamento do fascínio com a reflexão vai fertilizando o conhecimento sobre a nossa própria historicidade” (p. 46).

O espaço museal é constituído, em boa parte, por salas cenográficas com conteúdo áudio/visual, o que acaba por aumentar consideravelmente o número de informações – são 56 horas de conteúdo². O diálogo com a exposição torna-se diferente daqueles instituídos em museus com acervo totalmente tangível. Apesar da diferença não perde sua pertinência tipológica, pois conforme aponta o historiador Meneses (2013):

O desenvolvimento das técnicas de reprodução, da telemática, da informática, etc.; não reduzirá, (...) a função do museu no domínio da documentação. Ele continuará a justificar sua existência pela necessidade de dar conta da apreensão sensorial, empírica, corporal, exigida pelo universo da cultura material (sem esquecer implicações sociais, como as da “aura” ou da feiticização de que os museus são os instrumentos ideais, não de cultivo, é claro, mas de análise) (p. 20).

Levando em consideração o que abordamos anteriormente, a presença de acervo não tangível, cabe à indagação: seria este espaço um museu de História? Apoiados em Meneses (2013) pensamos que: “Rigorosamente todos os museus são históricos (...). Dito de outra forma, os museus tanto podem operar as dimensões do espaço como de tempo. No entanto, do tempo jamais poderá escapar, ao menos na sua ação característica, a exposição” (p. 28). Ou seja, os museus de História, não seriam necessariamente espaços que abrigam relíquias, como por exemplo: o lápis utilizado por D. Pedro II ou uma pintura de Pedro Américo, mas sim espaços que criam problemáticas históricas pois, o problema cria o objeto histórico e vice-versa, em uma operação dialética.

(...) concebe-se corretamente o museu histórico como aquele que opera com objetos his-

tóricos. Se, contudo, é a dimensão do conhecimento que sobe à tona, é preciso retificar e dizer, como vimos, que o museu histórico deve operar com problemas históricos, isto é, problemas que dizem respeito à dinâmica na vida das sociedades (MENESES, 2013, p. 28).

O acervo está distribuído em três pavimentos com exposições de longa duração. O primeiro pavimento contém salas que se apoiam em recursos midiáticos de variados suportes e é dedicado às expressões artísticas como a literatura, as artes plásticas e a fotografia. No segundo pavimento, o conteúdo é voltado para representações de caráter histórico, a exemplo da Inconfidência Mineira e a História de Belo Horizonte, com discurso alinhado com correntes da historiografia que protagonizam os heróis e os grandes acontecimentos. No terceiro e último pavimento, a expografia apresenta uma sala que fala das festas e celebrações religiosas, onde se busca expressar a mestiçagem cultural e religiosa, a exemplo do Congado e da Folia de Reis, também possui espaço para exposições itinerantes e um auditório para espetáculos, dentre outras salas. Os lugares que as salas ocupam na expografia condicionam na forma de interpretar o espaço. Consideramos, ao lado de Ramos que:

Qualquer museu é o lugar onde se expõem objetos, e isso compõe processos comunicativos que necessariamente se constituem na seleção das peças que devem ir para o acervo e no modo de ordenar as exposições. Tudo isso sempre se orienta por determinada postura teórica, que pode ir dos modelos de doutrinação até parâmetros que estimulam o ato de reflexão (2004, p. 14).

Ponderamos que para a função dos espaços museais “não se trata de levar cultura ao povo nem de garantir o acesso à cultura, e sim de oferecer meios para as agitações culturais, fornecendo instrumentos cognitivos e estéticos para a liberdade criadora aliada à percepção crítica das circunstâncias” (RAMOS, 2004, p. 72). Dentre os vários âmbitos em que se pode destacar a importância de um trabalho educativo em museus, este é um deles. Esta *liberdade criadora aliada à percepção crítica* pode ser alcançada através deste trabalho, pois “ao museu não compete produzir e cultivar memórias, mas analisá-las, pois elas são componente fundamental da vida social.” (MENESES, 2013, p. 52). Utilizando da reflexão de Meneses (2013) sustentamos que “(...) o museu é também lugar de sonho, do devaneio, do lúdico, da informação, da comunicação, das experiências da sensibilidade, da autoimagem e de mui-tíssimas outras funções simbólicas e pragmáticas (...)” (p. 57).

³A visita mediada é feita de forma dialógica, ao contrário da guiada que é pautada na passagem de informações (visita palestra).

Ao pensar o papel social que o museu ocupa é pertinente trazer reflexões sobre o papel educativo dos museus, mais especificamente relacionado ao ensino de História, pois os espaços de cultura são também fóruns de debates, onde podem ser discutidos, por exemplo, questões étnico raciais e de gênero. Se a postura educacional dos museus não for reflexiva e bem definida, corre-se o risco de repetir as concepções dos ditos “museus tradicionais”.

(...) museus tradicionais, que glorificaram a história das classes dominantes, não foi a favor de um posicionamento reflexivo, e sim a favor do espetáculo da sociedade de consumo. Os museus, desse modo embarcaram na onda de consumo visual do patrimônio histórico, geralmente associado a um turismo predador (...) (RAMOS, 2004, p. 74).

A partir desses apontamentos faremos algumas reflexões sobre o Programa Educativo do MMGV e seus diálogos possíveis com a expografia e o ensino de História. O Memorial possui setor educativo responsável pelo atendimento ao público em geral. Esses grupos podem ser: espontâneos, que comparecem ao espaço sem agendamento prévio; e agendados, que podem ser grupos escolares e não escolares. A equipe do educativo é constituída de coordenação, assistentes, educadores, recepcionistas e estagiários, formada interdisciplinarmente por profissionais graduados e pós-graduados, “(...) que planejam ações tendo como ponto de partida pesquisas individuais, coletivas e institucionais. Os resultados desses estudos e também os conhecimentos construídos no fazer cotidiano são transformados em novas propostas educativas” (Plano Educativo MMGV, p. 10).

A pesquisadora Lopes (1991), nos aponta algumas situações que os museus de certa forma enfrentaram e enfrentam, em suas palavras:

Nossas escolas são “deficitárias”. Nossos museus em grande parte não possuem serviços educativos estáveis. Mesmo assim “substituem” a escola em funções das quais esta não dá conta. Sem ela não sobrevivem, já que sua clientela adapta-se cada vez mais aos métodos da escola. Trata-se de um círculo vicioso (p. 5).

No caso do espaço aqui estudado constatamos que ocorreram transformações em relação a esses dados, pois o museu possui programa educativo estável e, como veremos posteriormente, o espaço procura definir o lugar que ocupa na rede educacional em distinção a educação escolar.

As propostas realizadas pelo educativo tem a pretensão de estimular no visitante a construção de experiências significativas, pois não é a estatística de visitantes que justifica a existência do programa educativo nos museus e sim a opção teórica e, portanto, política. Ou seja, visitar espaços museais é uma atividade educativa que exercita a percepção crítica da expografia, afinal: “ir ao espaço museológico implica necessariamente efetuar atividades educativas, questionamentos e maneiras, teoricamente fundamentadas, de aguçar a percepção para os objetos das exposições” (RAMOS, 2004, p.15).

Em sintonia com essas reflexões, o Educativo MMGV propõem que a visita seja mediada e não guiada³, para que os educadores:

(...) privilegiem a exploração do espaço de acordo com os interesses e as necessidades dos visitantes e grupos, promovendo momentos de contemplação, mas também processos comunicativos, instigando a participação e o estabelecimento de conexões pessoais, além de trocas de impressões entre os membros de um grupo (Plano Educativo MMGV, p.7).

A formação dos educadores do Memorial é direcionada para que eles forneçam informações fac-

tuais somente quando necessário e de forma pontual. Conforme o plano educativo da instituição:

(...) mesmo sendo conhecedores do Memorial em seus aspectos históricos, estéticos, culturais – os educadores são formados para realizar ações educativas em que a transmissão de informações (Visita Palestra) dá lugar à experiência, aos sentidos e conhecimentos construídos durante a visita (Visita Mediada), ações em que a curiosidade é estimulada” (Plano Educativo MMGV, p. 8).

Ponderamos com Regis Ramos que, nessa situação, “dar informações ou guiar os alunos pela exposição pode ser, ou não, um pecado original. Afinal, a informação também pode assumir o sentido de provocação, sedução para o pensamento reflexivo” (RAMOS, 2004, p. 15). Ou seja, a dinâmica das visitas é definida na relação com o visitante e suas demandas, e com a intencionalidade do educador.

As visitas são realizadas com a duração máxima de até noventa minutos, o número máximo de visitantes desejado é de quinze membros, exceto em algumas ocasiões que esse número pode se exceder. A mediação não contempla todo o espaço, pois “recortes possibilitam que as visitas sejam realizadas sem pressa, condição para que haja a ativação da memória e a construção de narrativas” (Plano Educativo MMGV, p. 8). O espaço contém salas temáticas, como abordado anteriormente, e o próprio prédio pode ser utilizado como tema da medição. Sendo assim, parece inviável dar conta de tudo em uma única visita. Ainda sobre a mediação, Ramos vai dizer que:

O comum é o monitor ser sinônimo de informador: fornece dados e explicações aos estudantes ou ao público em geral. Uma das formas de fugir desse método é assumir a prática de também fazer perguntas, com o intuito de despertar, no visitante, reflexões sobre o que está sendo visto – abertura para o diálogo criativo, pois depende das peculiaridades de cada um que vai ao museu. O monitor não deve expor a exposição e sim procurar, nos visitantes, a vontade de ver objetos (2004, p. 26).

Assumindo essa postura e sendo qualificado para tal, o profissional que realiza as mediações no educativo do MMGV ganha a denominação de Educador, substituindo a de Monitor. A troca não é meramente terminológica, pois envolve uma questão conceitual uma vez que cabe ao profissional desenvolver habilidades específicas e mais complexas. Ao mudar o sentido da visita de guiada para mediada exige-se do profissional um repertório mais amplo. Não basta apenas ter conhecimento sobre os fatos e as datas, mas sim, conseguir criar uma articulação entre eles de forma interdisciplinar, levando em consideração as discussões proporcionadas pelos visitantes, estes tão diversos e heterogêneos em suas formas de pensar. Como nos aponta Ramos (2004):

Ao sair da informação para a provocação, o monitor exige de si mesmo uma qualificação que, no modelo tradicional, não se faz necessária: a pesquisa sobre os objetos. Se o intuito não é mais o de oferecer dados em discurso pronto e acabado, emerge a responsabilidade de um conhecimento mais amplo sobre o que é exposto, pois só assim o ato de provocar o diálogo terá qualidade interpretativa, questionadora (p. 27).

⁴ <http://memorialvale.com.br/pt/educativo/percursos-tematicos/>

⁵ <http://memorialvale.com.br/pt/educativo/percursos-tematicos/>

⁶ Para mais informações: <https://prefeitura.pbh.gov.br/educacao/circuito-de-museus>

⁷ O projeto Território Negro, criado e gerenciado pelo Núcleo das Relações Étnico-Raciais da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, tem como finalidade favorecer a aproximação e o diálogo das escolas com espaços museológicos da cidade, de modo a possibilitar a apropriação de conhecimentos acerca das culturas africanas e afro-brasileira, de suas histórias, suas produções intelectuais, científicas, tecnológicas e estéticas, e suas formas de organização social. O Território tem ainda como ponto de partida atividades pedagógicas interdisciplinares, buscando refletir sobre a memória social e coletiva do Brasil, que é um país multicultural e pluriétnico. Os espaços museológicos podem se transformar em lugares de memória que, pelo poder de representação que encenam, por vezes, reproduzem uma memória social coletiva que reflete ideias de hegemonia entre povos e culturas.

A de se considerar a importância do setor educativo em termos de problematização do espaço, pois através dele outras possibilidades de recorte do acervo podem ser definidas. No caso da instituição aqui pesquisada, a museografia propõe três temas centrais que formam a base conceitual da expografia: a *Minas Imemorial Clássica*, a *Minas Polifônica Multicultural* e a *Minas Visionária*. Sendo assim, o trabalho do educativo potencializa o uso do espaço e não se limita aos temas pensados pelos idealizadores, gerando uma situação de extrapolação, pois os “(...) serviços de educativo em museus devem ser encarados como elo de ligação básico entre os pesquisadores e o público, escolar ou não; como a articulação necessária entre a pesquisa da realidade museológica e sua divulgação pública” (LOPES, 1991, p.40). Assim, o setor educativo pode ampliar o leque de opções criando diferentes leituras. Aqui destacamos o eixo, ou percurso temático⁴, *Africanidades e memória* que é parte integrante dos recortes temáticos oferecidos pelo setor educativo do MMGV e foi utilizado pelo projeto de pesquisa “Mediações pedagógicas acerca da cultura afro-brasileira em espaços não escolares: análise de experiências educativas realizadas no Memorial Minas Gerais Vale” para o desenvolvimento da pesquisa aqui divulgada. No caso do Africanidades, o objetivo central do eixo torna-se potencializar no acervo do museu salas que possibilitem:

Resgatar a cultura africana presente em Minas Gerais, percebendo e valorizando a diversidade étnico-cultural, assim como identificar e reconhecer as diversas formas de resistência como manifestações culturais.⁵

Parte dos percursos/eixos foram criados, assim como o Africanidades e memória, a partir de parceria com a Rede Municipal de Educação (SMED) da prefeitura de Belo Horizonte, que abarca o Projeto Circuito de Museus⁶. O eixo aqui citado foi ressignificado pelo educativo tendo como base o circuito Território Negro⁷.

O educativo dos museus atendem grupos de visitantes dos mais diversos, dentre eles destacamos os grupos escolares. Estes podem ser preparados pelos professores no intuito de potencializar o diálogo com a mediação proposta no museu. Esta preparação, cabe frisar, tem por objetivo letrar os estudantes na linguagem específica das narrativas museais que se dá através da cultura material, sendo assim:

(...) o tipo de saber a que o museu induz não se desenvolve em outros lugares, e tal lacuna deixa o estudante (ou visitante) quase desprovido dos meios para interpretar as nuances da linguagem museológica. Nesse caso, o envolvimento entre o que é dado à visão e quem vê necessita de atividades preparatórias, com o intuito de sensibilizar aquele que vai ver (RAMOS, 2004, p. 21).

Objeto Gerador: Construindo possibilidades interpretativas

Esse negócio aqui é um pilão, os escravos usavam, era muito grande esse aqui é pequenininho, mas eles usavam um muito grande pra poder pilar sementes, socar a... Aí eles vieram, mais aí eles faziam com as madeiras mesmo, eles pegava e fazia com as madeiras. Descobri algo muito importante, que noventa por cento das coisas que os escravizados usavam era de madeira e feito com as próprias mãos e ... Aí eu peguei esse trem *lá em casa lá*, por causa que minha mãe usava, aí ela nem sabia, ela nem sabia que era de escravidão, aí eu fui na internet e achei.

A fala acima é de uma aluna da *Escola Estadual José Elias Issa* proferida durante atividades propostas pelo referido grupo de pesquisa da UEMG, em parceria com a professora de História da escola integrante do grupo de pesquisa. A ideia foi explorar o potencial do ensino de Histó-

⁸Para acesso às fontes entrar em contato com: lteixeiraa@gmail.com

ria nos museus através de uma visita mediada ao eixo Africanidades do Memorial Minas Gerais Vale. Realizamos duas aulas com o intuito de sensibilizar os alunos quanto à utilização de novos espaços para a aprendizagem e ao final eles foram levados ao museu. As aulas foram gravadas em vídeo e a visita em áudio⁸.

Localizada no centro da cidade de São José da Lapa, região metropolitana de Belo Horizonte, a escola possui, em sua maioria, alunos de zonas rurais e de cidades vizinhas como Vespasiano. Desenvolvido com a turma M3-7 do terceiro ano EJA (Educação de Jovens e adultos), composta por estudantes entre 18 e 30 anos, o trabalho, para além do já exposto acima, objetivou apresentar aos alunos o Circuito Liberdade, permitindo-os aprender conceitos sobre as culturas afro-brasileiras por meio de uma visita mediada pelo Educativo do MMGV.

Desta forma, constatamos que seria necessário discutir com os alunos o papel da escola e o papel do museu no processo de ensino/aprendizagem. Escola e museu, embora possam trabalhar em conjunto, são espaços específicos, com linguagens, demandas e objetivos próprios. Historicamente, no Brasil, foi legado aos museus a função de apêndice da escola, fazendo com que os professores os explorassem apenas como complemento ou ilustração de conteúdos. Para Maria Margaret Lopes (1991) é preciso compreender o museu em sua:

(...) linguagem visual e não na linguagem verbal, como na escola, os museus organizam suas visões de mundo sobre aspectos científicos, artísticos e históricos, sem a mesma ordem sequencial da escola, sem seus esquemas de urgência de aprendizado, de prazos rígidos ligados à planejamentos muitas vezes burocráticos, podendo possibilitar que as pessoas, por sua escolha- de museus, de trajetos em seu interior, de tempos dedicados a um aspecto ou outro, de preferências-, entrem em contato com leituras da realidade muitas vezes diferentes ou nem mesmo veiculadas pela escola (p. 6).

Corroborando com essa perspectiva, os museus assumem o papel de espaço autônomo de educação não formal, não desconsiderando as visitas das escolas, afinal: “Desobrigando-se da promoção de atividades educativas com alunos e professores, o museu peca por omissão, anula-se como lugar de produção do conhecimento” (RAMOS, 2004, p. 13).

Assim, antes de levar os estudantes ao Memorial Minas Gerais Vale percebemos que era preciso “letra-los” nessa linguagem específica dos museus. Para tanto utilizamos a perspectiva do Objeto Gerador proposta pelo historiador Francisco Régis Lopes Ramos. Pensar a presença dos objetos em nossas vidas nos ajuda a compreender melhor as complexas relações entre passado, presente e futuro. Os objetos demonstram-se potentes materiais didáticos para o ensino de História, pois, quando fazemos o exercício de problematizá-los, colocando em perspectiva a historicidade dos mesmos, percebemos-os além do uso cotidiano e lançamos novos olhares sobre a ação desses objetos na construção da nossa própria historicidade.

Da mesma forma que estamos familiarizados com textos e palavras onde tecemos narrativas dominando os conceitos que as envolvem, no caso dos objetos, o trabalho torna-se semelhante. “Se aprendemos a ler palavras, é preciso exercitar o ato de ler objetos, de observar a história que há na materialidade das coisas” (RAMOS, 2004, p. 21)

A prática se dividiu em três partes: na primeira os alunos levaram objetos que julgaram fazer parte de seus cotidianos e que estivessem relacionados às culturas e povos afro-brasileiros, na segunda parte, utilizaram o conceito de Objeto Gerador para criar novas interpretações sobre os objetos escolhidos e só então, concluindo as três atividades, foram levados ao museu.

⁸Optamos por identificar os alunos numeralmente para manter o sigilo dos sujeitos da pesquisa.

Utilizar objetos de diferentes temporalidades e culturas pode desmitificar algumas ideias arraigadas em nossa sociedade como as de melhoramento ou progresso. Os alunos tiveram liberdade para escolher os objetos (novos ou velhos) relacionados às culturas africana e afro-brasileira. Tivemos o objetivo de colocar em perspectiva os momentos vividos sem estabelecer hierarquia entre uma época e outra, afinal, não somos modernos nem antigos, como diz Michel Serres, ‘somos misturadores de tempos’ (Apud in: RAMOS, 2004, p. 36). Nessa mistura nega-se a divisão engessada entre o que passou e o que se passa.

Em Sala De Aula

Na aula do dia 01/07/2016 a professora iniciou o trabalho com os objetos geradores. Enquanto os alunos falavam dos objetos que levaram, de forma dialógica, a professora aprofundava no conceito de Objeto Gerador⁹:

Professora: (...) a ideia de trabalhar o objeto gerador é por que a gente vai pra um museu, no museu os objetos são expostos, todos estão expostos lá no museu, e não é só passar lá e olhar para os objetos e ir embora, a ideia é você ir lá, ver os objetos e aprender a ler os objetos aprender a ler por que eles estão naquela posição, naquela ordem. Tudo conta uma História. Tudo tem um motivo, tem uma intenção. Tem uma intencionalidade. Vou dar um exemplo pra vocês, copo de plástico, alguém me fala aqui, em poucas palavras, o que o copo de plástico significa pra gente, o copo descartável, uma palavra pra descrever o copo descartável...

Aluno 1: descartável

Professora: Descartável, mas ele é descartável por quê? Pela praticidade né?

Aluno 1: É...

Professora: Pela praticidade, beleza, você foi lá e comprou o suquinho lá do cachorro quente, tomou jogou no lixo, e você não pensou sobre o copo, a partir do momento que o copo de plástico está exposto em um museu, você vai olhar pro copo e falar: “Há! Esse copo tá falando do que, da sociedade de consumo, tá falando que as pessoas têm pressa, que as pessoas precisam que ele seja descartável pra elas jogarem no lixo e seguirem suas vidas”, que é controlada pelo o que?

Aluno 3: Pelo capitalismo?

Professora: Pelo relógio, pelo capitalismo e pelo relógio... Então se eu pego, um copo descartável e um relógio e coloco em um museu, dá pra fazer uma discussão infinita não dá? Sobre tempo, espaço, sobre consumismo, sobre capitalismo.

Nos trechos acima a professora iniciou com a turma o exercício de fazer a leitura dos objetos de forma a tornar visível a trama de significados que os objetos encerram. Ela buscou mostrar que quando deslocados de seus ambientes e expostos em um museu, ou sala de aula, os objetos são dotados de novos significados. Para compreender esses significados devemos interrogá-los, utilizar a pedagogia da pergunta e assim extrair todo potencial desta ferramenta, uma vez que, como nos ensina Ramos:

O trabalho com o objeto gerador parte de exercícios que enfocam a experiência cotidiana e insere-se, portanto, na pedagogia da provocação, como diria Paulo Freire. A partir do vivido, é gerado o “debate de situações desafiadoras”. Nas próprias “situações existenciais” são germinadas “situações-problemas” (RAMOS, 2000, P. 34).

Essas situações problemas são extraídas a partir das relações conflituosas entre indivíduo e objeto. Assim, durante a primeira aula, observou-se que os alunos foram capazes de, partindo dos objetos das culturas afro-brasileiras, deslocar a narrativa para questões mais amplas como racismo, discriminação e inserção nas universidades. Um turbante, levado pela professora, funcionou como disparador, conforme mostram os trechos a seguir:

Professora: Então galera, o turbante, ele voltou a ser utilizado agora, as mulheres tão utilizando muito. Eu quero que vocês me digam ideias, sem timidez com a câmera, de por que que o turbante voltou a ser utilizado agora.

Aluno 2: Por que agora a brasileira tá conseguindo se aceitar mais...

Professora: Ponto. Desenvolvam isso aí.

Aluno 1: A cultura afro brasileira né, tá sendo mais...

Aluno 3: Tendo aceitação?

Aluno 1: Sendo absorvida e aceita pela sociedade.

Aluno 4: As pessoas estão assumindo a sua raça? Estão assumindo sua identidade...

Professora: Identidade essa é a palavra! Continuem...

Aluno 1: Questão também de estar em cheque né, toda aquela situação que tinha antes tá sendo colocado agora em pauta, a discriminação isso tudo tá cada vez mais em pauta, mais sendo discutida, mais sendo destruído, vou colocar assim, agora na nossa década né?

O turbante, desse modo, funcionou como objeto gerador de reflexões a respeito da cultura afro-brasileira, de racismo, das lutas sociais na contemporaneidade. A atividade se seguiu com a apresentação dos alunos de seus objetos geradores.

Aluno 2: Eu trouxe aqui uma corda né. Que eu uso na capoeira né, isso aqui. A muito anos atrás né, que eu fiz.

Professora: Você fez, eu também fiz capoeira.

Aluno 2: É foi há muitos anos, essa aqui foi à primeira. (...)

Professora: Então esse objeto aqui, me dá aqui, que ele trouxe é um objeto de orgulho pra quem dança capoeira né? Então galera, esse objeto como ele falou, é um objeto de orgulho pra quem vai dançar né, que tem o seu nome, que tem tudo, sem esse objeto...

Aluno 2: Sua identidade né.

Professora: A sua identidade tá aqui, então sem esse objeto você não está gingando, não está dançando. A partir do momento que você coloca ele, ele está agindo sobre você, assim como você está agindo sobre ele. Correto?

Pedir aos estudantes para trazerem os objetos de suas casas é uma forma de suscitar discussões que os façam pensar no motivo da escolha, podendo criar conexões que perpassam temas ligados à identidade e sentimento de pertencimento.

No segundo dia de atividades os alunos receberam óculos feitos de EVA, que funcionaram como metáfora para simbolizar a teoria, com os óculos eles teriam novas lentes para pensar a História no e dos objetos. Vejamos o depoimento a seguir.

Aluno 2: Olhando aqui né, com outros olhos hoje, é... Consegui perceber né, o valor histórico dele... Por que a capoeira ela virou um símbolo né, da identidade cultural bra-

sileira né, e... Em fim, faz parte hoje da história né, os escravos começaram a jogar capoeira e de, certa forma, depois se defenderam com essa arte também e foi passando né de geração em geração, até com que né, com base na História, eu comecei a fazer, gostei e fiz por longos anos e guardei essa daqui como recordação, foi a minha primeira corda né que é a corda branca. E é isso.

Professora: E essa corda tem um valor sentimental né?

Aluno 2: Pra mim sim, pelo fato de ter guardado ela né, foi minha primeira.

O **aluno2** em sua fala deixa claro esse exercício que os alunos foram fazendo, sob mediação da professora, de experimentar novos olhares sobre os objetos fazendo emergir discussões sobre as formas de resistência dos escravos durante o período colonial brasileiro bem como de explicitar laços de pertencimento e de identidade.

A visita

A visita ao MMGV foi agendada para o dia 14/07/2016. Chegando ao espaço os alunos ficaram deslumbrados e intimidados pela magnitude física e simbólica representada pelo prédio, corroborando com o discutido no tópico anterior. Acudados, participaram pouco da acolhida e da visita às duas primeiras salas ocasionando, inicialmente, em uma visita expositiva e pouco dialógica. Entretanto conforme a visita foi se estendendo e o educador utilizando materiais lúdicos, os estudantes foram se apropriando do espaço e criando relações com os objetos e discursos expográficos. Ramos (2004) postula que:

A partir do próprio impacto emotivo criado pelo monumento, pode-se induzir à experiência de conhecimento crítico. Em outros termos: interpretar a existência do monumento em “articulação com outros temas da história do país menos ou nada atraentes”. A beleza monumental pode desembocar somente na simples contemplação, o que é mais comum. Por outro lado, atividades pedagógicas podem dar outro destino para o deslumbramento: a reflexão sobre a nossa história, sobretudo a construção da memória oficial- que necessariamente abafa outras manifestações igualmente políticas (p. 45).

Para analisar a visita, selecionamos dois momentos em que o Educador do Museu faz exercícios com os alunos de entender a sociedade por meio da leitura dos objetos. No primeiro momento da visita, o educador, munido da ideia de gerar reflexão, entregou para os alunos algumas fichas contendo ilustrações e palavras como “Preconceito”, “Candomblé” e “Macumba”. As fichas funcionaram como disparadores do debate que se seguiu:

Aluno1: Que tem que ser uma concepção que tem que ser mudada, passando pelos novos que estão começando agora.

Aluno3: Mas o preconceito não está acabando com o negro, ele é um pouco mais velado. Mas ainda assim ele é muito forte.

Educador MMGV: É assim, por exemplo, não tem uma vez, tá aí a gente vive em um mundo muito perigoso, as pessoas estão com medo, mas é comum demais eu passar na rua de mochila aí passa uma dona do lado olha para mim e já esconde a bolsa (inaudível) mas mesmo assim a gente vive com tanto medo que colocam aqueles que “causam medo” (tom de ironia) no mesmo balaio.

Aluno1: (inaudível) aquela coisa de se sentir um alvo, andando na rua.

Educador MMGV: Pode falar gente. Então vamos causar polêmica... (**Aluno3**) coincidência você pegar essa foto menina, você sabe o que é isso? Segurando uma macumba, olha que medo! (risos) Vai cair sua mão.

Aluno3: É as pessoas ligam a muita coisa ruim né, o ser humano liga a uma... Todo mundo julga a umbanda pela macumba, porque não lê não aprofunda.

Aluno2: As pessoas não conhecem, eu tive a umbanda como religião por dois anos, então assim conheço bem a religião e não tem nada assim demais, as pessoas acham o que é (inaudível) é um instrumento musical chamado macumba né (inaudível). Vou fazer uma macumba para você.

Aluno3: É Na realidade vou fazer um instrumento para você. (risos)

Educador MMGV: Eu também já frequentei algumas vezes, não segui, mais cresci tendo que ter medo de macumba (inaudível). Eu passava todo dia no beco né e via aquele tambor bonito né, até que resolvi entrar e ver.

Aluno3: É por que as pessoas são meio preguiçosas né, ninguém procura saber o conteúdo, o que realmente é.

As palavras geradoras trazidas pelo educador do memorial possibilitaram a desconstrução de perspectivas relacionadas a elementos da cultura africana e afrobrasileira que circulam na sociedade e são geralmente carregados de visões preconceituosas e estereotipadas. Contribuíram também para engajar emocionalmente e intelectualmente os alunos para a temática que seria contemplada na visita propriamente dita.

Após esse pequeno debate, o grupo seguiu para a sala “Fazenda Mineira”. Essa se assemelha a uma instalação de arte e é formada por objetos ordinários do cotidiano das fazendas, dispostos nas paredes e no teto, todos pintados de uma só cor. Nesse ambiente, notou-se maior envolvimento dos alunos devido ao fato de, parte deles, morarem no interior e nutrirem memórias afetivas com os objetos expostos. O educador e os estudantes conversaram de forma descontraída. Vide trecho a seguir:

Aluno1: Nossa! Eu lembro do meu avó sentado em uma cadeira dessa, perto de uma janela que ficava pra fora. Engraçado que lá se você chegar e sentar, você não pode sentar na cadeira.

Educador MMGV: Teve uma senhora que não aguentou ficar aqui, ela disse “ nasci e cresci em uma fazenda e sofri de mais, não aguento ficar aqui.”

Aluno2: Traz sentimento...

Aluno1: Exatamente, traz sentimento, lembrança e ninguém segura né.

Aluno2: E nem sempre, igual eu vou muito à casa dos meus avós pra descansar.

Aluno4: Você ia viver na roça, hoje as megalópoles, Belo Horizonte, São Paulo, afastam as pessoas. As pessoas vão perdendo aquele espaço que tinham, aquela cultura que tinham, tá se criando uma nova cultura.

Aluno1: Hoje as pessoas não sabem como se faz, sabem como se compra.

(**Educador MMGV** fala direcionando para a professora)

Educador MMGV: Está aí a nossa função como historiador né, de todos vocês claro, não romper as relações com o passado senão tudo vai se perder mesmo.

Aluno3: Tudo você explica no passado, muitas coisas hoje você explica.

As enunciações dos alunos e do educador do museu expressavam conhecimentos oriundos das experiências e representações do vivido/cotidiano dos alunosem dialogo com objetos da cultura material e simbólica expostos na sala do memorial. Quando os alunos compararam o modo de vida nas cidades com o modo de vida em ambientes rurais eles identificaram diferentes ritmos temporais em uma mesma temporalidade: o tempo do descanso na casa dos avós e o tempo acelerado das cidades; bem como mudanças no tempo: *“As pessoas vão perdendo aquele espaço que tinham, aquela cultura que tinham, tá se criando uma nova cultura”*. O aluno sugeriu ainda que ritmos do campo estão se perdendo, engolidos pelos ritmos das cidades. Essa perda de experiências do passado, esse rompimento com as relações com o passado é objeto de preocupação de vários historiadores contemporâneos. O historiador inglês Eric Hobsbawn, nos alerta para os efeitos da quebra de vínculos com o passado, segundo ele, um dos principais fenômenos do século XX. De acordo com Hobsbawn (1995) a “destruição do passado” ou dos “mecanismos sociais que vinculam nossa experiência com a das gerações passadas” faz com que quase todos os jovens de hoje cresçam numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação com o passado público da época em que vivem. Nessa medida, Hobsbawn defende que os historiadores (e professores de historia), cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem, tornam-se mais importantes do que nunca.

O contato com os objetos relacionados com a vida no campo fez emergir, desse modo, o universo sensível das experiências dos alunos. Assim, esse trecho revelou como o diálogo com os objetos da cultura material e simbólica da sociedade podem contribuir para recuperar junto aos alunos o saber da experiência que nos foi subtraída na modernidade e reconectar os homens do presente com as experiências do passado. Esse contato, por sua vez, possibilitou a resignificação dos conhecimentos e representações sociais provenientes do vivido.

Aprendendo a Olhar

El mar

Diego no conocía la mar. El padre, Santiago Kovadloff, lo llevó a descubrirla.
Viajaron al sur.

Ella, la mar, estaba más allá de los altos médanos, esperando.

Cuando el niño y su padre alcanzaron por fin aquellas cumbres de arena, después de mucho caminar, la mar estalló ante sus ojos. Y fue tanta la inmensidad de la mar, y tanto su fulgor, que el niño quedó mudo de hermosura.

Y cuando por fin consiguió hablar, temblando, tartamudeando, pidió a su padre:
—¡ Ayúdame a mirar!

El libro de los abrazos

Eduardo Galeano

Para finalizar, a leitura desta pequena crônica do escritor uruguaio Eduardo Galeano leva-nos a pensar nas finalidades pedagógicas do trabalho educativo realizado em espaços da cultura e nas formas de mediação mais adequadas. Uma das premissas centrais que nos orientam é a de que, em exposições museais, o papel dos educadores deveria ser o de “ajudar a ver”. Essa premissa está em sintonia com fundamentos teóricos deste trabalho de que o saber que acontece nos museus é dinâmico e se estabelece no diálogo entre os visitantes e os objetos expostos. Assim, a interação com os objetos pode muitas vezes reverter à lógica da exposição e apresentar outras narrativas a partir do protagonismo dos sujeitos em suas relações com os objetos.

Assim, os diálogos em sala de aula bem como no interior das salas de exposição do Memorial revelaram o potencial educativo dos objetos da cultura material e simbólica da sociedade para o Ensino de História, corroborando com a hipótese desse artigo de que os museus e demais espaços de cultura são espaços propícios para o ensino e aprendizagem de História. Para além, ao interagir com objetos provenientes do vivido, notou-se entre os estudantes uma mudança de paradigma, eles passaram a se enxergar como sujeitos históricos.

Referências Bibliográficas

- BRASIL, Ministério da Cultura. Vale. **Plano Educativo Memorial Minas Gerais Vale**. Belo Horizonte, MG.
- CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos Editora, 2006. 135 p.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves.; VIDAL, Diana Gonçalves. **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. 250 p.
- HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX. 1941-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 90.
- LOPES, Maria Margaret. **"A favor da desescolarização dos museus"**. Revista Educação e Sociedade. S. Bernardo do Campo, Instituto Metodista de Ensino Superior, n. 40, 1991.
- MACHADO, M. A. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. cap. 4, p. 145-158.
- MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUE, Gisa. **Mediação cultural para professores andarilhos na cultura**. 2ª Edição. São Paulo: Intermédios, 2012. 162p.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A exposição museológica e o conhecimento Histórico. In: FIGUEIREDO, B. G.; VIDAL, D. G. **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013. cap. 1, p. 15-89.
- PINHO, Frederico Alves. **Tecendo Narrativas, costurando tempos: ensino e aprendizagem de História no museu de artes e ofícios**. 2012. 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó, SC: Argos, 2004. 178p.
- STARLING, H. M. M.; CARDIA, G.; ALMEIDA, S. R. G.; MARTINS, B.V. (Org.). Minas Gerais. Belo Horizonte. Editora UFMG, 2011. 305 p.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287 p.
- TASSIS, Christiane. **Memorial Minas Gerais Vale: o espaço vivo da cultura mineira ano 2013**. 1ª Edição. Belo Horizonte: Rona, 2014. 112p.

Pampulha: Patrimônio Cultural da Humanidade em uma Cidade Educadora.

Pampulha Cultural Heritage of Humanity and an education city.

Marco Antônio Silva

Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (Fae/UFMG);
Historiador da Diretoria de Patrimônio Cultural da Fundação Municipal de Cultura da PBH,

Email: marcoa@prof.unibh.br

Alessandra Valadares Alves Silva

Mestre em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hidricos, pela UFMG.

Email: alehsaneamentoearquitetura.com.br

Recebido em: 23/11/2019 – Aceito em 31/12/2019

Resumo: O Este artigo apresenta uma discussão sobre os conceitos de Memória e Patrimônio Cultural. Descreve uma narrativa da história da região da Pampulha em Belo Horizonte antes e a partir da fase modernista. Discorre sobre a genialidade presente no Conjunto Moderno da Pampulha que justificou o título de Patrimônio Cultural da Humanidade conferido pela Unesco. Tece considerações a partir da análise dos dados de entrevistas com 243 moradores da capital. E, por fim, aponta a importância da criação de políticas públicas voltadas para apropriação deste espaço pela população em consonância com os princípios da Declaração de Barcelona ou Carta das Cidades Educadoras da qual Belo Horizonte é signatária.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural da Humanidade; identidade; cidades educadoras.

Abstract: This article presents a discussion about the concepts of Memory and Cultural Heritage. It narrates the history of the Pampulha region in the city of Belo Horizonte before and from the Modernist phase. It discusses the genius, present in Pampulha Modern Ensemble that justified a title of Cultural Heritage of Humanity granted by Unesco. It makes some considerations from the data analysis of interviews with 243 residents of the capital of Minas Gerais State. Finally, it points out the importance of the creation of public policies aimed at a fuller of this space by the population in accordance with the principles of the Barcelona Declaration or Charter of Educating Cities to which Belo Horizonte is a signatory.

Keywords: Pampulha Cultural Heritage of Humanity; identity; education cities.

Os anos que antecederam o reconhecimento do Conjunto Moderno da Pampulha como Patrimônio Cultural da Humanidade foram marcados por uma intensa e ampla movimentação voltada para conservação, valorização e recuperação do conjunto por parte do poder público municipal. Essas ações foram eficientes o bastante para que a Unesco reconhecesse a importância e relevância da Pampulha conferindo-lhe o maior título concebido a um bem no campo do patrimônio cultural.

Dentre essas ações, o Projeto Educação Abraça a Pampulha, por exemplo, promoveu mensalmente a visita de cerca de 4.000 estudantes da Rede Municipal de Ensino a orla da Lagoa e às diversas instituições culturais, ambientais e esportivas situadas no entorno. Segundo relatório da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, o Projeto tem por objetivo estimular e qualificar o estudo e as

reflexões sobre a região da Pampulha pelas escolas, incluindo o Conjunto Moderno, que recebeu tombamento em instância federal em 1997 e em 2016 – ano de início do projeto – concorria ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Dentre as várias ações desenvolvidas estão atividades de formação de professores, confecção de materiais didáticos e pedagógicos, concursos e campanhas voltadas para produção de poesias, desenhos e exposições de fotografias pelos estudantes. Essas ações atingem crianças, adolescentes e adultos. A Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte possui escolas de Educação Infantil e no Ensino Fundamental atende crianças, jovens e adultos.

Ao que tudo indica, o público abarcado por esta atividade conhecerá melhor o Conjunto Moderno da Pampulha e terá mais informações para analisá-lo de forma mais profunda e crítica. Além disso, é importante registrar que os setores educativos de cada um dos equipamentos do Conjunto Moderno da Pampulha promovem ações voltadas também para o público não escolar, atendendo pessoas de todas as idades, moradores e turistas.

No entanto, uma parcela significativa da população belo-horizontina não usufrui do Conjunto Moderno da Pampulha e, até mesmo, desconhece as razões que o levaram a se tornar Patrimônio da Humanidade. Diante deste quadro, como será demonstrado neste trabalho, novos investimentos em divulgação do Conjunto, facilitação do acesso, usufruto, e, sobretudo, promoção de educação pelo patrimônio se fazem necessários.

Memórias, Patrimônio Cultural e o Conjunto da Pampulha

A cidade nunca é a mesma para duas pessoas diferentes. Cada uma tem a sua cidade, cada uma a explica ou canta de forma diversa. Como uma mãe generosa, ela abriga todas as diferentes manifestações e pessoas: ela é o lugar de todas as memórias e, como não há uma única verdade, todas as memórias compõem a memória da cidade (Carsalade, 2007).

A memória coletiva constituída em uma cidade, por sua vez, forma um mosaico nem sempre harmônico por ser uma representação de visões, sentimentos e concepções bastante distintas sobre espaços e lugares. Em determinados momentos, via tradições orais, documentos históricos, monumentos, patrimônio cultural oficializado ou não consagrado, determinadas narrativas se fazem hegemônicas. No entanto, não se constituem de forma isenta e livre de intencionalidades. Nasceram de um jogo de poder que se estabelece em meio aos conflitos onde as cidades não são apenas os lugares geográficos, um corpus físico de conformação precisa ou um amontoado de prédios construídos sobre um traçado planejado ou espontâneo. As cidades são também as pessoas e suas lutas, os resultados de sua ação sobre o nosso corpo moldável, dócil às vezes, inóspito outras tantas, mas sempre responsável às pessoas que nos habitam. E quem habita a cidade é a diversidade, uma legião de pessoas que pensam diferentemente, que moram diferentemente, que sofrem diferentemente (Carsalade, 2007).

Neste sentido, a memória advinda do patrimônio, em suas expressões materiais e intangíveis pela cidade, mesmo quando naturalizada, não se constitui neutramente (Oriá; Pereira, 2012; Chagas, 2007; Lacerda et al, 2015). A adoção de determinados discursos narrativos, de forma consciente ou não, representa a opção, neste jogo de poder, sobre qual memória se pretende preservar.

O Patrimônio Cultural é um objeto histórico e, por isso, temporalmente situado, social e culturalmente concebido e determinado. O objeto histórico é compreendido como um ente situado em um quadro de relações de poder e, mais do que isso, a tradução dessas relações (Foucault, 2001). Nesta

perspectiva, a junção memória e patrimônio cultural é marcada por tensões entre as narrativas tradicionalmente estabelecidas e as questões de grupos sociais cujas memórias ainda são subterrâneas (Pollak, 1989). Subterrâneas porque foram silenciadas ou deslegitimadas no contexto destas disputas. Vale ressaltar, nestes contextos de disputas, a força demonstrada pelos movimentos organizados no Brasil em torno de pertencimentos identitários étnico-raciais ligados às questões indígenas e dos negros a partir das décadas de 1970 e 1980. Na pauta destes agentes, dentre outras questões, destacou-se a luta pelo direito às narrativas históricas que sejam capazes de resgatar a memória “subterrânea” destes grupos. Memória esta que se contrapõe a uma memória fundada preferencialmente em uma perspectiva eurocêntrica e silenciadora em relação aos povos indígenas, africanos e afro-brasileiros. Estas são narrativas que disputam espaço nos currículos de História, contrapostas às histórias silenciadas, estereotipadas e negativadas, predominantes até há pouco tempo, dentro e fora da educação escolar (Pereira; Meinerz; Pacievitch, 2015).

Neste contexto, a Pampulha, hoje Patrimônio Cultural da Humanidade, e página importante na constituição do Patrimônio Cultural da capital mineira, é também um espaço de múltiplas memórias. Em sua história pode se encontrar uma síntese das questões metropolitanas de desigualdade social, ocupações irregulares, memórias silenciadas, conurbação e problemas ambientais. Ao mesmo tempo, é também uma história marcada pela beleza, engenho criativo, genialidade, autenticidade e ousadia de um grupo de brasileiros.

A sua história mais recente, sobretudo a partir da construção do Conjunto Urbano, década de 1940, remete à dupla face do desenvolvimento e modernização urbanos. De um lado, o desenvolvimento econômico propiciou as condições para a construção e concretização de um projeto ousado. De outro, o crescimento econômico e populacional foram também germens de sua própria degradação ambiental e vulnerabilidade.

Pampulha: da invasão bandeirante ao Conjunto Moderno

A importância da Pampulha pode ser explicada por várias perspectivas. Entretanto, a histórica e arquitetônica são necessárias para subsidiar a análise aqui proposta.

No plano histórico, sobretudo em uma perspectiva cronológica, cabe ressaltar que o povoamento desse espaço antecede as construções modernistas. A própria região da atual Belo Horizonte, era habitada por povos indígenas até o século XVII. Com a chegada dos bandeirantes muitos foram dizimados e uma boa parcela migrou para outras regiões. No final do século XVII a maior parte do território da atual Pampulha pertencia ao Bandeirante Bento Pires. Com o passar dos anos seus descendentes dividiram e venderam parte dessa propriedade. No entorno de um ribeirão chamado Pampulha muitas fazendas foram formadas e o povoamento da região se intensificou.

Por volta de 1800, os moradores, na maior parte homens escravizados, já formavam ali um Arraial. Além da criação de animais, a população se dedicava à agricultura cultivando milho, feijão, batata e hortaliças. Algumas fazendas melhor equipadas possuíam engenhos de cana-de-açúcar e moinho d'água, que era muito utilizado na produção de farinha. Os trabalhadores também se dedicavam a atividades de carpintaria, fiação, selaria e tecelagem. Essa produção possibilitou o comércio com povoações próximas como Contagem e Santa Luzia. (Pimentel; Garcia; Oliveira, 2007).

A realidade do Arraial conhecido como Santo Antônio da Pampulha Velha mudou radicalmente a partir do final do século XIX. A conquista social que levou à abolição da escravidão e estabeleceu o

uso da mão de obra livre nas relações de trabalho associada à Proclamação da República - que inspirou a construção da nova Capital do Estado de Minas Gerais - impactaram profundamente a organização econômica e a vida de seus moradores.

Em 1897, quando foi inaugurada a Cidade de Minas, nova capital do Estado (hoje Belo Horizonte), os moradores da Pampulha passaram a atender às demandas da população da nova cidade. As propriedades agrícolas situadas no entorno do Ribeirão Pampulha tornaram-se fornecedoras de hortifrutigranjeiros, serviços de carpintaria, tecelagem, selaria e fiação para os moradores da capital. (Pimentel; Garcia; Oliveira, 2007; Ribeiro, 2011).

Em 1904 Ana Moraes e Manoel do Reis, um casal Português, adquiriu uma das fazendas na região que foi batizada de Pampulha. Impulsionados por motivações religiosas, patrocinaram a construção da Capela Santo Antônio de Pádua e contribuíram para a promoção de muitas festas de cunho religioso na região, tradição que se mantém até hoje.

No entanto, existe uma lacuna extensa de estudos historiográficos sobre a região até a década de 1920. Muitos dos trabalhos encontrados se reportam a poucas fontes primárias e, via de regra, reproduzem as mesmas citações e informações oferecendo poucas possibilidades de interpretações mais consistentes sobre o período anterior e posterior à chegada dos bandeiras.

Na década de 1930 intensifica-se outro processo de mudança mais significativo na região. O desenvolvimento da metalurgia em Belo Horizonte trouxe mais recursos que redundaram em alguns investimentos na Pampulha como, por exemplo, melhorias nas edificações e pavimentação de algumas ruas. Apesar disso, o caminho da área central até a região continuava bastante precário. Era realizado por Venda Nova em uma estrada bastante rudimentar. Entretanto, essas condições se modificaram de forma acelerada nas décadas seguintes.

A região foi escolhida para abrigar o primeiro aeroporto da cidade, o atual aeroporto Carlos Drummond de Andrade, que à época possuía uma função militar, e entrou em operação em 1933. Em 1938, durante a administração do então prefeito Otacílio Negrão de Lima, foi inaugurada uma barragem no Ribeirão Pampulha que tinha por objetivo garantir o abastecimento da cidade. A insuficiência da Barragem para o abastecimento de uma Belo Horizonte em franca expansão levou o próprio Otacílio a lançar um projeto mais ousado para a região: uma represa que possibilitasse ampliar o reservatório e que, também, permitisse a prática de esportes náuticos e até pouso de hidroaviões.

Ao que tudo indica, essa era também uma tentativa de aproximar Belo Horizonte de outras grandes cidades do Brasil e do mundo já que a aviação e os esportes náuticos eram símbolos potentes da modernidade. Entretanto, um projeto mais ousado foi executado na Administração de Juscelino Kubtscheck (JK), sucessor de Otacílio Negrão de Lima na prefeitura do município.

Inicialmente JK encomendou a Alfred Agache um plano para a reorganização urbana de Belo Horizonte. Na opinião de famoso urbanista francês a capital havia crescido de forma ordeira e satisfatória dentre dos limites da avenida do Contorno. A população que não podia residir nos limites da Avenida do Contorno, por sua vez, foi ocupando os demais espaços de forma desordenada e sem acesso aos serviços básicos de urbanização. Diante disso, Agache apresentou um projeto para que a Pampulha se torna-se uma cidade-satélite para abrigar a população mais pobre da cidade.

A proposta pretendida por JK para região era bem diferente. Ele tinha em mente a idéia de capitalizar, em benefício de Belo Horizonte, a beleza daquele recanto, com a formação de um lago artificial, rodeado de residências de luxo, com casas de diversões que se debruçassem sobre a água.

Como parte deste projeto modernizante, JK construiu uma nova avenida, chamada Pampulha (atual

Presidente Antônio Carlos), para ligar o centro da Capital à região. O então prefeito, encomendou um caminho curto, com poucas curvas e inclinações. Mas para completar a obra modernizante, o grande salto foi a contratação do arquiteto Oscar Niemeyer para confeccionar um projeto para as edificações que viriam a se tornar a Igreja São Francisco de Assis, a Casa do Baile, o Cassino e o Iate Golfe Clube.

O Conjunto Moderno da Pampulha: genialidade, inovação e autenticidade modernista

Com intervenções do paisagista Burle Marx e do pintor Cândido Portinari surgiu então o Conjunto Moderno da Pampulha. A obra foi amplamente divulgada pela imprensa à época e durante muitos anos após sua inauguração (Pimentel; Gárcia; Oliveira, 2007). Esse momento fora muito bem apropriado pelos modernistas por ser uma possibilidade para execução de um grande feito artístico. Neste projeto, somaram-se contribuições de diversas áreas afins como a Arquitetura, Paisagismo, Artes Plásticas e Engenharia na constituição de um complexo de cultura, lazer e recreação.

Os padrões arquitetônicos vigentes foram abandonados com a adoção de novas técnicas construtivas. O traçado inovador do arquiteto Oscar Niemeyer possibilitou a audácia e criação de um novo tempo onde a austeridade europeia foi substituída por formas curvas, limpas e livres. Assim também aconteceu com o paisagismo de Burle Marx em um toque de cor sobressaindo-se a compactos maciços, abriu-se um novo conceito para as áreas verdes, diferente dos tradicionais jardins da Inglaterra e França. O nítido caráter ambientalista tanto do ponto de vista do viés cultural quanto do biológico, dos jardins de Burle Marx e Mello Barreto firmou-se como parâmetro que remeteu ao passado os jardins artificiais inspirados em modelos europeus (Lana, 2009).

Burle Marx buscou o conhecimento da inter-relação das espécies botânicas no meio biótico para fazer seus antológicos jardins. Cândido Portinari e outros artistas fizeram a mediação entre a Arquitetura e o Paisagismo com afrescos, pinturas, painéis de azulejos, mosaicos e esculturas.

Quatro das edificações – Casa do Baile, Cassino, Igreja São Francisco e Iate Golfe Clube - ficam entre o lago e a avenida situada no seu entorno (atual Otacílio Negrão de Lima), permitindo uma relação direta entre elas e o espelho d'água. A única exceção foi a Casa JK, que à época seria a residência oficial do Prefeito da capital e serviria como um atrativo para novos moradores e exemplo de estilo que se pretendia para o bairro residencial projetado para região. O intervalo entre os cinco edifícios é longo o bastante para permitir uma composição harmônica com o espelho d'água e próximo o suficiente para garantir uma visão de conjunto.

Quanto à concepção arquitetônica norteadora de todo o conjunto projetado da Pampulha, o cassino (atual Museu de Arte da Pampulha) era a âncora, ou seja, o equipamento urbano que à época representava o grande atrator dos visitantes. Inaugurado em 15 de maio de 1943, foi a primeira obra concluída do conjunto. Esse prédio colocou Belo Horizonte a par da moda mundial, segundo Juscelino Kubistchek. A edificação refletia o seu vertiginoso progresso e representou um esforço para dar à capital uma obra original, atraente e moderna (Souza, 1998; Castro, 2006). Implantado em terreno mais elevado, foi inspirado em claros princípios corbusianos. Para Le Corbusier, arquiteto, pintor e teórico das artes, uma das figuras mais importantes do movimento moderno, a boa arquitetura se caminha e se percorre pelo interior e pelo exterior. É a arquitetura viva. Já a má arquitetura se mantém em torno de um ponto fixo, irreal, estranho à lei humana. Os diversos aspectos da obra, a sinfonia que de fato é tocada, só se tornam inteligíveis na medida em que os passos nos levam, nos situam e nos deslocam, oferecendo ao nosso olhar a vista de obstáculos e perspectivas, o esperado e o inesperado de portas que

liberam o segredo de novos espaços, sucessão de sombras, penumbras ou luzes gerados pelo sol penetrando por janelas e aberturas (Le Corbusier, 2005).

Os princípios corbusianos vivenciados no Cassino podem ser percebidos na estrutura em concreto, planta e fachadas livres, internamente pé direito duplo com jogos de corredores elípticos levando ao restaurante, e à pista de dança. Uma correspondência compositiva entre jardins (ambiente exterior) e edifício (forma construída), rampa lateral propiciando espaço para espelho d'água com plantas aquáticas brasileiras além de um “porte – cochère” abrigado pela marquise.

A Casa do Baile foi construída para ser um equipamento urbano complementar e alternativo ao cassino. Com a finalidade de criar um centro de reuniões populares, local destinado a diversões populares com dupla finalidade. A primeira era a valorização artística da Pampulha e, por outro lado, oferecer diversão sadia para o povo cumprindo uma função social (Garcia, 2007). A casa era projetada com espaço para restaurante, bailes e shows, e não era destinada ao público atraído pelo jogo do Cassino. Mas, o ambiente era voltado para um público adepto aos encantos da vida na nova região. Na concepção arquitetônica toda a área externa oferece-se à rua, de maneira mais singela e leve. A organização espacial se define por duas circunferências secantes

O Iate Golfe Clube (atual Iate tenis Clube) foi concebido como equipamento de lazer e esporte da população possibilitando que esportes como os do remo e da vela pudessem ser praticados pela sociedade. O edifício de linhas sóbrias explorou diversos elementos do vocabulário moderno: rampas, panos de vidro, brise-soleil e janelas em fita, além do telhado do salão em formato de asa de borboleta. Confirmando a retórica modernista observava-se o deslocamento dos pilares em relação à fachada para conferir leveza aos volumes obtidos também graças à mísulas, balanços, estreitamentos e vigas.

E finalmente a Igreja São Francisco de Assis, obra inédita da história da arquitetura religiosa brasileira. O arquiteto Oscar Niemeyer tendo em mãos a maleabilidade plástica do concreto armado, criou uma forma simples e elegante. As curvas deram origem a uma estrutura harmoniosa que valorizou a engenharia por reunir os princípios revolucionários da arquitetura moderna e as conquistas tecnológicas da construção. Foram diversas as associações presentes: estrutura com arquitetura, arquitetura e artes plásticas, movimento moderno e barroco. A estrutura da igreja é em casca de concreto armado (são cinco cascas com diferentes alturas, sendo a maior que define a nave), além da sua curiosa implantação, onde a porta volta-se para sol nascente, para a lagoa e não para a rua.

O Conjunto Moderno da Pampulha é um dos exemplos mais expressivos da intervenção do homem na natureza. O diálogo harmônico entre natureza e concreto, promovido pela genialidade dos arquitetos e paisagistas modernistas, produziu uma paisagem que encanta moradores da capital e visitantes.

Além de um signo distintivo na paisagem urbana mineira, o conjunto foi um passaporte para a entrada da cidade no circuito cultural nacional na década de 1940. Em 2007 o Conjunto Arquitetônico da Pampulha foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Em 2013, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte manifestou interesse em apresentar a candidatura do Conjunto Moderno da Pampulha ao título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Em 2016 a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) confirmou o título solicitado.

Além do Conjunto Moderno, hoje Patrimônio da Humanidade, com o passar dos anos, novos espaços públicos significativos para a cidade foram surgindo no entorno da lagoa: em 1959, o Jardim Zoológico e que atualmente abriga também o Jardim Botânico; em 1965, o Mineirão; em 1980, o Gi-

násio Mineirinho; a ETAF (estação de tratamento de águas pluviais) para melhoria da qualidade da água da lagoa, em 2003, e, no ano seguinte, o Parque Ecológico. A orla da Pampulha é também um local privilegiado para o lazer e a prática de esportes como o ciclismo, caminhadas, exercícios físicos e eventos esportivos nacionais e internacionais. Nesse sentido, tornou-se um polo frequentado por moradores de todas as regiões capital e de classes sociais distintas.

Além disso, diversos bairros foram se formando nas áreas no entorno do conjunto: Jaraguá, Dona Clara, Ouro Preto, São Luiz, Céu Azul, Santa Amélia, Santa Branca, São Bernardo, Vila São Tomaz e ocupações como o Conjunto Dandara onde vivem cerca de 8 (oito) mil pessoas e outros tantos que tornaram-se moradia para cidadãos também das mais diversas classes sociais.

Do Patrimônio Histórico e Artístico ao Patrimônio Cultural

Há uma preocupação mundial em preservar os patrimônios históricos da humanidade, através de leis de proteção e restaurações que possibilitam a manutenção das características originais. A preservação do patrimônio histórico na sua concepção moderna teve início como atividade sistemática no século XIX. Após a Revolução Francesa e sob os efeitos da Revolução Industrial, houve uma busca pela restauração dos monumentos e edifícios históricos destruídos durante o processo revolucionário e a busca de garantir à sociedade o direito de acesso ao patrimônio.

Uma das referências mundiais para preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade é a Convenção do Patrimônio Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 1972. No Brasil, o patrimônio histórico é gerido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN, órgão vinculado ao ministério da cultura, que atua na Gestão, proteção e preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do país.

A concepção e o modelo de patrimonialização do Estado brasileiro construído no primeiro governo Vargas foi durante décadas o direcionador das políticas de Patrimônio no Brasil. Em 1937, sob a vigência do Estado Novo, definiu-se, dentre outras questões, que:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (art. 1º - Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937).

À época, as dificuldades e resistências encontradas pelos pioneiros do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) decorriam sobretudo de protestos à limitação do direito de propriedade e de uso dos bens tombados e não à concepção de tombamento adotada. (Fonseca, 2001). Como já comentado, a partir das décadas de 1970 e 1980 essas concepções passam a ser fortemente questionadas por movimentos sociais organizados.

Na esteira desse processo, a Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio, substituindo a denominação Patrimônio Histórico e Artístico, por Patrimônio Cultural Brasileiro. Essa alteração incorporou o conceito de referência cultural e a definição dos bens passíveis de reconhecimento, sobretudo os de caráter imaterial. Assim o texto constitucional define o

patrimônio cultural como os bens de natureza material e imaterial, tombados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Dessa forma, o patrimônio cultural pode ser compreendido como o conjunto formado pelo patrimônio material e patrimônio imaterial. Sendo o Patrimônio Cultural Material composto pelos bens de natureza arqueológica, paisagística e etnográfica, histórica, belas artes e artes aplicadas. Já o patrimônio cultural Imaterial, também chamado de patrimônio intangível, reúne diversas expressões culturais, práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer (celebrações, formas de expressão cênicas, plásticas, musicais, danças populares, lugares como feiras, mercados, etc).

Assim, é possível identificar dois momentos bem definidos, com relação ao que se considera patrimônio cultural no Brasil. Um primeiro, chamado patrimônio de “pedra e cal”, de valorização das edificações, e outro momento que se constitui a partir das últimas décadas do século XX, quando começa a ocorrer uma valorização das manifestações culturais de diferentes grupos sociais. É um momento de incorporação à noção de patrimônio histórico de aspectos processuais da cultura, como os saberes e fazeres, componentes da cultura popular brasileira em sua diversidade (Lacerda, et al, 2015).

Além disso, não é apenas o patrimônio representativo de determinados grupos sociais historicamente privilegiados que se torna passível de patrimonialização. A sociedade brasileira em sua diversidade cultural possui um gama bastante heterogênea de entes materiais e/ou imateriais que potencialmente podem receber reconhecimento oficial como Patrimônio Cultural. Reconhecimento que se torna uma importante ferramenta para sua valorização e preservação.

A perda de um bem cultural acarreta para as futuras gerações a privação de uma informação importante a respeito de valor de certos recursos naturais, em particular animais, plantas, ou de funcionamento de sistemas políticos, sociais e econômicos, incluindo arquivos e registros históricos sobre línguas, trabalhos de arte, composições musicais, trabalhos literários, tesouros arquitetônicos e monumentos (Weiss,2003).

O Conjunto Arquitetônico da Pampulha: Razões para o reconhecimento da UNESCO

Os motivos alegados para inscrição a Patrimônio da Humanidade do Conjunto Moderno da Pampulha e, posteriormente, referendados pela Unesco apontam um valor de raridade, excepcionalidade e genialidade.

O Conjunto Moderno da Pampulha (Belo Horizonte, Brasil) apresenta um importante capítulo da história mundial da arquitetura moderna. Representou e representa ainda uma nova síntese, nas Américas, dos preceitos da nova arquitetura e das novas formas de viver anunciadas a partir das primeiras décadas do século XX. Simboliza, em sua materialidade, a interação universal que resultou em apropriações particulares de um diálogo intercultural, mesclando tradições e valores locais a tendências universais e, em retorno, influenciando e modificando mundialmente o rumo dessas tendências. (Dossiê Pampulha, 2014, p. 17).

O peso arquitetônico tornou-se peça fundante das motivações para o reconhecimento. De acordo

com o Dossiê supracitado, a Pampulha possui grande importância para a arquitetura brasileira e mundial. Em suas páginas os argumentos apontam que a obra no conjunto quebrou o paradigma até então consensual do racionalismo arquitetônico e demonstrou novas possibilidades de prática e casamento entre arquitetura e estrutura. Nesse sentido, conclui-se que o Conjunto Moderno da Pampulha possui grande significado para as gerações presentes e futuras da humanidade, apresentando-se como um marco vivo, íntegro e autêntico da História da Arquitetura mundial e da história brasileira e das Américas (Dossiê Pampulha, 2014). Corroborando essa perspectiva, em outra passagem reafirma-se que o “seu valor universal excepcional, suficiente, portanto, para a percepção da identidade cultural do bem, seja pela sua autonomia paisagística, seja ela sua inventividade morfológica e tipológica” (Dossiê Pampulha, 2014, p. 211).

A aprovação pela Unesco do Conjunto como Patrimônio Cultural da Humanidade, legítima diga-se de passagem, consagrou uma das narrativas possíveis, e, neste caso, muito bem fundamenta no campo técnico, sobre do Patrimônio Cultural constituído e sua conseqüente produção de memória. Entretanto, cabe registrar que outras narrativas podem se constituir a partir da Pampulha. O período anterior ao modernismo - antes e depois da invasão bandeirante - e os acontecimentos durante os séculos XVIII e XIX, a história da população marginalizada que não conseguiu sobreviver dentro do perímetro da avenida do Contorno durante o desenvolvimento de Belo Horizonte, a construção de outros equipamentos públicos na região, os diversos usos dados pela população ao espaço como, por exemplo, as celebrações das Festas de Iemanjá promovidas pelos adeptos de religiões de matriz africana há mais de 60 anos na região, o surgimento de outros bairros e ocupações com suas diversidades a partir dos anos de 1930, enfim, uma série de outras referências importantes no campo da cultura e da memória que não foram peças desse processo.

A Pampulha nas representações sociais dos moradores de Belo Horizonte

Na tentativa de buscar informações sobre as representações sociais dos moradores de Belo Horizonte sobre a Pampulha, realizou-se uma pesquisa qualitativa com 243 (duzentos e quarenta e três) pessoas. Deste montante, 40,08% do sexo masculino e 59,92% do sexo feminino, com faixa etária variando de 13 a 83 anos. Os questionários foram construídos e as pesquisas desenvolvidas por estudantes de Graduação de Cursos de Licenciatura em História, Pedagogia, Letras e Matemática no segundo semestre de 2018. Os entrevistados foram escolhidos livremente pelos estudantes envolvidos na pesquisa. O único critério pré estabelecido foi a idade mínima de 12 anos e a residência em Belo Horizonte. Havia entrevistados de todas as 9 (nove) regionais administrativas nas quais a cidade de Belo Horizonte foi dividida pela administração municipal. No quadro a seguir consta a divisão por faixa etária.

Faixa etária	Total	Percentual
13-18	28	12,59
19-30	105	43,52
31-40	45	18,41
41-50	33	13,81
51-60	16	6,69
61-70	12	3,35
Acima de 70	4	1,63

A tabulação dos dados apresentaram indícios relevantes e até surpreendentes da relação da população do município com a Pampulha.

Dentre os entrevistados, 210 (duzentos e dez), ou seja, 86,42%, afirmaram conhecer o Conjunto Moderno da Pampulha enquanto 33 (trinta e três) o que corresponde a 13,58% do total, não o conhecem. Os que não conhecem acrescidos dos que não visitaram o espaço nos últimos três anos, totalizam 77 entrevistados, ou seja, 31,68%. Nesse sentido, os dados dão indícios (indiciários, diga-se de passagem, e que necessitam de maior aprofundamento) de que a Pampulha não está associada diretamente, de forma mais ou menos intensa, às vivências de quase um terço dos moradores da capital.

Dos entrevistados, 65 (sessenta e cinco) moradores frequentam pouco o espaço, não ultrapassando duas vezes nos últimos três anos. Entretanto, quase metade dos que conhecem o Conjunto Moderno (aproximadamente 47%) estiveram ali pelo menos por três vezes nos últimos três anos. Deste grupo, quase 28%, ou seja, 59 (cinquenta e nove) visitaram por mais de 5 vezes no mesmo período.

A prática esportiva é o maior atrativo para os visitantes da capital. Aproximadamente 31%, ou seja, 65 pessoas foram à Pampulha para a prática de caminhada ou ciclismo. Sendo a caminhada o primeiro atrator destes visitantes seguida pelo ciclismo. Neste hall de atrativos, ficaram empatados em segundo lugar Bares e Restaurantes juntamente com os equipamentos do Conjunto. Aproximadamente 14%, ou seja, 29 (vinte e nove) pessoas que estiveram no espaço nos últimos três anos alegaram serem os bares e restaurantes a motivação principal. O mesmo número de visitantes, ou seja, 29 (vinte e nove) foi atraído por algum equipamento (Casa do Baile, Museu de Arte da Pampulha, Igreja São Francisco, Casa Kubitscheck) e/ou exposição abrigado por estes.

Por fim, a frequência motivada por questões religiosas ocupa o quarto lugar nas motivações dos entrevistados, ou seja, 13 pessoas (aproximadamente 6% dos visitantes). Nesse sentido, a prática esportiva e a frequência a bares e restaurantes representam quase metade das motivações para frequência à Pampulha.

As questões que levaram ao reconhecimento do Conjunto como Patrimônio da Humanidade impulsionaram menos de 15% das visitas dos entrevistados. Dos entrevistados, 206 pessoas (aproximadamente 85%) sabiam que o Conjunto Moderno da Pampulha tornou-se Patrimônio Cultural da Humanidade. Entretanto, mais da metade 149 (aproximadamente 60%) alegaram não saber os motivos que justificaram o recebimento deste título. Essa constatação dá indícios de que as razões apontadas no Dossiê, construído para justificar o tombamento perante a Unesco, representam uma perspectiva desconhecida da maior parte dos moradores que parecem dar outros sentidos culturais à Pampulha.

Dentre os principais artistas responsáveis pelo Projeto Moderno da Pampulha, Oscar Niemeyer é o mais conhecido. Quase todos os entrevistados, aproximadamente 96%, ou seja, 232 moradores da capital já ouviram falar do arquiteto. Burle Marx é conhecido de aproximadamente 33% dos entrevistados, ou seja, 80 pessoas. Cândido Portinari, por sua vez, é menos conhecido ainda. Aproximadamente 25%, ou seja, 60 pessoas alegaram conhecer o artista plástico.

Por uma estratégia metodológica, antes que tivessem acesso às outras questões que traziam de certo modo alguma informação sobre o Conjunto Moderno da Pampulha, os entrevistados foram perguntados sobre o que lembram quando pensam no termo Pampulha. As respostas reportaram na seguinte ordem a lagoa (38); Mineirão (28); Igrejinha (20); Museu de Arte da Pampulha (18) sendo que 5 entrevistados falaram especificamente dos jardins deste equipamento; Jardim Zoológico (16); Parque Ecológico (16); Casa do Baile (15); Feira de Artesanato do Mineirinho (6); Capivaras (6), cabe regis-

tar que a lagoa tornou-se o habitat para centenas de capivaras nos últimos anos; Oscar Niemeyer (5); Monumento a Iemanjá (2); Toca da Raposa (1), centro de treinamento do Cruzeiro Esporte Clube; aeroporto (1), o Aeroporto Carlos Drummond de Andrade – mais conhecido como Aeroporto da Pampulha e que atende atualmente vôos regionais; Juscelino Kubitschek (1); Jacaré (1), alguns desses répteis vivem também na lagoa. Casa JK não foi mencionada. Não houve nenhuma menção à qualquer aspecto da Pampulha anterior aos modernistas.

Considerações Finais

Atualmente existem 491 Cidades Educadoras espalhadas por 37 países. Belo Horizonte é um dos 14 municípios brasileiros que porta esse título. O primeiro princípio da Declaração de Barcelona ou Carta das Cidades Educadoras aponta que

Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspectos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida. E para que isto seja possível, deverá ter em conta todos os grupos, com suas necessidades particulares (Carta das Cidades Educadoras, 2004).

Desfrutar da cidade, compreendê-la em complexidade, diversidade e conflitos, dentre outras questões, está associado ao acesso ao patrimônio cultural. Este, por sua vez, é formado pelas manifestações mais significativas da cultura de um povo, de qualquer posição social, política e econômica, região, crença e valores, materializadas em objetos tangíveis como construções, monumentos e sítios arqueológicos ou intangíveis como tradições, festejos e práticas culturais em geral. Conhecer, questionar e usufruir deste patrimônio é um direito de cada morador. A educação pelo patrimônio é um dos recursos fundamentais para garantir esse acesso e apropriação crítica.

A cidade educadora é aquela que converte o seu espaço urbano em uma escola. Imagine uma escola sem paredes e sem teto. Uma cidade na qual todos os espaços são salas de aula: rua, praça, praia, rio, favela, shopping e também as escolas e as universidades. Há espaços para a educação formal, em que se aplicam conhecimentos sistematizados, e a informal, na qual cabe uma gama maior de conhecimento. A cidade educadora deve ser vista como uma organização plural e multifacetada (Cabezudo, 2004). Ela é um conjunto múltiplo de ação coletiva, elaborada em muitas dimensões, plena de significados, construtora de identidades e identificações. Num mesmo espaço da cidade é possível encontrar diferentes atores atuando simultaneamente. As práticas educativas em uma cidade ocorrem no terreno concreto da pluralidade do real composta pela intencionalidade estruturante dos planejadores, mas também pelo jogo realizado por sujeitos sociais que, em suas práticas singulares e plurais, se articulam como educadores coletivos (Faria, 1996).

Diante deste quadro algumas reflexões tornam-se necessárias. Tendo por referência a amostragem não probabilística dos entrevistados, os resultados apontam alguns indícios que merecem destaque. Dois terços dos moradores entrevistados não possuem uma relação de convivência e usufruto com o con-

junto Moderno da Pampulha. Aproximadamente trinta por cento destes entrevistados sequer visitou o espaço nos últimos três anos. Além disso, 14% desses moradores nem mesmo conhecem a região. O direito ao Patrimônio pressupõe o uso, usufruto e a compreensão crítica. Para garanti-lo, esse direito arantido deve ser fomentado e apoiado por políticas públicas. Ficou bastante evidenciado que mesmo as narrativas hegemônicas sobre o Conjunto Moderno da Pampulha não são de conhecimento pleno da população. Nesse sentido, é necessário o investimento em políticas de educação que permitam aos belo-horizontinos conhecer a Pampulha com sua memória modernista e as outras possíveis narrativas subterrâneas. Para essas últimas, uma exigência maior ainda se faz: uma intensificação do investimento em pesquisas que permitam uma ampliação dos conhecimentos sobre o período pré-modernista.

Cabe ainda registrar que a Pampulha tornou-se referência também para praticas de esportes e diversas modalidades de lazer. A significância cultural dada pela sociedade belo-horizontina ao Conjunto Moderno da Pampulha vai além das perspectivas apontadas no projeto modernista. Esta perspectiva faz parte da identidade e, em certa perspectiva, representa um Patrimônio Cultural não consagrado que é uma importante referência identitária da população. É fundamental utilizar com sabedoria sua importância sócio-cultural, celebrando a Pampulha como marca de um povo, em torno da qual a comunidade se reconhece e se contempla, divulgando sua presença como marca de sua distinção (Carsalade, 2006).

Em suma, às ações educativas já desenvolvidas junto às escolas do município e ao chamado público espontâneo (formado por moradores e turistas), tão importantes e necessárias, devem se juntar outras voltadas para uma grande parcela dos moradores da cidade, visando ampliar o conhecimento e usufruto do Conjunto Moderno da Pampulha.

A cidade que educa tem que ser plenamente responsável por prover as condições externas do educar: se não pode fazer todos iguais ou sequer educar a todos por igual, deve ser patrocinadora da igualdade de direitos e oportunidades, de respeito à liberdade de idéias e convicções de exercício da ação política, de acesso aos bens públicos e à dignidade humana em todos os sentidos. Cidade educadora é aquela que garante que seus habitantes sejam antes de mais nada cidadãos de direito e de fato. Esta responsabilidade, que deve ser exercida em todos os porões de tecido social, é dever intrasferível do Estado. Essa ação educativa será vitoriosa se resultar em amplo controle sobre quaisquer formas de exclusão decorrentes das contradições da ordem estrutural da sociedade (Faria, 1996).

Referências Bibliográficas:

- Arroyo, Michele Abreu. A diversidade cultural na cidade contemporânea: o reconhecimento da Pedreira Prado Lopes como patrimônio cultural / Michele Abreu Arroyo. Belo Horizonte, 2010. Artmed, 152 p.
- CABEZUDO, Alicia. Cidades educadoras: uma proposta para os governos locais. In: Gadotti, M.; Padilha, P.R.; Cabezudo, A. (Orgs). Cidade educadora: princípios e experiências. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, Buenos Aires: Ciudades Educadoras América Latina, 2004.
- _____. A cidade que educa. Folhaonline- Sinapse, 2011. Disponível em: www.uol.com.br. Acesso em: 20 dez 2014.
- CARSALADE, Flávio de Lemos. Pampulha. BH. A Cidade de Cada Um, volume 10. Belo Horizonte, Conceito, 2007.
- CENPEC, Cenpec. Carta das Cidades Educadoras. Cadernos Cenpec | Nova série, [S.l.], v. 1, n. 1, maio 2006. ISSN 2237-9983. Disponível em: <<http://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/165>>. Acesso em: 04 dez. 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.18676/cadernoscenpec.v1i1.165>.
- CASTRO, Mariângela Castro e FINGUERUT, Silvia (org). Igreja da Pampulha: restauro e reflexões. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.
- CHAGAS, Mario. Casas e portas da memória e do patrimônio. Em *Questão*. V. 3, n.2, p.207-224. Porto Alegre, jul/dez 2007.
- CONJUNTO MODERNO PAMPULHA. Candidato a Patrimônio Cultural da Humanidade Dossiê de candidatura do conjunto moderno da Pampulha para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial 2016.
- FARIA, José Henrique. Seminário Internacional Cidades Educadoras contra a Exclusão e pela Paz, Universidade Federal do Paraná, 1996.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. Políticas Sociais - acompanhamento e análise nº 2, 2001. P. 111-120. Disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf acesso em 14/12/2012.
- FOUCAULT, Michel. O pensamento do exterior. In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. (Ditos e escritos, vol. III). 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001, p. 219-242.
- GARCIA, Luiz Henrique. Antônio. In: Pampulha múltipla: uma região da cidade na leitura do Museu Histórico Abílio Barreto= Multiple Pampulha: a city region in the reading of Museu Histórico Abílio Barreto/ Organização, Thaís Velloso Cougo Pimentel; Coordenação, Luiz Henrique Assis Garcia; tradução, Pablo Luiz de Oliveira Lima, Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2007
- IGREJA da Pampulha: restauro e reflexões. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2006.
- Juscelino Prefeito 1940-1945. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/ Museu Abílio Barreto: Belo Horizonte, 2002.
- LACERDA, Aroldo Dias; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; PEREIRA, Júnia Sales; SILVA, Marco Antônio. Patrimônio Cultural em Oficinas: Atividades em contextos escolares- 1. Ed.- Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.
- LANA, Ricardo Samuel de. Arquitetos da Paisagem: Memoráveis Jardins de Roberto Burle Marx. Henrique L. De Mello Barreto/ Ricardo Samuel de Lana. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto, 2009.
- Le CORBUSIER, Mensagens aos estudantes de Arquitetura. Editora Martins Fontes. São Paulo, 2005.
- MORIGI, Valter. Cidades Educadoras: possibilidade de novas políticas públicas para reinventar a democracia. Porto Alegre: Sulina, 2016.
- PEREIRA Nilton Mullet; MEINERZ Carla Beatriz; PACIEVITCH Caroline. Viver e pensar a docência em História diante das demandas sociais e identitárias do século XXI. *História & Ensino*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 31-53, jul./dez. 2015
- ORIA, Ricardo; PEREIRA, Júnia Sales. Desafios teórico- metodológicos da relação educação e patrimônio. In: VII Seminário Nacional do Centro de memória da Unicamp, 7. Campinas: Unicamp, 2012.
- PERREIRA, Lígia Maria Leite; FARIA, Maria Auxiliadora de (Org.). Aeroporto da Pampulha: Belo Horizonte nas asas do progresso. Belo Horizonte: INFRAERO, 1997, p. 19. In.:PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo, org.; GARCIA, Luiz Henrique coord.; OLIVEIRA, Pablo Luiz de, tradução. Pampulha Múltipla: uma região da cidade na leitura do Um Museu Histórico Abílio Barreto. Belo Horizonte: Museu Abílio Barreto, 2007.
- PIMENTEL, Thaís Velloso Cougo (Org.); GARCIA, Luiz Henrique (Coord.); OLIVEIRA, Pablo Luiz de (Tradução). Pampulha Múltipla: uma região da cidade na leitura do Um Museu Histórico Abílio Barreto. Belo Horizonte: Museu Abílio Barreto, 2007.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- REDIN, Marita; MULLER, Fernanda; REDIN, Euclides (Orgs). Infâncias: cidades e escolas amigas das crianças. Porto Alegre: Mediação, 2007.

RIBEIRO, Raphael Rajão (Coord.). Histórias de bairros [de] Belo Horizonte: Regional Pampulha. Belo Horizonte: Arquivo Público da Cidade, 2011

SANTOS, Boaventura de Sousa. A crítica da razão indolente, contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

SILVA, Fernando Fernandes. As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SOUZA, Renato César. A arquitetura em Belo Horizonte nas décadas de 40 e 50: utopia e transgressão. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. Arquitetura da modernidade. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

VILA, I.; GOMEZ-GRANELL, C. 2003. A

VILA, Ignacio; GOMEZ Granell Carmen, C. A cidade como projeto educativo. São Paulo, Artmed, 2003.

“Metodologias para abordagens sobre Inventários Culturais em bairros.”

Methodology for an approach to Cultural Inventory in neighborhoods.

Rangel Cerceau Netto

Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
Professor da Escola Guignard da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)
Email: cerceaup@gmail.com

Raul Amaro de Oliveira Lanari

Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
Professor do Curso de História do Centro Universitário de Belo Horizonte (UNIBH)
Email: ralanari@gmail.com

Recebido em: 05/12/2019 – Aceito em 31/12/2019

Resumo: O artigo tem por objetivo demonstrar a metodologia conceitual para realizar os Inventários culturais em bairros. O foco principal do trabalho é a produção de mapas de percepções desenvolvidos junto à comunidade detentora do patrimônio cultural local. Procurou-se valorizar as representações tecidas pelos membros que frequentam e integram à comunidade de uma localidade para, a partir da identificação de suas demandas, sugerir formas de se trabalhar o patrimônio cultural do bairro.

Palavras-chaves: Inventário cultural – mapas de percepção – patrimônio Cultural.

Abstract: The article aims to demonstrate the conceptual methodology for conducting cultural Inventories in neighborhoods. The main focus of the work is the production of maps of perceptions developed with the community that holds the local cultural heritage. We tried to value the representations made by the members who attend and integrate the community of a locality, from the identification of their demands, to suggest ways of working on the cultural heritage of the neighborhood.

Keywords: Cultural inventory - perception maps - Cultural heritage.

Introdução

Dos Inventários culturais à idealização de uma proposta atual

O projeto de inventariar os espaços culturais surge com a atual preocupação de se preservar a dimensão imaterial da cultura. Pois, a necessidade de reconhecimento das manifestações culturais como bem imaterial fortifica o sentimento de pertencimento da população local, mantendo e celebrando regularmente as suas raízes, além de propiciar o reconhecimento dos espaços de celebrações. “Com isso, os inventários na perspectiva cultural se valoriza, justamente, pela dimensão viva da cultura (CASTRIOTA, 2009, p.13.).

As atividades associada a produção de um Inventário do Patrimônio Cultural refletem os desdobramentos recentes das discussões a respeito da preservação dos bens culturais nas grandes cidades no Brasil. A utilização do Inventário como instrumento de planejamento para o registro dos bens imate-

riais tornou-se outra forma de proteção. Instrumento tradicional, o inventário vem sendo utilizado para a preservação, sistematicamente no Brasil, desde o final da década de 1930, embora a sua aplicabilidade valorizasse, até pouco tempo, apenas os bens materiais edificados.

Foi somente a partir da década de 1970 que os inventários passaram a refletir uma série de mudanças nas ações preservacionista. Afinal, a crescente influência da Antropologia nos estudos históricos sobre as cidades levaram à ampliação do conceito de “patrimônio”, que passou a ser qualificado não mais como “histórico e artístico”, mas com o adjetivo “cultural”. Este novo “patrimônio cultural” passou a integrar em seu bojo não apenas as edificações, monumentos, acervos artísticos ou documentais, mas também as manifestações culturais, que passaram a ser denominadas de “patrimônio imaterial”. Este, por sua vez, seria composto pelas práticas, celebrações, modos de fazer, lugares, personagens que integram os modos de viver no meio urbano e rural e constituem as paisagens culturais peculiares a ambientes específicos. (CASTRIOTA, 2009, p. 80-84).

No que tange ao conceito de “patrimônio cultural” Castriota (2009) afirma que a Antropologia contribuiu para a ampliação do conceito, que, com sua perspectiva relativizadora, integra os grupos e segmentos sociais que se encontravam à margem da história e da cultura dominante. A noção de cultura deixa de se relacionar exclusivamente com a chamada cultura erudita, passando a englobar também as manifestações populares e a moderna cultura de massa. Mas o mais importante foi que o próprio conceito de “patrimônio cultural” ampliou-se numa perspectiva de superação a visão retificada da cultura como um conjunto de coisas.

A História Interdisciplinar dos *Annales* também contribui para a ampliação do que é “histórico”. Estabelecendo assim, interesses com a mentalidade e a cultura material (vestimentas, utensílios, habitação, alimentação). É interessante mencionar que a palavra patrimônio é de herança do direito romano e designava todo conjunto de bens que tinham algum valor econômico, sendo objeto de apropriação privada. Mas com o decorrer do tempo, o uso da palavra se ampliou, sendo utilizado em várias expressões como “patrimônio histórico e artístico”, “patrimônio natural”, “patrimônio arquitetônico”. Alias, como nos lembra Françoise Choay, o conceito de patrimônio arquitetônico também sofreu uma ampliação com o tempo. Antes, o patrimônio arquitetônico concebia-se como uma espécie de “coleção de objetos”, identificados e catalogados por peritos como representantes significativos da arquitetura do passado, atribuía-se um valor histórico e/ou estético, e, como tal, dignos de preservação (CHOAY, 2001, p.11). Uma concepção que ainda trabalhava com a ideia tradicional de monumento único. Depois o conceito foi ampliado para conjuntos arquitetônicos inteiros e mesmo para a produção contemporânea, aliando-se critérios estilísticos e históricos a preocupações com o entorno, a ambiência e o significado.

No que diz respeito as contribuições do patrimônio imaterial e suas principais definições. Souza Filho (2005) menciona algo muito interessante, no que diz respeito aos bens culturais intangíveis, segundo ele, em todos os bens culturais existe uma grandeza imaterial que é justamente o que os faz culturais, pois a razão cultural dos bens, principalmente, os materiais está numa imaterialidade complexa. Ou seja, todo bem cultural é intangível ou imaterial porque é a cultura humana que lhe atribui valor. Ainda segundo Souza Filho (2005) fica óbvio que o sentido da preservação patrimonial não é pela materialidade existente, mas pela representação, evocação ou memória que lhe é inerente. Assim a noção de patrimônio Imaterial está enraizado no cotidiano das comunidades e vinculado ao seu território e às suas condições materiais de existência, o patrimônio imaterial é transmitido de geração em geração e constantemente recriado e apropriado por indivíduos e grupos sociais como importantes elementos

de sua identidade.

A recente utilização dos inventários para se registrar os bens imateriais tem se mostrado um poderoso instrumento de preservação. Se bem explorado metodologicamente, pode-se ultrapassar a sua função original – a de produzir registros de bens culturais a serem protegidos – passando a constituir um tipo de diagnóstico interdisciplinar, que fornece bases mais seguras de dados, bem como metodologias de análise e interpretação para a ação e execução de políticas governamentais mais consistentes. Hoje, o inventariamento dos bens culturais aplicado para se estudar os bairros em Belo Horizonte possui uma posição de independência frente aos órgãos oficiais. Nesse sentido, os inventários possuem uma função de acessória ao sistema de preservação patrimonial oficial, mas o foco principal se encontra na comunidade local que é detentora do patrimônio cultural instituído por distintas manifestações culturais.

Assim, as técnicas de inventariar passam a ser produzidas e analisadas com a amplitude do conceito de patrimônio. Com os inventários deve-se trabalhar com análise de diversos suportes de memória – as edificações e os espaços, os documentos, as imagens e as palavras –, mas também se torna necessário a ampliação dos instrumentos de conhecimento e análise. Dessa forma, a ampliação do conceito de patrimônio cultural passa-se a considerar os elementos materiais e técnicos, os utensílios procedentes do “fazer popular”, os bens móveis e imóveis, as criações individuais que são componentes do acervo artístico.

Na Contemporaneidade uma lógica para a escolha do que Inventariar?

A discussão sobre os valores tem-se tornado central na sociedade contemporânea, sendo debatida em diferentes esferas dos campos disciplinares das Ciências Sociais. Principalmente no campo do patrimônio. O fato é que as decisões sobre a conservação do patrimônio sempre lançaram mão, explícita ou implicitamente, de uma articulação de valores como ponto de referência. Existem diversos valores que muitas vezes entram em conflito. No campo da conservação do patrimônio, os valores são centrais para se decidir o que conservar e que bens materiais/imateriais representarão a nós e a nosso passado.

As pessoas há todo tempo tomam decisões e agem de acordo com os seus próprios “valores”. Nossas ações exprimem nossos valores. Os valores não estão nas coisas em si. Eles dependem de quem avalia. Portanto, os valores podem variar entre pessoas e grupos. Os valores podem mudar com o tempo. E quando nossos valores mudam, muda nosso olhar sobre as coisas do mundo. A maioria das pessoas concordam quanto a valores básicos. Mas o que acontece quando os valores básicos entram em choque?

A própria ampliação da ideia de Patrimônio Cultural ligada a uma noção contemporânea de que os valores atribuídos adquirem sentidos pela interpretação humana e que são tributários de dimensões culturais, fruto dos lugares sociais em que são produzidos e recebidos marcam os choques culturais. Pode-se dizer que aquilo que se entende como patrimônio sofre um processo de metamorfose e muda de acordo com os valores sociais de cada período histórico. Como exemplo, pode-se citar que a industrialização, a urbanização e a globalização são conceitos atribuídos a certas práticas que foram entendidas como danosas aos bens culturais de determinados países, nações e/ou valores de identidades locais. Porém, com o avanço de um processo planetário de circulação cultural de produtos e pessoas, os próprios lugares sociais tornaram-se transnacionais e fazem com que as comunidades preservem seus valores culturais fora de suas fronteiras locais e nacionais. Como diria Nestor Garcia Canclini (2008, p.89), o que antes era entendido como prejudiciais à preservação dos bens culturais de uma nação ou país, agora podem ser aceitos como condições que propiciam a sua preservação. As novas discussões acerca

do Patrimônio Histórico e Cultural levam a uma nova percepção atenta às suas identidades e que está cada dia mais conectado ao mundo globalizado, mas também às necessidades do patrimônio Histórico e da memória local.

Os valores são entidades do pensamento. Eles não existem na realidade materializada. Não são propriedades dos objetos. São atribuídos às coisas por um sujeito ou grupo. Alias, valor implica sempre uma relação de um sujeito com um objeto. Os valores só existem na medida em que um indivíduo/grupo avalia e valoriza algo. Dessa forma, a conceituação do que inventariar um bairro, por exemplo, inscreve-se em várias possibilidades, pois os seus espaços, necessariamente, refletem uma natureza imaterial: a apropriação por parte dos moradores e visitantes, o uso imaterial dos locais frequentados por diversos grupos e suas ressignificações, a disposição dos bares e as localizações dos espaços de manifestações e eventos, a circulação interna e externa dos frequentadores constituem características de alguns exemplos de bens culturais há serem inventariados localmente. Compreende-se que os valores serão fatores decisivos nas práticas do campo do patrimônio, parte indissociável das medidas tomadas. Essas medidas, assim como o discurso de preservação patrimonial estará acompanhada pela ideia de proteção a cultura, num sentido de que o bem não perde suas referências histórico-culturais.

Segundo Castriota (2009) a partir dos anos 1970 começa o processo de descentralização das políticas de patrimônio no Brasil, com a criação de vários órgãos estaduais e municipais de preservação. No ano de 1984, em Minas Gerais, é criado um importante órgão de inventariamento, o IPAC-MG, inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais. Segundo a própria formulação do IPAC-MG, este órgão se apresenta como um “inventário de conhecimento”, voltado para “identificação dos bens de interesse de preservação”, com vistas a estimular “sua proteção e estudo posterior. A principal função dos inventários é fornecer uma fonte de conhecimento das referências de identidade. Nesse sentido, a metodologia de se construir parâmetros para se produzir os inventários culturais, pode-se seguir pelo levantamento dos bens agrupados por categorias já descritas nos livros de registros criados pelo Decreto 3.551/2000. Afinal, o registro de bens culturais imateriais tem como fundamento o instrumento chamado inventário cultural que reflete a dinâmica do próprio instrumento de registro que estão divididos em 4 grupos:

Livro de Registro dos Saberes – Onde são inscritos os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

Livro de Registro das Celebrações – Onde são inscritos os rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

Livro de Registro das Formas de Expressão – Onde são registradas as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; e

Livro de Registro dos Lugares – Destinado à inscrição de espaços como mercados, feiras, praças e santuários, onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (LIVRO DO REGISTRO, 2013)

Em retrospectiva, reitera-se que a ideia de inventariar o patrimônio cultural é parte de uma estratégia de reinterpretação dos significados que são atribuídos pelos diversos agentes que frequentam um determinado bairro ou lugar no tempo presente, pois a relação que está estabelece com o tempo é totalmente singular. Em consequência, a relação com a tradição também se modifica, sendo que nesta, a

sua dimensão dinâmica passa a se sobrepor sobre a sua dimensão cristalizada, passa-se a conceber uma relação reflexiva com o passado e com a tradição no presente, o que reafirma a dimensão viva de uma tradição cultural.

É importante pensar o processo de feitura dos Inventários culturais dentro da lógica de que os sistemas culturais, mesmo aqueles tradicionais, estão em contínuo processo de modificação. Ou seja, as culturas não são estáticas, o próprio processo de transmissão incorporaria possibilidades de mudanças, através das quais as culturas se mantêm flexíveis e podem absorver as inevitáveis variações trazidas pelo tempo ou melhor pelas fichas de inventários produzidas no tempo. Dessa forma, a própria tradição que possui uma dimensão necessariamente conservadora, possuiria também uma dimensão dinâmica. Impedindo assim sua cristalização ou homogeneização cultural. Em relação a essa proposição citamos Souza Filho que preleciona:

A preservação do meio ambiente, natural e cultural, não pode ser global, porque isto implicaria impedir qualquer intervenção antrópica modificativa do meio ambiente e manteria estático o processo cultural. Preservar toda intervenção cultural humana na natureza ou toda manifestação cultural é um absurdo e uma contradição, porque à guisa de proteger as manifestações passadas, se estaria impedindo que a cultura continuasse a se manifestar. Implicaria não admitir qualquer possibilidade de mudança, processo ou desenvolvimento. Assim como preservar intocado o meio ambiente natural, seria matar a vida. Se fossem preservadas intactas todas as intervenções humanas, não haveria possibilidade de evolução ou desenvolvimento social. (SOUZA FILHO, 2005, p 21)

Assim evita-se que a metodologia de produção de Inventários culturais negligenciasse os acréscimos de outros períodos, distorcendo uma veracidade histórica que manteria as marcas das diversas épocas? Afinal, a metodologia aplicada na produção dos inventários trabalha com a relação processual do lembrar e do esquecer. Assim, para se criar uma memória privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, ilumina-se certos momentos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade. No entanto, mesmo que esses problemas se manifestem no efeito da produção de fichas de inventários, não podemos descaracterizar a principal função das políticas de preservação patrimonial que são evitar a perda das referências histórico-culturais. E se por um lado, as políticas de preservação patrimonial apresentam essa faceta, pelo outro, elas se massificam. Num mundo moderno na qual a lógica da cultura passa a ser a da própria mudança, da substituição incessante de valores e modelos, a dimensão dinâmica da tradição se torna privilegiada e sobrepõe sua dimensão estática.

Patrimônio Cultural, Paisagem e Mapas de Percepção

Com a contribuição da antropologia e da geografia nos debates sobre a dimensão imaterial do patrimônio, constituída por práticas, celebrações, lugares, modos de fazer, técnicas e outras formas de apropriação do meio, foi possível pensar a questão patrimonial a partir de uma dimensão que valoriza a interação entre múltiplos agentes que constituem o vivido humano. Essa dimensão foi sintetizada na ideia de “paisagem cultural”.

Entendidas como espaços de ocorrência das práticas culturais, nos quais se expressam diversos saberes e linguagens responsáveis pela constituição de identidades entre os habitantes de um mesmo território, as paisagens são o pano de fundo a partir do qual os membros de uma comunidade percebem

os lugares nos quais estão inseridos e com os quais se relacionam, estabelecendo as imagens sobre seu cotidiano imediato. Elas não devem ser associadas a supostos “meios naturais” ou “artificiais”, mas a uma complexa rede de percepções em interações composta por processos de criação e recriação, sendo fenômenos sociais dotados de forte carga de subjetividade. De acordo com Milton Santos, a paisagem é:

“[...] o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc. [...] A paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço” (SANTOS, 1988, p. 40.).

Portanto, as paisagens são, ao mesmo tempo, fruto da ação transformadora do homem em relação ao meio natural e, também, imagens culturais, discursos que representam e estruturam, de forma simbólica, o mundo. O significado verbal, visual ou construído da paisagem possui uma história de trocas complexas entre esses elementos. Essa troca é marcada pela importância cultural que as paisagens vão adquirindo ao longo do tempo como elementos referenciais de identidades e culturas diversas, sendo possível a constituição de um patrimônio paisagístico, histórico e cultural (SANTOS, 1977, p. 18.). Segundo Catrogiovanni, compõem a paisagem os elementos históricos e culturais que sinalizam o processo organizacional dos diversos grupos sociais, construídos ao longo do tempo (CASTROGIOVANNI, 2002, p.132.).

A aproximação entre as discussões sobre as paisagens e as políticas de salvaguarda e preservação do patrimônio resultou em um processo gradual de reorientação da forma de se valorizar os bens patrimoniais. Com a revisão do conceito de “patrimônio histórico e artístico”, que deu lugar ao de “patrimônio cultural”, a dimensão imaterial da cultura entrou no foco das políticas públicas, trazendo para o âmbito de atuação desta área as ações referentes aos sítios naturais e as diferentes manifestações das populações locais. As primeiras ações nesse sentido ocorreram a partir da Convenção para o Patrimônio Cultural, realizada em 1972. No relatório final desse evento foi criada uma Lista do Patrimônio Mundial, divididos em duas categorias: patrimônio natural e patrimônio cultural. Se é possível perceber, nessa iniciativa, uma vinculação à divisão tradicional entre “natureza” e “cultura”, o estabelecimento de uma política de valorização da dimensão cultural e imaterial dos patrimônios representou grande avanço para a valorização das paisagens como formas identitárias das sociedades ao redor do mundo. Em 1992, na ECO92, as discussões foram retomadas, levando ao estabelecimento do conceito de “paisagem cultural”. No documento de conclusão dos trabalhos a categoria de “paisagem cultural” foi oficializada pela UNESCO como o conjunto dos

“[...]monumentos que representem as obras combinadas do homem e da natureza, que sejam ilustrativas da evolução da sociedade humana ao longo do tempo; que reflitam as técnicas viáveis de utilização da terra “tomando em consideração as características e limites do ambiente natural no qual estão inseridas, assim como uma relação espiritual específica com a natureza”; as que tiverem um valor universal excepcional e representatividade da região geocultural a que pertencem tendo em vista sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos dessa região; e que recubram grande variedade de manifestações interativas entre o homem e seu ambiente natural.” (CURY, 2000, p. 157.).

A recepção do conceito de Paisagem Cultural no Brasil ocorreu anos depois, já na década de 2000.

A Carta de Bagé, resultado de um encontro realizado na cidade gaúcha em 2007, procurou estabelecer diretrizes que norteassem a utilização do conceito nas políticas de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Seu artigo segundo estabelece:

“A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais.” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural. Brasília, 2007, p. 1- 2.).

As paisagens culturais, seguindo esses pressupostos, se efetivam na confluência entre o natural e o cultural, a partir dos materiais dos quais os homens e mulheres se servem para a operacionalização de suas vidas mais imediatas e dos valores atribuídos ao meio natural pelos sujeitos históricos em face dos dilemas de seus presentes. Elas estão sempre associadas a formas de expressão, modos de fazer, práticas de lazer e celebrações que conferem dinamismo à vida social que transcorre em interação com os recursos naturais. Essa visão “patrimonial” das paisagens privilegia, enfim, o aspecto humano da experiência do mundo. É justamente com o intuito de valorizar o aspecto humano do patrimônio e sua face “subjetiva” que optamos por adotar uma metodologia desenvolvida recentemente dentro das políticas patrimoniais e que tem, também, origem na geografia: os “Mapas de Percepção”. Esta metodologia se ancora em estudos como os de Kotzel (2007), para quem os mapas, como produtos culturais, expressam múltiplas formas de significação do espaço, expressa na iconografia e na própria seleção dos pontos fixados sobre o suporte cartográfico. Salette Kotzel ressalta a importância dos “mapas mentais” para a elucidação das complexas tramas culturais e simbólicas que, somadas à materialidade do meio físico - modificado ou não -, compõem a significação do vivido dos homens no espaço. Assim, o recurso à cartografia, antes de mobilizar a ideia de precisão, aponta tanto para o caráter “imaginativo” dos mapas quanto à existência de diversos “filtros” de leitura da cidade que levam à escolha de diferentes pontos de referência pelos sujeitos que os elaboram (KOTZEL, 2007). Essa aplicação dos mapas, dentro do âmbito de nosso trabalho, se pauta na crença de que os mapas mentais, como defende Denis Richter, são resultados, ao mesmo tempo, da experiência dos indivíduos e das configurações socio-culturais vigentes em diferentes grupos que compõem as comunidades (RICHTER, 2010).

Esta metodologia - e a concepção de cartografia que a fundamenta - possui pontos de contato nítidos com os estudos mais recentes acerca dos aspectos multifacetados das memórias sociais e individuais. Em primeiro lugar por lançarem luz para o que Jacques Le Goff, Pierre Nora e Paolo Rossi chamam de dialética da memória do esquecimento que extrapola as formas de controle da disciplina histórica e se associa às disputas por poder - material e simbólico - nas sociedades do presente (IN: LE GOFF; NORA, 1984). É nessa realidade do presente, tumultuada e engendradora de embates, que são elaboradas as interpretações sobre a nação, a cidade e os grupos sociais que a integram. Tais interpretações, na visão de Michael Pollak, são permeadas por enquadramentos dos fatos e processos históricos por parte dos indivíduos (POLLAK, 1989, p.3-15.).

Portanto, a escolha dos mapas de percepção como metodologia para a realização do Inventário do Patrimônio Cultural em locais de Belo Horizonte, Minas Gerais, procurou dar voz à participação de diversos tipos de públicos, sejam aqueles compostos pelos moradores do bairro, pelos visitantes frequentes ou mesmo pelos visitantes eventuais ou que residam em outras cidades. A partir do cruzamento

entre os diversos mapas elaborados pelos participantes, será realizada a tabulação dos dados obtidos para a elaboração de um inventário online, a ser disponibilizado na *internet* de forma que possa receber novas contribuições por parte dos usuários, servindo como um multiplicador de atividades relativas à promoção e valorização do patrimônio cultural e das memórias sobre a cidade e os bairros especialmente.

Referências Bibliográficas

- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 2008.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo, SP: Annablume; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2009.
- CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Existe uma Geografia do Turismo? In.: GASTAL, Susana; BENI, Mario Carlos; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). *Turismo: Investigação e Crítica*. – São Paulo: Contexto, 2002. (Coleção Turismo Contexto).
- CERCEAU NETTO, Rangel. EDITORIAL. e-hum, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 5-7, jul. 2015. ISSN 1984-767X. Disponível em: <<https://revistas.unibh.br/dchla/article/view/1588>>. Acesso em: 29 maio 2020.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001
- CURY, Isabelle. (org.). *Cartas Patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 2000.
- KOTZEL, Salete. Mapas mentais - uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. In: KOZEL, S. [et al] (orgs.). *Da percepção e cognição a representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista*. São Paulo: Terceira Margem; Curitiba: NEER, 2007.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir). *História: Novos Problemas*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A.,(1974), 1976.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.
- RICHTER, Denis. Raciocínio geográfico e mapas mentais: a leitura espacial do cotidiano por alunos do Ensino Médio. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista, 2010.
- ROSSI, Paolo. *O Passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método, *Boletim Paulista de geografia*, nº 54, 1977.
- SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *Bens Culturais e sua proteção jurídica*. Curitiba –PR: Juruá, 2005.

Novos cenários, antigas reivindicações: associações de moradores da Pedreira Prado Lopes no contexto dos programas de urbanização em Belo Horizonte¹

New scenarios, old demands: associations of residents of Pedreira Prado Lopes in the context of urbanization programs in Belo Horizonte

Alexandra Nascimento Passos

Mestre e Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)

Professora do CEFET/MG e do Centro Universitário UNA

Email: alexandranascimento@uol.com.br

Recebido em: 18/12/2019 – Aceito em 31/12/2019

Resumo: O presente trabalho, tomando como referência as intervenções realizadas na Pedreira Prado Lopes, a mais antiga favela de Belo Horizonte analisa, à luz dos pressupostos teóricos conceituais referentes à segregação sócio espacial, participação e direito à cidade, e as relações estabelecidas entre o poder público e as associações de moradores na implementação dos programas de urbanização de assentamentos precários. A política habitacional do município adota como premissa a gestão participativa, que objetiva promover o envolvimento dos moradores nos projetos de urbanização e provisão de moradias. Desta forma, as intervenções promovidas pelo poder público são norteadas por um diagnóstico construído com a participação da comunidade. Nesse processo, as associações de moradores – espaços de mobilização e identidades – atuam como mediadoras dos diálogos entre poder público e comunidade. A metodologia adotada neste trabalho consiste na análise documental e do relato oral que permite compreender as construções de imaginários e memórias acerca daqueles espaços que emergem em meio às tensões inerentes ao processo. Para tanto, foram analisados documentos oficiais, dentre os quais as atas das reuniões realizadas pelo poder público junto à comunidade para elaboração do diagnóstico, bem como as atas das reuniões das associações de moradores. Entrevistas com as lideranças das associações, agentes do poder público e moradores foram realizadas com o intuito de verificar como se deu o processo de participação, mediado pelas associações, ao longo das intervenções ainda em curso. As análises apresentam os limites dos mecanismos da gestão participativa revelando um distanciamento entre os interesses das comunidades e as intervenções realizadas.

Palavras-chave: Segregação sócio espacial; gestão participativa; urbanização; assentamentos precários; associativismo urbano.

Abstract: The present work, taking as a reference the interventions carried out in Pedreira Prado Lopes, the oldest favela in Belo Horizonte, analyzes, in the light of conceptual theoretical assumptions regarding socio-spatial segregation, participation and the right to the city, and the relationships established between the public authorities and residents' associations in the implementation of urbanization programs for precarious settlements. The municipality's housing policy adopts participatory management as a premise, which aims to promote the involvement of residents in urbanization projects and housing provision. In this way, the interventions promoted by the public power are guided by a diagnosis constructed with the participation of the community. In this process, residents' associations - spaces of mobilization and identities - act as mediators in the dialogues between public authorities and the community. The methodology adopted in this work consists of the documentary analysis and the oral report that allows to understand the constructions of imaginary and memories about those spaces that emerge amid the tensions inherent to the process. To this end, official documents were analyzed, including the minutes of the meetings held by the government with the community to prepare the diagnosis, as well as the minutes of the meetings of the residents' associations. Interviews with the leaders of the associations, government officials and residents were carried out in order to verify how the participation process, mediated by the associations, took place during the interventions still in progress. The analyzes present the limits of the participatory management mechanisms, revealing a gap between the interests of the communities and the interventions carried out.

Keywords: Socio-spatial segregation; participative management; urbanization; precarious settlements; urban associations.

¹ Este trabalho foi apresentado e publicado nos anais no XXXII Congresso Internacional ALAS Perú 2019: Hacia un Nuevo Horizonte de Sentido Histórico de una Civilización de Vida e apresenta os resultados parciais referentes à pesquisa "Dilemas e perspectivas dos processos participativos nos projetos de urbanização de assentamentos precários no município de Belo Horizonte: a Pedreira Prado Lopes" realizado no Centro Universitário de Belo Horizonte - UniBh financiado pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais).

² "As justificativas para as reformas urbanas nas cidades brasileiras e mesmo para a construção – caso de Belo Horizonte – residem na necessidade de modernizar, embelezar e, sobretudo, de sanear. Remeter a Paris para se referir a Belo Horizonte se deve, inicialmente, à influência do plano de Haussmann na concepção da nova capital do Estado inaugurada em 1897. O projeto elaborado pela equipe do engenheiro Aarão Reis é apresentado como inspirado por três experiências anteriores: a Paris de Haussmann, a Washington de Pierre Charles L'Enfant e La Plata. Para Aguiar (2006) essas intervenções traziam em seu cerne a criação de um modelo abrangente de cidade, para além dos traçados e das soluções meramente urbanísticas. La Plata e a Cidade de Minas ainda tinham em comum a construção da modernização em bases urbanas, pautadas pelo ideal de progresso e por anseios de modernidade. O projeto para a nova capital evidenciava em seu traçado a segregação socioespacial. Na passagem do século, a política higienista, matriz ideológica que norteia práticas e discursos, adequava-se ao projeto político-econômico-social subjacente à consolidação da república em seus desdobramentos regionais e municipais. Em Minas, a capital deveria apresentar um planejamento urbanístico e arquitetônico digno de novos tempos e sua implantação foi marcada pelo completo desprezo pelo antigo arraial, cuja população era considerada atrasada: a Cidade de Minas era merecedora de uma população condizente com sua modernidade (NASCIMENTO, p. 77, 2012).

Introdução

A Pedreira Prado Lopes, a mais antiga favela de Belo Horizonte, localizada na região Noroeste do município de Belo Horizonte, surgiu por volta de 1910, e foi inicialmente ocupada por operários que foram trabalhar na construção da nova capital². Ao longo de sua história, semelhante às de outras favelas localizadas próximas às áreas centrais da capital, os moradores conviveram não apenas com a remoção realizada na década de 1940, mas também, a partir de sua permanência no local, com as precárias condições de moradia e infraestrutura que atualmente ainda podem ser observadas, agravadas pelo aumento do número de habitantes.

Em grande parte das políticas públicas implementadas no século XX, as favelas e seus moradores foram percebidos como um problema a ser resolvido a partir da disseminação de uma imagem negativa desses espaços como o lugar do perigo, da violência, das epidemias, enfim, do atraso entendido como obstáculo para o progresso. As narrativas sobre esses espaços constroem as representações da “favela” e do “favelado”, associadas à ideia de anormalidade e marginalidade. Nesse sentido,

A denominação de favelado, originalmente qualificado de lugar geográfico, passou a representar também um lugar social na pobreza, e morar na favela é sinônimo não apenas de ser pobre e pertencer ao mundo popular, mas também ao mundo dos problemas. Com a crescente difusão da ideia de favela como enclave ou “gueto”, como espaço social territorializado, parece reafirmada a ideia da pobreza que gera problemas. Um círculo vicioso que estigmatiza (VALLADARES; COELHO, 1995, p. 65).

A partir da década de 1990, é possível observar um significativo aumento da produção acadêmica e historiográfica sobre as cidades, marcada pela reflexão crítica sobre os impactos da modernidade no cenário urbano. As análises destacam as ambiguidades dos processos de modernização no espaço urbano e seus reflexos na construção das identidades dos seus habitantes. Tais produções destacam, dentre outras reflexões, as transformações, resistências e permanências de práticas culturais de grupos distintos, que, em meio às transformações dos espaços justificadas pela entrada na modernidade, constroem relações distintas com a cidade³.

As memórias, assim como as identidades e os territórios são construções em constante transformação, resultantes das ações e das interações entre os sujeitos. Nesse sentido, pensar as relações entre memória, identidade e território significa compreender que estas se estabelecem a partir de relações sociais desenvolvidas em meio às lutas, negociações, conflitos e consensos entre os sujeitos. Assim, a partir da década de 1990, os grupos antes esquecidos pelas análises historiográficas, emergem como protagonistas das novas interpretações sobre a memória, o modo de viver e as práticas culturais dos habitantes que constroem e vivenciam os espaços da cidade.

Tais visões se materializam nos espaços urbanos a partir das ações do poder público municipal de Belo Horizonte, cuja política habitacional previa o envolvimento dos moradores, que deveriam participar na definição e ordem de prioridade das intervenções para melhorar o ambiente onde viviam. Nesse sentido, a participação possibilitaria que as escolhas sobre as transformações no lugar no qual residiam partissem daqueles que vivenciavam cotidianamente o espaço⁴.

³NASCIMENTO, A.; FONSECA, A. C. O.; BRITO, I. N.; SANTOS, J. R.; D'ANGELO, L. F.; ZAMIT, M. N. R.; PESSOA, S. C.; OLIVEIRA, T. F. (2019). As tessituras da memória e a construção imaginária do espaço: história oral e patrimônio na Pedreira Prado Lopes. In: MARTINS, Bianca Carvalho. (Org). O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 2. 1ed.: Atena Editora, v. 2, p. 257-271.

⁴NASCIMENTO, A.; FONSECA, A. C. O.; BRITO, I. N.; SANTOS, J. R.; D'ANGELO, L. F.; ZAMIT, M. N. R.; PESSOA, S. C.; OLIVEIRA, T. F. (2019). As tessituras da memória e a construção imaginária do espaço: história oral e patrimônio na Pedreira Prado Lopes. In: MARTINS, Bianca Carvalho. (Org). O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 2. 1ed.: Atena Editora, v. 2, p. 257-271.

²Próxima a Belo Horizonte, devido à generosidade das reservas auríferas no período colonial, o arraial de Sabará tornou-se populoso, o que lhe valeu, em 1711, a elevação à Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, que abarcou os outros arraiais. Assim, a Vila de Nossa Senhora da Conceição do Sabará se tornou uma das mais importantes da Capitania das Minas. A vila se tornou um importante empório comercial e um centro de ourivesaria que produziu finas alfaias e jóias que se tornaram famosas no Brasil. Em 6 de Março de 1838, a Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará foi elevada à cidade, sendo seu nome oficial reduzido a Sabará (Fonseca & Menezes, 2004).

Ainda que as obras não estejam concluídas, as intervenções urbanísticas realizadas na Pedreira Prado Lopes permitem compreender questões mais amplas acerca da gestão participativa. Nesse sentido, buscou-se compreender, a partir das visões do poder público e dos moradores, entre a expectativa e a realidade, os limites e possibilidades dos processos participativos.

História e memória da Pedreira Prado Lopes: a construção dos espaços

A Pedreira Prado Lopes é a favela de ocupação mais antiga do município de Belo Horizonte. A área onde se localiza começou a ser ocupada por volta de 1910 por pessoas que vieram de várias regiões de Minas e até mesmo de outros Estados, atraídas por promessas de prosperidade e oportunidades de trabalho que, na ocasião, surgiam juntamente com a construção planejada de Belo Horizonte. Seus primeiros moradores foram, portanto, trabalhadores que construíram a nova capital.

Segundo registros da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), o nome dado à ocupação remete, em primeiro lugar, à família Prado Lopes, que era proprietária de vários terrenos naquela área, na qual existiam pedreiras que forneciam matéria prima para a construção da cidade. No entanto, segundo Ribeiro (2001), na versão de alguns moradores antigos, a vila surgiu após a abolição da escravidão. A região da Pedreira pertencia ao município de Sabará⁵, importante centro minerador que abrigou um grande número de cativos até o final da escravidão. Assim, os escravos libertos teriam se fixado naquele local, recém saídos do cativeiro, estabeleceram ali suas moradias. Nesse sentido, pertencer a um lugar construído por escravos libertos e excluídos após a abolição reforça a identidade da favela, espaço constituído por grupos também marginalizados e de luta cotidiana pela sobrevivência que se inicia, antes de tudo, pela resistência em ali permanecer. Observa-se assim, que as narrativas permitem entrever pessoas, lugares e objetos, referências culturais constituídas pelos moradores e que constituem o patrimônio da Pedreira. Em entrevista a moradora relata:

Pelo mais ou menos que eu entendo a Pedreira também foi quilombo⁶... se você procurar pela história a Pedreira foi quilombo, porque a maioria no começo dela é negro e indígena. Só foi sendo popularizada mesmo pelo pessoal do interior, eu tenho que lembrar, eu esqueço o nome desse prefeito que prometeu casa pro pessoal do interior que vieram pra cá com a intenção de ganhar casa... pra não ganhar nada, “né” (Moradora da Pedreira Prado Lopes, entrevista realizada em junho de 2018).

Na tessitura da narrativa, os moradores constroem uma memória do espaço como lugar de resistência e rompe o sentido de linearidade na história por meio da memória, que permanece e se atualiza. A memória dos libertos permite estabelecer um vínculo comum com os grupos com os quais se identifica. Desse modo, a memória coletiva, reconhecida como narrativa legítima do passado, atua como elemento constituinte de uma identidade social.

A origem da Pedreira Prado Lopes, segundo a versão oficial, não se difere daquelas que surgiram no momento inicial de construção da cidade, que ainda em 1895, dois anos antes de sua inauguração, já apresentava duas áreas ocupadas que abrigavam aproximadamente 3000 pessoas:

Como se sabe, esta foi a origem das primeiras favelas da cidade. Belo Horizonte era uma capital destinada às classes média e alta, não possuindo local para a instalação das pessoas de baixa renda que vinham do interior atrás de

⁶O imaginário do quilombo em relação à favela, que abriga em sua maioria negros e pobres, é frequentemente reafirmado nas críticas à condição social destes grupos. No carnaval do Rio de Janeiro de 2018, a Escola de Samba Grêmio Recreativo Paraíso do Tuiuti, apresentando um enredo questionador sobre os 130 anos da abolição da escravidão brasileiro, foi vice-campeã no Grupo Especial. O samba “Meu Deus, meu Deus, está extinta a escravidão?” apresentava em seu refrão: “não sou escravo de nenhum senhor, meu paraíso é meu guardião, meu Tuiuti, o quilombo da favela, é sentinela da libertação”.

⁷A apreensão da terminologia adotada para se referir aos lugares constitui-se referência para a percepção dessas construções: o uso da expressão “invasão de áreas públicas”, presente nos documentos oficiais, naturalizada e incorporada por parte dos habitantes das cidades na atualidade, permite pensar acerca da imagem construída sobre aqueles que não possuíram – e ainda não possuem – o direito à cidade. A expressão reforça o estigma da ilegalidade, e justifica, em grande parte as intervenções “modernizadoras”. Cabe ressaltar que uma grande pauta de luta e linha de resistência dos movimentos sociais atuais está na defesa do termo ocupação em contraposição a terminologia invasão. De acordo com os atores sociais presentes nos movimentos, ocupação é a forma mais legítima de defender quem luta por direito à cidade, já que é carregado de sentido político (Santos & Mayorga, 2017).

condições melhores de vida, seja saúde, emprego, educação, água e luz, ou para os que serviram de mão-de-obra na capital. Restava a elas a invasão⁷ de áreas públicas ou particulares, onde surgiram as primeiras vilas e favelas. A Pedreira não fugiu a esta regra, pois as pessoas que nela se instalaram não encontraram nada do que vieram procurar. No início de sua existência, ela não possuía nenhuma infraestrutura. Não havia água, luz, esgoto, calçamento. As casas não eram ainda de alvenaria, mas de adobe, madeira, latão. Os moradores conseguiam água através de cisternas e minas, usavam fossas e lamparinas (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL, 1998).

De acordo com Guimarães (1992), inicialmente o poder público não demonstrou preocupação com as invasões e sim com a garantia da mão de obra necessária para a construção da cidade. Pode-se observar a utilização do termo “invasões” no documento citado anteriormente, o que reforça a imagem acerca dos moradores do local. No projeto da nova capital, às elites, estava destinada a área central da cidade, denominada “Zona urbana”, caracterizada pelos altos preços dos terrenos devido à especulação imobiliária e exigências para a construção e conservação das casas; aos pobres e trabalhadores, a “Zona suburbana”, a periferia, ocupada desordenadamente.

O surgimento de cafuas (casas de barro cobertas de capim) e barracos (casas de tábuas, cobertas com capim ou zinco) subverteu o projeto da nova capital que previa a expansão do espaço central ordenado, moderno e dominante, para os espaços periféricos, dominados, do urbano para o suburbano: a cidade cresceu no sentido oposto, sendo a população excluída do espaço central que de fato determinou a produção da cidade. No relato de uma antiga moradora, é possível perceber as dificuldades vividas no cotidiano da Pedreira desde o início de sua formação:

Como não havia luz, era proibido sair do seu barracão de noite, entre 22:00hs e 05:00hs da madrugada a não ser por motivo de doença ou de morte. Duas equipes de guardas noturnos a cavalo e armados de uma longa espada patrulhavam a noite toda na favela para que essa lei fosse respeitada. Depois voltavam para o seu quartel (Jornal Fala Pedreira, p. 01, Edição nº 08, Abril de 1997).

Cabe destacar que o chamado “toque de recolher”, que intitula o relato da moradora, permaneceu ao longo dos tempos na Pedreira. Nos momentos de violência extrema, nos episódios ligados ao tráfico de drogas, os moradores relatam a existência desta prática ainda nos dias atuais, seja por imposição ou pelo medo de sair às ruas.

Na década de 1930, surgiram as primeiras preocupações do Estado em elaborar políticas sociais, dentre as quais uma política de habitação: os debates sobre moradia revelavam os interesses de um país que se industrializava, e que percebia a habitação como condição de reprodução da força de trabalho. Segundo Bonduki (2004),

[...] o objetivo dos governos desenvolvimentistas era estimular a criação de uma solução habitacional de baixo custo na periferia, visto ser ela conveniente para o modelo de capitalismo que se implantou no país a partir de 1930, por manter baixos os custos de reprodução da força de trabalho e viabilizar o investimento na industrialização do país (BONDUKI, 2004, p.12).

⁸Duas grandes realizações para o proletariado, Jornal Estado de Minas, 12.12.1942, p.5.

Tais soluções explicam historicamente e em grande parte a conformação das metrópoles brasileiras, nas quais periferias são destinadas aos pobres. Não obstante, uma nova concepção de planejamento urbano, o urbanismo moderno, se apresenta como solução para a desordem urbana. Corroborando com o discurso higienista em voga no período, que percebe a favela como uma ameaça e obstáculo para os interesses de um projeto de cidade moderna e civilizada, o prefeito Juscelino Kubitschek ordenou a desapropriação de parte da Pedreira Prado Lopes para a construção do Conjunto Habitacional IAPI. Juscelino Kubitschek profere o seguinte discurso:

Fonte de discórdia onde vivia um aglomerado de pessoas da mais diversa procedência e também levando cada um uma vida bem diferente de seu vizinho. A pedreira, situada além da Lagoinha, mas distante apenas 1 km da cidade, estava mais perto que muitos bairros residenciais. Gente humilde, trabalhadora, vivia, muitas vezes, no barracão separado do vizinho malandro e desordeiro apenas por frágil parede de tábuas ou latas. A promiscuidade, a falta de ordem, a contínua bebedeira imperava nos botequins daquele aglomerado de casas e eram um perigo para os bons costumes. Raro o dia em que, dos morros da pedreira, não descia um ferido e mesmo um cadáver, tais as brigas em que se empenhavam as pessoas dali⁸.

Para a construção do conjunto habitacional, parte da favela foi removida e os antigos moradores da Pedreira direcionados para áreas ainda mais distantes, em função da expansão da Avenida Presidente Antônio Carlos, em direção a Pampulha, conforme relatório abaixo:

A atenção que demos à criação do bairro residencial da Pampulha tinha de ser contrabalancada [...] a dois passos da cidade se vinham localizando classes de menor capacidade econômica, operários e até mendigos [...] verificamos a possibilidade de subdividir aquela área e revender ou aforar toda a gleba sem dúvida valorizada pelas condições naturais e pelos serviços que já haviam atingido. (Relatório do prefeito Juscelino Kubitschek, 1940, p. 76)⁹.

Segundo depoimento de uma antiga moradora da Pedreira,

Naquela época não havia ruas asfaltadas, não existia o Colégio Municipal, O Odilon Behrens nem o IAPI. Tudo era favela. No meio encontrava-se a britadora que quebrava as pedras o dia todo. Está aí o nome de Pedreira. O prefeito tirou uma parte dos favelados para lhes dar uma casa. Mas esqueceu a promessa, construiu o IAPI para os aposentados da indústria (Jornal Fala Pedreira, p. 01, Edição nº 08, Abril de 1997).

Contrariando as determinações do poder público, parte dos moradores retornou e se estabeleceu na área contígua ao Conjunto. Ao longo dos anos, sucessivas remoções marcaram a construção dos espaços da Pedreira. Estas, bem como a chegada constante de trabalhadores que se estabeleceram em uma área cada vez mais reduzida, fez com que os espaços fossem cada vez mais adensados, agravando as condições de vida já bastante precárias de seus moradores (Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL, 1997).

⁹BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Relatório do Prefeito Juscelino Kubitschek. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1940.

O cenário brasileiro no final da década de 1970 e início da década de 1980 caracterizava-se pela crise econômica, agravamento das desigualdades socioespaciais e do acirramento das lutas e conquistas dos movimentos sociais, bem como a mobilização de distintos setores da sociedade civil. Observa-se em Belo Horizonte o fortalecimento dos movimentos sociais – pastorais e associações que, unidos em torno de objetivos comuns, exerceram pressão sobre o poder público para a elaboração de políticas urbanas sistematizadas.

Nesse período, tiveram início as reivindicações coletivas dos moradores da Pedreira Prado Lopes e as ações do poder público estadual, que visavam dotar a comunidade de serviços de água e luz para a maioria dos moradores. Em 1974 é criada a União Prado Lopes, a primeira associação de moradores da Pedreira Prado Lopes. Em resposta às pressões populares,

depois da instalação da primeira torneira pública, outras foram sendo instaladas, embora com intervalos de tempo de vários anos. Os primeiros que conseguiam ligações cediam “bicos” para vários outros. Os que conseguiam primeiro eram geralmente os que moravam nas bordas da Pedreira, em frente a áreas que já possuíam redes de água e luz. O certo é que a conquista desses benefícios foi lenta, demorada e difícil (Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL, 1997).

Na esteira dos movimentos de redemocratização, a Constituição de 1988, apresentava artigos que determinavam a atuação do poder público sobre a questão da moradia. Em consonância com a Carta Constitucional, o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte, instituído em 1996, tinha como atribuições:

Desenvolver programas e destinar recursos para a urbanização e a regularização fundiária de favelas, a complementação da infraestrutura urbana de loteamentos populares e o reassentamento de população desalojada em decorrência de obras públicas ou calamidades; promover o reassentamento, preferencialmente em área próxima ao local de origem, dos moradores das áreas de risco e das destinadas a projetos de interesse público ou dos desalojados por motivo de calamidade. (BELO HORIZONTE, PLANO DIRETOR, 1996, Lei 7.165, ART. 31/ VI X).

Nesse sentido, a promoção do reassentamento em áreas próximas ao local de origem das famílias removidas pode ser entendida como um avanço na discussão sobre política de habitação no país e incorporada aos programas habitacionais do município de Belo Horizonte, uma vez que esta pode contribuir para uma manutenção dos vínculos sociais, redução da segregação sócio espacial e contribuir para o exercício da cidadania (ALMEIDA, 2015).

As intervenções realizadas na Pedreira: narrativas, diálogos e mediações

A década de 1990 foi marcada pelas contradições estabelecidas entre dois processos: a globalização da economia, calcada na adoção de preceitos neoliberais e o protagonismo de movimentos sociais que buscavam ampliar as conquistas da cidadania. Nesse contexto, surgiram distintos entendimentos acerca dos modelos de políticas públicas. Se por um lado, é possível identificar perspectivas que coadunavam com receituário neoliberal, relacionadas às ações gerenciais na definição de políticas públicas ou sociais

de caráter meramente instrumental que negligenciam a complexidade da sociedade, como espaço de poder, conflito, aprendizagem e mudança, por outro lado, identifica-se, também, o aumento das reivindicações e conquistas de ampliação da participação popular como processo intrínseco à construção da cidadania por meio do conhecimento e da organização dos sujeitos diante de sua realidade. Assim,

no contexto dos anos 1990, a participação passou a ser vista sob o prisma de um novo paradigma – como Participação Cidadã, baseada na universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania e numa nova compreensão sobre o papel e o caráter do Estado. A participação passou a ser concebida como intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública, porque as políticas públicas ganharam destaque e centralidade nas estratégias de desenvolvimento, transformação e mudança social (GOHN, 2002, p. 12).

A partir da década de 1990, em consonância com o fortalecimento dos processos participativos previstos na Constituição de 1988, a política habitacional do município de Belo Horizonte passou a adotar como premissa, a gestão participativa, cujo principal objetivo, no que se refere às vilas e assentamentos precários, era promover o envolvimento dos moradores nos projetos de urbanização e provisão de moradias. O Orçamento Participativo de Belo Horizonte foi implantado em 1994 com o objetivo proporcionar ao cidadão condições de participar efetivamente de decisões relativas à gestão da cidade.

Pautada em uma visão do direito à cidade e no entendimento de que as intervenções deveriam ocorrer de maneira integrada, legitimadas pela participação efetiva dos moradores, o poder público municipal realizou diversas intervenções norteadas por um diagnóstico, cuja proposta, construída com a participação da comunidade, era conhecer a realidade destas. Nesse sentido,

aprofundaram-se as ações em favelas, em direção a uma visão do direito à cidade e da necessidade de se trabalhar de maneira integrada as intervenções no território, casando urbanização, regularização fundiária, serviços públicos, programas de acesso a trabalho e renda e fortalecimento da organização e da participação comunitária em todo o processo. Essa visão “estrutural” teve seu marco inicial com o Programa Alvorada (PBH/Urbel/AVSI) e culminou na obrigatoriedade de elaboração dos Planos Globais Específicos – PGE¹⁰ antes da realização de qualquer intervenção em áreas decretadas como Zonas de Especial Interesse Social (LIBÂNIO, 2016, p. 768).

Tais intervenções foram objeto de distintas análises¹¹, que enaltecem a possibilidade de participação, que resultou em maior envolvimento da comunidade no processo de produção dos espaços vividos. Em uma visão distinta, outras análises apontam, dentre outras questões, a morosidade na implementação das ações, que, além da necessidade na aprovação nos Orçamentos Participativos que ocorrem anualmente, ultrapassam o período previsto para a sua execução, o que acarreta um aumento significativo na previsão de custos; falta de recursos ou de vontade política das administrações que sucederam os governos responsáveis pela implementação do Orçamento Participativo (LIBÂNIO, 2016).

As associações de moradores, constituíram-se historicamente a partir da identidade destes com o território, da luta ou reivindicação de melhorias urbanas e da capacidade

¹⁰ O Plano Global Específico (PGE) é um instrumento de planejamento que norteia as intervenções de reestruturação urbanística, ambiental e de desenvolvimento social nas vilas, favelas e conjuntos habitacionais populares. Ele consiste em um estudo aprofundado da realidade destas áreas, considerando os aspectos urbanístico, socioeconômico e a situação jurídica do terreno. O objetivo principal do PGE é apontar os caminhos para a melhoria da qualidade de vida nestes locais e integrá-los ao conjunto da cidade (Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte – URBEL, 2018).

¹¹Ver: Libânio (2016); Gomes (2008); Almeida (2015); Vargas (2006); Bedê (2005).

de mobilização e politização dos espaços urbanos, cujo caráter era de autonomia perante a política institucional. Estas associações assumiram novas formas de atuação a partir dos novos processos de democratização, passando a atuar como mediadoras dos diálogos entre o poder público e a comunidade para que, a partir dos canais de participação instituídos, tivessem suas demandas atendidas.

Ao longo dos anos, as lutas e conquistas dos moradores da Pedreira construíram um sentimento de pertencimento àquele lugar. Tal sentimento se materializa nas páginas do *Jornal Fala Pedreira*, produzido pela Associação de moradores e por parte da comunidade. Por meio dos registros apresentados no jornal, publicado mensalmente, é possível analisar a trajetória do trabalho de mobilização da primeira associação de moradores da Pedreira Prado Lopes, a União Prado Lopes e a sua atuação frente ao poder público nos momentos em que eram implementadas as intervenções nos espaços da Pedreira.

Os jornais analisados datam do período compreendido entre os anos de 1997 e 2002. Cabe destacar que as análises não contemplaram todas as edições, apenas parte delas, uma vez que estas não foram encontradas em sua totalidade.

A primeira edição data de 1996. Nesta, o jornal trazia, logo abaixo do título, a seguinte apresentação, que permaneceu em todas as edições analisadas: “Um instrumento independente de caráter informativo da comunidade da Pedreira Prado Lopes”. O jornal abordava assuntos de interesse da comunidade, tais como relatórios sobre as ações do poder público na área, cuidados com a saúde, eventos culturais, dentre outros informes. A preocupação em manter os moradores informados e mobilizados diante das ações do poder público pode ser percebida na grande maioria de suas edições.

A edição Nº 06 de janeiro de 1997, por meio de uma “fábula”, destacou a importância do envolvimento dos moradores na Associação e no Orçamento Participativo, além de divulgar a necessidade do cuidado com o descarte de lixo. Percebe-se no texto a adoção de um gênero discursivo narrativo próprio da literatura infantil, de caráter pedagógico:

Era uma vez... um peixinho que vivia com sua família e os outros peixes em uma loca toda suja, cheia de lama e mau cheirosa. Este peixinho resolveu nadar para um lugar melhor, conviveu com outras comunidades de peixes, viu muitas coisas bonitas e como não era egoísta quis voltar e contar tudo aos outros peixes de sua loca querendo que todos entendessem que tinham muito o que melhorar em sua comunidade. Mas os peixes mais acomodados lhe falavam: ‘A vida toda vivemos assim, por que mudar? Você está louco!’ Mas o peixinho não desanimou, falava e falava dia e noite (...) até que um dia lhe veio uma ideia. Ajuntou-se a mais alguns peixinhos que também graças a ele já estavam conscientizados da importância de se melhorar e fundaram uma associação, que se denominou ASSOCIAÇÃO PRÓ MELHORAMENTOS MARÍTIMOS. A partir daí se fortaleceram com a união de outros peixes, compraram um alto falante e fundaram um jornal, os quais usavam incansavelmente e a partir daí conseguiram não só resolver o problema da sujeira e do lixo mas também conseguiram através do ORÇAMENTO PARTICIPATIVO MARÍTIMO à transformação de sua comunidade na mais bem organizada e melhor de se viver em todos os mares. E então companheiros, vamos seguir o exemplo dos peixinhos, nos organizar e acabar com o lixo (Jornal Fala Pedreira, p. 02, Edição nº 06, Janeiro de 1997).

Na mesma edição, é possível perceber os conflitos inerentes aos espaços urbanos, lugares de diversidade e do encontro. Nesse sentido, a memória social, tomada como forma de poder, não é construída sem embates. Espaço de disputas, escolhas e negociações, as narrativas sobre o território como espaço

vivido, também refletem as relações políticas e as visões de mundo dos distintos sujeitos que a ele atribuem diversos significados. Em um artigo intitulado “Um recado aos mal informados e oportunistas”, é possível perceber tais disputas:

Existem pessoas em nossa comunidade que escutam rádio, leem jornal, veem TV e até mesmo citam partes da Constituição se acham inteligentes e se julgam muito bem informadas, mas na realidade não sabem nada a respeito de lutas sociais: Saúde, educação, moradia, transporte e sobretudo direito a cidadania. Não sabem os mesmos o significado da Palavra Associação, que quer dizer, se unir a outras pessoas através de filiação e de contribuição mensal para fortalecimento da entidade que por sua vez estando fortalecida com a participação de todos lutará pelos interesses de seus associados. Não sabendo nada disso, os oportunistas se aproveitam do momento difícil que atravessou nossa comunidade com a chegada das chuvas e o desabamento de algumas casas para ir às ruas falar mal de nossa associação promover a criminosa invasão do prédio da Caixa D’água. Por essas e por outras nós perguntamos a vocês: Onde estavam estes que hoje nos criticam há quatro anos atrás na época da luta pelo Centro de Saúde? Onde estavam eles na época da luta pela Escola Profissionalizante (orçamento participativo 96) ou para a urbanização da favela (orçamento 97)? Por isso não critiquem, unam-se a nós, pois os lugares de vocês na luta ainda estão vagos (Jornal Fala Pedreira, p. 03, Edição nº 06, Janeiro de 1997).

As críticas à implementação dos projetos e a questões mais amplas relativas ao direito à cidade podem ser observadas no editorial da edição de maio de 1998 do *Jornal Fala Pedreira*, à época da inauguração de um condomínio fechado na Região Metropolitana de Belo Horizonte:

ALPHAVILLE Você conhece? Provavelmente não. É o nome de um enorme conjunto habitacional de luxo situado na grande periferia de São Paulo. Praticamente é uma cidade de 30.000 habitantes, totalmente cercada e protegida do mundo exterior. A maioria dos moradores são executivos e seus familiares encontrando lá supermercados, escolas, cinemas, piscinas, áreas de lazer etc. A riqueza desse pessoal é tão grande que, para evitar os problemas do trânsito e da violência, muitos vão trabalhar cada dia no centro de São Paulo de helicóptero. A ida e volta custa mais do que o nosso salário mínimo. Porque falar desse assunto que parece tão longe das preocupações cotidianas da maioria dos nossos leitores? Simplesmente porque no mês passado, a mídia anunciou a realização de um projeto semelhante perto de BH, na região de Nova Lima. Em um instante, mais de 2.000 lotes foram vendidos a um preço médio, segundo revelam os jornais, de 100 mil reais cada um. Isso comprova mais uma vez que no Brasil e especialmente aqui em BH, há muito dinheiro. O que falta é a repartição e também a luta real contra a sonegação de impostos. A Prefeitura e o governo Estadual ou Federal não tem política habitacional para os pobres por falta de vontade de repartir a renda entre todos. Por isso hoje a Copasa não é capaz de recuperar a pavimentação das ruas Guapé e Araribá. Nas negociações do Plano Global da PPL é difícil também explicar a Urbel que temos direito de morar em lugar digno igual a qualquer outro belo horizontino. Temos que exigir a urbanização real da nossa favela e de todas as favelas antes da construção de um “Alphaville” aqui. Isso depende da nossa luta, da nossa união (Jornal Fala Pedreira, p. 01, Edição nº 19, Maio de 1998).

Os moradores da Pedreira, ao longo das lutas por melhoria na qualidade de vida, acumularam histórias e memórias ao longo dos tempos, construídas sobre seus espaços. Em entrevista realizada com uma moradora, a referência ao Condomínio Alphaville ressurgiu na fala de uma moradora, em contraposição à homogeneidade que pode ser observada nos condomínios fechados não somente em relação aos grupos sociais que ali residem, mas em relação ao espaço construído:

A gente tem o lado bom, o lado ruim, tem histórias, tem tudo aqui... Acho que ser morador da Pedreira não é ser morador de... que eu falo assim: nós somos morador do Alphaville e não Alphaville, né? É interessante, porque é uma comunidade que é bem variada. E a gente tem de tudo aqui (Moradora da Pedreira Prado Lopes, entrevista realizada em junho de 2018).

O imaginário acerca da Pedreira, tal como produzida pela imprensa e apropriada por grande parte da população da cidade representa a favela como lugar da violência. A região na qual se insere possui elevado índice de criminalidade e é, comumente, assunto de reportagens policiais. Os moradores discordam dessa generalização e enaltecem, dentre outras qualidades, a luta pela construção e permanência naquele lugar: Quando a gente estava na luta forte mesmo pra tudo acontecer, o nosso lema pra poder tentar trabalhar com morador, era falar que ao invés de mudar da Pedreira a gente tinha que mudar a Pedreira, quer dizer, melhorar a Pedreira, né? ... Porque aqui é uma área central... Aqui nós estamos perto de tudo, a facilidade é muito grande. Qual bairro tem o que nós temos aqui? Não tem! Então isso favorece muito de querer ficar... às vezes você que ir embora, mas você pensa assim: Nossa... Quando eu for pra longe... tem que pegar ônibus, aquela coisa toda (Moradora da Pedreira Prado Lopes, entrevista realizada em junho de 2018).

Ao longo dos anos, parte das obras propostas a partir do diagnóstico foram concluídas por meio do Orçamento Participativo, tais como quarenta unidades habitacionais, o Centro de Saúde, a Escola Profissionalizante, além da urbanização de vias. O andamento das obras, bem como as críticas em relação à morosidade e interrupção destas foi relatado na Edição de Junho de 1997 do *Jornal Fala Pedreira*:

Recomeçou a obra dos 40 apartamentos. Vamos no unir para que desta vez ela possa ir até o final. Já está licitada a obra da Escola Profissionalizante (no grupinho). Enquanto isso, quem fica prejudicado é o povo que espera para começar a estudar. Foi feita a ligação definitiva da água no centro de Saúde. A comunidade agradece o trabalho de José Geraldo e de sua equipe da Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) (*Jornal Fala Pedreira*, p. 03, Edição nº 10, Junho de 1997).

Por meio do *Jornal Fala Pedreira*, os moradores eram chamados à participação de projetos em andamento na Pedreira:

Vários projetos encontram-se em andamento na nossa Comunidade como: o Plano Global, Comissão Local de Saúde, o jornal, vários cursos, esportes e lazer e a futura implantação da rádio comunitária Pedreira. Só que existe muito trabalho para poucas pessoas. Se

você tem um tempinho e acredita na força da participação comunitária como instrumento de transformação, venha caminhar conosco. Você verá como é gratificante (Jornal Fala Pedreira, p. 02, Edição nº 19, Maio de 1998).

Nessa mesma edição, o Jornal divulgou as datas das reuniões previstas pelo poder público, e relatou as “participações e trabalhos da Associação União Prado Lopes em prol de nossa comunidade” ocorridas no mês anterior. A partir dessa edição, nos jornais consultados havia uma seção dedicada a relatar as atividades da Associação. As informações a respeito do andamento das ações do poder público também foram amplamente divulgadas, bem como a necessidade de participação dos moradores no Orçamento Participativo.

Na edição seguinte, o Editorial abordou a mudança do nome “favela” nos documentos oficiais da Prefeitura:

FAVELA. Uma palavra bem conhecida dos brasileiros: do pobre, porque na cidade é quase seu lugar natural para morar, do rico também que às vezes tem medo de se aproximar. Mas será que você sabe a origem desse termo? No nordeste é um arbusto de flores dispostas em altura, uma em cima da outra. Daí é fácil ver a semelhança com os barracões amontoados uns sobre os outros nos morros das grandes cidades do nosso país. Parece que nossa Pedreira Prado Lopes encaixa-se bem nessa definição. VILA. Já há alguns meses atrás, notamos que os documentos oficiais da Prefeitura mudaram esse nome, falando de “Vila” é verdade que já mudou muito: 99% dos becos são cimentados ou pavimentados, temos mesmo algumas ruas (mas ainda cheias de buracos!) e alguns equipamentos coletivos existem. Não é mais a anarquia total. Graças a Deus. Porém falta muito da parte da Prefeitura para completar a urbanização. Os moradores também têm que mudar de mentalidade para melhorar a convivência e respeitar os imóveis e espaços públicos. Para merecer o nome de “Vila” devemos fazer um grande esforço ainda em matéria de limpeza urbana. MAIS LONGE. Vem aí o 6º Orçamento Participativo. Vamos aumentar a nossa mobilização neste ano para conquistar mais dinheiro: que nosso sonho de tornar a PPL um bairro semelhante a qualquer outro, começa a tornar-se uma realidade. Assim, pouco a pouco a Pedreira vai virar uma flor ornamental na paisagem da cidade (Jornal Fala Pedreira, p. 01, Edição nº 20, Junho de 1998).

Nota-se na escrita do jornal que a elevação à categoria de “Vila” configuraria uma vitória diante da luta pela permanência naquele lugar, a despeito das dificuldades enfrentadas cotidianamente e de tantas outras que ainda se apresentavam. Para alcançar o objetivo, a mobilização dos moradores, bem como a mudança de comportamento exigida para se habitar em um espaço organizado, em oposição à “anarquia” anterior, era fundamental, pois desse modo a Pedreira se tornaria “um bairro como qualquer outro”, mas guardando suas particularidades, norteadas pela memória da luta coletiva para provisão dos seus espaços. Assim, a menção feita pelo jornal à mudança dos documentos oficiais da Prefeitura, faz lembrar o caminho percorrido e a necessidade de alcançar novas conquistas, para se transformar em uma flor ainda mais bela.

Considerações finais

O *Jornal Fala Pedreira* já não circula pelos becos e ruas da Pedreira. As reuniões da União Prado

Lopes, associação ativa no processo de diálogo instituído no contexto citado anteriormente, acontecem com menos frequência. É possível inferir que a diminuição da atuação da associação, amplamente divulgada pelo Jornal, esteja relacionada ao fato de que parte das urgências referentes ao espaço foram minimamente “resolvidas” e que a mobilização ocorra por outras vias, como, por exemplo, a partir dos movimentos culturais, que se utilizam de novas linguagens e canais de mobilização.

A análise do papel das associações de moradores, espaço de luta e resistência construída no território, possibilita pensar os limites e possibilidades dos processos de democratização instituídos por meio dos novos canais de participação. Compreender a percepção dos novos e antigos moradores permite captar, à luz das transformações realizadas nos espaços, os sentidos históricos atribuídos àquele lugar. Para tanto é necessário, além da escuta daqueles que vivenciam e constroem os espaços, a compreensão das representações construídas pelos documentos e discursos oficiais.

Referências Bibliográficas

- AGUIAR, T. F. R. (2006) Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em História, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- ALMEIDA, V. C. A. (2015) Remoção e reassentamento: participação das comunidades nas diretrizes projetuais dos conjuntos habitacionais. Dissertação de mestrado, Centro Universitário UNA, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- BEDÊ, M. (2005) Trajetória da Formulação e Implementação da Política Habitacional de Belo Horizonte na Gestão Frente Popular 1993/1996. Instituto de Geociências da UFMG, Belo Horizonte.
- BONDUKI, N. (2004) Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade.
- FONSECA, A. F. & MENEZES, C.L.C. (2004) Um olhar sobre as potencialidades histórico-culturais como atrativos turísticos em Sabará. Monografia (Especialização) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- GHON, M. G. (2002, junho). Conselhos gestores na política social urbana e participação popular. Cadernos Metrópole n. 7, pp. 9-31.
- GUIMARÃES, B. M. (1992, maio). Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. Análise e Conjuntura FJP, Belo Horizonte, v. 7, n 2 e 3.
- LIBÂNIO, C. (2016). O fim das favelas? Planejamento, participação e remoção de famílias em Belo Horizonte. Cadernos Metrópole. São Paulo, v. 18, n. 37, pp. 765-784.
- NASCIMENTO, A.; FONSECA, A. C. O.; BRITO, I. N.; SANTOS, J. R.; D'ANGELO, L. F.; ZAMIT, M. N. R.; PESSOA, S. C.; OLIVEIRA, T. F. (2019). As tessituras da memória e a construção imaginária do espaço: história oral e patrimônio na Pedreira Prado Lopes. In: MARTINS, Bianca Carvalho. (Org). O Essencial da Arquitetura e Urbanismo 2. 1ed.: Atena Editora, v. 2, p. 257-271.
- NASCIMENTO, A. (2012) Mundos em miniatura, espaços de celebração: sociabilidade e consumo nas galerias do hipercentro de Belo Horizonte. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte, MG, Brasil.
- RIBEIRO, N. B. et al. (2001) Becos da memória, desenhos de cidadania. Pedreira Prado Lopes: a vila no trajeto de sua história oral. Belo Horizonte: Centro Universitário de Belo Horizonte.
- SANTOS, L. C.; MAYORGA, C. (2017, janeiro). Entre as fronteiras do morar e o direito de decidir: uma etnografia das famílias removidas da Vila da Paz na cidade de Belo Horizonte. Revista de Direito da Cidade, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 233-275.
- URBEL Companhia urbanizadora de Belo Horizonte (1997). Diagnóstico social.
- VARGAS, M. A. R. Construção Social da Moradia de Risco: trajetórias de despossessão e resistência – a experiência de Juiz de Fora/MG. (2006) Dissertação de Mestrado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Proposições para a salvaguarda do patrimônio funerário em Juiz de Fora: O Cemitério de Nossa Senhora da Glória e o Cemitério da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana.

Propositions for safeguarding the funerary heritage in Juiz de Fora: The Cemetery of Nossa Senhora da Glória and the Cemetery of the Evangelical Community of Lutheran Confession.

Fabricio da Silva Fernandes

Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Email: fsjf@live.com

Recebido em: 17/11/2019 – Aceito em 31/12/2019

Resumo: Este trabalho reflete o estudo sobre a preservação do patrimônio funerário em Juiz de Fora. O foco é uma análise comparativa entre os Cemitérios de Nossa Senhora da Glória e Cemitério da Comunidade Evangélica de Confissão Luterana de Juiz de Fora/MG. A análise retrata a instalação dos espaços destinados aos sepultamentos na cidade. Nesse contexto, observa-se as transformações nos olhares e no desenvolvimento de estudos que possibilitam uma mudança no olhar sobre o espaço fúnebre, destacando o posicionamento do poder público em relação ao patrimônio cultural dos cemitérios e, também, abertura de processos de tombamento relacionados ao Cemitério Municipal. Assim, a proposta tem por objetivo possibilitar o conhecimento e preservação ao espaço fúnebre, visando o acesso aos locais enquanto bens culturais, e também como bens de utilidade pública.

Palavra-chaves: Cemitério Luterano; Cemitério da Glória; Estudo Fúnebre; Patrimônio Cultural; Juiz de Fora; Espaço Sagrado;

Abstract: This work reflects the study about the preservation of the funeral patrimony in Juiz de Fora. The focus is a comparative analysis between the Cemetery of Our Lady of Glory and Cemetery of the Evangelical Community of Lutheran Confession of Juiz de Fora / MG. The analysis depicts the installation of burial spaces in the city. In this context, we will see the changes in the eyes and the development of studies that allow a change in the look on the funeral space, highlighting the position of the public power in relation to the cultural heritage of cemeteries, started with the opening of tipping processes related to the Municipal Cemetery. Thus, the purpose of the proposal is to enable knowledge and preservation of the funeral space, aiming at accessing the places as cultural assets, as well as public utility goods.

Keywords: Lutheran Cemetery; Glory Cemetery; Funeral Study; Cultural heritage; Juiz de Fora; Sacred space;

Introdução

As práticas de preservação do patrimônio envolvem diretamente a atuação do poder público tem o dever de garantir o acesso à cultura de proteger o patrimônio cultural de seu povo. Nesse sentido, este trabalho pretende discutir ações de preservação de diferentes naturezas que somadas, poderão contribuir de modo efetivo para a preservação do cemitério e do que ele representa. O campo dos estudos cemiteriais, após anos de preconceito e misticismo é descortinado hoje não apenas por ser o local de descanso dos mortos, como também passando a se tornarem verdadeiros arquivos a céu aberto, cheios de informações à espera dos mais atentos para apurá-las. Não importando qual a abordagem que o envolva, estudar um cemitério é quase sempre falar de memória, de ancestralidade. Estudar a convivência dos

cidadãos de uma localidade a partir de seus cemitérios, também se mostra relevante para se pensar os hábitos e a forma pelo qual lidamos com a morte. Desse modo, descobrir e valorizar a historiografia do ambiente fúnebre, faz um convite à preservação da memória dos indivíduos que já se foram, ressaltando um novo olhar sobre o rico ambiente dos cemitérios da cidade.

A história de Juiz de Fora vista através de seus cemitérios, permite reconhecer as tradições de caráter religioso e, também permite observar os imigrantes sepultados e que tanto contribuiu para a cultura e para o desenvolvimento da cidade. O diálogo com o espaço do cemitério equipara-se a caminhar pelas ruas da cidade. Nas quadras das cidades dos mortos estão fortemente presentes características encontradas na cidade dos vivos, tais como a estratificação social, a convivência da modernidade ao mesmo tempo com a tradição, referências aos cidadãos da elite política e econômica, a reconstrução de tipos arquitetônicos presentes na cidade dos vivos, enfim, uma profusão de elementos significantes por si mesmos e portadores de referências visuais que transformam o cemitério numa instituição cultural (COSTA, 2007, p.42), aberta a diálogo com a sociedade e ao turismo.

Juiz de Fora possui uma rica e importante história, marcada por pioneirismos e pelo olhar empreendedor de alguns de seus cidadãos mais ilustres, que em vida trouxeram a influência cultural de diversas partes do mundo, e após a morte eternizaram-se não somente dando nome às ruas, mas também em seus túmulos, que fazem a ligação da cidade que conhecemos hoje, com uma outra Juiz de Fora, menor e bem menos movimentada, com fama de europeia e que em seu pioneirismo na industrialização a fez o município mais importante do estado por muito tempo.

A formação de um povoado chamado de *Santo Antônio do Paraibuna* surgiu associada à abertura do “Caminho Novo”, obra iniciada por Garcia Rodrigues Paes, feito para ligar a capital do império Rio de Janeiro, à região das Minas Gerais. No lugar onde se desenvolveria mais tarde a cidade de Juiz de Fora, se destacavam os ranchos, as hospedarias, e o cultivo de produtos de subsistência e gado, para atender aos viajantes que passavam pelo Caminho Novo. Com o avanço do cultivo do café na região, o que antes era um pequeno povoado rapidamente se industrializou, proporcionando iluminação pública elétrica, telefone e linhas de bonde, contando ainda com telégrafo e imprensa (OLIVEIRA, 1966). No século XVIII, o Caminho Novo precisava ser substituído por uma estrada que tornasse a viagem mais segura e mais rápida. Diante desta situação em 1835, foi contratado o engenheiro alemão Henrique Guilherme Halfeld, para construir uma estrada que ligasse Vila Rica até o Registro do Paraibuna (NEVES; DELGADO; OLIVEIRA, 2004, p.13). Halfeld aproveitou de boa parte do traçado do centenário Caminho Novo ao projetar a estrada que ficaria conhecida como “Estrada do Paraibuna”, que daria origem à principal avenida do núcleo urbano da cidade, que no início do século XX, contava com numerosas edificações luxuosas, de uma elite local que gozava de alto prestígio na região.

Em 31 de maio de 1850 o povoado de Santo Antônio do Paraibuna foi elevado a vila, e na mesma data, foi criada a freguesia eclesiástica de Santo Antônio do Paraibuna. Em 2 de maio do ano seguinte, a vila é elevada a categoria de cidade e novas ruas são abertas, dando origem a região central da cidade (ESTEVES. 1915, p. 159). O intenso desenvolvimento da cidade despertou o interesse de Mariano Procopio Ferreira Lage, grande fazendeiro local, em construir uma nova estrada ligando Juiz de Fora a Petrópolis. Esta estrada possibilitaria uma melhoria no sistema de transportes facilitando o escoamento da produção cafeeira da região. Sob a inspiração das estradas de rodagens europeias, em 1856, Mariano obteve a permissão do governo Imperial para a construção da Rodovia União e Indústria. Para consolidar seu objetivo, fundou em 1860, a Companhia de Transporte União Indústria, responsável pela execução da obra, inaugurada em 23 de junho de 1861, contando com a ilustre presença do Imperador do Brasil (NEVES; DELGADO; OLIVEIRA, 2004, p.24).

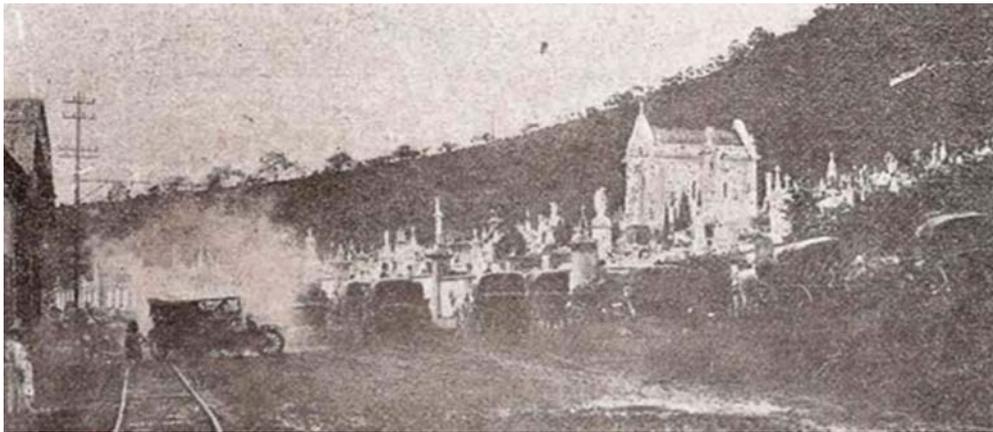
A mão de obra utilizada na construção da estrada foi formada por um grande contingente de escravos, além de mais de mil imigrantes europeus de diferentes partes da Alemanha. Eram arquitetos, engenheiros, artífices, agricultores dentre outros, que se instalaram nas proximidades da residência e dos negócios de Mariano Procópio, fundando a Colônia D. Pedro II: a de cima (região do Bairro São Pedro), a do meio (região do bairro Borboleta) e na parte de baixo, nas proximidades da Estação Mariano Procópio, o bairro Villagem, mais próximo do centro urbano, que seria o ponto de contato dos colonos com os moradores da cidade (BORGES, 2000, p. 94).

Às margens da Estrada do Paraibuna foi construída a igreja matriz da Cidade do Paraibuna, reafirmando a devoção ao santo português que se tornou o padroeiro do povoado. Logo após a construção da igreja, em 1851 a paróquia recebeu a doação de um terreno que começava na rua principal, e subia por toda a serra atrás da Igreja, este terreno foi doado por Manoel Dias Tostes e Antônio Dias Tostes e ali foi instituído o primeiro cemitério municipal, lugar mais utilizado para os sepultamentos dos católicos durante cerca de 20 anos (COSTA, 2007, p.15). Enquanto isso na colônia alemã, a religiosidade possuía suas especificidades. Além da diferença entre os idiomas, a distância entre a Matriz e a Colônia D. Pedro II, dificultava o acesso dos fiéis a vida religiosa. Outra característica importante desse grupo imigratório foi a religião Luterana, compartilhada por parte desses colonos, que inauguravam na cidade um credo até então desconhecido pela grande maioria.

Diante de suas possibilidades, imigrantes católicos e luteranos conviveram em harmonia em sua nova terra. *“Uniram-se os adeptos dos dois credos para construírem uma Capela de Oração no local denominado ‘Boa Vista’, onde, aos domingos, reuniam-se alternadamente católicos e evangélicos”* (STEHLLING, 1970, p. 249). Não havendo um sacerdote católico que atendesse aos sacramentos dos fiéis presentes na colônia, foi criado o “Culto Católico”, organização leiga responsável pela contratação de um padre que atendesse às suas necessidades espirituais. Durante a segunda metade do século XIX, a cidade de Juiz de Fora se caracterizou pelo seu perfil diversificado no que se refere às diferentes religiões presentes. As imigrações alemãs e italianas trouxeram à cidade novas formas de cultos religiosos, tais como o protestantismo. Também nessa época os metodistas norte-americanos estiveram presentes entre os habitantes, sem deixar de mencionar toda a herança africana trazida pela grande população de ex-escravos.

No que tange aos sepultamentos na cidade, logo nos primeiros anos, a falta de espaço no cemitério da matriz, aliada ao fator do desenvolvimento urbano e a preocupação com epidemias que surgiram nesta década, entre elas a proliferação da cólera, gerou a motivação necessária para a retirada do cemitério da área urbana da cidade, levando a Câmara Municipal a cogitar em 1855 a possibilidade da construção de um novo cemitério, que tirasse os enterros do entorno da matriz e passasse a fazê-los fora do centro. A epidemia de cólera foi relativamente fraca, sem um número significativo de vítimas, fazendo com que a efetiva utilização do novo cemitério não ocorresse de imediato. A formalização da documentação necessária para a construção do Cemitério Municipal Nossa Senhora Aparecida ocorreu em 1863 e não por acaso, sua inauguração ocorreu em 2 de novembro de 1864, uma data propícia à inauguração de um cemitério, devido a data ser dedicada aqueles que já se foram (COSTA, 2007, p.15). Segundo a Historiadora Fernanda Maria Matos da Costa as medidas que motivaram a construção do cemitério municipal, refletem uma preocupação com a salubridade que estava em evidência em todo o Brasil. Além disso, representavam também o “processo global de secularização das instituições, do poder, enfim, do tempo, que não mais se baseia em princípios da teologia cristã, e sim em valores advindos do progresso e da racionalização” (COSTA, 2007, p.26). Desse modo, a epidemia de doenças é um dos efetivos motivos, porém aliada ao avanço dos estudos médicos, e a emergência do poder público como regularizador das questões de salubridade da população.

Foto 1: Ala Velha do Cemitério Municipal de Juiz de Fora em 1915.



Fonte: (ESTEVEZ, 1915, p. 200).

Fora dos limites da Igreja, a administração do novo cemitério municipal, dedicado à nossa senhora Aparecida, estava vinculada desde sua inauguração ao funcionário da Câmara Municipal Vitorino Braga. Entretanto, sua atuação era dividida com o primeiro vigário da cidade, Tiago Mendes Ribeiro, pelo fato de o local ser considerado também de jurisdição eclesiástica. O vigário era responsável pela autorização ou veto de quem poderia ser enterrado no cemitério municipal, garantindo a distinção no tratamento dos mortos católicos e não católicos. Por causa dessa distinção, eram constantes as reclamações a respeito do local de sepultamentos daqueles que não professavam a fé católica, que eram impedidos de serem enterrados no cemitério municipal.

A discriminação religiosa não era um fator exclusivo da cidade. Acontecimentos do tipo foram observados em outros municípios, e deram origem a diversas questões relacionadas à permissão dos sepultamentos. Uma resolução imperial de 20 de abril de 1870, determinou que os cemitérios do país deveriam possuir uma área destinada aos sepultamentos dos não católicos, e sob essa, foi decidido em 1975 que dois novos portões seriam construídos no Cemitério Municipal, fazendo distinção entre os praticantes e não praticantes da fé católica (COSTA, 2007, p. 31).

Os moradores das colônias alemãs, desde os primórdios da imigração na cidade, reclamavam um terreno para a construção de um cemitério, uma vez que os colonos estavam sendo sepultados em locais não considerados “sagrados”, e muitos dos alemães protestantes que morriam foram enterrados junto à lagoa da gratidão, próximos a hospedaria (no local hoje conhecido como Morro da Glória). Esse fato contribuiu para que hoje, muitos descendentes desconheçam o local onde foram sepultados seus antepassados. Em função das barreiras mencionadas, a Companhia União e Indústria cedeu uma área para instalação de um cemitério, consagrado no ano de 1860, sob o nome de *Cemitério Nossa Senhora da Glória* (STEHLING, 1970 p. 244-245). Em 1878, a Companhia União Indústria doou os terrenos do cemitério aos cultos católicos e evangélicos. O jornal *O Pharol* publicou, em julho de 1978, anúncios convocando para o assentamento da pedra angular da Igreja da Glória, como este, por exemplo: *Colônia D. Pedro II: No domingo próximo terão lugar a benção e cerimônias para o assentamento da pedra angular da igreja desta colônia no Morro da Gratidão* (COSTA, 2007, 75). Sobre esta doação, vejamos o documento transcrito por Luiz Stehling:

A Diretoria da Companhia União e Indústria, pela presente concede permissão aos habitantes da Colônia D. Pedro II e do povoado da Estação, hoje denominada Rio Novo em Juiz de Fora, para construir a sua custa uma nova capela sob a in-

¹Documento referente a doação do terreno para a instalação dos cemitérios. Apud STEHLING, 1970, p.252.

vocação de Nossa Senhora da Glória, em terreno próximo da referida estação fazendo frente com a estrada, por onde mede 90 metros de testada com 125 metros de fundo, dividindo por um lado com a fábrica de cerveja e por outro com a estrada concedida para o cemitério acatólico da Companhia, cuja capela ficará pertencente aos habitantes das referidas colônias e povoados com terreno concedido para a edificação, desde que essa se realize, sob as seguintes clausulas:

1º. Conservarem a dita capela em bom estado e nesta manterem com decência o culto divino.

2º. Observarem, em tudo quanto possa ser aplicável o regulamento em vigor para a atual capela e cemitério da Companhia, onde separar-se-á o espaço necessário para servir de cemitério acatólico, passando esse a ser administrado e conservado pela congregação evangélica. Essas duas sessões serão divididas por conta dos respectivos concessionários; (...)¹.

Foto 2: Vista aérea do Cemitério da Glória: A porção em vermelho refere-se ao lado destinado aos sepultamentos dos protestantes, já a porção em azul, o lado de sepultamentos católicos.



Fonte: Google Earth. Julho 2015.

Podemos observar que a existência de outros cemitérios, destinados aos imigrantes alemães que chegaram à cidade na segunda metade do século XIX, constituiu-se como uma alternativa ao cemitério de jurisdição católica, primeiramente situado na Igreja Matriz, e posteriormente, situado fora do centro urbano. Quando o Cemitério da Glória foi inaugurado, a autoridade eclesiástica de padre Tiago, juntamente ao governo municipal, determinou a separação entre católicos e luteranos nos cemitérios. A criação da ala acatólica do Cemitério de Nossa Senhora da Glória e ainda criação do Cemitério de São Pedro expressam uma reação aos constantes episódios envolvendo católicos e acatólicos, no que se refere a questões relativas aos sepultamentos.

Os habitantes da chamada *Colônia de Cima* (atual bairro São Pedro), também reclamavam a construção de um cemitério devido à grande distância até o Cemitério Público e às constantes proibições de sepultamentos de não católicos realizadas pelo padre Tiago. Contudo, o pedido foi negado pela

Companhia União e Indústria e a construção do cemitério somente foi viabilizada após a doação de um terreno por um colono. Sendo assim, a capela e cemitério de São Pedro, dividido em duas partes conforme indicava a Resolução de 20 de abril de 1870, foram inaugurados em janeiro de 1886 (BORGES, 2000, p.94).

Com maior ou menor intensidade em diferentes regiões, a onda de reforma religiosa da Igreja Católica chegará a Juiz de Fora em meados do século XIX e início do século XX. Nesta mesma época, ocorre no Brasil a criação de uma lei acerca da secularização dos cemitérios, que contribui na modificação da cultura da morte em relação ao Estado e a Igreja, no qual a autorização de sepultamentos deixa de passar pelo aval eclesiástico.

Do ponto de vista das relações entre Igreja e Estado, a religiosidade católica tradicional apresentava traços de continuidade originados do catolicismo popular do período colonial, que vinculava instituições eclesiásticas e políticas. No século XIX a Igreja Católica no Brasil passará por um intenso processo de reformas, em que vai acompanhar de perto a expansão da fé católica nas colônias. Para melhor garantir o êxito desse movimento reformista, várias ordens e congregações europeias vieram para a cidade “*na missão de reavivar a fé católica entre o povo, e alguns na ação específica da reforma do clero*” (AZZI, 2000, p.16).

Este projeto romanizador pretendia que a Igreja Romana obtivesse o monopólio sobre as igrejas locais, na finalidade de reestruturar a Igreja Católica em dimensões internacionais. Com o auxílio das congregações europeias, o episcopado brasileiro aprofundou seu projeto de soterrar o catolicismo tradicional, impondo sua reforma, através de um total enquadramento dos fiéis, sobretudo paroquial. Em Juiz de Fora este enquadramento se deu em várias frentes, como a transmissão dos ensinamentos doutrinários e práticos através do catecismo, além da substituição de irmandades leigas na administração de propriedades de caráter religioso (AZZI, 2000, p.19). Tal mudança na administração de terras pode ser explicada principalmente através da chegada dos Padres Redentoristas holandeses, a primeira congregação europeia a se instalar na cidade em 1894.

Os redentoristas instalados na cidade estavam diretamente em contato com italianos e alemães. A ação reformadora desses padres gerou conflito com os dois grupos de imigrantes, em função do controle dos bens patrimoniais e de divergências entre o catolicismo reformado, e o de origem popular presente na cidade até o momento, por exemplo, o idioma, no qual o alemão deixou gradativamente de estar presente nas missas presididas pelos redentoristas. No que tange aos bens patrimoniais, os redentoristas provocaram um grande descontentamento em relação aos colonos alemães. Quando a Colônia D. Pedro II tornou-se oficialmente extinta, os terrenos da companhia onde se localizavam a escola, o cemitério e o terreno para a Igreja foram divididos e doados em partes iguais para os católicos e evangélicos (AZZI, 2000, p. 223). Com a chegada da congregação, a posse dos bens eclesiásticos veio à tona, de modo que em 1902, a comissão de leigos responsável pela administração dos bens patrimoniais foi pressionada a reconhecer o patrimônio tido como eclesiástico como de posse da Igreja Católica. Questão que se resolveu em 1919, quando a justiça deu ganho de causa à Igreja (FERENZINI, 2006, p.7).

O Cemitério da Glória: Qual o seu papel? Ou por que preservar?

O espaço popularmente identificado apenas como Cemitério da Glória, provavelmente em função de sua localização, engloba o lado católico, administrado pela paróquia de Nossa Senhora da Glória, e o lado evangélico, administrado pela Comunidade Evangélica de Confissão Luterana. Atualmente o espaço conta com cerca de 2.000 túmulos de diferentes tamanhos. A preservação do Cemitério da Glória se insere em um contexto de crescente interesse pelo patrimônio funerário

²MORALES, Carmen. O Salgueiro. Nova Acrópole. 2009. Disponível em: www.nova-acropole.pt/a_salgueiro.html

rio e por toda a infinidade de contextos ao qual o espaço pode ser relacionado. Mas porque esses espaços passaram a serem considerados?

Os espaços destinados aos sepultamentos na cidade carregam valores ligados diretamente aos seus bens materiais e imateriais. Do ponto de vista de seus aspectos materiais, seu caráter ambiental/urbano, seu caráter artístico e sua relevância histórica, compõem um conjunto de signos que se relacionam a uma boa parte de cidadãos de Juiz de Fora.

Em relação à sua relevância ambiental/urbana, o Cemitério da Glória encontra-se em uma área de grande densidade populacional, inserida em uma região histórica do centro da cidade. Apesar de sua função de espaço destinado aos sepultamentos, representa um importante local de preservação da natureza, com seus imponentes salgueiros-chorões, que além de influir na temperatura do ambiente, para os povos germânicos, são associados à morte e à melancolia². O cemitério também possui uma quadra formada somente por lápides com pequenas floreiras, assemelhando-se aos cemitérios-jardins, adotando uma tendência de sepultamento mais contemporânea. Esta apresentação, muitas vezes, faz com ele seja confundido com um parque, ou um jardim, algo que dificilmente acontece com cemitérios convencionais ou de influência católica, principalmente até às primeiras décadas do século XX (CASTRO, 2008, p.7).

O espaço em terreno regular e de topografia elevada apresenta na entrada, um marco que remete à criação do cemitério. Próximo a Capela-Velório, a frente do portão de entrada principal, o marco apresenta as iniciais “U.I.” e a data de 1856. Este marco liga-se em linha reta a um segundo marco, situado na porção mais elevada do cemitério, e juntos, delimitam o cemitério Luterano da parte católica³.



Foto 03: Cemitério da Glória - Marco de inauguração da Cia. União Indústria e do cemitério, próximo ao portão de entrada principal. Autora: Elza Vieira – Julho 2013.

³PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA GLÓRIA. Cemitério da Glória. Disponível em: <<http://www.paroquiadagloria.org.br/?pagina=espiritua8lidade>>. Acesso em: 27 de julho de 2013.



Foto 04: Cemitério da Glória – 2º. marco em pedra de separação do cemitério luterano e católico. Autora: Elza Vieira – Julho 2013. Do lado direito, encontra-se a porção destinada aos sepultamentos católicos, e na porção esquerda, encontra-se o Cemitério dos Protestantes, de configuração simples, com sepulturas contidas, discretas e ordenadas. Nele, as quadras são devidamente divididas para abrigar os túmulos, umas em fileiras contendo apenas um túmulo ao lado do outro e mesmo as quadras com um número maior de túmulos, estes estão distanciados uns dos outros, permitindo o acesso aos mesmos, diferentemente da porção católica, onde as dimensões das quadras são maiores e abrigam vários túmulos, não sendo possível transitar com facilidade por aqueles localizados mais ao centro.

Quanto ao valor artístico atribuído a este espaço, sua típica arquitetura tumular, com seus túmulos em sua maioria formado por pedras lapidares, sem grandes mausoléus ou alegorias em profusão, nota-se a presença de obeliscos, lápides em pedras brutas, com epitáfios em alemão, que se destacam por ser na maior parte de pequeno porte. As obras artísticas também se destacam pela menor influência de símbolos religiosos, como imagens de santos e anjos, tendo como uso predominante as representações de cruzes em ferro.

Esta função ornamental conferida ao espaço carrega uma infinidade de símbolos, que remetem às tradições religiosas e apresentam características das posturas católicas e protestantes de se lidar com a morte.

No lado protestante, os túmulos não utilizam elementos comuns na arquitetura funerária católica, apresentando uma composição menos monumental, formada em sua grande maioria, por cabeceiras sem alegorias ou muitos ornamentos, inclusive, pouco se utilizando de mausoléus, além da ausência dos santos. Nesta configuração um elemento fundamental é a ausência do Purgatório, local onde pela crença católica ficam as almas que ainda não estão devidamente “purificadas” para adentrar no Céu e que contam para isso com a ajuda dos vivos, por meio de orações. Na doutrina luterana, que não adota a figura do Purgatório, os vivos não podem interferir no destino dos seus falecidos, e atos e ritos durante o enterro e depois dele, não podem favorecer alguém, que durante sua vida, não agiu de acordo com as leis de Deus (CASTRO, 2010, p.4). Tal afirmação está presente na tese 13 de Martinho Lutero onde ele afirma “Através da morte, os moribundos pagam tudo e já estão mortos para as leis canônicas, tendo, por direito, isenção das mesmas”⁴.

Já na representação da morte expressada no lado católico, podemos observar um

⁴VIANNA, Alexander Martins. Estudo Introdutório às 95 Teses de Martinho Lutero. Revista Espaço Acadêmico. N.º. 34. Março/2004. Mensal. ISSN 1519.6186. Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/034/34tc_lutero.htm Acesso em: 28 de junho de 2016.

conjunto de diversos elementos iconográficos utilizados de uma forma mais diversificada, com a presença de maiores esculturas, túmulos de grandes dimensões, diferentes tipos de cruzes, além de uma disposição menos preocupada com a linearidade do espaço. Os símbolos cristãos se destacam na arquitetura tumular como forma de consolar e lembrar os que ficam, com fé na ressurreição e na vida eterna. (GRASSI, 2007, p.26)

Sobre sua importância histórica, além de todo o seu papel na história de Juiz de Fora e de seus imigrantes, podemos considerar que é nesses espaços que estão depositados os restos mortais de pessoas que ilustres ou não, contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento da cidade. Ao percorrer os corredores do cemitério nos deparamos com registros importantes contidos em cada uma das lápides, com datas, nomes, epitáfios, que individualizam as diferentes histórias de vida, e classificam-nas em relação ao seu papel social, em função de seus padrões estéticos e dos materiais e artistas que construíram cada túmulo. **Foto 5:** Vista frontal com destaque para a ala luterana a esquerda e a católica a direita.



Fonte: O autor 2015.

O cemitério como Patrimônio Cultural

A preservação dos ambientes fúnebres e sua identificação pela sociedade enquanto um bem patrimonial, embora desperte a curiosidade de diversos pesquisadores, enfrenta diversas dificuldades relacionadas tanto à manutenção de seus bens, que muitas vezes é realizada de forma imprópria, além das limitações que seu uso impõe em relação ao tombamento e às leis de proteção. Nesse sentido, mais do que destacar a importância desses locais enquanto espaço de memórias, pretende-se investigar caminhos que podem contribuir nas discussões sobre preservação, valorização e uso.

Um importante ponto de partida para a percepção do cemitério como Patrimônio Cultural é a ideia defendida por Maurice Halwachs sobre *Memória Coletiva*. Em sua análise, afirma que a construção de nossas memórias individuais é formada a partir do grupo ao qual estamos inseridos, primeiro a família, seguida do meio social em que se encontra. Esses grupos são os responsáveis por transmitir suas lembranças aos seus descendentes, de modo a interferir no modo de lembrar da sociedade, pelas dife-

rentes formas em que foram construídas (HALBWACKS, 2004, p.38). Outro ponto de destaque no seu pensamento é a distinção do papel da história e da memória, onde normalmente a história começa, quando não há mais o suporte na tradição. Para ele, quando algo necessita ser lembrado, e não possui mais uma referência na memória social cabe a história preservar essa lembrança, mesmo que não consiga reproduzir por completo os aspectos do pensamento coletivo (HALBWACKS, 2004 p. 85). Partindo dessa ideia, o espaço do Cemitério da Glória nos conduz a toda a trajetória histórica de Juiz de Fora, sendo lembrado de modo individual, pelos sepultamentos, restrito a perda de um familiar, mas também pode ser situado no meio social como um importante elo entre a população e a vida na cidade, por ser o cemitério da região, ou por ser um cemitério de imigrantes, por exemplo, fatores que unem diversas histórias sob um fator comum. O olhar atento sobre os cemitérios nos permite, no pensamento de Pierre Nora, classificá-lo como um lugar de memória. O ponto de partida usado por Nora destaca que “nas sociedades pré-modernas, a memória era experiência vivida, internalizada nos indivíduos, mas que também eram experiências coletivas, objeto de práticas comunitárias cotidianas [...]” (MENESES, 2009, p. 450). Sendo assim, qualquer elemento de ordem material ou de pensamento, pode se transformar em elemento simbólico. Em seu entendimento, o objeto, do mais material e concreto, como um artefato, uma paisagem, um cemitério, até os mais abstratos, uma personagem, uma instituição, uma canção ou uma dança, podem se tornar unidades significativas.

Desse modo, os estudos sobre o Cemitério da Glória buscam o identificar enquanto um referencial para a comunidade a quem ele representa, não apenas por suas funções tradicionais, mas diversos outros que ainda podem ser descortinados. Assim, identificar o local enquanto espaço de memórias é fundamental para sua salvaguarda, não só pelo que ele representa, mas também pelo que se pode aprender a cada novo elemento explorado.

Outra ideia que expõe o papel do cemitério enquanto um referencial para a sociedade é a de legibilidade dos bens da cidade, nesse sentido, a preservação do Cemitério da Glória, pelos meios legais, tende a contribuir para garantir a integridade do espaço. Por trazer à tona elementos como um retrato da memória coletiva da imigração em Juiz de Fora, discussão amplamente trabalhada na cidade, outro conceito que pode ser explorado para justificar a relação da comunidade com o local é a ideia de *Legibilidade*, destacada por Kevin Lynch no sentido de compreender as diversas leituras dos bens da cidade em busca de respostas e de referências pessoais. Segundo Lynch, “um ambiente característico e legível, não oferece apenas segurança, mas também reforça a profundidade e a intensidade potenciais da experiência humana” (LYNCH, 2011, p.5). Nessa perspectiva, o espaço do Cemitério da Glória é um local escolhido. Ele foi eleito pelos detentores dessa memória coletiva para ser um local que permite a ligação com o passado e que é capaz de nos mostrar uma trajetória de suas famílias desde a vinda para o Juiz de Fora, e a trajetória dessas famílias até os dias atuais.

Aplicando a ideia de Lynch à nossa discussão, percebemos que o território do Cemitério da Glória se destaca facilmente, por apresentar diferentes percepções da memória, que são vistas de modo individual por seus usuários, mas que para além disso, o ambiente do cemitério se destaca pela singularidade de apresentar suportes que nos trazem referências que não podem ser reproduzidas em outros locais da cidade, como a presença física dos restos mortais daqueles que deram origem aos descendentes, usuários do cemitério nos dias de hoje.

A preservação do patrimônio funerário e seus aspectos em Juiz de Fora

Os cemitérios brasileiros sempre estiveram presentes na paisagem da cidade, e seus valores sempre

foram incontestáveis para as comunidades que por ele se sentem representadas, seja por seu valor histórico e artístico, seja pelas práticas religiosas atribuídas. A historiadora Elisiana Trilha, ao analisar o modo como os cemitérios se inserem nas políticas públicas de patrimonialização e preservação do IPHAN, destaca que, embora a discussão venha adquirindo espaço, ainda é incipiente (CASTRO, 2010, p.2).

Em sua pesquisa, identificou a existência de 15 cemitérios protegidos pelo tombamento nacional, sendo que nessa contagem, incluem-se processos onde o cemitério, ou parte dele, se identificasse como integrante das propostas, sendo citados na inscrição ou no pedido de tombamento do bem. Os resultados mostraram que na maioria dos casos, a abertura dos processos foi motivada por seus valores históricos de lugar, e menos por seus valores artísticos e arquitetônicos. Outro dado relevante é que todos eles, ao serem tombados, já estavam desativados, o que facilita na preservação de sua originalidade (CASTRO, 2010, p. 7).

Com base nesses dados, podemos perceber o distanciamento entre o reconhecimento deste espaço pela sociedade e a aplicação de medidas protetivas ao patrimônio funerário, muito em função de seu uso, por consequência da dificuldade entre as restrições impostas pelo tombamento, e a diversidade de hábitos relacionados aos cemitérios, que muitas vezes danificam seus elementos. As considerações da autora refletem que o lugar ocupado pelos cemitérios na sociedade são excepcionais, e que a construção de um tombamento deve ser fruto de uma ação participativa, que congregue a sociedade, em especial aos responsáveis pelos túmulos, além de suas instituições mantenedoras, e o poder público (CASTRO, 2010, p. 8).

Se nas políticas de preservação através do tombamento nacional, pouco espaço foi dado ao patrimônio funerário, nas políticas municipais demonstra as mesmas dificuldades.

A trajetória da preservação do patrimônio cultural em Juiz de Fora, do ponto de vista institucional, surgiu no início dos anos 1980, no final da administração do prefeito Mello Reis, e em muito ainda vai demorar para chegar ao debate sobre seus cemitérios. No momento em que foi iniciada a implementação da política de patrimônio, as primeiras iniciativas desse trabalho consistiram em um levantamento para fins de identificação dos bens culturais do município, elaborada em 1981, que mapeou aproximadamente 550 imóveis (PASSAGLIA, 1982, p.20). No ano seguinte, a criação da primeira legislação de proteção do patrimônio cultural de Juiz de Fora, a lei 6.108 de 13 de janeiro de 1982, instituiu o tombamento municipal, possibilitou incentivos fiscais, criou a Comissão Permanente Técnico-Cultural (CPTC), e o Conselho Consultivo de Proteção do Patrimônio Cultural.

Segundo a análise de documentos feita pelo pesquisador Nilo Lima de Azevedo e o ex-conselheiro Wilson Coury Jabour Junior, as reuniões iniciais da CPTC ocorreram de maneira esparsa e com grandes períodos de vacância até o início dos anos 1990. Entretanto, essas reuniões foram importantes para provocar as primeiras discussões sobre a política de preservação, que envolveram os casos do Palácio Episcopal, e da capela do Colégio Stella Matutina, assuntos bastante repercutidos no período (AZEVEDO; JABOUR. 2012. p.38).

Em 1988, uma nova lei de proteção do patrimônio cultural do município foi promulgada, ampliando a noção de patrimônio, estabelecendo novas diretrizes ao tombamento e também consolidando a atuação da CPTC vinculada ao IPPLAN – Instituto de Pesquisa e Planejamento. A lei 7.282 de 25 de fevereiro de 1988.

É com base nessa lei que o primeiro tombamento referente ao patrimônio funerário na cidade foi considerado de valor histórico. O tombamento do mausoléu onde

⁵ Decreto Municipal 8.222 de 07 de maio de 2004 – Prefeitura de Juiz de Fora. Disponível em : http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000021833

está enterrado o Comendador Halfeld, destaca que “o espaço mortuário a que se refere este decreto é o resultado de um esforço que visa perpetuar a memória do Comendador Henrique Guilherme Fernando Halfeld”⁵, preserva o jazigo perpétuo, localizado na ala velha do Cemitério Municipal, bem como as inscrições que nomeiam e reverenciam o seu papel na fundação da cidade. Este jazigo foi construído com base no projeto de Newton Barbosa de Castro, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora, que elaborou um novo projeto para o túmulo, que havia sido demolido em 1999.

Para além do primeiro passo, o tombamento desse bem cultural, reconheceu um bem do cemitério enquanto local guardador de uma memória, e que esta se refere a fundação da cidade, embora esse tombamento não levante a discussão sobre o valor artístico e paisagístico contido ali, uma vez que não foi capaz de impedir a demolição do antigo túmulo. A efetivação desse tombamento deu início ao reconhecimento atribuído à memória contida no espaço funerário, o processo de tombamento do Túmulo de Halfeld revela que a proposta de tombamento foi aceita pela maioria absoluta dos membros do CPTC, tendo apenas um voto contrário. O parecer favorável feito pelo relator deste tombamento, Wilson Borrajo Cid, destaca um protesto pelo desrespeito a memória de Juiz de Fora, destacando que o túmulo em questão, tratava-se de uma nova construção, que substituíra a primeira, e que esta, deveria ser preservada para garantir a continuidade da memória sobre um de nossos pioneiros⁶.

Em 2004, passa a vigorar a atual legislação que confere proteção aos bens tombados em Juiz de Fora. A lei 10.777 publicada em 15 de julho, vai ampliar ainda mais o conceito de preservação do patrimônio cultural na cidade, trazendo por exemplo, a inclusão do registro de bem imaterial no seu texto, e ampliando as discussões sobre temas relativos à preservação, através do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural – COMPPAC. Com base nessa lei, dois novos processos de tombamento foram abertos por diferentes iniciativas, visando a proteção do patrimônio existente no Cemitério Municipal de Juiz de Fora.

O processo de tombamento referente a “personalidades existentes no Cemitério municipal” teve como solicitantes os conselheiros do COMPPAC Wilson Coury Jabour Junior e Wilson Borrajo Cid, que sugeriram “a abertura de processo de tombamento da área antiga do cemitério municipal, onde se encontram os jazigos de personalidades que têm presença destacada na História de Juiz de Fora”⁷. O processo de tombamento sugere os seguintes nomes:

Na Ala Velha:

- 1 - Capela projetada pelo Carlos Augusto Gambis;
- 2 - Bernardo Mascarenhas;
- 3 - José Ribeiro de Resende, Barão de Juiz de Fora;
- 4 - Geraldo Filgueiras de Resende;
- 5 - Romualdo César de Miranda Ribeiro;
- 6 - Emmanuel de Castro Guimarães, Barão de Cataguases;
- 7 - Rita de Campos Henriques Halfeld e, ao lado, Francisco Marino Halfeld;
- 8 - Manuel Vidal Barbosa Lage e Constança Vidal Barbosa Lage;
- 9 - José Caetano Rodrigues Horta, Visconde de Itatiaia;
- 10 - Maria Luíza Jaguaribe e, ao lado, seu pai, Luiz da Cunha Pinto Coelho;
- 11 - Maria Teodora Alves Barbosa (Viúva Tavares Bastos, da ABL);
- 12 - Pedro Marques de Almeida, no jazigo da Família Moraes Sarmento;

⁶Relato do Conselheiro Wilson B. Cid, em relação ao processo de tombamento 1367/1999 – “Tombamento do Mausoléu no Túmulo onde se encontra sepultado o comendador Henrique Guilherme Fernando Halfeld – fundador de Juiz de Fora”. 2003, p. 17.

⁷Pedido de abertura de Processo de tombamento encaminhado por Wilson Coury Jabour Junior e Wilson Borrajo Cid. PREFEITURA de Juiz de Fora, processo nº11586/2012, v. 01. Interessado: FUNALFA, assunto: tombamento dos jazigos de personagens de destaque na história de Juiz de Fora, situados na área antiga e nova do cemitério municipal, p. 4.

- 13 - Padre Thiago Mendes Ribeiro;
- 14 - Padre Venâncio Café;
- 15 - Visconde de Monte Mário;
- 16 - Jazigo da Família Saint-Clair: José de Miranda Carvalho (Dilermando Martins da Costa Cruz Filho);
- 17 - José Antônio Henriques (1785 – 1869);
- 18 - Barão de Santa Helena e sua mulher, Maria Thereza Monteiro da Silva;
- 19 - Barão do Retiro e sua mulher, Maria Carlota Tostes de Resende.

No Cemitério Novo:

- 1 - Imigrantes vítimas da cólera (Camilo Manara e outros 93 inumados) – 1895;
- 2 - Família Arcuri;
- 3 - Família Cândido Teixeira Tostes;
- 4 - Adhemar Resende de Andrade;
- 5 - Olavo Costa;
- 6 - José Procópio Teixeira, pai e filho.

A abertura do processo pelos conselheiros ampliou as definições de patrimônio cultural em relação ao primeiro tombamento no gênero. O pedido destaca a importância dos valores de ordem religiosa, social, arquitetônica, histórica, artística ou ambiental, que permitem representar as cidades e a memória coletiva. No processo de tombamento, observamos ainda o destaque dado pelos solicitantes ao trabalho de pesquisa realizado no Cemitério Municipal pelo superintendente do Museu Mariano Procópio, Douglas Fasolato, que contribuiu para a indicação dos nomes que compõem a solicitação.

Embora este processo ainda esteja em fase de instrução, um novo pedido foi recebido, ocasionando a abertura de um terceiro processo de tombamento, sob o número 071/2015. Neste, a designação do assunto destaca o “tombamento da ala velha do Cemitério Nossa Senhora Aparecida”. A solicitação foi encaminhada pelo Historiador Leandro Almeida, que analisou recentemente o papel desempenhado pelos marmoristas ao longo da história de Juiz de Fora, enfatizando o surgimento e declínio das marmorarias na cidade, além de analisar o funcionamento do Cemitério Municipal. Sua pesquisa destaca a difícil trajetória desses profissionais estrangeiros, e procura investigar o legado cultural deixado por este ofício na cidade⁸.

Com a crescente abertura dos estudos cemiteriais, a conservação dos túmulos em suas concepções originais, ressalta a importância da preservação dos signos contidos nesses túmulos com a finalidade de suscitar as memórias. Desse modo, incluir a discussão sobre esses ofícios presentes no cemitério, aponta um novo caminho sobre o assunto, considerando a ala velha do Cemitério Municipal, em toda sua monumentalidade, como parte integrante da cidade⁹. O uso constante desse espaço, conforme destacamos, é um ponto que precisa ser discutido. Na ala velha do Cemitério Municipal, embora possua um fluxo menos intenso que as demais dependências do cemitério, ainda recebe sepultamentos. No Cemitério da Glória, o uso também é frequente, o que torna essa discussão aberta ao diálogo sobre o patrimônio funerário pertinente aos demais cemitérios da cidade.

A legislação municipal, e as discussões sobre formas de preservação

⁸ALMEIDA, Leandro Gracioso de. Memórias de um ofício: Os Marmoristas e o Cemitério Municipal de Juiz de Fora. (1864-1974). Pelotas/RS: Universidade Federal de Pelotas. Programa de Pós – Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. 2016.

⁹PREFEITURA de Juiz de Fora, processo nº071/2015, v. 01. Interessado: FUNALFA, assunto: tombamento da Ala Velha do Cemitério Municipal Nossa Senhora Aparecida. Situado à rua Osório de Almeida. Bairro Poço Rico.

Mas como preservar um universo tão vasto e com tantos significados? É necessário identificar qual o modelo mais adequado para garantir o diálogo entre sua finalidade, e a preservação do espaço enquanto bem patrimonial.

O poder público tem o papel de contribuir para com a comunidade no sentido de garantir o acesso ao seu patrimônio cultural. A discussão sobre como proteger o patrimônio funerário é um tema abrangente, onde os meios de proteção existentes devem ser discutidos com quem o utiliza, levando em conta sua excepcionalidade e seu uso coletivo.

Os três processos de tombamento existentes em Juiz de Fora revelam que, embora necessários, passam por diversos questionamentos, enfrentando dificuldades sobre quais seriam os melhores critérios para atender aos seus objetivos. A legislação municipal de proteção do patrimônio cultural em vigor atualmente, Lei 10.777 de 15 de julho de 2004, destaca o acautelamento de bens culturais através do tombamento, e também levanta a necessidade de participação da comunidade na preservação de seus bens. Por causa de sua função e uso, o tombamento do espaço do cemitério, considerando a proteção da integridade dos bens materiais, contradiz diretamente a necessidade de transformação do cemitério, expressadas, por exemplo, através da convivência com as tradições religiosas, com o acréscimo de pessoas, que acarreta em modificações no sentido de ampliação e identificação.

Sobre o assunto, caberá ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (COMPAC), responsável por estabelecer a política de preservação do município, estabelecer critérios de identificação e gestão do patrimônio da cidade, que devem ser gerenciados pelo poder público. Nesse sentido, cabe ao Conselho, atuar através da Divisão de Patrimônio Cultural (DIPAC) na “proteção, preservação, vigilância, desenvolvimentos de inventários, projetos, pareceres, atividades que objetivem a educação patrimonial e eventos culturais relacionados com o patrimônio cultural do município”¹⁰.

De 2012 à atualidade, os processos de tombamento abertos relacionados ao Cemitério Municipal permaneceram sem um parecer conclusivo, embora sua existência convide ao debate sobre o assunto. As iniciativas públicas realizadas como desdobramentos dessa discussão geraram diferentes produtos que podem ser favoráveis, não somente a definições dos processos, mas também a conscientização sobre a importância desses espaços, e qual o legado será deixado às gerações futuras.

No ano de 2013, a Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, correspondente à secretaria de cultura do município, promoveu a 3ª edição do “Seminário Olhar Sobre o que é Nosso”. Este evento traz todos os anos discussões pertinentes ao patrimônio cultural do município, e naquele ano, trouxe como tema a preservação e pesquisa dos cemitérios, contando com a presença de Fernanda Mattos da Costa, cuja palestra levou o nome de sua pesquisa: “A Morte e o Morrer em Juiz de Fora”, e Clarissa Grassi, Presidente da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais ABEC e pesquisadora de cemitérios e arte tumular¹¹.

A promoção do debate possibilitou a inclusão do tema em diversas atividades promovidas pela DIPAC, incluindo a realização de inventários e a promoção de atividades de educação patrimonial tendo como foco os cemitérios de Juiz de Fora. Em 2014, uma menção ao assunto foi a entrega do Prêmio Amigo do Patrimônio, outorgada anualmente pela prefeitura de Juiz de Fora¹², que contemplou a atividade da professora Fernanda Sevarolli da Escola Estadual Henrique Burnier, pelas atividades de visita guiada executadas no Cemitério Municipal, reconhecendo o trabalho como relevante ao reconhecimento dos alunos sobre a importância do espaço¹³.

Posteriormente, as atividades da DIPAC relacionadas ao ICMS Patrimônio Cul-

¹⁰PREFEITURA de Juiz de Fora Inciso V do artigo 6º da Lei 10.777 de 15 de julho de 2004. disponível em http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000024593 Acesso em: 04/07/2016.

¹¹Seminário de Patrimônio está com inscrições abertas. Disponível em: <http://www.aceasa.com/cultura/arquivo/noticias/2013/04/03-seminario-sobre-patrimonio-cultur-al-esta-com-as-inscricoes-abertas/> Acesso em 04, de julho de 2016.

¹²O Prêmio Amigo do Patrimônio, instituído pela Lei 11.111 de 25 de abril de 2004, premia anualmente, ações com o objetivo de estimular atitudes de preservação em relação aos bens tombados do município.

¹³Inscrições para o prêmio Amigo do Patrimônio <http://www.jfclipping.com/wp/prefeitura-100-premio-amigos-do-patrimonio-abre-inscricoes-na-segunda-feira/cidade/prefeitura> Acesso em: 04/07/2016.

¹⁴Inventário do Cemitério de Nossa Senhora das Dores. DIPAC 2015

tural realizadas pelo município no ano de 2015, realizaram levantamentos históricos que tiveram como resultado o inventário do Cemitério de Nossa Senhora das Dores, no Bairro Grama. Através da pesquisa, os inventários destacam as personalidades importantes na comunidade local, que por gerações trabalham na conservação do espaço comunitário, além das composições artísticas, que remetem à religiosidade e aos aspectos familiares contidos nos túmulos que compõem o cemitério¹⁴.

Esse tipo de inventário vem sendo utilizado sistematicamente no Brasil desde o surgimento do SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Embora não ofereça a proteção jurídica do tombamento, a utilização dessa ferramenta tão tradicional de conhecimento do acervo cultural vem sendo debatida amplamente nos últimos tempos, no sentido da ampliação de suas metodologias, a fim de ultrapassar suas funções originais de catalogação. A realização desses inventários, pensados de modo interdisciplinar e com o apoio da comunidade, é capaz de fornecer importantes caminhos para a execução e políticas públicas de preservação, além de um rico banco de dados sobre a cultura das regiões trabalhadas.

No mesmo ano de realização dos inventários do cemitério do Bairro Grama foi iniciado na DIPAC o projeto de educação patrimonial denominado “Implementação de atividades de educação patrimonial no Cemitério Municipal”, que através de parcerias, realizou uma atividade piloto, objetivando estabelecer meios de promoção do local através da visitação e do conhecimento de seu acervo¹⁵.

Foto 6: Visita guiada realizada com os alunos do Colégio de Aplicação João XXIII no Cemitério Municipal Nossa Senhora Aparecida.



Fonte: O autor, novembro de 2015.

O projeto consistiu em uma visita guiada realizada com os alunos do Colégio de Aplicação João XXIII pelo Cemitério Municipal. Ao longo do passeio o roteiro bus-

¹⁵ PREFEITURA de Juiz de Fora. Quadro V: Educação Patrimonial Municipal: Projetos de livre escola. Divisão de Patrimônio Cultural. Funalfa. Juiz de Fora. Ano 2015. Exercício 2017.

¹⁶ Alunos do Colégio de Aplicação João XXIII fazem visita Guiada no Cemitério Municipal. Novembro de 2015. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&cidnoticia2=52039> acesso em 25/06/2016.

cou abordar temas ligados à fundação da cidade; ao lugar do catolicismo tradicional no final do século XIX; a saúde pública; as personalidades importantes na história da cidade; a expressão artística contida nos jazigos; a imigração na cidade, além de diversas abordagens sobre os hábitos de sepultamentos na cidade.

O percurso realizado seguiu sob orientações e curiosidades contadas pelos funcionários da DIPAC, pelo diretor do Cemitério Municipal, e pela professora, e ao longo de toda visita, buscou-se destacar a infinidade de histórias e pesquisas que podem surgir do local¹⁶. A atividade seguiu o roteiro sugerido no trabalho da pesquisadora Renata Nogueira, que apresenta propostas para a musealização do Cemitério de São João Batista, no Rio de Janeiro e destaca em seu trabalho, a execução de roteiros temáticos em relação aos personagens sepultados no local (NOGUEIRA, 2013).

A segunda parte dessa atividade, ocorrida posteriormente em sala de aula, contou com a presença de funcionários da DIPAC e com o Pesquisador Leandro de Almeida. Ao longo da palestra foram apresentadas as recentes pesquisas realizadas nos espaços funerários da cidade, além de um debate sobre seu papel para a sociedade e a possibilidade de sua utilização como referencial turístico.

Essas atividades realizadas nos cemitérios da cidade podem ser destacadas como exemplos de ações que podem ser tomadas em relação ao Cemitério da Glória, que embora se encontre nas proximidades de um bem tombado, a Igreja da Glória, inclui apenas o marco divisório entre os dois cemitérios em seu decreto. A falta desse detalhamento o deixa à margem do respaldo legal oferecido pela chancela do tombamento, o que inviabiliza a discussão sobre o local, enquanto bem protegido pelo poder público municipal¹⁷.

Podemos concluir que o trabalho em prol da administração dos espaços funerários deve envolver o diálogo e o compartilhamento de responsabilidade do poder público e das instituições que os administram. Nesse sentido, a promoção de ações educativas que contribuam para a preservação de sua história deve ser feita através do diálogo entre instituições e sociedade, a exemplo da atividade de visitas guiadas elaboradas no Cemitério Municipal, em que sua execução precedeu o reconhecimento de sua importância, e envolveu a DIPAC, os colaboradores que mostraram interesse em contribuir para a difusão do tema, e a Divisão de Cemitérios e Funerárias da secretaria de Obras do município, que administra o espaço.

Considerações finais

Em relação ao patrimônio funerário em juiz de fora, podemos notar que nos últimos tempos, algumas ações isoladas de diversas categorias de divulgação e proteção foram feitas. Embora a preservação do patrimônio funerário passe por diversas dificuldades, podemos refletir que mesmo que o tombamento indique suas limitações, fora de seu respaldo, outras ações podem ser feitas a fim de contribuir para a preservação, mas não são capazes de garantir sua salvaguarda. Nesse sentido, a manutenção de suas funções, enquanto elemento da identidade do município, está sob a responsabilidade da coletividade, precisando ser conquistado para que haja o interesse em sua preservação.

O espaço do Cemitério da Glória, além de carregar a história e memória de várias famílias de imigrantes, é um importante espaço cultural que pode oferecer amplas possibilidades turísticas. O grande apelo histórico e artístico desse ambiente permite a adoção de práticas culturais capazes de despertar na sociedade a conscientização sobre

¹⁷O texto contido no decreto 6854 – 6 de outubro de 2000, destaca como elementos protegidos: “o imóvel localizado na Avenida dos Andradas n.º 855 (Igreja Nossa Senhora da Glória) e o marco em granito, com as inscrições “U.I. 1856”, em forma cônica, medindo por volta de 50cm (cinquenta centímetros) de altura e 30cm (trinta centímetros) de diâmetro em sua base, localizado no lado luterano do Cemitério da Glória, considerado símbolo da importância que a Companhia União e Indústria dava aos colonos germânicos”.

a patrimonialização de um espaço que, ainda que se encontre presente no cotidiano da sociedade local, nem sempre se identifica com as mesmas, exceto em função de sepultamentos.

Compreendendo que o papel do poder público não se encerra apenas no respaldo legal, podemos considerar que a educação patrimonial se destaca como forma de divulgação do bem cultural à sociedade, mas que somente através da aplicação das leis sobre patrimônio cultural, da execução de inventários e de planos de salvaguarda, a identificação de seus elementos e a valorização de seus espaços será possível.

Referências Bibliografia

- ALMEIDA, Leandro Gracioso de. **Memórias de um officio: Os Marmoristas e o Cemitério Municipal de Juiz de Fora.** (1864-1974). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Programa de Pós – Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. 2016.
- ALMEIDA, Leandro Gracioso de; BUCHWEITZ, Marlise. **Patrimônio Cultural em Perigo: A arte funerária e o descaso com sua proteção em Juiz de Fora/MG.** VIII Seminário Internacional Políticas Culturais, 2016. 1184-1194.
- AZEVEDO, Nilo de Lima; JABOUR JUNIOR, Wilson Coury. **Reflexões e olhares: O Patrimônio Cultural de Juiz de Fora.** Juiz de Fora: Funalfa edições, 2012.
- AZZI, Riolando. **Sob o Báculo Episcopal: A Igreja Católica em Juiz de Fora 1850-1950.** Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.
- BORGES, Célia Maria (orgs). **Solidariedades e Conflitos: Histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000, p. 94.
- Carta dos jardins históricos brasileiros dita carta de Juiz de Fora. I Encontro Nacional de Gestores de Jardins Históricos e Artístico Nacional. Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN; Fundação Museu Mariano Procópio – MAPRO; Fundação Casa de Rui Barbosa. Juiz de Fora, 2011.
- CASTRO, Elisiana. **Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC.** Santa Catarina: UFSC/PGAU, 2008.
- CASTRO, Elisiana Trilha. **Cemitérios Protestantes: Marcas de um outro sagrado em uma outra terra.** Fazenda Gênero nº 9. Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010, pag. 4. Acesso em: 30 de abril de 2015. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1276648276_ARQUIVO_ArtigoElisianaTrilhaCastro.pdf
- COSTA, Fernanda Maria Matos da. **A Morte e o Morrer em Juiz de Fora: Transformações nos Costumes Fúnebres, 1851- 1890.** Dissertação (Programa de Pós graduação em História) – ICH, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.
- ESTEVES, Albino; LAGE, Oscar. V. B. **Álbum do município de Juiz de Fora.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.
- FERENZINI, Valéria Leão. **Reforma e Normatização: Os redentoristas holandeses em Juiz de Fora.** In: usos do passado: XII encontro nacional de História, 2006, Rio de Janeiro. Ampuh. Rio de Janeiro: 2006. Disponível em: www.rj.ampuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Valeria%20leao%20Ferenzini.pdf
- FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, Antônio Carlos Lemos. **A Devoção a Santo Antônio em Juiz de Fora: O Santo Fújão.** Juiz de Fora: Funalfa, 2008.
- GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora: (1850-1830).** Juiz de Fora: UFJF, 1988.
- GRASSI, Clarissa. **Um olhar... A arte do silêncio.** Curitiba - PR, 2006.
- HALBWACKS, Maurice. **A Memória Coletiva.** Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Centauro, 2004.
- LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros (do Caminho Novo à proclamação).** Juiz de Fora: UFJF/FUNALFA, 1985.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** Tradução de Jefferson Luiz Camargo. 3ªed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de . **Cultura política e lugares de memória.** In: Cecília Azevedo; Denise Rollemberg; Maria Fernanda Bicalho; Paulo Knauss; Samantha Viz Quadrat. (Org.). **Cultura política, memória e historiografia.** 1 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009, v. , p. 445-464;
- NEVES, José Alberto Pinho; DELGADO, Ignácio José Godinho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Juiz de Fora: História, Texto e Imagem.** Juiz de Fora: Funalfa, 2004.
- NOGUEIRA, Renata **Quando um cemitério é patrimônio cultural.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Programa de pós-graduação em memória social. 2013
- OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora.** 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Com. E Ind. Ltda, 1966.
- PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **A preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora: Medidas iniciais.** Instituto de Pesquisa e planejamento – Prefeitura de Juiz de Fora. Juiz de Fora, Mg s.d.
- PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora: projeto e limites (1890 – 1924).** Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História social. Rio de Janeiro, 2002.
- PROCÓPIO FILHO, José. **Salvo erro ou omissão: Gente juiz-forana.** Juiz de Fora: Esdeva, 1979.
- REIS, João José. **A Morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras,

2004, p. 129.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos Mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro/Coleção Biblioteca Virtual/Biblioteca Carioca, 2007.

_____. **Nas fronteiras do além: o processo de secularização da morte Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

STEHLLING, Luiz José. **Juiz de Fora - A Companhia União e Indústria e os Alemães.** Edição da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. 1970, pg. 182.

Fontes Documentais

PREFEITURA de Juiz de Fora. Lei 6108 – 13 de janeiro de 1982: Autoriza o Poder Executivo Municipal a implantar o tombamento dos bens culturais situados no Município, móveis e imóveis; cria a Comissão Permanente Técnico – Cultural de preservação dos bens culturais, o Conselho Consultivo e dá outras providências.

Disponível em: http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000017606

acesso em: 05/07/2016

PREFEITURA de Juiz de Fora. **Lei 7282 – 25 de fevereiro de 1988: Dispõe sobre a proteção do patrimônio cultural do Município de Juiz de Fora e dá outras providências.** Disponível em:

http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000019954

acesso em: 05/07/2016

PREFEITURA de Juiz de Fora. Lei 10777 – 15 de julho de 2004: Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural do Município de Juiz de Fora e dá outras providências. Disponível em:

http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000024593

Acesso em: 05/07/2016

PREFEITURA de Juiz de Fora. Decreto 4269 – 19 de fevereiro de 1990: Inclui a Divisão de Cemitérios e Funerárias na estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Obras. Disponível em:

http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000013277

Acesso em: 05/07/2016.

PREFEITURA de Juiz de Fora. Processo nº071/2015, v. 01. Interessado: FUNALFA, assunto: **tombamento da Ala Velha do Cemitério Municipal Nossa Senhora Aparecida. Situado à rua Osório de Almeida. Bairro Poço Rico.**

PREFEITURA de Juiz de Fora. Processo nº1367/1999, v. 01. Interessado: Instituto de pesquisa e planejamento – IPPLAN. Assunto: **Tombamento do Mausoléu no túmulo onde se encontra sepultado o Comendador Henrique Guilherme Fernando Halfeld – Fundador de Juiz de Fora. Lei nº 7282/88.**

PREFEITURA de Juiz de Fora. Processo nº5318/1997, v. 01. Interessado: IPPLAN, assunto: **tombamento de imóvel – CPTC Lei N. 7282 imóvel a Av. dos Andradas N.855. Igreja N. S. da Glória.**

PREFEITURA de Juiz de Fora. Processo nº11586/2012, v. 01. Interessado: FUNALFA, assunto: **tombamento dos jazigos de personagens de destaque na história de Juiz de Fora, situados na área antiga e nova do cemitério municipal.**

PREFEITURA de Juiz de Fora. Quadro II: **Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural.** Divisão de Patrimônio Cultural. Funalfa. Juiz de Fora. Ano 2015. Exercício 2017.

PREFEITURA de Juiz de Fora. Quadro V: **Educação Patrimonial Municipal: Projetos de livre escolha.** Divisão de Patrimônio Cultural. Funalfa. Juiz de Fora. Ano 2015. Exercício 2017.

Sites:

Alunos do Colégio de Aplicação João XXIII fazem visita Guiada no Cemitério Municipal. Novembro de 2015. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&cidnoticia=52039> acesso em 25/06/2016.

Instituto Presbiteriano Mackenzie **O Cemitério dos Protestantes de São Paulo.** Disponível em: <http://www.mackenzie.br/10221.html> Acesso em: 27 de junho de 2016.

MORALES, Carmen. **O Salgueiro.** Nova Acrópole. 2009. Disponível em: www.nova-acropole.pt/a_salgueiro.html

Paróquia de Nossa Senhora da Glória. **Cemitério da Glória.** Disponível em: <http://www.paroquiadagloria.org.br/?pagina=espiritualidade> Acesso em: 27 de junho de 2016.

VIANNA, Alexander Martins. **Estudo Introdutório às 95 Teses de Martinho Lutero.** Revista Espaço Acadêmico. Nº. 34. Março/2004. Mensal. ISSN 1519.6186.

Disponível em: http://www.espacoacademico.com.br/034/34tc_lutero.htm Acesso em: 28 de junho de 2016.

JF Clipping: **10º Prêmio Amigo do Patrimônio recebe inscrições.** Disponível em: <http://www.jfclipping.com/wp/prefeitura-10o-premio-amigos-do-patrimonio-abre-inscricoes-na-segunda-feira/cidade/prefeitura> Acesso em: 04/07/2016.

Seminário de Patrimônio está com inscrições abertas. Disponível em: <http://www.acesa.com/cultura/arquivo/noticias/2013/04/03-seminario-sobre-patrimonio-cultural-esta-com-as-inscricoes-abertas/> Acesso em 04, de julho de 2016.